



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ARYCLENNYS SILVA SOUSA

**ENTRE A CORDIALIDADE E O BRANQUÍSSIMO:
o discurso racista na representação social da pessoa negra no jornal *Folha de S. Paulo***

GOIÂNIA, fevereiro de 2019.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG), a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem resarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

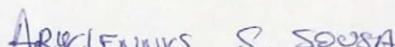
Nome completo do autor: ARYCLENNYS SILVA SOUSA

Título do trabalho: ENTRE A CORDIALIDADE E O BRANQUÍSSIMO: o discurso racista na representação social da pessoa negra no jornal Folha de S. Paulo

3. Informações de acesso ao documento:

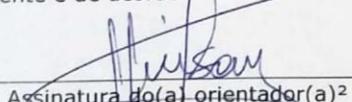
Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 25 / 02 / 2019.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

ARYCLENNYS SILVA SOUSA

**ENTRE A CORDIALIDADE E O BRANQUÍSSIMO:
o discurso racista na representação social da pessoa negra no jornal *Folha de S. Paulo***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Claudomilson Fernandes Braga.

GOIÂNIA, fevereiro de 2019.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sousa, Aryclennys Silva

Entre a cordialidade e o branquíssimo [manuscrito] : o discurso
racista na representação social da pessoa negra no jornal Folha de S.
Paulo / Aryclennys Silva Sousa. - 2019.
CCLXXXIII , 283 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Claudomilson Fernandes Braga.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2019.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, fotografias, gráfico, tabelas.

1. Teorias do Preconceito. 2. Racismo. 3. Discurso. 4.
Representação Social da Pessoa Negra. 5. Folha de S. Paulo. I. Braga,
Claudomilson Fernandes, orient. II. Título.



FIC

Faculdade de Informação
e Comunicação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
PPGCOM



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

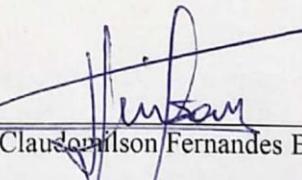
ATA 05/2019



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

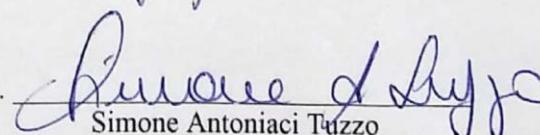
Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, a partir das quinze horas, via *webconferência*, no Centro de Eventos Professor Ricardo Freua Bufáical, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de **ARYCLENNYS SILVA SOUSA**, intitulada “ENTRE A CORDIALIDADE E O BRANQUÍSSIMO: o discurso racista na representação social da pessoa negra no jornal Folha de S. Paulo”. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Claudomilson Fernandes Braga (orientador/FIC/UFG), Simone Antoniaci Tuzzo (FIC/UFG) e Dione Oliveira Moura (PPGCOM/FAC/UNB). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi **APROVADO**. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Prof. Dr.



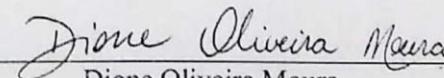
Claudomilson Fernandes Braga (Presidente)

Profa. Dra.



Simone Antoniaci Tuzzo

Profa. Dra.



Dione Oliveira Moura

À minha mãe, que é minha fonte de inspiração.
Uma mulher que, como uma boa nordestina,
foi obrigada a abdicar ou adiar seus sonhos
para garantir o sustento de seu lar. Certamente
é a única pessoa que têm a consciência dos
meus esforços e do significado que o título de
mestre tem em minha vida.

Também aos meus irmãos, que sempre
estiveram ao meu lado, embora as diferenças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

a Deus, primeiramente, por iluminar e abençoar minha trajetória.

à minha mãe, que me incentivou, apoiou e esteve ao meu lado durante toda a vida.

aos meus irmãos, Kayo Silva Sousa e Anna Klara Silva Sousa, pela amizade e paciência ao longo dos anos.

ao meu orientador, Clodomilson Fernandes Braga, que encarou o desafio e me norteou contribuindo para o melhor aproveitamento de minhas capacidades, com sua dedicação e empenho.

a professora Simone Antoniaci Tuzzo, por me conceder a oportunidade de ter acreditado em meu potencial desde o processo de seleção. E as demais oportunidades e experiências proporcionadas durante o mestrado.

à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro mensal que a mim foi concedido para a realização desta investigação, sendo capaz de me dedicar integralmente.

aos professores da Pós-Graduação que, além de mestres, se tornaram amigos e enriqueceram com suas vivências e conhecimento.

a professora Dione Oliveira Moura, da Universidade de Brasília (UNB), que aceitou o convite de compor a banca de avaliação de defesa da dissertação, com ricas colaborações, acompanhando o meu crescimento ao decorrer do curso.

ao meu companheiro, Rafael de Araújo, por toda a paciência, dedicação e preciosos conselhos.

aos familiares que torceram por mim e acreditaram em meu sonho.

aos amigos, especialmente à Jordânia Bispo Rocha, João Victor Mariano Barbosa Inácio Lauriano, Lethícia Alves Faria da Silva, Jessica Bazzo e Louise Ramiro da Costa pelo convivência e camaradagem durante o mestrado.

Por fim, e não menos importante, aos respectivos colegas que integraram a turma de 2017 do PPGCOM/FIC/UFG. A presença de cada um foi essencial para a composição e realização deste trabalho. Vocês são cariocas! Diverti-me horrores.

RESUMO

O presente estudo tem como principal objetivo verificar como se manifesta o discurso do racismo, articulando a comunicação, representação social, cidadania e a categorização das modalidades de expressão da discriminação, preconceito e racismo identificados pela ciência. Com isso, foram analisadas 42 matérias jornalísticas publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 e 21 de novembro, a partir do ano de 2012 até 2017, utilizando como aporte teórico da Teoria das Representações Sociais, postulada por Moscovici (1978), e metodológica desenvolvida por Abric, a Teoria do Núcleo Central (TNC) ou teoria estrutural. No geral, a pesquisa de caráter bibliográfico busca identificar, em última instância, a representação social da pessoa negra que circula e é expressada por um dos maiores jornais do país. Os resultados apontam que a representação social e midiática da pessoa negra, em sua maioria, está concentrada na condição de escravizado ainda do Brasil Colônia, especialmente na figura de uma criança com certo nível escolar básico, cultural e intelectual. A pessoa negra possui uma cidadania que garante apenas os direitos políticos. Além disso, compõe esta a representação social, a modalidade discursiva das Teorias do Preconceito, juntamente com a ideologia de branqueamento da população negra brasileira, de modo que as formas de expressão do discurso racista no Brasil demonstram as faces do racismo, da discriminação, do preconceito, do desafeto, da inimizade e do repúdio do branco contra o negro brasileiro. Dessa forma, a pessoa negra possui uma cidadania denegada (DURSTON, 1999), passando a compor o grupo populacional com *status* de subcidadão de (SOUZA, 2003), permanecendo, em resumo, abaixo da cidadania, numa categoria inferior (TUZZO, 2014).

PALAVRA-CHAVE: Teorias do Preconceito; Racismo; Discurso; Representação Social da Pessoa Negra; *Folha de S. Paulo*.

ABSTRACT

The present study has as main objective to verify how the discourse of racism manifests, articulating the communication, social representation, citizenship and the categorization of the modalities of expression of discrimination, prejudice and racism identified by science. Thus, 42 journalistic articles published in the *Folha de S. Paulo* newspaper were analyzed during the celebrations of the National Black Consciousness Day, on November 20 and 21, from 2012 until 2017, using as theoretical contribution of the Theory of Social Representations, postulated by Moscovici (1978), and methodological developed by Abric, Central Nucleus Theory (TNC) or structural theory. In general, bibliographic research seeks to identify, in the last instance, the social representation of the black person that circulates and is expressed by one of the largest newspapers in the country. The results indicate that the social and media representation of the black person is mostly concentrated in the status of enslaved Brazilian colony, especially in the figure of a child with a certain basic academic, cultural and intellectual level. The black person has a citizenship that guarantees only political rights. In addition, it composes the social representation, the discursive modality of Prejudice Theories, along with the ideology of whitening the Brazilian black population, so that the forms of expression of racist discourse in Brazil demonstrate the faces of racism, discrimination, prejudice, disaffection, enmity and repudiation of the white against the Brazilian Negro. Thus, the black person has a denied citizenship (DURSTON, 1999), becoming part of the population group with *status* of sub-citizen of (SOUZA, 2003), remaining, in summary, below citizenship, in a lower category (TUZZO, 2014).

KEY WORDS: Prejudice Theories; Racism; Speech; Social Representation of the black person; *Folha de S. Paulo*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Técnicas de coleta e análise de dados na teoria do núcleo central.....	104
Quadro 2: Quadrante de Quatro Casas.....	112

LISTA DE SIGLAS

- Abrevida – Associação Afro-Brasileira de Educação e Prevenção
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais
ALCESTE – Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte
APNs – Agentes de Pastoral Negros
BOL – Brasil Online
Ceabra – Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiro do Triângulo Mineiro
CHD – Classificação Hierárquica Descendente
CNAB – Congresso Nacional Afro-Brasileiro
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRS – Centro Nacional de Investigação Científica
COMTOC – Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura
Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras
CUT – Central Única do Trabalhador
EUA – Estados Unidos da América
EVOC – Associação Livre ou Evocação Livre
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIC – Faculdade de Informação e Comunicação
FNB – Frente Negra Brasileira
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituto de Ensino Superior
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRAMUTEQ – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*
IVC – Instituto Verificador de Circulação
MEC – Ministério da Educação
MN – Movimento Negro
MNU – Movimento Negro Unificado
MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MSN – Movimento Social Negro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MUCDR – Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial

NC – Núcleo Central

NEN – Núcleo de Estudos do Negro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONGs – Organização Sem Fins Lucrativos

ONU – Organização das Nações Unidas

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RH – Recursos Humanos

Rits – Rede de Informações do Terceiro Setor

RS – Representação Social

Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF – Supremo Tribunal Federal

TEN – Teatro Experimental Negro

TMR – Teoria das Mobilizações de Recursos

TNC – Teoria do Núcleo Central

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TRS – Teoria das Representações Sociais

UCE – Unidades de Contexto Elementares

UCI – Unidades de Contexto Iniciais

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNB – Universidade de Brasília

Unegro – União de Negros pela Liberdade

UOL – Universo Online

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro de Similitude do ano de 2012.....	117
Figura 2: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2012.....	123
Figura 3: Quadro de Similitude do ano de 2013.....	127
Figura 4: Quadrante de Quatro Casas de 2013.....	132
Figura 5: Quadro de Similitude do ano de 2014.....	135
Figura 6: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2014.....	141
Figura 7: Quadro de Similitude do ano de 2015.....	146
Figura 8: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2015.....	149
Figura 9: Quadro de Similitude do ano de 2016.....	154
Figura 10: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2016.....	158
Figura 11: Quadro de Similitude do ano de 2017.....	162
Figura 12: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2017.....	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - A PESSOA NEGRA BRASILEIRA	22
1.1. A pessoa negra no Brasil: Aspectos históricos.....	22
1.2. As influências culturais entre negros e brancos	29
1.2.1. O sincretismo	32
1.2.2. O multiculturalismo.....	34
1.2.3. A aculturação e assimilação.....	36
1.2.3. A transculturação	41
1.3. Racismo e preconceito racial no Brasil.....	42
CAPÍTULO II - AS DIFERENTES FORMAS DE EXPRESSÃO DO RACISMO	50
2.1. As Teorias do Racismo na Contemporaneidade.....	55
2.2. Da Sutileza à Cordialidade Brasileira	69
2.3. O branqueamento da pessoa negra	77
2.4. Os estudos do branqueamento.....	84
CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS	96
3.1. O campo representacional: conceitos e implicações teóricas	96
3.2. Teoria do Núcleo Central (TNC).....	101
3.3. Aspectos metodológicos	106
3.3.1. Processo Amostral.....	106
3.3.2. O jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	108
3.3.3.1. Procedimentos de coleta	111
3.3.3.2. Procedimentos de análise.....	112
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	115
4.1. Análise da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas em 2012	116
4.2. Análise da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2013	126
4.3. Análise da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2014	134
4.4. Análise da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2015	145
4.6. Análises da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2016	153
4.7. Análises da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2017	161
4.7.1. A cidadania da pessoa negra.....	173
4.7.2. Resistência da pessoa negra no Brasil: construindo uma cidadania	181

CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS.....	207
ANEXO I.....	224
I.I. <i>Corpus</i> das notícias	225

INTRODUÇÃO

O interesse do assunto advém da proximidade com a temática através do convívio diário com os problemas enfrentados pelas pessoas negras, principalmente por possuir familiares negros, inclusive, com constantes problemas domésticos que possui como pano de fundo o preconceito, a discriminação e o racismo como em boa parte da realidade das famílias brasileiras. Além disso, na graduação, como Trabalho de Conclusão de Curso e para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, em 2014, foi realizado um plano de comunicação para um programa de extensão e pesquisa que recebe afros descendentes em uma universidade particular.

Desse modo, com esse cenário, sempre fez parte dentre inúmeras inquietações, compreender o principal motivo de tanto racismo e desigualdade, e, consequentemente, a cidadania atribuída aos descendentes de africanos que são brasileiros, respaldadas, sobretudo, através das condições de vida ofertadas ao negro. Por consequência, esta foi a problemática expressa no projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), vinculada à Universidade Federal de Goiás (UFG).

Entretanto, por meio da aproximação com o objeto e também conselhos do meu orientador, foi constatado a existência de diversos estudos que, de certa maneira, já respondiam às inquietações descritas acima. Em contrapartida, também foi averiguado a falta de pesquisas que buscavam respostas de como se manifesta o branqueamento. Ou seja, ficou evidente a falta de trabalhos científicos que articulavam a comunicação, representação social, cidadania e o branqueamento – proposta que foi apresentada na qualificação.

Por sua vez, a qualificação proporcionou diversas contribuições por parte dos professores que estavam compondo a banca examinadora realizado no dia 24 de abril de 2017, no Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáical, na UFG. Dentre as inúmeras contribuições, foi apontado que o presente trabalho poderia gerar maior aporte à literatura científica e até para sociedade, caso fosse considerado no estudo as Teorias do Preconceito, já que foi apresentado, de forma superficial, certo nível de afinidade entre o Racismo Cordial e o Branqueamento.

Com efeito, após a qualificação, todo o estudo foi readequado em vista da contribuição, conselhos, esclarecimentos e apontamentos concretizados pela vasta sabedoria

dos professores, surgindo, desta forma, a inquietação central que se desenha esta pesquisa: Como se manifesta os racismos na mídia impressa e como este discurso colabora com a construção da representação social da pessoa negra?

Assim sendo, o desafio, é desvendar como se manifesta o discurso do racismo na sociedade brasileira, articulando a comunicação, representação social, cidadania e a categorização das modalidades de expressão da discriminação e preconceito identificados pela ciência, após a sociedade considerar socialmente errado qualquer demonstração de aversão a grupos de seres humanos.

Lembrando que o branqueamento, compreendido como uma espécie de “pacto com regras – normas, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000), que a pessoa negra é impelida a aderir, ainda está no atual trabalho. No entanto, ele é visto como um dispositivo do Racismo Cordial, definido, em resumo, como “a modalidade de discriminação que procura, a todo custo, uma maneira para não ofender ainda mais aquele que já é discriminado” (RODRIGUES, 1995).

Além disso, mostrou-se urgente investigar o impacto social, cultural e psicológico das mensagens das mídias presentes no cotidiano da sociedade, visto que os sistemas simbólicos podem trazer, em sua essência, as ideologias dos grupos dominantes e, dessa forma, contribuir para reprodução e legitimação das relações de dominação (THOMPSON, 2001; ROSO, STREY, GUARESCHI e BUENO, 2002), pois, é observado que os discursos da mídia impactam a sociedade como um todo e não apenas o público-alvo da empresa para o qual as ferramentas ou produtos de comunicação são elaborados (ACEVEDO, NOHARA e RAMUSKI, 2010), reproduzindo até representações sociais preconceituosas e modelos preconcebidos, “estando no discurso fundador, que limita outros olhares mais plurais e complexos” (BELISÁRIO, GERALDES E MOURA, 2013, p. 476).

De acordo com Kellner (2001), os discursos da mídia influenciam na construção e na reafirmação individual, oferecendo modelos de comportamento a serem seguidos, além de produzir o efeito do real, “fazendo as pessoas crer o no que mídia observa” (SANTAELLA, 2000), disposta, por exemplo, quando os meios de comunicação – na maioria das vezes – parecem reproduzir – em seus discursos – o preconceito contra um determinado grupo em detrimento de outros, sobretudo por conta do discurso da mídia ser considerado como sendo do senso comum (BRAGA, 2011) e, nesse sentido, o jornalismo, a mídia, tem fincado em seu cerne, uma suscetibilidade a pressões de crenças, normas, princípios e perspectivas de mundo divergentes (BELISÁRIO, GERALDES E MOURA, 2013).

Condição verificada, após revisão bibliográfica, que indicou a existência de um silenciamento, invisibilidade, rejeição e repressão sobre as narrativas exibidas pelos meios de comunicação quando é abordada a temática da população negra (RAMOS, 2002; BENTO, 2002; SPIVAK, 2010). Aliás, também é sinalizado que as pessoas negras encontram-se raramente representadas em ambientes familiares, sendo apresentados em vestimentas simples e subalternas (ACEVEDO, NOHARA e RAMUSKI, 2010), com retratos impregnados de ideologias racistas (CARVALHO, 2003; BARBOSA, 2004).

À vista disso, os modelos mais frequentes encontrados nos meios de comunicação com relação à pessoa negra, identificados através de pesquisas, são marcados por traços de sensualidade, malandragem, violência e erotismo (RODRIGUES, 2001; ARAÚJO, 2004; DA SILVA e ROSENBERG, 2008). Assim sendo, os personagens oferecidos aos afrodescendentes terminam sendo de pobre, cômico, favelado, criminoso e prostituto (RODRIGUES, 2001; ARAÚJO, 2004). Então, dessa maneira, é possível notar que as pessoas negras possuem personagens secundários ou figurantes (PINTO, 1987; DOMINGUES, 2002).

Então, se por um lado existe o mundo social que sinaliza reproduzir compreensões racistas, a cobertura jornalística sobre a temática da pessoa negra, de acordo com a revisão bibliográfica, indica que o tratamento sobre a questão racial do país é apresentado de forma superficial (PADILHA, SILVA e FRANÇA, 2015), espetacularizando episódios (BOLSON, 2016; TEIXEIRA, 2016) e deixando a discussão racial em segundo plano (DA SILVA e DE MORAIS, 2016). E mais, é sinalizado, nos meios de comunicação, que o termo raça não é utilizado fazendo referência às pessoas que carregam características europeias, ou brancas, sendo associado apenas para uma minoria (PINTO, 1987). Portanto, parece haver uma tentativa de classificação de seres humanos, especialmente das pessoas negras, baseados através da noção de raça (SHUCMAN, 2012), ou melhor, há uma tentativa da mídia de excluir da população negra a possibilidade de construir uma representação social e midiática positiva ao passo que o racismo indica fazer parte de sua imagem reproduzida pelos meios de comunicação. Todavia, esta intenção é suavizada para não “confrontar as normas sociais e indesejáveis do racismo” (PIRES e ALONSO, 2008), sendo capaz de desenvolver atitudes, comportamentos e discursos discriminatórios menos evidente na contemporaneidade.

Por esse ângulo, e também indo ao encontro do objeto pesquisado, é possível chegar à compreensão de que ainda não há respostas de como se manifesta as diferentes modalidades de expressão do racismo na sociedade brasileira, mesmo com as Teorias do Preconceito sendo catalogadas desde os anos 60, especialmente a hipótese brasileira definida como Racismo

Cordial, de Turra e Venturi (1995), que ainda possuem especialistas começando a estudar os mecanismos históricos e psicossociais contidos nesta forma de racismo (LIMA e VALA, 2004), evidenciando, dessa maneira, a escassa produção de estudos que articulam a discussão das Teorias do Preconceito – comunicação – representação social – cidadania.

Neste sentido, o estudo poderá contribuir, por exemplo, para identificar como se constrói as diferentes expressões discursivas e as ações concretas identificadas através dos estudos das Teorias do Preconceito. Permitirá observar e desvelar como a discriminação e a aversão contra a pessoa negra estão enraizadas na cultura, costumes, hábitos, normas e atitudes da sociedade brasileira, permitindo, em última instância, identificar a representação social da pessoa negra que se expressa na mídia, na qual “oferecem modelos de comportamento, de ações que potencializam as representações sociais”, explica Kellner (2001), por isso se faz necessário entender como se caracteriza o discurso dos racismos, cujos resultados e consequências permitem identificar a representação social da pessoa negra, partindo da perspectiva de que as representações sociais podem ser compreendidas como a ação prática de um grupo em relação ao outro.

Então, optou-se pela pesquisa no jornal impresso por entender a importância desta mídia. Tuzzo (2016) defende que a mídia impressa mantém importância significativa nos processos de comunicação, pois serve como suporte para os demais veículos, programas de televisão ou rádio, que frequentemente se pautam pelas manchetes dos jornais impressos, e ainda devido à credibilidade que o mesmo possui diante dos demais veículos. Dessa maneira, o jornal *Folha de S. Paulo* foi escolhido devido o seu alcance de influência em âmbito nacional, por se tratar, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), de um periódico com grande abrangência de tiragem e, sobretudo, devido ao acervo disponível totalmente digitalizado e acessível de forma gratuita em seu site na internet (www.acervo.folha.com.br).

No que se referem aos aspectos metodológicos, os textos publicados na *Folha de S. Paulo* foram analisados de acordo com o aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS), postulada por Moscovici (1978), sobre perspectiva de abordagem cognitivo-estrutural, desenvolvida por Jean-Claude Abric (2001, 2003), a Teoria do Núcleo Central (TNC). As análises foram realizadas com o auxílio do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), caracterizado como sendo um programa informático que realiza análises quantitativas de dados textuais, possibilitando interpretações qualitativas a partir desses dados.

Para responder a questão-problema central do estudo, o presente trabalho está organizado em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta uma discussão cuja abordagem é centralizada na pessoa negra e na relação desse grupo étnico com a própria história do Brasil, desde o ano em que foi registrado a presença do negro até os dias atuais, tendo como pano de fundo os efeitos que as culturas de diferentes origens populacionais têm umas sobre as outras até chegar aos aspectos fundamentais que caracterizam o racismo, discriminação e o preconceito racial brasileiro.

O segundo capítulo aborda as Teorias do Preconceito, expondo as diferentes modalidades de expressão de discriminação voltadas para a pessoa/população negra. Ou seja, é discutido o Racismo Simbólico (KINDER & SEARS, 1981), o Racismo Moderno (MCCONAHAY, 1986), o Racismo Ambivalente (KATZ & HASS, 1988), o Racismo Aversivo (GAERTNER e DOVIDIO, 1986; DOVIDIO e GAERTNER, 2000), o preconceito util (PETTIGREW & MEERTENS, 1995) e, finalmente, o preconceito cordial (TURRA e VENTURI, 1995). Ao final, também é exposto estudos sobre o branqueamento e embranquecimento da população negra brasileira.

Em seguida, o terceiro capítulo apresenta a Teoria das Representações Sociais, abordando a construção teórica de Serge Moscovici (1978), descrevendo os principais conceitos e suas implicações metodológicas, amostral, de coleta e análise. Ainda nesse capítulo, são apresentadas as possibilidades de estudo das representações sociais, originadas com base na teoria de Moscovici, a Teoria do Núcleo Central, desenvolvida por Jean C. Abric, também conhecida como Teoria Estrutural.

Finalmente, no quarto e último capítulo são exibidos as análises de similitude (SÁ, 1996; DE OLIVEIRA e SÁ, 2001 e ALMEIDA, MARTINS e TRINDADE, 2003) e quadrante de quatro casas (ABRIC, 2003; SANTOS, SHIMIZU e MERCHAN-HERNNANN, 2014). Depois, são concretizadas discussões sobre o *status* de cidadania atribuído à pessoa negra, evidenciando a resistência histórica do Movimento Social da População Negra, desde o Brasil Colônia de Portugal até os dias atuais. Além disso, este capítulo oferta os resultados finais da pesquisa que analisou 42 reportagens jornalísticas publicadas durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 e 21 de novembro, a partir do ano de 2012 até 2017.

Os resultados apontam que a representação social e midiática da pessoa negra, reproduzida pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em sua maioria, está concentrada na condição de escravizado do passado, especialmente na figura de uma criança, e em alguns momentos da

mulher negra, especialmente na categoria de mãe, com certo nível escolar básico, cultural e intelectual. E mais, a pessoa negra só possui os direitos políticos reconhecidos. Ou seja, a representação é baseada, principalmente, nas compreensões desenvolvidas ainda no período colonial do Brasil.

A partir desse cenário, são evidenciados que é garantido à população negra apenas os direitos políticos, relegando os demais (sociais e civis) – Carvalho (2003). Então, a pessoa negra possui uma cidadania denegada (DURSTON, 1999), passando a compor o grupo populacional com *status* de subcidadão de Souza (2003), permanecendo, em resumo, abaixo da cidadania, numa categoria inferior (TUZZO, 2014).

Além disso, compõe esta representação social da pessoa negra brasileira a forma discursiva das teorias do Racismo Simbólico (KINDER & SEARS, 1981), o Racismo Moderno (MCCONAHEY, 1986), o Racismo Ambivalente (KATZ & HASS, 1988), o Racismo Aversivo (GAERTNER e DOVIDIO, 1986; DOVIDIO e GAERTNER, 2000), o preconceito sutil (PETTIGREW & MEERTENS, 1995), o preconceito cordial (TURRA e VENTURI, 1995) e, finalmente, a ideologia de branqueamento da população negra brasileira, desvelando as formas de expressão do discurso racista no Brasil. Aliás, é indicado neste estudo que as hipóteses do Racismo Cordial e branqueamento possuem forte relação, sobre o único objetivo de camuflar, esconder, disfarçar e mascarar sua inimizade, desafeto e aversão à pessoa negra, por conta da recorrência constante destes dois fenômenos em todo o *corpus* deste estudo. E mais, para situar o leitor, é importante destacar que o termo pessoa negra é utilizado com certa frequência no atual trabalho, funcionando apenas como sinônimo de negro.

CAPÍTULO I

A Pessoa Negra Brasileira

1.1. A pessoa negra no Brasil: Aspectos históricos

É indicado que os negros chegaram ao solo brasileiro assim que começou a exploração da nova terra “descoberta” em 1500 pelos portugueses, logo, por volta de 1530, de acordo com Nascimento (1978), os africanos eram trazidos sob correntes. Desta maneira, já em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, perdurando por mais de três séculos. Então, o negro foi trazido para preencher o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura de sociedade que se organizava em função disso (PINSKY, 1998 – 1939).

Todo esse regime de exclusão e escravidão, desde o começo, foi sustentado pela visão dos colonizadores portugueses que trouxeram para o país, segundo Da Silva e Rosemberg (2008), a perspectiva imperante na Europa sobre os africanos, conhecido como o mito da pureza de sangue que diferenciava os “limpos” e “infectos de sangue”. À vista desta compreensão, os negros eram julgados como seres humanos inferiores ao branco europeu, sendo considerada a ralé da sociedade.

Por conta desta visão dos colonizadores portugueses, durante todo o período escravocrata, os negros eram obrigados a exercer as atividades cotidianas mais pesadas e ocupavam o *status* social mais baixo da sociedade, sobrevivendo em condições de vida precárias e menosprezados por seus aspectos físicos e costumes, vistos como selvagens ou “objetos, de sangue impuro, proibidos de exercer cargos públicos, militares e religiosos” (CARNEIRO, 1994).

Além disso, a população negra estava inserida em uma sociedade com características estamentais e patriarcais de produção rural, o que colaborou, do mesmo modo, para marginalização e esquecimento da pessoa negra, visto que eram relegados às profissões e atividades consideradas degradantes, já que aos brancos estavam reservados as funções intelectuais, os serviços religiosos e os cargos de poder.

Por consequência, após tanta opressão, a escravidão da população negra foi naturalizada, inclusive, isto pode ser observado pelo período em que a presença das pessoas negras estava concentrada na zona rural e até urbana. Nesta época, o argumento utilizado para

justificar o sistema escravo envolvia a conversão das pessoas negras ao cristianismo, pois seria graças ao sistema escravo, seguida da conversão ao cristianismo que a população negra seria libertada “do pecado e lhes garantia a salvação eterna” (DA COSTA, 1998). Portanto, naquela ocasião, todas as instâncias da sociedade, inclusive a religiosa, apoiavam este tipo de regime que se apresentava contra os direitos humanos.

Neste sentido, Nunes (2013) considera que a escravidão foi um dos maiores crimes contra a humanidade, uma vez que conseguiu arrastar homens, mulheres e crianças para fazendas, minas e áreas de extrativismo, “onde vivenciaram condições sub-humanas de trabalho – de existência – e eram frequentemente violentados” (NUNES, 2013). Com efeito, a África em quatro séculos (XV ao XIX), perdeu 65 a 75 milhões de pessoas entre escravizados e mortos, delineia Da Costa (1998).

No entanto, as pressões comerciais, que começaram a ser feitas para extinção do regime escravagista, no início do século XIX, não foram suficientes, principalmente na colônia brasileira. De acordo com Da Costa (1998), o próspero momento econômico em que vivia o café demandou o aumento da mão de obra escrava, já que cresceu, em todo território, a busca por novas áreas de terras. Este cenário fez com que as restrições comerciais perdessem força e houve, dessa maneira, o aumento do comércio do tráfico de humanos. Por sua vez, além de fatores comerciais, é importante destacar que na ocasião, uma grande maioria da população também não reconhecia a abolição do sistema escravo, dado que já tinham assimilado todos os argumentos criados para sustentar o regime.

No entanto, as pressões comerciais internacionais para abolir o sistema escravo do país começam verdadeiramente apenas a partir de 1822, pontualmente, quando o Brasil consegue a independência de Portugal. Dessa maneira, Da Costa (1998) explica que:

A Inglaterra condicionara o reconhecimento da Independência do país à cessação do tráfico. A 23 de novembro de 1826, foi concluído um tratado entre a Inglaterra e o Império, pelo qual este se comprometia a restringir o tráfico e a suprimi-lo em março de 1830. Em 7 de novembro de 1831, foi ele interditado, impondo-se aos traficantes severas penalidades, ao mesmo tempo em que se consideravam libertos os negros que, a partir de então, entrassem no país (DA COSTA, 1998, p.21).

Assim sendo, seguindo a lógica interpretativa, até o momento, é possível verificar que a abolição da escravidão, no Brasil, não se desenvolveu, por exemplo, devido o reconhecimento das condições sub-humanas de existência, de trabalho e sobrevivência ofertados a pessoa negra durante o regime escravocrata. Pelo contrário, é indicado que a

abolição se desenrolou por questões comerciais. Em resumo, a “liberdade” da população negra foi de maneira forçada e imposta. Apesar disso, de acordo com Da Costa (1998) e Bethel (2002) esta restrição de reconhecimento na nação brasileira não foi suficiente para abolir o regime escravo, visto que a senzala continuou sendo entupida por africanos, com portos e navios ainda mais lotados por pessoas negras que ao chegar ao Brasil possuíam seus valores, identidade, ancestralidade e corpos manchados pela discriminação, de modo que o comércio escravo brasileiro passou a ser reorganizado, mas em uma base ilegal e altamente lucrativa (BETHEL, 2002). Ou seja, a importação de escravos era livre, embora legalmente proibida e, assim, a população negra entrava de forma clandestina com um mercado que lucrava com esse cenário ilícito.

Além do mais, o interesse da Inglaterra em abolir o regime escravocrata se dá, segundo Da Costa (1998), pelo fato da Revolução Industrial e ao aparecimento de novas formas de capitalismo na Inglaterra. Portanto, é apontado que as pressões internacionais para abolir a escravidão, destinadas ao Brasil, não há preocupação com a situação degradante da população negra. A Inglaterra, considerada no passado como líder do tráfico negreiro, como grande potência econômica da época, buscava impor “alterações das formas de produção e a necessidade de ampliação dos mercados dos consumidores” (DA COSTA, 1998) e, desde então, se assistiu a liquidação do estatuto colonial e conquista da independência de colônias em toda parte do mundo, chegando até as Américas.

Contudo, o interesse em abolir o sistema escravagista não surge sobre reconhecimento das mazelas realizadas com o povo africano, pois o principal fator que levou a Inglaterra a desenvolver políticas de combate à escravidão é a nova ordem econômica, o capitalismo. Os ingleses acreditavam que o escravizado liberto poderia aumentar o seu mercado consumidor, assim como também existia a necessidade de mão de obra das colônias inglesas que ficavam na África, visando à produção de matéria prima indispensável no processo industrial.

Por conta desses motivos, foram assinados diversos tratados e acordos para abolir o comércio escravo entre a Inglaterra e o Brasil, mas nenhum deles foi respeitado. Apenas em 1845, após aprovação da “Lei Aberdeen”, é registrado considerável resultado no processo de revogar a escravidão no país. O decreto, da Lei Aberdden, de acordo com Bethell (2002), determinava o aprisionamento de navios que estavam realizando transporte com negros, pela marinha de guerra inglesa e julgamento por um tribunal da Inglaterra. Com efeito, nessa época, houve a destruição de embarcações, até mesmo em território brasileiro, “como forma de pressão para que o governo do Brasil decretasse uma lei eficaz contra o regime

escravagista” (CONRAD, 1975). Em contrapartida, tornou a relação entre os dois países, por certo tempo, conflitantes, provocando uma série de atitudes das duas partes. Dentre essas atitudes, a pessoa negra continuava sendo prejudicada, visto que de acordo com Chiavenatado (1999):

Os ingleses continuavam a afundar os navios negreiros e os africanos que deviam ir para as senzalas, submergiram juntos, sendo comidos pelos tubarões. Às vezes, “humanitariamente”, os britânicos chegavam a salvar os negros e os levavam para as Antilhas, onde os escravizaram ou contrabandeavam (CHIAVENATO, 1999, p. 92).

Confirmando, com esta atitude, a perspectiva de que os ingleses não estavam preocupados com a situação degradante e opressora oferecida às pessoas negras, pelo contrário, observando inicialmente apenas as intenções dos ingleses, a abolição se desenvolveu por motivos comerciais, exigida pela ordem econômica e sem o reconhecimento de direitos da população negra.

Ou seja, naquela ocasião, o Brasil estava sendo pressionado e com a sua soberania ameaçada, o governo brasileiro finalmente decidiu aprovar a Lei Eusébio de Queirós, complementada em 1854 pela Lei Nabuco de Araújo que “teve a autoridade de apressar o fim do tráfico” (CHIAVENATO, 1939-1999). Por sinal, além de determinar a extinção do tráfico de escravizados para o Brasil, ainda garantia severas punições para os infratores. Entretanto, as duas leis (Eusébio de Queirós e Nabuco de Araújo) apenas conseguiram desabilitar o tráfico momentaneamente, já que na mesma época, o Brasil estava no auge da produção e cultivo de café na região do Vale do Paraíba e no centro e oeste de São Paulo (DA COSTA, 1998), e necessitava de mão de obra escrava para continuar competitivo no mercado. Como solução, os fazendeiros procuraram negros, sobretudo na região Norte e Nordeste, provocando aumento no comércio interno. À vista disso, o valor monetário de um escravo aumentou por conta da diminuição da oferta e o comércio interno de seres humanos continuou no país.

Por outro lado, este cenário propiciou o crescimento de movimentos abolicionistas que eram, em sua maioria, grupos ligados à grande lavoura. Nesse período, também aumenta os registros de fugas em massa nas plantações cafeeiras, exigindo novas soluções, começando as primeiras experiências de emigração. Dessa forma, o convívio entre colonos e escravos criou novos problemas e estimulou ainda mais movimentos abolicionistas.

Todavia, os indícios de fim do regime escravo se dão apenas onze anos depois do fim do tráfico internacional quando o império brasileiro se envolve em um conflito com o Paraguai, entre os anos de 1864 e 1870, que se deu, basicamente, por conta de conflito de terras. Chiavenato (1999) explica que naquele momento o Brasil enfrentava um “problema

racial”, “os negros eram maioria absoluta da população e ganharam “peso social”, incentivando as manifestações libertárias” (CHIAVENATO, 1939-1999), na qual o uso da violência já não surtia mais efeito. Como solução, o Brasil decide enviar os negros para a guerra e assim compor o exército, incentivando os fazendeiros para que os enviassem para a luta, fazendo com que milhares de negros morressem em campo. Após o conflito, aos negros sobreviventes restou à alforria e com essa atitude, o país executa uma política de extermínio, demonstrando, com esse comportamento, a aversão da população negra até no Brasil Império, já que milhares de pessoas negras foram mortas no conflito, sem o reconhecimento mínimo de direitos.

Aliás, o império brasileiro foi o grande vencedor da guerra e contou com a aliança da Argentina e Uruguai. No entanto, o Brasil saiu esgotado do conflito bélico, acelerando a desagregação política que se canalizou na abolição no seu próprio fim do governo da época, contribuindo para a queda da monarquia, explica Chiavenato (1939-1999). O conflito aumentou ainda mais a pressão política interna e até internacional, já que naquela época o país era o único que adotava o sistema escravagista.

Graham (1979) aponta que foi nesse período que começou uma ardente campanha abolicionista, com líderes impelidos por vários motivos e condicionados por passados e experiências diversas. Nessa época, destacam-se, por exemplo, o líder Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, que após ser eleito deputado lança a campanha abolicionista que o tornou conhecido.

Com tanta pressão, os primeiros sintomas das quais a escravidão estaria chegando ao fim se deu com a criação da Lei do Vento Livre, promulgada apenas em 1871, que considerava libertos todos os filhos de mulheres escravas nascidos, e ainda a Lei dos Sexagenários, decretado em 1885, que previa a liberdade para os escravizados que tivessem mais de 60 anos. Entretanto, não foi um processo rápido, ao passo que, segundo Ciconello (2008), o Brasil terminou sendo o principal destinatário do comércio internacional de escravizados africanos e o último país das Américas a abolir o regime escravocrata.

A resistência em não aceitar a abolição foi até o último dia, pois a classe política e fazendeiros ainda estavam resistentes à extinção do regime escravo. De acordo com Da Costa (1988), foi necessário que a Princesa Isabel, então Regente, realizar um pronunciamento na Câmara dos Deputados a 03 de maio de 1888, para que dez dias depois, em 13 de maio de 1888, a Princesa assinasse a lei que extinguia a escravidão em todo país. A “nova” lei, em resumo, selava um fato já consumado.

Por sua vez, mesmo após a abolição do regime escravagista, a população negra continuou a ser excluída do desempenho econômico, político e cultural da sociedade brasileira, inclusive, sem direitos reconhecidos em nenhum dos sistemas políticos que passou o país. Uma prova desta conjuntura é que após abolição o estado começou a promover uma deliberada política de exclusão, marginalização e estigmatização, com o incentivo a imigração de pessoas de origem europeia, com a justificativa a suposta ideologia de superioridade da “raça” branca, incentivada pelo racismo científico da época.

Neste mesmo período, surge na Europa, o racismo científico, a partir do século XVIII, com as primeiras classificações raciais, sendo assim uma ideologia que afirma a superioridade cultural indiscutível da raça branca, consolidando-se como saber científico apenas na metade do século XIX, paralelamente à difusão do evolucionismo de Darwin. Assim, a imigração europeia auxiliaria para viabilizar o ideal branco sobre situações produtivas ao desenvolvimento social e econômico do país, “enquanto legitimava a ideia de inferioridade da população negra e desenvolvia, na esfera do simbólico, significados pejorativos sobre ser negro” (ALENCAR *et al.*, 2010), chegando no Brasil e criando um argumento para não reconhecer os direitos da população negra e escondendo toda discriminação racial do país, que reverbera por longos anos em todas as instâncias da sociedade, mesmo com a resistência histórica da população negra.

Com tudo isso, as políticas adotadas pelo Estado terminaram contribuindo para a exclusão dos ex-escravizados no mercado de trabalho, retirado por conta dos imigrantes europeus que chegaram ao Brasil, após a abolição da escravidão em 1888. Agora, grande parte da população trabalhadora negra “ficou relegada aos setores de subsistência da economia e de atividades preconizadas e mal remuneradas. Essa é a origem da exclusão e da informalidade” (CICONELLO, 2008, p.8). Então, restou à população negra apenas a repressão e o controle, operacionalizados pelos aparatos de força e até segurança policial, sem nenhum direito reconhecido.

Em algumas situações também é possível identificar no discurso do brasileiro a referência de que a culpa da existência da discriminação racial como sendo, apenas, da população negra. “É o próprio negro que faz o racismo” diz o senso comum (SILVA, 2007, p. 98). Desse modo, com este comportamento, o branco reconhece que é detentor de privilégio maior que o negro e não admite conceder esta vantagem. Por consequência, esse cenário comprova, também, toda aversão, desafeto, inimizade e repúdio à população negra que, até o momento, indica ser histórica.

Spivak (2010), que faz parte do Grupo de Estudos Subalternos, considera que as minorias populacionais são consideradas cidadãos subalternos. Neste sentido, seguindo a lógica interpretativa, a população negra está incluída na subalternidade. Vale destacar, que a condição de subalterno não está ligado a qualquer população marginalizada ao fato de ter voz ou não, mas de poder produzir seu próprio discurso, a partir de suas palavras e da sua perspectiva. Este é um processo importante, necessário para garantir a pluralidade de vozes, de grupos de seres humanos, socialmente excluídos que compõem o Brasil. Uma maneira de diminuir a desigualdade e garantir a multiplicidade de identidades que existem e são descaracterizadas.

Em vista desse cenário de exclusão e marginalização da população subalterna, Spivak (2010) é contundente em afirmar que intelectuais pós-coloniais não devem falar pelo outro. Esse comportamento fortalece as estruturas de opressão que existem em sociedades como o Brasil, deixando o cidadão subalterno, mais uma vez, sem voz e sem oportunidade de construir suas próprias narrativas, de tal forma que os intelectuais, jornalistas e pesquisadores precisam parar de emudecer a população subalterna.

É através desse conceito que se desvela a ideia de silenciamento, manifestado no que se refere ao fato da existência de um emudecimento discursivo de um grupo, no caso a população negra. Em tal processo, delineasse a presença da *Hipótese da Espiral do Silêncio*, conhecida também como a *Teoria da Espiral do Silêncio*, proposta pela cientista alemã, Elisabeth Noelle-Neumann, que tem o objetivo de explicar a questão das minorias silenciosas nas sociedades democráticas, esclarece Temer e Nery (2015). Para Neumann (1995) existe uma tendência do grupo sem expressão social de não conseguir acompanhar a opinião da maioria. Assim, basicamente, observou a existência de uma opinião, ou ponto de vista dominante, capaz de emudecer algumas pessoas que compõe a sociedade. Isso ocorre por conta das pessoas e/ou grupos terem medo do isolamento, possuírem falta de confiança e baixa autoestima, explica Neumann (1995).

Dessa forma, a Teoria da Espiral do Silêncio, refere-se, portanto, à mudez de grupos e/ou indivíduos quanto à emissão de uma opinião considerada conflitante com a opinião dominante. Temer e Nery (2015) ainda destacam que a *Teoria da Espiral do Silêncio* pode mostrar que assuntos de interesse ignorados pela mídia não ganham expressão, porque a minoria permanece silenciosa e calada. Assim, “os meios de comunicação atuam na construção da realidade social e ao silenciar algo, tornam a realidade construída incompleta e não representativa” (MENDONÇA e BRAGA, 2015, p.4). Ou seja, além de emudecer a

minoria, a espiral do silêncio também pode causar uma falsa representação social dos silenciados.

Neumann (1995) aponta que as pessoas e/ou grupos reconhecem o que chama de *clima de opinião*, que permite, no geral, observar os consensos que existem no meio inserido, comparar a sua própria conduta e assim, num primeiro momento, terminam se emudecendo e depois adaptando o seu discurso. Já Pena (2005) explica que, no geral, as pessoas buscam a integração social através da observação da opinião dos outros e procuram se expressar de acordo com os parâmetros da maioria para evitar o isolamento.

À vista disso, a hipótese expõe que a opinião transpassa pelo terreno da moral, das normas, opiniões e comportamentos já aceitos do meio social em questão. Na prática, é o veículo de comunicação a referência nesse processo, já que a mídia possui um caráter universal e legitimador. Barros Filho (2001) destaca que a composição da opinião pública não se dá exclusivamente em função da relação entre mídia e o público. Segundo o autor, a opinião pública é formada pelo “conjunto relações sociais que decorrem” (BARROS FILHO, 2001), provando, dessa maneira, que são complexos os fatores que influenciam o emudecimento de minorias, sobretudo, no caso do negro.

Hohlfeldt (1998) alerta que a hipótese da espiral do silêncio é um campo que demonstra a força da mídia, ainda não dimensionada. Graças às estratégias que são sucessivamente apropriadas por diferentes grupos e políticos (HOHLFELDT, 1998), demonstrando a importância em tentar entender e aprofundar o conhecimento sobre esse fenômeno, que em múltiplos momentos atravessam alheio aos olhos de leigos e até pesquisadores, podendo, inclusive, buscar e encontrar respostas em teorias que tentam explicar as influências culturais populacionais têm umas sobre as outras.

1.2. As influências culturais entre negros e brancos

A antropologia dispõe das expressões: aculturação, assimilação, sincretismo, multiculturalismo e transculturação. Os termos servem, no geral, para esclarecer os efeitos que as culturas de diferentes origens populacionais têm umas sobre as outras, sobretudo em sociedades das quais adotaram o sistema do colonialismo no passado e que de certa forma, houve o contato com outras culturas, terminando de influenciar tanto os oprimidos e opressores, ajudando, dessa maneira, a explicar os elementos culturais que formam a identidade nacional brasileira.

Entretanto, antes de detalhar sobre cada termo (aculturação, assimilação, sincretismo, multiculturalismo e transculturação) é importante compreender que ao chegar ao Brasil, a população negra influenciou, com a sua cultura, as tradições do branco hegemônico de forma recíproca, alterando tradições de ambos os lados. Isto porque, de acordo com Nascimento (1978), o negro plantou, alimentou e colheu a riqueza material do Brasil para o desfrute exclusivo da aristocracia branca, sendo, então, o verdadeiro protagonista da história do país, visto que calhou aos africanos a árdua tarefa de construir uma nação, deixando marcas nos brancos e negros, por exemplo, com novos hábitos alimentares, introduzindo um novo vocabulário à língua portuguesa e até adulterando crenças religiosas do cristianismo.

É essencial destacar que, desde o começo do regime escravista, são identificados focos de resistência à cultura dominante do branco europeu e luta contra opressão racial e social. Um exemplo disso são os Quilombos, formados por pessoas negras fugitivas do regime escravo (DOS ANJOS, 2006), uma vez que o contato de diferentes culturas populacionais não se dá, em algumas conjunturas, em harmonia, como já descrito. Todavia, este cenário não retira o caráter perverso do “sistema escravagista, criado e mantido pela violência”, esclarece Lara (1994), principalmente porque a escravidão fundamenta-se, basicamente, no poder do senhor branco, que se impõe pela força e ameaça. Ou seja, majoritariamente, a violência sobre a pessoa negra partia do branco colonizador, era o negro quem mais sofria com o regime de opressão, extração da carga de horário de trabalho, vivendo nas senzalas e até sendo castigados e açoitados. Esta situação de miséria no passado do negro eram formas de dominação que convinham apenas para lembrar-se de sua condição de servidão, permitindo que “o regime escravo promovesse a existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos”, aponta Da Costa (1998), proporcionando episódios peculiares e, até, definindo a lucidez nacional, capaz de construir todas as teorias e condições de vida que a população negra, experimenta no espaço da vida social (NOGUEIRA, 1999).

Neste sentido, para demonstrar a perversidade do regime escravo e ainda possibilitar conceber o contexto sobre as influências culturais, Moura (1992) explica que os africanos não possuíam nenhum tipo de direito, podiam ser vendidos, trocados, castigados, mutilados e mortos sem ninguém ou instituição intervir em seu favor, sendo, então, excluídos, marginalizados, vivendo em senzalas, na zona rural, e no fundo de residências, em áreas urbanas, em condições miseráveis e desumanas, recolhidos e, até, aprisionados por seus donos como se fossem animais, chegando, de maneira geral, “a desorganizar a vida familiar, dando margem à fixação de vícios e anomalias sexuais (masoquismo - sadismo)”, descreve Da Costa

(1998), revelando que homens e mulheres de origem africana eram considerados objetos, impedidos de constituir família, vistos como donos de um apetite sexual fora do comum, aptos, apenas, para satisfazer as necessidades sexuais de seus donos, nas quais, nem seus filhos não lhes pertenciam e quase sempre eram vendidos, onde o direito de exercer a maternidade era oferecido, à mulher negra, quando a sinhá não desejava amamentar o filho, sendo promovida ao encargo de “*mãe-preta*”. Desta forma, por exemplo, “ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de *status* social, e total desamparo, continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco” (NASCIMENTO, 1978, p. 61). Por sua vez, em vista deste cenário, Rosa (2006) defende que tudo do negro é sexualizado ao extremo, com aptidões e movimentos introduzidos no contexto da sexualidade. Com efeito, sua sexualidade foi animalizada, foram diminuídos e desvalorizados, sendo, dessa maneira, propriedades se seus senhores.

No entanto, os negros também precisavam ser catequizados e assim foram forçados a adotar o cristianismo, já que, segundo Pinsky (1998-1939), o catolicismo funcionava como elemento ideológico de manutenção da escravidão ao nível do próprio escravo, caracterizando-se como uma forma de provocar a mansidão e conformismo nos escravizados como mostra Prandi (1998):

A religião africana era capaz de dotar o negro de uma identidade única, de origem, que recuperava ritualmente a família, a tribo e a cidade perdida, apenas o catolicismo podia se encontrar e se mover no mundo real do dia-a-dia, na sociedade do branco dominador, que era o responsável pela garantia da existência do negro, ainda que em condições de privação e sofrimento, e que controlava sua vida completamente (PRANDI, 1998, p. 154).

Sendo assim, os negros até recebiam novos nomes e o batismo significava a transformação do aprisionado em escravo, uma forma de passagem. Para quem era resistente aos preceitos da religião católica, restou incorporar a cultura africana ao catolicismo hegemônico. No entanto, também é observável o modo de resistência da população negra que ocupava o território conhecido como quilombo, considerado como feito mais significante para toda população negra, “espalhado por todo o território brasileiro, formados aos poucos, após fugas individuais ou em um grupo de negros” (REIS, 1996), principalmente, durante o período escravagista. “Nos Quilombos, que se agrupavam os povos africanos e seus descendentes escravizados que se rebelavam contra o sistema vigente” – a escravatura (DOS ANJOS, 2006, p.345), caracterizando-se como núcleos históricos organizados de resistência ao sistema escravista, resume Nunes (2013). Tornado-se, dessa maneira, símbolo histórico de

luta e resistência à dominação cultural da pessoa branca e local contra a opressão racial e social, demonstrando a presença de uma militância e resistência da população negra desde que chegaram ao Brasil e ainda foco de luta desde a escravidão até os dias atuais com “193 comunidades quilombolas tituladas pelo Incra e 2,1 mil reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares”(NUNES, 2013).

Com isso, por conta deste contexto multifacetado a respeito das influências culturais provenientes do contato de grupos populacionais, a antropologia, com efeito, procura desvendar as possibilidades teóricas, expressas através dos termos: aculturação, assimilação, sincretismo, multiculturalismo e transculturação.

1.2.1. O sincretismo

Dentre as possibilidades teóricas apresentadas, o sincretismo, definido por Marconi e Presotto (2010), oferece uma interpretação possível, caracterizado como “a fusão de dois elementos culturais análogos, de culturas distintas ou não, crenças e práticas” (MARCONI e PRESOTTO, 2010). É o conceito mais antigo e ao mesmo tempo “evidente” na cultura brasileira, por conta da própria história do país, formado pelas populações indígenas, negras e europeias.

Segundo a hipótese do sincretismo, conceito mais criticado e desvalorizado, é possível notar sua presença nas práticas religiosas quando a população negra foi obrigada a absorver características do cristianismo para que a sua cultura não fosse totalmente extermínada, explica Marconi e Presotto (2010). Como solução, a sua religião, o candomblé e a umbanda, crenças de origem africana, tiveram que agregar valores e até imagens de divindades da religião católica que, por fim, também sustentava o sistema escravagista.

Dessa forma, é possível notar a presença de uma cultura dominante, no caso a do branco hegemônico, que mesmo com a presença de povos de procedência diversa no Brasil, é capaz de impor valores e crenças à cultura que é considerada inferior. Além disso, seguindo a lógica interpretativa, o sincretismo analisa apenas no sentido de que a cultura dominada adota características da cultura dominante e, assim, esquecendo-se da dupla troca de influência. Por consequência, a teoria do sincretismo provoca mal estar entre alguns pesquisadores e autores. Esse fato ocorre porque o termo tem o “sinônimo de mistura confusa de elementos diferentes, ou imposição do colonialismo e evolucionismo”, pontua Ferretti (1998). Já para Da Matta (1987) o problema do sincretismo está na tentativa de sintetização de modelos e posições, já

que, segundo o autor, parece ser um aspecto central da ideologia dominante brasileira. E assim muitos propõem a abolição do termo (FERRETI, 1998), além disso, também é desvelada a aversão à identidade racial da pessoa negra, numa teoria que foi aceita por algum tempo e que até hoje é encontrada nos discursos de alguns grupos populacionais.

À vista deste cenário de descaracterização da cultura negra, movimentos sociais que representavam a população negra se manifestaram sobre as teorias do sincretismo através do lançamento do documento conhecido como “Manifesto Anti-sincretismo”, elaborado na II Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura (II COMTOC), em 1983, na cidade de Salvador e assinado pelas iorixás mais representativas do candomblé baiano formado por “Menininha do Gantois – Ialorixá do Axé Ilê Iya Omin Iyemassé; Stella de Oxossi – Ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá; Olga de Alaketo – Ialorixá do Ilê Maroia Lage; Tetê de Iansã – Ialorixá do Ilê Nasso Oká e Nicinha de Bogum – Ialorixá do Zogodô Bogum Male Ki-Rundo” (DA SILVA e VASCONCELOS, 2005, p. 7 e 8), sobre o objetivo de desvincular a religião africana dos valores obsolvidos pelo cristianismo, após séculos de perseguição e opressão.

Em contrapartida, líderes católicos, que perseguiam e criticavam o sincretismo, hoje estão preocupados em compreender o fenômeno sob o termo de “inculturação”, descreve Ferretti (1998), passando até a incluir elementos que são de origem das religiões africanas em cerimônias religiosas, como em missas e rituais de fé cristã, transparecendo, em alguns momentos, ser uma estratégia religiosa para atrair fiéis.

Atualmente, também há no Brasil grupos de pessoas negras que combatem e criticam as teorias do sincretismo. Esses movimentos de reafricanização possuem suas atividades concentradas no sul do país e que – aos poucos – se expande por todo território (FERRETTI, 1998) buscando retirar, por exemplo, as imagens de santos, da igreja católica, visto que a população negra foi obrigada a absorver características dos rituais religiosos do cristianismo para que, assim, a sua cultura e vivências não fossem extermínadas por completo.

Por sua vez, mesmo sendo uma teoria criticada por movimentos sociais e grande parte da comunidade científica, ainda é possível encontrar pesquisadores que defendem o sincretismo, como é o caso de Sergio Ferretti. Para o pesquisador, o julgamento do termo se dá por conta da atribuição exclusiva desse fenômeno ao catolicismo e às religiões afro-brasileiras (FERRETTI, 1998 e 2008), sendo que “o sincretismo está presente tanto na Umbanda e em outras tradições religiosas africanas, quanto no Catolicismo primitivo, o atual, o popular ou erudito, como em qualquer religião” (FERRETTI, 1998, p. 183). Ou seja, há uma dupla troca de influência entre as religiões. No entanto, o autor esquece o contexto e a

entonação pejorativa em que o termo é referido em conversas formais e informais e, assim, por consequência de toda a discussão, em torno das teorias do sincretismo, começou a ser discutido o conceito de multiculturalismo, o que levanta questões mais aprofundadas. Conforme Ferreti (2008), hoje o sincretismo é visto como multiculturalismo, inclusive, com o mesmo conflito teórico.

1.2.2. O multiculturalismo

Sobre o multiculturalismo, Hall (2003), teórico cultural e sociólogo, explica que este fenômeno se interessa pelas estratégias políticas adotadas para administrar problemas de diversidade e culturais gerados em sociedades multiculturais. A partir desta compreensão, seguindo a lógica interpretativa, as teorias do multiculturalismo creem, em resumo, na perspectiva de que a sociedade é formada de uma coletividade populacional que possui diferentes culturas, hábitos, comportamentos e vivências ocupando o mesmo espaço. Essa compreensão aparece a partir da década de 70, em publicações na Austrália e Canadá, para rotular políticas públicas de valorização a diversidade cultural (MALOMALO, 2010), por isso, até os dias atuais, o conceito ainda está atrelado às táticas governamentais de cunho político e que, por consequência, em muitos momentos, é utilizado como sendo uma teoria, filosofia, doutrina social, um movimento social, um programa, um projeto, uma iniciativa, uma pedagogia e uma política pública (MALOMALO, 2010). Tornando-se, então, um conceito polissêmico, com diversos significados. Então, com esse problema, Hall (2003), que possui o maior número de pesquisas sobre a temática do multiculturalismo, explica que se faz necessário utilizar o termo, cada vez mais, para, dessa maneira, poder questionar o seu significado, pois o autor também situa os termos permanentes utilizados, para evitar a polissemia, que são: “multicultural” e “multiculturalismo”.

O termo multicultural descreve as “características sociais e problemas de governabilidade na sociedade, na qual diferentes culturas convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo tentando reter sua identidade cultural” (HALL, 2003, p.50). Já o multiculturalismo, conforme Hall (2003) são as “estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas nas sociedades multiculturais” (p.50). Assim sendo, as definições descrevem uma sociedade composta por uma diversidade de pessoas das quais possuem diferentes culturas e que estão em permanente contato, assemelhando-se

aparentemente com a sociedade brasileira, já que é composta por uma população que vieram de diferentes origens desde o período colonial.

No Brasil, de acordo com Guimarães (2006) os paradigmas do multiculturalismo prevaleceram no período de redemocratização da América Latina entre os anos de 1980 a 1990. Para o autor, multiculturalismo e as políticas de identidade estavam disponíveis no mercado internacional, no mesmo momento em que as democracias latino-americanas escreviam suas constituições, caracterizando-se como ideias neoliberalistas. É partir desse momento que o multiculturalismo passa ser criticado, no campo político, por alguns setores, como grupos de esquerda e movimentos sociais. Esse comportamento decorre da luta social e étnica racial presente na sociedade brasileira (MALOMALO, 2010). Afinal, como “dispositivo” político, o multiculturalismo envolve o direito de um poder simbólico que é motivo de barganha histórica entre a população negra e branca. Ou seja, está em jogo “o direito de discursar e elaborar estratégias sobre os problemas de multiculturalismo da sociedade brasileira e sobre aqueles, especificamente, enfrentados pelos afro-brasileiros” (MALOMALO, 2010, p. 236). Argumento apropriado, visto que a identidade racial da pessoa branca ainda é, em sua maioria, detentora de um *status* social privilegiado, o que torna, em alguns momentos, incapaz de resolver e entender o racismo e a exclusão que convive a população negra, desde que chegou ao Brasil.

Em termos teóricos, o multiculturalismo também recebe críticas, sobretudo com relação à noção de hibridismo, que segundo críticos pode gerar conflitos e camouflar o racismo e a discriminação contra grupos populacionais que não são socialmente aceitos, como a população negra. Hall propõe a utilização do termo hibridismo, no lugar das expressões tradição e modernidade, que geram críticas, evitando conflitos. Esta troca decorre pelo fato de que o multiculturalismo, teoricamente, consegue reconhecer as culturas que foram negadas e que passam ser reconhecidas.

Com efeito, Burke (2003) alerta que o hibridismo pode gerar “perda de tradições regionais, locais e também o aparecimento de reações éticas ou nacionalistas, bem como a tensão entre o regionalismo e mestiçagem ou até o surgimento de separatismo, segregacionismos e fundamentalismos” (p.16). Um exemplo desse conflito acontece quando, por exemplo, um representante da religião do candomblé reafirma ao delegado da umbanda ser a único culto de origem africana, ou vice-versa. Outro exemplo, já de hibridismo, é a doutrina do Santo Daime, fundada no Acre, com elementos da umbanda, tambor de mina e diferentes religiões. Por sua vez, o ponto embarracoso do hibridismo está no seu entendimento

de que lembra miscigenação, mistura e, até o, conceito de sincretismo. E esse entendimento fica evidente quando Hall (2003) defende as nomenclaturas: negro-britânico, asiático-britânico e afro-brasileiro, na qual é evidenciada a presença de características fenotípicas e étnicas para diferenciar grupos populacionais que possuem uma cultura diferente. Assim é revelado o racismo e a discriminação contra populações que possuem uma cultura diferente, além de ser demonstrado que a teoria do multiculturalismo tem um viés majoritariamente político que disfarça e camufla a aversão contra grupos que são considerados pelos detentores do poder simbólico, como diferentes, promovendo apenas o chamado “politicamente correto”, termo frequente em conversas na contemporaneidade.

Já Pereira (1983) acrescenta que a nomenclatura afro-brasileira promove a perca da identidade cultural da população negra, colaborando para esquecer suas origens bantus, sudanesa, guiana-sudanesa ou negro-maometanas (classificação cultural encontrada por Arthur Ramos, na década de 40). E assim terminando de reduzir a cultura de uma população, descaracterizando, oprimindo suas verdadeiras origens e, finalmente, causando a discriminação e aversão sobre a pessoa negra.

1.2.3. A aculturação e assimilação

Além do multiculturalismo, o conceito de aculturação também contribui na discussão sobre as influências culturais populacionais brasileiras. De acordo com Marconi e Presotto (2010) a aculturação é a fusão de duas culturas diferentes que, entrando em contato contínuo, originam mudanças nos padrões de ambos os grupos. Esse dado é perceptível na relação entre brancos e negros no Brasil, não só na religião, mas na música, na alimentação e até nos simples costumes do cotidiano, “se desenvolvendo historicamente, a partir do primeiro dia em que o negro pisou as terras do cativeiro” (PEREIRA, 1983, p. 95). Marconi e Presotto (2010) alertam que com o passar do tempo, essas culturas se fundem para formar uma sociedade e uma cultura nova.

Entretanto, Marconi e Presotto (2010) não alertam que o processo de aculturação pode ser amargo para alguns grupos populacionais, como o formado por pessoas negras. Nesse sentido, quem melhor descreve o desenvolvimento da aculturação é João Baptista Borges Pereira (1983), no artigo *Negro e Cultura Negra No Brasil Atual*, na qual considera que o negro sofre com o processo aculturação e ainda o duplo processo de afastamento entre a cultura e o grupo racial.

O primeiro processo diz respeito à perda de identidade cultural de grupos étnicos a favor de uma espécie de patrimônio cultural do negro *tout court*. No jogo da oposição branco-negro, as especificidades culturais ou étnicas perdem sentido na medida em que todas as manifestações de cultura não identificadas como branco passam a ser julgados como de negros, sem distinção de eventuais nuances culturais (PEREIRA, 1983, p. 95).

Ou seja, o processo de aculturação envolve a perca de múltiplas características culturais e vivências da pessoa negra, que possui origens africanas diversificadas. Um exemplo disso, na prática, segundo Pereira (1983), é o fato de não existir, para brancos e, até, negros, a cultura bantu, sudanesa ou negro-maometana, como identificada por Arthur Ramos, na década de 1940, ou melhor, existe somente a cultura da população negra ou a tradição dos negros, posto que a multiplicidade e a pluralidade de origem africana foram-se sintetizados e resumidos, “a única categoria – a dos negros: negro-escravo, antes da república; negro-cidadão, nos dias atuais” (PEREIRA, 1983, p.95). Em relação ao último processo de aculturação, Pereira (1983) define que:

O segundo processo de afastamento entre cultura e grupo racial refere-se à perda de identidade cultural desse grupo negro genericamente conceituado a favor de uma cultura nacional associado a toda população pluri-racial brasileira, independentemente das múltiplas étnicas de um país de imigração (PEREIRA, 1983, p.95).

Portanto, para o autor, permanece a compreensão na sociedade brasileira de que existe a onipresença cultural da população negra em todas as manifestações culturais nacionais, que ajuda alimentar o entendimento de que o Brasil é uma sociedade formada por diversos grupos populacionais. Assim sendo, no país há um dispositivo poderoso capaz de bloquear a participação social, cultural e política da pessoa negra, isto é, o mito da democracia racial, que também faz com que as tradições brasileiras tenham aceitação no que se refere aos valores do negro, e, os brasileiros – principalmente os da classe média para cima – encontram na adesão de princípios hábitos de origem africana uma maneira de promover alguma ostentação, que os fazem experienciar “ora diferentes, ora exóticos, ora muito democráticos em relação às minorias injustiçadas” (PEREIRA, 1983, p. 96). Enquanto, o branco e negros, brasileiros de baixa renda, vivenciam a cultura negra de modo natural, explica o autor.

Com este cenário, observa-se que a aculturação não possui a intenção de “realizar a manutenção e preservação da cultura africana, pela manutenção do seu *ethos*” (GEERTZ, 2008), pelo contrário, possui um viés que é regido pela “desconstrução deste patrimônio

africano e pela reconstrução de um novo *ethos*” (GEERTZ, 2008). Portanto, o processo de aculturação, em resumo, é inspirado na cultura dominante do colonizador português e que ainda se faz presente na sociedade brasileira atingindo principalmente a população negra.

Exemplo de aculturação é a folclorização da cultura negra no Brasil, que de acordo com Pereira (1983), em *Negro e Cultura Negra No Brasil Atual*:

Tal processo consiste em transformar as manifestações culturais dos negros em algo irrelevante ou em recheios ideais para se montarem esquemas de entretenimento par vastas camadas da população, em especial para aquelas que, independentemente da cor, podem usufruir, de forma mais plena, certo tipo de lazer produzido pela sociedade brasileira (PEREIRA, 1983, p. 97).

À vista desse conceito pode ser entendido como folclorização o período do carnaval, onde as escolas de samba recebem atenção da sociedade, através do conglomerado midiático que exprime, durante suas transmissões, em alguns momentos, a compreensão de que é um espetáculo de manifestação exótica da cultura brasileira. Os clubes de dança, conhecidos como gafieiras e os centros de capoeira espalhados pelo Brasil, também são exemplos de folclorização da cultura negra. Assim como a escola também é um espaço que, em muitos momentos, ainda promove a folclorização da cultura da população negra.

Nesse contexto, Abdias do Nascimento (1978), em *Genocídio do negro brasileiro*, compara o processo de aculturação e assimilação ao, também, processo de branqueamento da população negra, isto porque ambos pretendem tornar a pessoa negra mais branca (NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 2002) e, desse modo, longe de suas verdadeiras origens, ancestralidade e vivências culturais africanas, por possuir predileção sobre o modelo cultural e estética da pessoa branca. Assim sendo, a aculturação é evidente quando há rejeição em tudo que se refere ao africano e ao negro, a reprodução de compreensões discriminatórias, como o sexualização do corpo da pessoa negra, e ainda o desejo de possuir características do colonizador, que possui a identidade racial da pessoa branca.

É importante salientar, que segundo as teorias antropológicas, as relações entre brancos e negros também carregam aspectos de assimilação que é entendida “como uma fase da aculturação; seria um processo mediante o qual os grupos que vivem no território comum, embora procedentes de lugares diversos, alcançam uma solidariedade cultural” (MARCONI E PRESOTTO, 2010, p 45). Todavia, é indicado por Marconi e Presotto (2010) que a assimilação é um conceito que ainda não é perceptível, na prática, sobre a sociedade brasileira. Em contrapartida, o conceito é evocado em diversos estudos, junto com o termo aculturação, por justamente estarem diretamente relacionadas.

É nesse ínterim, Freire (2005) em sua obra, *Pedagogia do oprimido*, descreve o processo de assimilação e aculturação de minorias populacionais, mesmo tratando a temática no campo da educação e fundamentadas em valores humanistas. Com efeito, o pedagogo consegue estabelecer estratégias para superação entre opressores e oprimidos. Segundo o autor, os indivíduos considerados oprimidos, coletivamente organizados, podem transformar suas próprias existências graças ao desvelamento crítico da realidade (FREIRE, 2005) e, desta maneira, libertando-se da opressão.

Para Freire (2005) o desvelamento crítico representa, basicamente, a tomada de consciência da situação existencial dividida entre os sujeitos participantes, que permite outro olhar e conduz a uma ação transformadora. Ou seja, o desvelamento crítico é a capacidade de vislumbrar diversos olhares sobre a mesma realidade. Uma tarefa que não é fácil para nenhum grupo populacional, principalmente para a pessoa negra que convive numa sociedade complexa, estratificada socialmente, sobre a compreensão de que o Brasil é uma sociedade formada por diversos grupos populacionais (mito da democracia racial), sendo discriminado socialmente e impedido de participar do espaço social, cultural e político, inclusive, com instituições, espaços, entidades e órgão representativos, como a escola e a universidade, que indicam usar da folclorização para reprimir a população negra, sobretudo quando tratam do assunto.

Essa dificuldade pode ser explicada pela relação de poder¹ entre negros e brancos que foi sustentada desde o período da escravidão até os dias atuais. Por conta desse contexto histórico, Freire (2005) acrescenta que essa relação entre opressor e oprimido está marcada pela humanização, que é vocação humana, e desumanização, vista como fato histórico. Nessa perspectiva, seguindo a lógica interpretativa, pode-se intuir que existe a humanização de estereótipo, no caso o branco europeu, e desumanização do modelo da pessoa negra que possui origens africanas, ponto crucial para entender o contexto da aculturação e assimilação cultural da população negra na contemporaneidade.

¹ Um exemplo disso é a desigualdade existente entre os dois grupos populacionais. Bourdieu (1989) descreve que este poder é invisível, quase mágico, escondido nas entrelinhas, mas que fundamenta e até mobiliza uma série de outros poderes, capaz de obter o equivalente que é obtido pela força. “O poder simbólico pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7 e 8), sendo através da língua, da arte, religião, que denomina como sistema simbólico, que o poder se organiza e se demonstra. Logo, os símbolos são parte do modo como representamos a realidade e o mundo, o meio pelo qual uma cultura e seus valores se expressam e se reafirmam. Assim, os sistemas simbólicos “são instrumentos de integração social que regulam os consensos e dão sentido ao mundo social contribuindo para a ordem social” (BOURDIEU, 1989, p.10). Ou seja, esse poder, compreendidos a partir dos sistemas simbólicos, está presente em todas as instâncias da vida, termina por contribuir para ordenar as relações de convívio na sociedade, sobretudo, entre negros e brancos.

Neste sentido, o francês Fanon (2008) de descendência africana, psiquiatra, filósofo e cientista social, em sua obra publicada no ano de 1952, *Peles negras, máscaras brancas*, discute os impactos do racismo e do colonialismo na psique. O autor mostra que as alienações coloniais são incorporadas pelos colonizados, mesmo no contexto de resistência do negro, pois “o negro tem duas dimensões, uma com seu semelhante e a outra com o branco” (FANON, 2008). Para o autor, essa teoria é justificada no comportamento e relação entre os dois grupos. Assim sendo, o negro comporta-se diferente com o branco e com outro negro. Esta conjuntura, segundo Fanon (2008), se deve ao período colonial que sustenta diversas teorias que fizeram da população negra vítima de todo o tipo de preconceito.

Por consequência desta perspectiva de Fanon (2008), “a imagem do negro escravo nos é, portanto, transmitida como a de um bruto selvagem, figura primitiva, dominada pelos seus instintos, de figura terrível e atraente” (PINSKY 1998, p. 39). Essa compreensão presente até os dias atuais persiste e atinge toda a população negra de forma integral e constante nas instâncias de sua vida. Imagem determinada pelo branco e tem origem no seu papel social ainda no período colonial e na aparência reverberando até na economia, na política, na educação e na saúde promovida pelo Estado.

Com a imagem tão negativa e ancorada no seu passado, de acordo com Fanon (2008) resta ao povo colonizado, no caso o negro, que nasceu com um complexo de inferioridade, devido ao sepultamento de sua originalidade cultural, a assimilar a cultura hegemônica para assim ser aceito. “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p.34). Isso significa dizer que ao negro não resta à opção de preservar a sua identidade, história e cultura original de seus ancestrais. Uma perspectiva negativa, mas que termina por demonstrar a perversidade da sociedade atual que não deixa a opção para alguns grupos populacionais, sobretudo a população negra, de terem sua própria cultura, uma vez que, seguindo a lógica interpretativa, o processo de aculturação e assimilação é inevitável para grupos populacionais, principalmente da população negra.

Todavia, também é possível identificar a resistência da população negra ao processo de aculturação no país. Na mídia, por exemplo, o tema surge quando a discussão, que começa na internet e pauta os demais veículos de comunicação, levanta o questionamento sobre apropriação cultural de uma pessoa branca que utiliza algum objeto que é considerado símbolo cultural da população negra. Um caso que ganhou repercussão na mídia foi o desfile

de verão de 2017 de Marc Jobs, na qual utilizou símbolos da cultura negra, sem valorização e representação de modelos negras na passarela.

Outro exemplo de oposição à aculturação cultural da população negra confere as comunidades quilombolas “formadas a partir dos movimentos de resistência à escravatura ou como terras de afrodescendentes ocupadas por meio de doação de ex-senhores ou igreja, mas cuja origem e centralidade de luta residem na questão do acesso à apropriação da terra” (NUNES, 2013, p.17) e que continuam persistentes na sociedade contemporânea, ainda tentando preservar as origens culturais da população negra, mesmo com uma realidade, em sua maioria, de total abandono do governo.

Por sua vez, a visão negativa de que resta ao negro a opção de assimilar os valores da metrópole de Fanon (2008) também expõe que toda a sociedade, assim como suas instâncias e instituições do Estado, foram planejados e moldados com reverência à ótica, perspectiva, vivência, característica e cultura do colonizador. Ou seja, toda a sociedade é alicerçada nos valores da pessoa branca. Assim sendo, esta perspectiva questiona, até mesmo, a luta e a resistência da população negra que busca igualdade na “sociedade branca”, pois a sua visão revela que é necessário promover a inserção da pessoa negra, mas questionando valores, perspectiva e vivência que não fazem parte da essência cultural da população negra brasileira.

1.2.4. A transculturação

Finalmente, a transculturação, também é uma teoria que busca compreender as influências culturais populacionais, que consiste “na troca de elementos culturais entre sociedades diferentes”, resume Marconi e Presotto (2010). O termo foi proposto pelo antropólogo Fernando Ortiz, em 1940, quando buscou explicar as influências culturais de Cuba, sobre o fenômeno de mestiçagem, influenciando, também, as Américas. Segundo Ortiz (1983) o termo transculturação é o mais apropriado por expressar os variados fenômenos de transmutações culturais que ocorrem na sociedade e termina indicando que o termo aculturação não é apropriado para expressar os fenômenos culturais.

Neste sentido, para Ortiz (1983) as diferentes fases de transição de uma cultura para outra passa por três elementos/momentos: aculturação, desculturação e neoculturação. O primeiro momento “é o processo que consiste em adquirir outra cultura diferente” (ORTIZ, 1983), sendo, basicamente, a soma. Já o segundo momento “implica, necessariamente, no desenraizamento de uma cultura anterior” (ORTIZ, 1983), desse modo, na perda. Finalmente,

o terceiro, e último momento, se expressa pela “criação de novos fenômenos culturais”, que na sua totalidade, segundo Ortiz (1983), todo o processo descrito é uma transculturação. Então, “a transculturação opera, assim, pelo atrito das culturas que expressa uma perspectiva criadora através de perdas, conflitos, assimilações, negociações e cruzamentos” (HAESBAERT e MONDARDO, 2010, p.34 e 35).

Assim sendo, para ficar claro o conceito, as mulheres negras podem ser um exemplo de grande colaboradora deste processo, visto que ao circular entre a casa dos seus senhores e a senzala terminavam por assumir costumes e valores europeus, inserindo elementos culturais africanos no convívio diário de seus donos e, ao mesmo tempo, implantava o que aprendeu entre os seus, que viviam apenas entre a senzala e o trabalho pesado.

Dessa maneira, o conceito de transculturação e/ou aculturação são cenários propícios para se desenvolver a instalação de compreensões negativas sobre o cognitivo individual e coletivo, uma vez que o contato entre os diferentes grupos populacionais não são processos amigáveis. Neste sentido, seguindo a lógica interpretativa, o racismo, o preconceito racial e a discriminação caracterizam-se como exemplo desses “espaços” de conflito entre negros e brancos.

1.3. Racismo e preconceito racial no Brasil

É indicado que o racismo, o preconceito racial e a discriminação são componentes moduladores do relacionamento entre as pessoas negras e brancas. Esta afirmação pode ser confirmada na própria formação identitária populacional do Brasil que, por sinal, é complexa e parece refletir todo o sistema de opressão contra a população negra, sobretudo se for levado em consideração toda à luta e resistência desde o período colonial até os dias atuais. Por sua vez, este é um tema que ainda gera desentendimentos entre alguns setores da sociedade brasileira, corroborando, por exemplo, para ocultar o passado sombrio do país. Tornando-se, também, uma barreira para assumir a aversão contra alguns grupos de seres humanos na contemporaneidade, especialmente da população negra.

Então, no sentido de desvendar este cenário de aversão à população negra, busca-se a obra de Gordon Allport (1954), *The nature of prejudice*, publicada nos Estados Unidos da América (EUA), que trouxe à tona os estudos sobre o preconceito. Segundo Allport (1954) o preconceito é definido como uma atitude hostil ou prevenida contra uma pessoa que pertence a um grupo. Para o autor essa atitude desfavorável não necessariamente necessita de um

motivo, podendo surgir apenas “pelo simples fato de pertencer a este grupo” (ALLPORT, 1954) ou por apenas obter características que são atribuídas a este grupo. Desse modo, a teoria de Allport (1954) corrobora com a perspectiva da pesquisadora brasileira Sant’ Ana (2005) que considera o preconceito como um “julgamento prévio, que é imposto pelo meio, época e educação, através das relações de uma pessoa com a sociedade” (SANT’ ANA, 2005). Isso significa dizer, em síntese, que o racismo, o preconceito e a discriminação podem estar fundados em conceitos, imagens, ideias, juízos e opiniões que são generalizantes. E mais, é possível aferir que todas as generalizações, de algum grupo populacional, por exemplo, podem ser transmitidas durante gerações. Assim sendo, o uso dessa generalização tende a uma atitude discriminatória, por partir de uma ideia superficial e que concebe um estigma estereotipado a quem se julga. Ou seja, é um fenômeno psicológico que constrói uma imagem padronizada, sustentada por ideologias que residem na esfera da consciência. Estas imagens “são capazes de denegrir a imagem social, intelectual e íntima da vítima prejudicando de forma irreparável a identidade social dos grupos discriminados” (BRAGA, 2011, p.43).

Allport (1954) também aponta que a atitude favorável e/ou desfavorável, com uma crença supergeneralizada e errada são ingredientes formadores e até essenciais para o preconceito. Então, subtende-se que a descriminação, exclusão e marginalização de um grupo considerado não hegemônico, no caso da pessoa negra, são baseadas na simples convivência do cotidiano que já foram vivenciadas no passado, que passa a formar uma espécie de julgamento acompanhado de uma emoção, confirmando a premissa de que o preconceito, o racismo e a discriminação também é um fenômeno psicológico, formadas por generalizações, boas ou ruins, marcados no cognitivo individual de cada indivíduo. De acordo com Nogueira (1999) as supergeneralizações que são atribuídas à população negra tem fundamentação a partir do “o lugar de mão de obra escrava que, por fim, constrói todas as teorias e condições de vida” que a população negra experimenta no espaço da vida social, até os dias atuais.

Este cenário de exclusão experimentado pelos grupos discriminados e testado pela população negra, fez com que Allport (1954) destacasse as ações negativas contra um ser humano ou um grupo de acordo com o grau de gravidade: 1. Antilocução: que são comentários preconceituosos entre amigos e ocasionalmente entre estranhos; 2. Prevenção: o preconceito leva a pessoa a evitar grupos e pessoas; 3. Discriminação: o preconceito leva à tentativa de exclusão de pessoas ou grupos de seus empregos e bairros, o acesso aos direitos humanos, sociais ou civis; 4. Ataque físico: o preconceito leva à violência física ou simbólica contra pessoa ou grupos; 5. O preconceito leva ao homicídio de pessoas ou massacre de

grupos. Essas ações demonstram os efeitos do preconceito e vale destacar que acontecem de forma independente. Além disso, é possível aferir, até o momento, que a pessoa negra tem sofrido, todos os dias, cada ação negativa, enumerada por Allport (1954), na grande maioria das instâncias de sua vida, principalmente se for levado em consideração todas às características que compõem as imagens reproduzidas pela mídia ou no cotidiano da população negra.

Segundo Carvalho (2003) as representações dos negros, no Brasil, são depreciativas e baseadas em estigmas sociais. Estes estigmas são definidos como sendo um atributo que desencadeia descrédito sobre um indivíduo de forma a fazê-lo sentir-se desqualificado (GOFFMAN, 1988), podendo ser compreendido, dessa forma, como sendo generalizações que possuem o objetivo de desqualificar a população negra. Goffman (1988) ainda elenca três tipos de estigmas: abominações do corpo – as várias deformidades físicas e culpas de caráter individual – são atribuídos aos negros, por exemplo, distúrbios mentais, alcoolismo, vícios e desemprego - e as tribais de raça, nação e religião.

Por sua vez, sobre as possibilidades apresentadas por Goffman (1988) e Guimarães (2002) é apontado que a pessoa negra está ligada aos estigmas: “pretensa essência escrava, desonestidade e delinquência, moradia precária, devassidão imoral, irreligiosidade, falta de higiene, incivilidade, má educação ou analfabetismo” (p.194), indicando que a população negra no Brasil têm sofrido todas as ações negativas descritas por Allport (1954) sobre uma imagem e representação social ainda negativa na contemporaneidade.

Além do que, é com este cenário, de estigmatização da imagem e representação da população negra, que é revelado o contexto do racismo, discriminação e preconceito que a pessoa negra sofre no Brasil. A possível explicação para esta vivência cotidiana da população negra está estabelecida essencialmente, de acordo com uma revisão bibliográfica, através da noção de poder simbólico definida por Bourdieu (1989) e aceita, na atualidade, por Dijk (2008).

Segundo Bourdieu (1989) a noção de poder simbólico na sociedade atual modula o relacionamento entre os seres humanos, principalmente entre negros e brancos, pois este o recurso simbólico “é invisível e tem a função de cumprir o seu emprego social e político” (BOURDIEU, 1989), na qual se dá por conta do cultivo, “o acúmulo de poder simbólico e material da classe que possui maior acesso ao poder”, completa Bourdieu (1989). Ou seja, seguindo a lógica interpretativa, é confirmada a perspectiva de que o convívio cotidiano entre as pessoas (negros e brancos), que compõem a sociedade, é mediado através do chamado

sistema simbólico. Por consequência, influenciado pelos estudos de Bourdieu, Dijk (2008) aponta que são as “elites simbólicas” quem têm maior acesso ao poder simbólico, cujo possuem o “papel de reproduzir o discurso do grupo dominante que está no poder” (Dijk, 2008). Isto significa que o autor acusa a mídia, a imprensa e os veículos de comunicação como responsáveis pelo preconceito, discriminação e racismo sobre as minorias, justamente por ter acesso aos discursos públicos e controlarem a reprodução discursiva da sociedade, em outras palavras, o poder simbólico de Bourdieu (1989) e Dijk (2008) termina por fomentar em forma de conteúdo as representações sociais que se tem do negro, fazendo surgir o preconceito, a estigmatização, exclusão e o racismo que, no geral, classifica os sujeitos em função da cor de pele.

Desse modo, também é revelado o preconceito, a discriminação e o racismo como o principal integrante do relacionamento entre o grupo hegemônico, os brancos, e os dominados, no caso, os negros, logo, o preconceito pode ser visto como um fenômeno, presente em todos os sistemas simbólicos de expressão humana, capaz de produzir as desigualdades sociais entre negros e brancos dentro da sociedade brasileira (MUNANGA e GOMES, 2006) desenvolvendo, também, processos de exclusão que geram relações de opressão e que, por consequência, promovem estigmatizações (ELIAS e SCOTSON, 2000). Processo que advém, de acordo com a perspectiva de Elias e Scotson (2000), justamente do poder que é “detido por um grupo por ter grau de coesão mais auto que o outro”. “A maior coesão do grupo lhe possibilita atribuir a seus integrantes cargos com potencial de poder mais elevado, o que reforça, por sua vez, a coesão do grupo e permite-lhe excluir pessoas pertencentes a outros grupos” (ACEVEDO, NOHARA e RAMUSKI, 2010, p. 65). Assim sendo, em resumo, o processo de exclusão provoca relações de opressão que geram estigmatizações. Este estigma pode ser compreendido como representações que os grupos dominantes produzem de si mesmos e dos outros que servem de instrumentos ideológicos para a perpetuação do *status quo* quanto para justificar a exploração do outro que não é hegemônico.

Estas representações, sobretudo produzidas dos outros, no caso, da pessoa negra pode estar relacionada às estigmatizações de cunho fantasioso pertencente ao coletivo do grupo dominante, no caso o branco, na qual o estigma (da pessoa negra) é coisificado e transformase em algo material, explica Acevedo, Nohara e Ramuski (2010). Um exemplo deste fenômeno é destituição do corpo do negro da sua condição humana, sendo estigmatizado e representado como um objeto que alimentava a perversidade sexual de seus senhores

(NOGUEIRA, 1999), afinal, a alusão aos sinais fenotípicos – por exemplo, a cor da pele – visa justificar o desequilíbrio na distribuição dos recursos econômicos, explica Goffman (1988), indicando, até o momento, que este tipo de estigmatização pode estar presente na contemporaneidade através da imagem/representação formada pela pessoa branca contra a pessoa negra, que em algumas situações podem ser expressas nas diversas atitudes cotidianas, assim como em medidas na esfera política, da educação e, até da arte, por exemplo.

Partindo desse ponto de vista, Carneiro (1988) resume que o racismo é identificado através do “preconceito e das medidas discriminatórias que terminam excluindo o grupo considerado não hegemônico”, no caso deste estudo, o negro. Dessa maneira, Schucman (2012) considera que o preconceito manifestado hoje, também é fruto de teorias racistas produzidas, principalmente pela ciência moderna. Ou seja, a ideia de classificar e hierarquizar humanos através da noção de raça e racialização regula o relacionamento entre negros e brancos, por fim termina de sustentar todo o racismo, preconceito e discriminação com a população negra.

As teorias racistas, fundamentadas durante a II Guerra Mundial (1939 – 1945) pelos nazistas, lançaram mão da aplicação do conceito de raça, com sentido biológico e científico, “para justificar a suposta supremacia dos brancos arianos (considerados raça pura) sobre outros grupos” (MUNANGA e GOMES, 2006). Amparados na teoria de Charles Darwin – em *A origem das espécies* (1859) –, que introduziu a ideia de evolução a partir de um ancestral comum, por meio da seleção natural (SCHUCMAN, 2012), tornando-se a explicação da teoria científica dominante para a diversidade humana. Em contrapartida, o Brasil colocou em prática uma política de embranquecimento da população através de um programa de incentivo para vinda dos imigrantes europeus ao país, deixando a população negra à margem da sociedade e sem nenhum amparo governamental após mais de 300 anos de regime escravo.

Bento (2005) explica que, desde então, nasceu à fórmula do racismo, na qual as diferenças apenas de tipo físico passaram a ser utilizadas para classificar seres humanos e ocorreram também a ser relacionados a diferenças intelectuais e morais, dando origem à ideia de raça, e dessa maneira, surge à compreensão que os “portadores de pele escura são os negros e os não europeus, considerado raça inferior e portadores de pele alva são os brancos considerados uma raça superior” (BENTO, 2005, p.25). Portanto, foi criada uma metodologia com o poder de criar teorias, que perdura por longos anos, inclusive por pesquisadores e que, infelizmente, ainda é possível ser identificado no comportamento das pessoas, sobretudo na

atualidade quando há propagação de um discurso antissocialista e nacionalista que desconsidera os direitos dos grupos populacionais socialmente excluídos.

Nesse ínterim, Elias e Scotson (2000) defendem que o grupo socialmente excluído, o negro, tende a ser discriminado pelo grupo já estabelecido, o branco, não por características individuais, mas por pertencer a outro grupo considerado inferior. Para os autores, o grupo estabelecido, o branco, tende a atribuir para toda a minoria atributos negativos que apenas alguns indivíduos possuem e já a autoimagem do grupo estabelecido e considerado hegemônico, o branco, escolhe para si qualidades extremamente positivas que apenas uma parcela do grupo detém. Tais comportamentos têm sido denominados tanto de novo racismo como racismo à brasileira e demonstram que o conceito de raça continua no consciente individual e coletivo do branco e de toda sociedade.

O conceito e/ou noção de raça, depois da Segunda Guerra Mundial, foi paulatinamente substituído pelo de grupo étnico, determinado por diferenças culturais e comportamentais e não mais genotípicas, explica Cabeçinhas (2004). Esta mudança foi impulsionada pela UNESCO (1960/1973) que recomendou o abandono da palavra e do conceito de “raça” no meio científico, por considerá-la uma expressão de cunho discriminatório.

Apesar das tipologias raciais serem abolidas da ciência e do discurso público há largas décadas, Cabeçinhas e Amâncio (2004), em seus estudos sobre as representações acerca de grupos minoritários, revelam que o “senso comum continua a estruturar e classificar humanos através da noção de raça”, e mais, as pessoas têm tido o cuidado “de ocultar seus discursos discriminatórios, transferindo e destacando as diferenças culturais” (CABEÇINHAS e AMÂNCIO, 2004). Portanto, a classificação de seres humanos, assim como é feita em animais, pode ser uma forma de expressão do racismo, se configurando como atestado da existência deste fenômeno, que em sua maioria, não reconhece, na prática, a discriminação e as condições de vida ofertadas à população negra.

O fato é que a classificação de humanos através da noção e uma ideia de raça persiste na atualidade, especialmente no cognitivo individual das pessoas, sendo modulador nas suas relações entre as populações socialmente discriminadas, como detalha Braga (2011):

A raça continua a estruturar a percepção que se tem acerca dos outros e operar o discurso de exclusão, ainda mais ou menos camouflada, mas, sobretudo, naturalizada, o que significa dizer que o discurso não racializante de grupos humanos constitui na construção de novas expressões do preconceito (BRAGA, 2011, p. 43).

À vista disso, colaborando, inclusive, para reforçar a crença de que no Brasil não existe o preconceito racial, caracterizando-se como uma maneira de atenuar a discriminação e o racismo. Neste sentido, no Brasil, o mito da democracia racial, apresentado inicialmente por Gilberto Freyre, na sua obra *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933, “colaborou para reforçar a crença na inexistência do preconceito racial no Brasil”, explica Seyeferth (1993). Em resumo, Nascimento (1978) define democracia racial como um sistema em que pretos e brancos convivem harmoniosamente desfrutando de iguais oportunidades de existência. Essa foi à fórmula encontrada para suavizar o fato de que o Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo, esclarece Bento (2005).

Assim, o mito da democracia racial não assumiu a exclusão do negro na sociedade, pois está amparado na existência da figura do mulato e da mestiçagem que são símbolos da harmonia tupiniquim entre negros e branco, pelo contrário, Gilberto Freyre obteve o sucesso de materializar o chamado mito da democracia racial brasileira, elevando ao *status* científico e no “imaginário das relações raciais, fortemente arraigado no pensamento nacional” (DOMINGUES, 2005). Isto significa que o mito da democracia reforça o preconceito racial, expõe a ferida de um passado mal resolvido e colabora para que o discurso de exclusão seja capaz de até se camuflar, naturalizar-se e construir novas expressões, proporcionando ser injetada no cognitivo individual do ser humano que não consegue, em muitas situações, se reconhecer como racista.

Carneiro (1994) pontua que no Brasil há um racismo camuflado, tão perigoso quanto aquela que é assumido. Ele é traiçoeiro e que não se sabe de onde vem, demonstrando que o brasileiro tem uma mentalidade racista e antissemita (CARNEIRO, 1994). Nesse cenário, o racismo tupiniquim tem o único objetivo de atenuar tensões e ocultar a exploração e submissão da pessoa negra. Ou seja, também há a noção de privilégio fazendo parte dessa aversão contra o negro brasileiro.

De um modo geral, Oliveira (1969) explica que o preconceito racial no Brasil deriva de os brancos sempre ocuparem na nossa história o papel de senhores sobre a população negra escravizada. Assim, o preconceito conseguiu criar raízes profundas e difíceis de serem extirpadas, sobrevivendo mesmo após os 400 anos de abolição do sistema escravagista no país, pois ver a população/pessoa negra ocupar espaços que não lhe pertencia no passado é visto, para identidade racial da pessoa branca, como uma afronta aos seus diretos/privilégios.

Com efeito, conforme os estudos de Elias e Scotson (2000) no grupo não hegemônico, da pessoa negra, um dos resultados é a chamada ‘*sequela paralisante*’, que impede o grupo de

reagir. Outro efeito é impregnar de compreensões negativas a autoestima e autoimagem do grupo não hegemônico (ELIS e SCOTSON, 2000), tornando mais fraco e contribuindo ainda mais para assimilação da pessoa negra aos valores do grupo hegemônico, sendo capaz de minar toda sua perspectiva de vida, pois, em muitos momentos, até membros da população negra não se reconhecem como tendo origens africanas.

Dessa forma, o racismo é uma conduta, uma atitude resultante da “aversão, por ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, como a cor de pele, tipo de cabelo e formato de rosto” (MUNANGA e GOMES, 2006, p.179). Ou seja, é um conjunto de atitudes negativas em relação aos grupos sociais, fenômeno que organiza as relações entre grupos da vida social, destaca Vala (2013). O racismo, então, instaurou um estado de maior tensão, legitimado até pela ciência, fazendo com que o fenômeno do preconceito tenha herdado maior fundamentação no relacionamento entre brancos e negros. Por isso, talvez, presente na sociedade brasileira.

Vale lembrar, que foram destas tensões que o termo racismo passou a ser utilizado pelos Movimentos Sociais da População Negra e estudiosos do assunto. Atualmente, quando se usa o termo e a ideia de que existe raça superior e inferior e dão-lhe outra significação. “Esse uso tem um sentimento social e político, que diz respeito à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo e discriminação” (MUNANGA e GOMES, 2006, p.175). Uma maneira de resistir em uma sociedade que parece não ter conseguido resolver o seu passado.

CAPÍTULO II

As Diferentes Formas de Expressão do Racismo

Apesar de o movimento social ser caracterizado, até certo ponto, pela resistência da pessoa negra, de acordo com Sousa e Braga (2017) o preconceito de cor é um comportamento institucional e estruturado presente, até mesmo, nas instituições públicas e privadas brasileiras. Esta afirmação, para os autores, pode ser justificada pelo passado da população negra e até pelas condições de vida oferecidas para grande parte desse grupo, possuindo, por exemplo, mau acesso às condições de vida básicas (saúde, segurança, educação, dentre outras), sendo marginalizados e esquecidos pelos brancos. Em vista deste contexto, a pessoa negra pertence à definição de pessoa subalterna de Spivak (2010), precisamente, por estar excluído e desprezado, sem a oportunidade de ter voz para produzir o seu próprio discurso, a partir de suas vivências.

A teoria de Spivak é elaborada através de um modelo de crítica pós-colonial que contempla fundamentalmente uma reflexão sobre os “instrumentos de poder e as possibilidades de agenciamento do sujeito subalterno”, destaca Almeida (2013). Ou seja, Spivak realiza uma crítica à herança deixada pelo período colonial que aconteceu em alguns lugares do mundo, como no Brasil. O pós-colonialismo, sobre a perspectiva de Santos (2006), é visto como um conjunto de estudos teóricos frequente no campo das ciências sociais que tem “o objetivo de compreender o mundo contemporâneo através das relações desiguais entre o Norte e Sul”, compreendendo que toda a cultura é influenciada pelo processo imperial desde o início da colonização até a contemporaneidade (BONNICI, 2005), sendo possível entender, em síntese, que os hábitos, crenças, costumes, perspectivas e vivências da atualidade ainda está moldado no passado, mesmo que de forma inconsciente. À vista disso, seguindo a lógica interpretativa, todas as teorias, argumentos e sentimentos criados para sustentar o sistema escravagista, principalmente os que nutriam algum ódio e aversão à população/pessoa negra, ainda podem fazer parte da sociedade.

Assim sendo, o racismo, a discriminação, o preconceito e, finalmente, a condição de vida oferecida para grande parte da população negra indica ser uma das heranças desse período histórico brasileiro. Esta afirmação é confirmada através dos estudos de Fanon (2008) que pontua que há a compreensão de que o povo colonizado nasce com um “complexo de inferioridade”, sobretudo, por ter toda a sua originalidade sepultada, sendo obrigado a

assimilar uma cultura considerada hegemônica (FANON, 2008). Tendo, então, a sua consciência atrelada, ao longo prazo, ao sujeito imperialista e por consequência a sua voz emudecida (SPIVAK, 2010). Ou seja, o passado colonial e a condição de escravo ainda faz parte da imagem, compreensão e representação da população negra, pois o convívio permanente, entre brancos e negros, desde o início da escravidão, indica simbolizar uma tentativa de aculturar a pessoa negra em uma sociedade que tem como ideal a identidade do branco, lembrando que a aculturação se caracteriza como a integração de culturas diferentes que se originam mudança nos padrões de ambos os grupos (MARCONI e PRESOTTO, 2010). Um exemplo desse fenômeno, de acordo com De Azevedo (1966), é a catequese de índios e negros, particularmente, exercidos pelos jesuítas, como parte do plano de colonização organizado pela coroa lusitana. Na qual, era imposto novos costumes, regras e cultura ao grupo colonizado, assim como o colono terminava de incorporar, apenas o que considera interessante, a cultura que era julgada como inferior.

Entretanto, Marconi e Presotto (2010) afirmam que o processo de aculturação ainda está em ação, assim como a mestiçagem. Isso se deve, na visão dos autores, porque no Brasil há o encontro de três etnias e culturas diferentes: branca, negra e índia. As três etnias estão em contato proporcionando mudanças, em especial, no campo biológico e cultural. Todavia, no caso do negro, suas características culturais e socioculturais foram esfaceladas e perderam o valor, devido a sua condição de escravo do passado (MARCONI e PRESOTTO, 2010), uma vez que a população negra é impedida, até hoje, de manifestar a sua religiosidade, sua cultura, costumes, ancestralidade, perspectivas e vivências, aliás, de 2015 a 2017, segundo o Ministério dos Direitos Humanos, o Brasil registra uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas, sendo que só em 2017 a maior vítima de intolerância é de religiões de origem africana, com 39% das denúncias.

No entanto, para os cientistas sociais, assim como para ativistas políticos, a noção de mestiçagem é mencionada como comprovação da democracia racial brasileira, ou como antídoto do racismo (Costa, 2009). Esta visão decorre, principalmente, logo após a publicação do livro *Casa Grande e Senzala*, em 1933, de Gilberto Freyre, que desenvolveu a façanha de introduzir compreensões antropológicas em alguns setores da sociedade brasileira, como a apreciação “de modo profundamente positivo a contribuição dos povos africanos à civilização brasileira” (GUIMARÃES, 1999, p. 148), caracterizando-se como um marco, ao passo que desde então as pessoas negras são desprestigiadas por conta do discurso racialista do psiquiatra, professor e escritor Nina Rodrigues, juntamente com a influência da escola de

medicina legal italiana que eram influentes, de acordo com Guimarães (1999), nos ambientes da medicina e jurídicos no Brasil. Ambos, em síntese, negavam a mistura de raças por considerar que cada uma das raças estava em um grau de desenvolvimento e evolução, que conferia uma capacidade intelectual distinta a cada uma delas, ressalta Costa (2009). No entanto, utilizavam-se da noção de mestiçagem para esconder o lado negativo proporcionado pelo regime escravagista.

Um exemplo desse cenário é a Festa de Nossa Senhor do Bonfim, em Salvador, Bahia, que ocorre todo mês de janeiro, com a tradicional Lavagem do Bonfim, utilizada como exemplo de mestiçagem, mas que esconde a origem opressora da cerimônia religiosa. A tradicional Lavagem de Bonfim teve início em 1773, quando escravos foram obrigados a lavar a igreja como parte dos preparativos para festa da santidade/divindade católica Senhor do Bonfim, logo, como forma de poder expressar sua religião, numa sociedade que não aceitava a cultura de origem africana, adeptos do candomblé e umbanda, tiveram que adotar o ritual da lavagem como parte da cerimônia das Águas de Oxalá.

Entretanto, ainda assim, a população negra é proibida de expressar a sua fé, visto que passou ser realizado apenas na parte exterior da igreja, por conta da Arquidiocese de Salvador, não aceitar a expressão religiosa de matiz africana. Hoje, a cerimônia continua no hábito da população negra, sendo uma espécie de resistência do negro brasileiro, inclusive, católicos e pessoas religiosas do candomblé e umbanda participam da cerimônia que conta com a cobertura jornalística de nível nacional, que em muitos momentos, trata a festa como símbolo de harmonia do país.

Por conta deste ínterim, Silva (2009), em seu livro *Racismo à brasileira, raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história racial do Brasil*, esclarece que a obra de Freyre trata, em geral, o negro, o senhor de engenho e a mulher negra de modo paternal e sentimental, como se os escravos estivessem satisfeitos com a situação de subalternidade, deixando a ideia de “doçura” nas relações entre senhores e servos. Freyre, portanto, esconde o lado violento do escravismo e oficializa a “miscigenação racial”, caracterizado como um “processo de enriquecimento racial, espontâneo, e cultural dos povos” (SILVA, 2009), enquanto que na realidade este cenário não ocorre, principalmente se for levado em consideração a Festa de Nossa Senhor do Bonfim, na Bahia.

Carneiro (2002) afirma que o mito da democracia racial ignora solenemente a concentração dos negros nas favelas, palafitas, cortiços, nas periferias das grandes cidades. Ou seja, encontra-se naturalizado o paradigma casa-grande e senzala, por isso trata-se com

quase absoluta indiferença essas desigualdades raciais (CARNEIRO, 2002), já que são notórias, as poucas, tímidas e insuficientes iniciativas voltadas para o combate dessas desigualdades, explica a filósofa e ativista. Neste sentido, sobre essa perspectiva, Silva (2009) afirma que a perversidade do racismo e/ou preconceito brasileiro reside:

Na negação patológica da dimensão racial das desigualdades sociais. Nos eufemismos que são utilizados para mascará-las: se não há negros nem brancos, como poderá haver políticas específicas para negros? Ou o problema no Brasil não é racial e sim social ou que há é um apartheid social! Na intransigente recusa de instituição de qualquer mecanismo redutor das desigualdades raciais. Na defesa maníaca de propostas que postergam para as calendas o enfrentamento dessa realidade. A educação é sempre levada como panaceia nesses casos (CARNEIRO, 2002, Revista Caros Amigos).

Portanto, o mito da democracia racial à brasileira é apenas uma forma de negar os 300 anos do período de tortura e escravidão contra a população negra. Afinal, de acordo com Silva (2009), o principal objetivo do racismo é destruir e extinguir, inclusive fisicamente, tudo o que vem da pessoa negra. Em vista de tal atrocidade, tornou-se um campo de estudo e consegue, em algumas pesquisas, identificar os efeitos das novas expressões do racismo e preconceito contra um grupo de seres humanos, no caso, a pessoa negra.

Sobre as “novas expressões” do preconceito e do racismo, são consideradas como fenômenos marcantes, sobretudo, nas sociedades democráticas. Em relação ao preconceito, a definição mais utilizada pela psicologia social é a defendida por Allport (1977) que explica como sendo:

Una actitud hostil o prevenida hacia una persona que pertenece a un grupo, simplemente porque pertenece a ese grupo, suponiéndose por lo tanto que posee las cualidades objetables atribuidas al grupo (ALLPORT, 1977, p. 22).¹

Para o autor, há no espaço da vida social grupos que são considerados desvalorizados, nas quais as expressões do preconceito são motivadas pelas normas comuns entre os indivíduos que pertencem ao grupo. Então, seguindo a lógica interpretativa, subentende-se, que o preconceito é uma generalização excessiva de um grupo social ou indivíduo. No entanto, Allport (1977) adverte que nem toda generalização é um preconceito, podendo ser apenas uma concepção errada, que se organiza no cognitivo pessoal de forma incorreta. Em vista de esclarecer esta questão, o autor define que:

¹ Tradução livre: Uma atitude hostil ou advertida em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ele pertence a esse grupo, supondo, portanto, que ele possui as qualidades objetáveis atribuídas ao grupo (ALLPORT, 1977, p.22).

El prejuicio étnico es una antipatía que se apoya en una generalización imperfecta e inflexible. Puede sentirse o expresarse. Puede estar dirigida hacia un grupo en general, o hacia un individuo por el hecho de ser miembro del grupo (ALLPORT, 1977, p. 24).²

Em vista disso, o preconceito em relação à pessoa negra é entendido como uma atitude, um repúdio e/ou aversão, alicerçado em uma concepção errada, indiferente a qualquer tipo de visão que possa alterar a sua situação anterior. Já o preconceito, na visão de Sant' Ana (2005), é um julgamento prévio imposto pelo meio, época e educação, através das relações de uma pessoa com a sociedade. Isso significa que, o seu uso tende a uma atitude discriminatória, por partir de uma ideia superficial e que concebe um estigma estereotipado a quem se julga.

Em contrapartida, o racismo, segundo Lima e Vala (2004), constitui-se como sendo “um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificado em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento” (p.402). Por sua vez, na visão dos pesquisadores, sendo a cor da pele negra – marca física externa – pode implicar na percepção do sujeito – indivíduo ou grupo – como sendo considerado, pelo grupo hegemônico, preguiçoso, agressivo e alegre – marca cultural interna.

Ou seja, o racismo é entendido muito mais do que uma atitude, sendo uma espécie de marcador capaz de definir as condições de vida em todas as áreas de ocupação da pessoa negra. “É um comportamento, uma ação resultante da aversão, por ódio, em relação as pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, com a cor de pele, tipo de cabelo e formato de rosto” (MUNANGA e GOMES, 2006, p.179). Em resumo, “é uma redução do cultural e até ao biológico”, explica Guimarães (1999), sendo capaz de minar todas as perceptivas e vivência, conseguindo atingir todas as instâncias de vida, da população/pessoa negra.

Lima e Vala (2004) descrevem que o racismo repousa sobre a uma crença na distinção natural entre os grupos, pois se liga à ideia das quais os grupos são diferentes por possuir elementos essenciais que os fazem desiguais, ao passo que o preconceito não implica na essencialização ou naturalização das diferenças, sendo uma das principais características que

² Tradução livre: O preconceito étnico é uma antipatia que repousa sobre uma generalização imperfeita e inflexível. Você pode se sentir ou se expressar. Pode ser direcionado para um grupo em geral ou para um indivíduo por ser membro do grupo (ALLPORT, 1977, p. 24).

se distingue o conceito de racismo e preconceito. Além disso, Jones (1973) explica que o racismo, diferente do preconceito, não existe apenas a um nível individual, mas também a nível cultural e até institucional, englobando processos de discriminação e de exclusão social, demonstrando que os efeitos do racismo repousam em todos os níveis do convívio diário da sociedade que escolheu da identidade da pessoa branca como padrão e vê a população/pessoa negra como ameaça e, logo, promove um engendrado sistema de opressão.

Assim sendo, o racismo e o preconceito tornaram-se campo de estudo para diversos pesquisadores. Os estudos que mais chamam a atenção é a identificação do chamado Racismo Simbólico realizado por Kinder e Sears (1981), o Racismo Moderno (MCCONAHAY, 1986), o Racismo Ambivalente de Katz & Hass (1988), o Racismo Aversivo (GAERTNER e DOVIDIO, 1986; DOVIDIO e GAERTNER, 2000), o preconceito sutil de Pettigrew & Meertens (1995) e, finalmente, o preconceito cordial de Turra e Venturi (1995) que analisaram o fenômeno tipicamente brasileiro.

2.1. As Teorias do Racismo na Contemporaneidade

Inicialmente, é importante destacar que serão expostos os principais estudos sobre as chamadas Teorias do Preconceito, caracterizadas essencialmente como estudos americanos. No entanto, neste trabalho será alterada a expressão preconceito por racismo em alguns tipos de discriminação já catalogados pela ciência, uma vez que é perceptível a gravidade desse sistema de opressão contra a população negra, sobretudo no Brasil que historicamente, mesmo após a abolição da escravidão, não reconhece os direitos da população negra.

Em vista disso, destacam-se as modalidades do Racismo Moderno e Simbólico. De acordo com Lima e Vala (2004), em *As Novas Formas de Expressão do Racismo*, o Racismo Moderno e Racismo Simbólico possuem características comuns, consequentemente, as duas formas são costumeiramente associadas. Isto advém dos primeiros estudos que surgiram após o conceito de Racismo Simbólico, na década de 70 (LIMA e VALA, 2004).

Entretanto, ainda é possível identificar diferenças entre os dois tipos de racismo na literatura científica que aborda a temática. Kinder e Sears (1981), principais pesquisadores do Racismo Simbólico, definem que esta forma de preconceito “representa um modo de resistir à mudança de *status quo* inter-racial, constituída por sentimentos morais que os negros violam os valores considerados tradicionais de origem americana como o individualismo e

autoconfiança, a ética do trabalho, a obediência e a disciplina” (p.416. Tradução livre)³. Já para McConahay e Hough (1976), também pesquisadores da forma “simbólica” do racismo, consideram que a definição concisa é de que “o Racismo Simbólico é a expressão em termos de símbolos ideológicos abstratos e comportamentos simbólicos que expressam o sentimento de que os negros estão violando valores preciosos e fazendo demandas ilegítimas para mudança do *status quo*” (p.38. Tradução livre)⁴.

Assim, o Racismo Simbólico considera a pessoa negra uma ameaça, por ter o entendimento de que a negritude pode prejudicar os símbolos, normas e/ou condutas, que devem ser seguidos pela coletividade, eleitas socialmente pela identidade racial branca. Além disso, seguindo a lógica interpretativa, essa forma de racismo considera a pessoa negra não só uma ameaça econômica, mas concebe também a compreensão de que os afrodescendentes são uma ameaça, por exemplo, a cultura, vivências, perspectivas e valores apresentados como modelos a ser seguido pela coletividade. Por consequência, “os negros são percebidos como violadores dos valores que mantêm o *status quo* das relações inter-raciais” (LIMA e VALA, 2004, p.404).

Neste sentido, para ficar mais claro o conceito, Tarman e Sears (2005), em *The Conceptuzlization and Measurement of Symbolic Racism*, apontam para quarto (4) tipos de premissas para identificação do racismo simbólico, são eles:

[...] (1) A discriminação racial já não representa mais um sério obstáculo para a prosperidade dos negros, de modo que (2) os negros continuam em desvantagem por conta da sua resistência em trabalhar duro o bastante. Como resultando, os negros (3) estão indo longe demais em suas demandas e (4) as crescentes vantagens oferecidas aos negros não são merecidas [...] (TARMAN E SEARS, 2005, p. 733. Tradução Livre)⁵.

De modo que as premissas revelam que a identidade racial do branco é capaz de reconhecer o *status* de desvantagem da identidade racial da pessoa negra, porém, esta desvantagem é justificada através da dedicação e interesse da pessoa negra, corroborando até

³ Symbolic Racism represents a form of resist chang in the racial status quo based on moral feelings that blacks violate sunch traditional American values as individualism and self-reliance, the work ethic, obedience, and discipline (Kinder e Sears, 1981, p.416).

⁴ Our most concise definition of symbolic racism, then, is that it is the expression in term of abstract ideological symbols and symbolic behaviors of the feeling that blacks are violating cherished values and making illegitimate demands for changes in the racial *status quo* (McConahay e Hough, 1976, p.38).

⁵ “[...] that (1) racial discrimination is no longer a serious obstacle to blacks’ prospects for a good life, so that (2) blacks’ continuing disadvantages are largely due to their unwillingness to work hard enough. As a result, both their (3) continuing demands and (4) increased advantages are unwarranted [...]”(TARMAN E SEARS, 2005, p. 733).

para identificar uma postura de oposição ao tratamento oferecido aos afrodescendentes. Assim sendo, a teoria do Racismo Simbólico defende que as quatro (4) premissas são consistentes sobre a perspectiva do lugar do negro na sociedade norte-americana (LICURSI, 2011, p.45).

Vale lembrar que o Racismo Simbólico foi identificado durante campanha eleitoral de 1969, quando Sears e Kinder (1971) entrevistaram 198 eleitores, identificados com a identidade racial do branco, moradoras de um bairro periférico de Los Angeles. De acordo com Licursi (2011), os candidatos da época era uma pessoa branca considerada impopular e uma pessoa negra famosa por sua boa qualificação. Sears e Kinder (1971) identificaram que o Racismo Simbólico foi principal determinante do voto contra o candidato negro, na qual a relação com o candidato era “permeada pela compreensão de que poderia ser uma ameaça” (SEARS e KINDER, 1971), ao emprego, vizinhança, escolaridade dos filhos, segurança de seus familiares, por exemplo.

McConahay e Hough (1976), citam quatro (4) conclusões gerais encontradas por Sears e Kinder (1971), em *Prejudice and Politics: Symbolic Racism Versus Racial Threats to the Good Life*, são elas:

1. As preferências do Bragley-Yorty (candidato branco) não estavam relacionadas aos indicadores de descontentamento ou racismo flagrante. Fatores como número de laços sociais, preocupação com a “comunidade”, bem-estar, eficácia pessoal e política, sentimentos de segurança pessoal apoio a escolas segregadas e acomodações públicas, e a crença na inferioridade intelectual negra não se correlacionou com preferências de voto. Em outras palavras, os apoiadores do candidato branco não eram simplesmente alienados, insatisfeitos, fanáticos impotentes.
2. Experiências atuais de vida (bem-estar econômico, eficácia por contato ou proximidade física com negros) não tinham relação com itens de racismo. Por outro lado, indicadores de políticas conservadores e socialização racial (estado ou origem, geração, educação, etc.) estavam relacionados a esses itens da escala.
3. Variantes relativamente ideológicas ou abstratas do racismo simbólico (como: “os negros recebem mais que merecem”) relacionados com a votação à favor do candidato branco (Yorty), enquanto que havia variantes mais concretos e menos pessoais (como a frase :“os negros estão melhores economicamente do que eu”).
4. Tanto o racismo simbólico quanto o conservadorismo político tinham efeitos sobre a votação; isto é, medidas de conservadorismo político (Identificação do Partido Republicano e conservadorismo auto-rotulado) e itens que medem o racismo simbólico foram relacionados ao voto a favor do candidato branco (Yorty) independente de sua relação com o outro. O candidato branco (Yorty) foi vitorioso em 1969, por ter a seu favor o conservadorismo político e o racismo simbólico, na qual o conservadorismo político por si só não teria sido suficiente para garantir a vitória a este candidato (MCCONAHAY e HOUGH, 1976, p.25 e 26. Tradução Livre)⁶.

⁶ 1 . Bradley-Yorty preferences were not related to indicators of personal discontent or old-fashioned or I-ed-neck racism. Such factors as number of social ties, concern with “community,” personal economic well-being, personal and political efficacy, feelings of personal safety, support for segregated schools and public

Assim sendo, foi comprovado a existência do Racismo Simbólico mediando o relacionamento entre pessoas negras e brancas. Além disso, foi demonstrado que o racismo se apropriou de novas expressões, com o passar do tempo. A partir desse contexto, Licursi (2011) é a brasileira estudiosa que melhor consegue resumir as conclusões de McConahay e Hough (1976), sobre Racismo Simbólico, veja:

1. O Racismo Simbólico enfatiza as ações dos negros enquanto grupo especialmente no que se refere às suas demandas, e não enquanto características individuais de uma pessoa negra, como aborda o racismo flagrante (*old-fashioned*). Isto sugere que o racismo simbólico pode ser entendido como uma reação dos brancos frente ao movimento dos direitos civis.
2. Os itens que compõem a escala do racismo simbólico apresentam um tom moral, enfatizando, assim, a moralidade e a justiça desejadas pelo povo negro (ex.: eles recebem mais do que merecem, eles não têm motivo para estar preocupados etc.).
3. Experiências pessoais e psicológicas têm pouca relação com o racismo simbólico, ou seja, a natureza do contato pessoal com negros não está correlacionada ao racismo simbólico, prevalecendo à percepção sobre o grupo e não sobre o indivíduo.
4. Algumas medidas não estão correlacionadas com o racismo simbólico são: alienação, tolerância a ambiguidade, laços sociais, amor-próprio, satisfação com a comunidade, classes sociais, renda e privação relativa.
5. Os principais fatores psicológicos para a produção do racismo simbólico são: o conservadorismo político e o econômico, bem como algumas métricas religiosas, o tradicionalismo e o conservadorismo (LICURSI, 2011, p.47).

Ou seja, o Racismo Simbólico, sobre a perspectiva de McConahay e Hough (1976), em suas atitudes, opiniões e comportamentos constituem em três elementos, desta maneira:

1. Elas expressam os sentimentos de que os negros estão se tornando mais exigentes, mais agressivos na busca por justiça e igualdade e que, também não merecem os ganhos atuais.
2. O segundo elemento diz respeito à insuficiência de referência pessoal para fazer tais julgamentos contra os negros. A percepção sobre os negros não advém de experiências pessoais e sim, da percepção dos brancos de que os negros constituem uma ameaça simbólica aos valores e à cultura.
3. Por fim, o racismo simbólico é expresso

accommodations, and the belief in black intellectual inferiority were not correlated with voting preference. In other words, Yorty supporters were not simply alienated, dissatisfied, powerless bigots. 2. Current life experiences (economic well-being, personal efficacy, contact with or physical proximity to blacks) were unrelated to racism items. On the other hand, indicators of previous conservative political and racial socialization (state or origin, generation, education, etc.) were related to these items. 3. Relatively ideological or abstract versions of the symbolic racism items ("Negroes have gotten more economically than they deserve") related to pro-Yorty voting, while more concrete and personal versions ("Negroes have done better economically than I have") did not. 4. Both symbolic racism and political conservatism had independent effects upon the vote; that is, measures of political conservatism (Republican party identification and self-labelled conservatism) and items measuring symbolic racism were related to pro-Yorty voting independently of their relationship to each other. Yorty was victorious in 1969 because political conservatism and symbolic racism yielded votes in his favor; political conservatism by itself would not have been sufficient to give him the victory.

em símbolos. O voto, a criminalidade nas ruas, os programas de ação afirmativa e as demandas públicas são vistos como símbolos que violam o *status quo* das relações raciais (LICURSI, 2011, p.48).

Portanto, não há uma competição direta entre brancos e negros. Na realidade, existe uma subjetividade de ordem moral com a capacidade de revelar e destacar sentimentos, valores e crenças contraídos a partir do convívio social, corroborando, dessa maneira, com a perspectiva de Sears e Kinder (1971) e Lima e Vala (2004).

Já no Brasil, Licursi (2011), em sua dissertação de mestrado *Racista, eu? As diferentes formas de manifestação do racismo em relação ao negro: um estudo em uma indústria farmacêutica*, conseguiu identificar, após a coleta de 303 respostas, a presença do Racismo Simbólico nos discursos de funcionários que trabalhavam em uma empresa do setor farmacêutica, demonstrando, dessa maneira, que até no Brasil existe esta modalidade simbólica do racismo. Além disso, a estudiosa demonstrou certa resistência na contratação de funcionários que são negros, desvelando, por consequência, o racismo estrutural nas instituições privadas no país.

A teoria do Racismo Moderno, por sua vez, nasce em 1978, quando McConahay mudou o conceito de Racismo Simbólico e passou a chamá-lo de Racismo Moderno (LICURSI, 2011). O pesquisador McConahay acredita que a nova nomenclatura reflete melhor a ideologia e o sistema de crenças do período pós-movimento dos direitos civis, explica Licursi (2011), por consequência, a escala registradora do racismo terminou sendo nomeada de “Escala do Racismo Moderno”, enquanto autores, como Sears, mantiveram o nome Racismo Simbólico, fazendo com que as duas modalidades (Racismo Simbólico e Racismo Moderno) tenham características comuns, refletindo, de modo geral, “a percepção de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos”, pontua Lima e Vala (2004).

De acordo com os estudiosos da Psicologia Social e da Sociologia, Lima e Vala (2004), o Racismo Moderno surgiu sobre a emergência prática de “medir as atitudes raciais públicas dos indivíduos, quando as normas sociais inibem as expressões abertas de racismo” (p.404). Nesse sentido, esta modalidade questiona os valores igualdade e liberdade, presente na cultura americana (LIMA e VALA, 2004; MCCONAHEY, 1986).

Assim sendo, Lima e Vala (2004) citam os princípios do Racismo Moderno, identificados por McConahay (1986), que se repousam no seguinte conjunto de valores e crenças:

a) a discriminação é uma coisa do passado porque os negros podem agora competir e adquirirem as coisas que eles almejam; b) os negros estão subindo economicamente muito rápido e em setores nos quais não são bem-vindos; c) os meios e as demandas dos negros são inadequados ou injustos e, d) os ganhos recentes dos negros não são merecidos e as instituições sociais lhes dão mais atenção do que eles deveriam receber (LIMA e VALA, 2004, p.404).

Ou seja, pode-se observar que o Racismo Moderno está presente quando há, em resumo, a compreensão de que a igualdade de benefícios é visto como algo errado, por grande parte da população, sendo socialmente não aceito, enquanto a igualdade de oportunidade possui uma aceitação maior por grande parte das pessoas, sendo mais aceitável por uma parcela da sociedade. Por conta desse cenário, Licursi (2011) explica que a teoria do Racismo Moderno considera que o conteúdo afetivo das atitudes raciais é contraído cedo, mesmo sem haver o relacionamento/contato direto com as pessoas negras. À vista desse cenário, a teoria espera que as atitudes sejam difíceis de ser alteradas, quando verificado os aspectos humanos de motivação, emoção, temperamento e personalidade dos seres humanos (função conativas) e processamento de aprendizagem composto pelos componentes como atenção, percepção, processamento, memória, raciocínio, visualização, resolução de problemas, execução e expressão da informação (função cognitiva), terminando de influenciar as escolhas políticas e afetivas diante das pessoas negras.

Portanto, as teorias do Racismo Moderno possuem uma perspectiva negativa quanto à possibilidade de mudança da postura racista. Esta teoria não acredita que existe a possibilidade da identidade racial da pessoa branca tornar-se antirracista, ou seja, de modo genérico, ser contra o racismo e todo sistema de opressão da pessoa negra. A modalidade acredita que o racismo influencia toda a perspectiva da identidade racial do branco, conseguindo o sucesso de influenciar a compreensão sentimental, emotiva e afetuosa de cada pessoa, isto porque, de acordo com McConahay, Hardee e Batts (1981), na sociedade, o componente afetivo é vagaroso e não alterou outros aspectos humanos e, por consequência, continua influenciando os brancos.

A partir desse cenário, McConahay (1986) acrescenta que os elementos como as atitudes ideológicas (políticas), valores próprios de igualdade, liberdade e justiça, também desempenham papel significativo sobre o comportamento. Desse modo, o autor pontua que o componente afetivo não é a única característica capaz de influenciar o componente cognitivo ou comportamental de um indivíduo. Além disso, é demonstrado a influência de valores

considerados importantes, principalmente para os americanos brancos, que foram reproduzidos pelo termo *American Creed*, título de uma resolução aprovada na Câmara dos representantes dos Estados Unidos da América, em 3 de abril de 1918, formulado inicialmente pelo ex-presidente Thomas Jefferson, que inclui os valores de liberdade, igualdade, individualismo e populismo.

McConahay (1986) também identificou uma zona de conflito entre as pessoas com a identidade racial da pessoa branca de origem americana. Essa zona de conflito foi categorizada como sendo uma ambivalência no comportamento cognitivo das atitudes raciais, que é caracterizado quando o indivíduo pode “vivenciar o conflito entre o sentimento negativo do negro e por outro lado os valores de igualdade e justiça” (MCCONAHAY, 1986; LICURSI, 2011). Assim sendo, “se o sentimento negativo existir, porém, for leve, não haverá conflito, porque este indivíduo permitirá que seus valores de igualdade e justiça sejam mais fortes. Então, seguindo a lógica interpretativa, se o sentimento negativo pelos negros for moderado, haverá algum conflito presente neste indivíduo. No entanto, se o sentimento contra os negros for forte, ele vencerá seus próprios valores e igualdade e justiça, prevalecendo o racismo” (LICURSI, 2011, p.40). Dessa maneira, em resumo, uma pessoa enquadrada na postura ambivalente poderá ser considerada um indivíduo com uma postura positiva quando estiver exposto a algumas situações e menos quando exposto em outras, inclusive, este cenário pode ser explicado pelo fato de não ser socialmente aceito ter ações/atitudes racista e também por conta do estilo de vida *American Creed* que propaga os valores como, por exemplo, liberdade e igualdade.

No Brasil, por sua vez, também foi identificado o Racismo Moderno pelos pesquisadores Dos Santos *et al* (2006), na qual adaptou a *Escala do Racismo Moderno* ao contexto brasileiro, e D'amario (2012), utilizando a escala de *Likert* de sete pontos, para identificar a modalidade moderna do racismo em uma instituição bancária da cidade de São Paulo.

Dos Santos *et al* (2006) foi o primeiro a adaptar a *Escala do Racismo Moderno* de McConahay (1986) a realidade do Brasil, após Marisol Navas adaptar a *Tabela do Racismo Moderno* para a realidade espanhola em 1998. No geral, o autor entrevistou 263 universitários entre 15 e 38 anos, que se consideravam pertencer à identidade racial da pessoa branca, encontrando discursos expressando a exaltação de “características particulares e que exigem presumivelmente menor qualificação formal (bons dançarinos, ótimos cozinheiros) e generalizá-las aos negros como um elogio como forma de disfarçar o preconceito” (Dos

Santos *et al*, 2006, p. 643). Dessa forma, foi comprovada uma sutileza na expressão do racismo, que possui a finalidade de disfarçar a aversão à identidade racial da pessoa negra, mas que desvela todo o preconceito moderno. Contudo, o pesquisador também mostrou a existência da modalidade moderna do racismo na educação universitária, mesmo recebendo críticas quanto à participação hegemônica de pessoas do sexo feminino.

Já D'amario (2012), após aplicar a *Escala do Racismo Moderno*, encontrou na instituição bancária, ainda que sutil, a manifestação do Racismo Moderno. O pesquisador não trouxe nenhuma novidade em seus estudos, já que encontrou os mesmos resultados de Dos Santos *et al* (2006), como a “manifestação entendida como elogio às habilidades de pessoas negras, no entanto, sutilmente indicando que as pessoas negras são diferentes em atividades que tradicionalmente apresentam baixo *status social*” (D'AMARIO, 2012, p. 10), revelando um cenário generalizado de racismo estrutural em instituições privadas bancárias.

Além da modalidade simbólica e moderna do racismo, pesquisadores identificaram a forma ambivalente na discriminação racial que passou ser conceituado, em resumo, por Katz e Hass (1988), quando o indivíduo da identidade racial do branco apresenta atitudes e ações consideradas favoráveis e desfavoráveis em relação às pessoas negras, sendo, dessa forma, caracterizada pela “inclusão de crenças boas e ruins partindo das pessoas brancas para com a identidade racial da pessoa negra” (JONAS, BROEMER e DIEHL, 2000). Nesse sentido, analisando a definição desta modalidade de discriminação, no primeiro momento, parece ser uma atitude ambígua por parte da pessoa branca. Por isso, Lima e Vala (2004) citam um exemplo de comportamento que se caracteriza como sendo Racismo Ambivalente na vida cotidiana, observe:

Um dia, num programa infantil na TV, vimos uma cena na qual uma apresentadora branca colocava no colo crianças do auditório. Ela pegava a criança, fazia um ligeiro afago, e em seguida entregava uma das suas assistentes. Ela fez isto com seis ou sete crianças brancas uma após a outra; a criança seguinte era uma menina negra. A apresentadora mudou todo o seu esquema gestual, além do afago beijou repentinamente a criança, antes de entregá-la para a sua assistente (LIMA e VALA, 2004, p. 406).

Isto é, a identidade racial da pessoa branca consegue reconhecer o seu lugar de vantagem social e desvantagem da pessoa negra, comportamento que pode ser justificado pelo fato do racismo não ser socialmente aceito. Por isso, é visto, entre grande parte dos pesquisadores, como um “elemento onipresente a todas as formas de racismo, a ambivalência” (LIMA e VALA, 2004).

Entretanto, para Katz e Hass (1988) grande parte das pessoas brancas está disposta a sentir simpatia pelos negros por entenderem que é um grupo injustiçado e desfavorecido pela descriminação e possuírem o entendimento de que não fazem nada para reverter esta situação. Consequentemente, a maioria dos brancos assume uma atitude pró-negra e anti-negra (JONAS, BROEMER e DIEHL, 2000). A hipótese central desta teoria é que as atitudes desta modalidade do racismo sejam moldadas e até determinadas por dois valores centrais diferentes e que, em sua maioria, estão relacionados.

Segundo Katz e Hass (1988), em resumo, a atitude pró-negra é moldada pelo igualitarismo, enquanto a anti-negra está relacionada à ética protestante individualista. “A ética igualitária enfatiza a adesão aos ideais de igualdade, justiça e preocupação com o bem-estar dos outros, enquanto a ética protestante individualista enfatiza a autoconfiança, autodisciplina, a dedicação ao trabalho e a realização individual” (JONAS, BROEMER e DIEHL, 2000, p.40 Tradução Livre)⁷. Resultado que é consequência da realização de dois estudos de Katz e Hass (1988) que entrevistaram, ao todo, cerca de 200 estudantes universitários brancos nos Estados Unidos da América (EUA).

Por conta dessa hipótese (pró-negra e anti-negra), chega há ser delineado que os argumentos, atitudes, valores e compreensões expressados pela identidade racial da pessoa branca (crenças boas e ruins sobre a pessoa negra) são originados e provocados por “conflito, tensões e sofrimento de ordem psicológica” (LIMA e VALA, 2004). Conjuntura que fica evidente no exemplo citado da apresentadora de televisão, que para reduzir a tensão e desconforto, exagerou no carinho na criança negra e, dessa forma, passou concentrar ou polarizar suas atitudes. Assim sendo, esse hábito de respostas passou ser identificado como *response amplification* de acordo com os estudos de Jonas, Broemer e Diehl (2000), juntamente com Bell e Esses (2002). Contudo, seguindo a lógica interpretativa, nota-se que a discriminação contra a identidade racial da pessoa negra cresce quando os valores do individualismo estão em evidência, da mesma maneira que a discriminação diminui quando estão em destaque os valores do igualitarismo. Segundo Lima e Vala (2004), isto ocorre porque o individualismo promove sentimentos negativos enquanto o igualitarismo causa sentimentos positivos.

No Brasil, Formiga (2015) destaca-se pelos seus estudos sobre Racismo Ambivalente em grupos minoritários brasileiros. Uma pesquisa que chama a atenção foi realizada na cidade

⁷ The egalitarian ethic emphasizes adherence to the ideals of equality, justice, and concern for the others' well-being, whereas the individualistic Protestant ethic emphasizes self-reliance, selfdiscipline, devotion to work, and individual achievement (JONAS, BROEMER e DIEHL, 2000, p.40).

de Palmas, capital do Estado de Tocantins, na qual foram entrevistadas 217 pessoas (51% mulheres) para identificar o tipo de preconceito destinado aos negros e homossexuais. Formiga (2015) conseguiu validar os estudos no país aplicando as Escalas de Atitudes Preconceituosas de Katz e Hass (1988) e descobriu que os negros apresentaram maior média nas atitudes positivas foi em aceitação, já para homossexuais foi cordialidade.

Dentre as atitudes positivas a menor pontuação foi em admiração para ambos os grupos minoritários, em contrapartida no que diz respeito às atitudes negativas, a maior pontuação foi em desagrado para o grupo de homossexuais, já para os negros a atitude de hostilidade (FORMIGA, 2015, p.13).

Desse modo, Formiga desvela a existência do Racismo Ambivalente na sociedade brasileira, atingindo as pessoas negras e homossexuais. O estudo do autor também é considerado um avanço, ao passo que comprovou que as Teorias do Preconceito podem servir como suporte para as pesquisas das quais avaliam a marginalização de qualquer população socialmente discriminada.

Além disso, vale destacar que a modalidade de discriminação do Racismo Ambivalente se assemelha com as teorias do Racismo Aversivo, isto por que, em resumo, de acordo com Lima e Vala (2004), as duas modalidades procuram manter uma auto-imagem pública de pessoa igualitária e não preconceituosa. Dessa forma, é necessário desnudar as características definidoras do Racismo Aversivo que é caracterizado, por Gaertner e Dovidio (1986), principais pesquisadores desse tipo de discriminação, como a atitude racial que possui fortes valores igualitários, mas que apresenta uma ambiguidade, contradição e equívoco (ambivalência) face ao negro, “decorrente da confusão de sentimentos e crenças agregado aos valores igualitários e sentimentos negativos” (GAERTNER e DOVIDIO, 1986; DOVIDIO e GAERTNER, 2000 e LIMA e VALA, 2004), não se mostrando nem uniforme e nem favorável, mas ambivalente, explica Gaertner e Dovidio (1986).

Assim sendo, seguindo a lógica interpretativa, percebe-se que as modalidades do Racismo Ambivalente e Aversivo são semelhantes, porém, a conjuntura em que as diferencia está no sentido de que a modalidade ambivalente está concentrada nas atitudes e ações exageradas, enquanto a modalidade aversiva manifesta uma ambivalência, principalmente, no discurso. Esta análise fica evidente quando Licursi (2011) tenta esclarecer as nuances da teoria do Racismo Aversivo, são elas:

A teoria do Racismo Aversivo assume que existem os racistas dominantes (*dominative racist*), menos comuns na atual sociedade, e aqueles indivíduos que adotam os valores do igualitarismo e buscam se autoafirmar como igualitários e sem preconceito, chegando demonstrar certa aversão ao racismo. Os racistas aversivos demonstram simpatia pelas vítimas de injustiça raciais, apoiam as políticas públicas que visam à promoção do igualitarismo entre as raças, identificam-se como a política liberal e buscam afirmar-se como não-preconceituosos (LICURSI, 2011, p. 50).

Portanto, o Racismo Aversivo é caracterizado, também, pela sutileza de suas expressões, visto que o racista, categorizado nessa modalidade de discriminação, é consciente de sua condição de vantagem racial e, logo, procura produzir justificativas para reafirmar seus ideais de igualitarismo, que são, em sua maioria, coerentes e socialmente aceitas, que terminam de passar despercebidos pelo senso comum social. “Quando exposto a uma situação que motive seus sentimentos negativos, o racista aversivo esforça-se para repudiar e dissociar tais sentimentos da sua autoimagem, evitando agir de forma inapropriada às convenções sociais” (LICURSI, 2011, p. 50). Os sentimentos negativos com relação aos negros, conforme Lima e Vala (2004) seriam em decorrência de dois mecanismos:

- a) do contexto racista de socialização a que os atores sociais estão sujeitos, e
- b) dos mecanismos da categorização e do viés endogrupal, que contribuem para o desenvolvimento dos estereótipos e do preconceito (LIMA e VALA, p. 405).

Isto quer dizer que a convivência social, entre pessoas e grupos, são fatores determinantes para a manifestação do racismo, ao passo que são capazes de estimular a discriminação e, ao mesmo tempo, tornar a expressão do preconceito sutil, sugerindo que o Racismo Aversivo “possui um viés relacionado a processos cognitivos, motivacionais e socioculturais”, detalha Dovidio e Gaertner (2000). Conjuntura que fica evidente com a explicação da psicologia social que considera que as pessoas podem ter “diferentes avaliações sobre a mesma atitude e objeto, graças ao processo de socialização que é capaz de substituir as atitudes” (ESPELT, JAVALOY e CORNEJO, 2006). “No entanto, a atitude original não é substituída, mas é armazenada na memória e se torna implícita, enquanto a atitude mais nova é consciente e explícita” (ESPELT, JAVALOY e CORNEJO, 2006, p. 5. Tradução Livre) ⁸. Em outras palavras, as pessoas podem no primeiro momento, desenvolver atitudes negativas em relação a certos grupos externos, por exemplo, a aversão às pessoas que pertencem a

⁸ Sin embargo, la actitud original no es sustituida, sino que se guarda en memoria y se vuelve implícita, mientras que la actitud más nueva es consciente y explícita (ESPELT, JAVALOY e CORNEJO, 2006, p. 5).

grupos de identidade racial negra, por conta da socialização em contexto histórico e cultural racista. Futuramente, quando as normas sociais mudam ou porque se adquiriu novas regras normativas, adotam-se atitudes positivas em relação a grupos externos, e assim já existe certa aceitação da identidade racial da pessoa negra, no entanto, de acordo com Espelt, Javaloy e Cornejo (2006), as atitudes negativas implícitas demoram a desaparecer.

Contudo, os psicólogos sociais, Lima e Vala (2004) também apontam que as emoções que caracterizam a ambivalência nos racistas aversivos, são de desconforto, nervosismo, ansiedade e até medo das pessoas negras, “provocando – dessa forma, que os racistas desta modalidade de discriminação – evitem o contato próximo com a identidade racial negra” (DOVIDIO e GAERTNER, 1998). Esse afastamento no cotidiano, em resumo, pode ser manifestado quando uma pessoa foge em falar de assuntos referentes à identidade racial da pessoa negra, por exemplo, logo, por consequência, é incapaz de reconhecer seus sentimentos e atitudes negativas contra a identidade racial da pessoa negra (DOVIDIO e GAERTNER, 1986), se mantendo em uma posição de resistência quanto ao reconhecimento de suas atitudes discriminatórias. Além disso, Dovidio e Gaertner (1986) acrescentam que até a própria conotação afetiva das cores “branca” e “preta” contribuem para as atitudes do racista aversivo. Os pesquisadores consideram que isso decorre do fato de que o branco está sempre ligado à compreensão de que é bom, em contrapartida, o negro é incluído como sendo algo ruim. Com efeito, Espelt, Javaloy e Cornejo (2006) apontam que, em sua maioria, os racistas aversivos possuem um perfil padrão na contemporaneidade que “corresponde a uma pessoa progressista, de esquerda, com alto nível educacional e com boas intenções em relação às minorias” (p.4), que simpatizam com pensamento socialista ou marxista, sendo a favor de reformas políticas e sociais. Assim sendo, é demonstrado a necessidade de questionar valores que são socialmente aceitos em alguns espaços sociais, pois podem explanar certa aversão a qualquer tipo de minoria.

O Racismo Aversivo foi identificado por Samuel Gaertner, em 1973, quando realizou um estudo utilizando o paradigma comportamental de ajuda, em que pessoas do Partido Liberal e do Partido Conservador recebiam ligações telefônicas de um pesquisador que se passava por uma pessoa negra e/ou branca. No estudo, o pesquisador pedia ajuda por ter o carro quebrado, explicava que estava discando o número incorreto de um telefone público e não tinham como fazer outra ligação.

Os resultados indicaram que as pessoas simpatizantes do Partido Conservador prestaram menos ajuda ao motorista negro (65%) do que aos brancos (92%), identificados

segundo o sotaque (LICURSI, 2011). As pessoas admiradoras simpatizantes do Partido Liberal ajudaram o motorista negro sem diferença (75% e 85%, respectivamente), descreve Lima e Vala (2004). Já os Liberais, para surpresa dos pesquisadores, desligavam o telefone de forma prematura com mais frequência para os negros (19%) do que para os brancos (3%) (LICURSI, 2011) e os Conservadores não discriminaram negros 8% de vezes e brancos 5% (LIMA e VALA, 2004).

Além das ligações, Gartner também entrevistava cada simpatizante dos partidos (Liberal e Conservador), na qual perguntava o que fariam se caso recebessem uma chamada telefônica errada de um motorista negro ou branco. A resposta dos simpatizantes foi unânime, indicando que ajudariam o motorista sem considerar a etnia da pessoa. Dessa forma, “Gaertner concluiu que quando as normas para comportamentos apropriados estão bem-definidas, sujeitos brancos não discriminam contra negros; quando as normas são ambíguas ou conflitantes, tornando o conceito de certo e errado menos aplicável, aí sim surge o Racismo Aversivo” (LIMA e VALA, 2004. p. 405).

Desde então, foram realizados diversos estudos, principalmente por Dovidio e Gaertner, que desvendaram as relações raciais dos Estados Unidos da América por acreditarem que os valores de igualdade, reproduzidos e disseminados na época, terminavam de influenciar o americano branco a desenvolver aversão contra negros e grupos minoritários.

Em estudo mais recente, Dovidio e Gaertner (2000), em *Aversive Racism and Selection Decisions: 1989 and 1999* analisaram a modalidade do Racismo Aversivo em uma seleção de candidatos a uma vaga de trabalho. Fazia parte da amostra, estudantes brancos americanos que foi solicitado para avaliarem eventuais candidatos à vaga de emprego que seria descrito como branco ou como negro.

De acordo com Dovidio e Gaertner (2000) foram utilizados os resultados de três (3) entrevistas, na qual a primeira destacava altas qualificações (sendo aceito em 85% dos casos, segundo o pré-teste), no segundo que representava fracas qualificações (houve a aceitação de 15% do candidato no pré-teste) e, finalmente, no terceiro, e último, trazendo as qualificações moderadas (com a aceitação de 50% das situações).

Com efeito, os resultados indicaram “que a discriminação contra o candidato negro é expresso no contexto de justificação” (DOVIDIO e GAERTNER, 2000). Condição constatada através da ambiguidade, identificado na situação em que os candidatos eram moderados, onde “os estudantes recomendaram mais o candidato branco (76%) do que o candidato negro (45%)” (DOVIDIO e GAERTNER, 2000, p. 317). À vista disso, foi comprovado o Racismo

Aversivo modulando a relação entre negros e brancos no mercado de trabalho, corroborando para a compreensão de que o racismo é estrutural na sociedade americana.

Já em Portugal, Gonçalves e García-Marques (2002), no artigo *A Manifestação Aversiva do Racismo: Dissociando crenças individuais e crenças*, produziram um estudo pioneiro ao entrevistar 44 alunos do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, dos sexos masculino e feminino, de cor de pele branca, descobrindo que “as normas sociais atuam como variáveis moderadoras nas expressões do racismo” (GONÇALVES e GARÇIA-MARQUES 2002), encontrando um modelo de discriminação não-declarado identificado como aversivo, colaborado para identificação na literatura científica desta modalidade de racismo pouco estudado no Brasil, visto que não foi detectado, após a revisão bibliográfica, nenhum trabalho que abordasse o Racismo Aversivo contextualizando a realidade do país.

Outro estudo pioneiro foi realizado, na Espanha, por Espelt, Javaloy e Cornejo (2006), no artigo *La paradoja del racismo aversivo hacia los inmigrantes: um estudio exprimental*, entrevistando 591 alunos (490 mulheres e 99 homens) do segundo e sexto semestre do curso de sociologia que estavam estudando a disciplina de Psicologia Social, na Universidade de Barcelona, na Espanha, identificando a hipótese da modalidade do Racismo Aversivo contra imigrantes daquele país, apontando, consequentemente, que a forma aversiva de discriminação está presente sobre qualquer grupo minoritário e/ou socialmente marginalizado.

Além dessas modalidades de expressão do racismo, da discriminação e do preconceito apresentadas como: o Racismo Simbólico, Moderno, Ambivalente e Aversivo. Também há a catalogação da forma sutil, na Europa, conhecida como preconceito sutil, de Pettigrew & Meertens (1995) e, finalmente, a modalidade cordial, no Brasil, reconhecida como preconceito cordial, de Turra e Venturi (1995). As duas teorias possuem certa semelhança e indicam estarem presentes no relacionamento entre negros e brancos no país, de modo que é defendida por muitos estudiosos como *Racismo à brasileira*, corroborando para confirmação da hipótese de que o racismo está sendo substituído “por atitudes discriminatórias menos evidentes, sem confrontar com as normas sociais e indesejáveis” (PIRES e ALONSO, 2008). Ou seja, há a manifestação da expressão do racismo de forma direta e sutil na relação entre negros e brancos.

2.2. Da Sutileza à Cordialidade Brasileira

Então, a partir de todo cenário que envolve o preconceito com relação a tudo que vem da pessoa negra, sobretudo, por toda a negação histórica da existência de uma aversão ao negro, que deu origem, por exemplo, ao mito da democracia racial. O pesquisador brasileiro, Silva (2009) afirma que o racismo no Brasil é zelosamente guardado por ser sutil, engenhoso, mascarado e até camuflado. Esta visão, leva em consideração os resultados das pesquisas de Pettigrew & Meertens (1995) que identifica o chamado preconceito sutil, ao estudar na Europa grupos considerados minorias advindas de antigas ex-colônias de países europeus.

Os estudos de Pettigrew & Meertens (1995) mostraram que existem pessoas que demonstram o racismo de forma Flagrante e Sutil. Neste sentido, o Preconceito Flagrante é definido como mais direto, onde há a rejeição é evidente, em seguida, o Preconceito Sutil é caracterizado como sendo distante e indireto, nesse caso, são realizadas expressões por meio de argumentos individualistas, que não são diretamente relacionados com todo o grupo racial, sendo uma forma velada ou disfarçada de discriminar. Assim sendo, Pettigrew & Meertens (1995) defendem a existência de duas dimensões do Preconceito Flagrante:

1. A dimensão da ameaça e rejeição do exogrupo, que se baseia na percepção de que os membros do exogrupo constituem uma ameaça, sobretudo econômica, e que, portanto, devem ser rejeitados; 2. A dimensão da rejeição da intimidade, definida como uma rejeição nacional ao contato íntimo, concretamente o contato sexual e o casamento (PETTIGREW & MEERTENS, 1995, p.62).

A primeira dimensão se dá quando é considerada uma ameaça há membros de outro grupo ocupar cargos, por exemplo, de uma vaga de emprego, que não pertence ao seu grupo, ao passo que a segunda dimensão está relacionada à medida que um grupo só aceita que um familiar tenha um casamento com um indivíduo do mesmo meio social semelhante. Em vista disso, é possível constatar que as dimensões estão presentes no comportamento diário dos brasileiros, sobretudo se for levado em consideração os estudos de Domingues (2002) e Bento (2002). Nesse sentido, Domingues (2002) identificou a premissa de que o negro melhoraria biologicamente sua raça casando com alguém mais claro, já Bento (2002) comprovou que as pessoas brancas, que trabalham para selecionar candidatos para vagas de emprego, possuem preferência pelos candidatos da mesma identidade racial, ou seja, a branca. De modo que, com os estudos, é comprovada a presença do Racismo Flagrante na sociedade brasileira, que em muitos momentos nega a existência desse sistema de opressão contra a população negra.

Em contrapartida, o Preconceito Sutil, de acordo com Pettigrew & Meertens (1995), é composto por três dimensões. A primeira dimensão é da defesa dos valores tradicionais. Ela se refere à percepção dos membros do exogrupo como estando agindo de maneira incorreta e mesmo condenável na busca da realização social, descreve Lima e Vala (2004). A segunda dimensão é do exagero das diferenças culturais, na qual é atribuída a percepção de que o exogrupo é culturalmente muito diferente do endogrupo (LIMA e VALA, 2004). A última dimensão do preconceito sutil diz respeito à negação de emoções positivas, “que se caracteriza pela rejeição à expressão de simpatia e admiração com relação aos membros do exogrupo”, explica Lima e Vala (2004). Portanto, o perfil do discurso do Racista Sutil, em resumo, está concebido da compreensão de defesa de valores tradicionais do branco através da justificativa cultural.

Os principais resultados dos estudos de Pettigrew & Meertens (1995), realizados na França (entre norte africano e asiático), na Inglaterra (entre indianos e asiáticos), na Holanda (entre surinameses e turcos) e na Alemanha Ocidental (turcos), sobre o Preconceito Flagrante e Sutil, revelam que as pessoas identificadas como praticantes do primeiro tipo (flagrante) preferem restringir os direitos existentes e até fazer voltar os imigrantes para os seus países de origem. Assim sendo, nesta forma de expressão, as mensagens e opiniões destinadas ao grupo desfavorável, em sua maioria, são claras, explícitas e evidentes.

Em relação ao segundo, o Preconceito Sutil, os resultados da pesquisa indicam não haver qualquer tipo de alargamento e diminuição dos direitos das minorias e preferem manter o *status quo* das relações interétnicas (PETTIGREW & MEERTENS, 1995), logo, há uma noção de privilégio fazendo parte do Racismo Sutil, principalmente se for levada em consideração a situação desfavorável na atualidade de grupos na sociedade como, por exemplo, a população negra.

Já no Brasil, Galeão-Silva (2007), em sua tese de doutorado, estudou o racismo contra negros em 133 estudantes universitários de São Paulo, utilizando a Escala de Preconceito Sutil e Flagrante, desenvolvida por Pettigrew & Meertens (1995), e a Escala de Fascismo (escala F), desenvolvida por Adorno. Assim, descobriu-se que as pessoas com predisposição fascistas “expressam mais Racismo Sutil do que indivíduos sem tais propensões” (GALEÃO-SILVA, 2007), isto é, no discurso dessas pessoas prevalecem os conceitos de nação e raça sobre os valores individuais, apelando para fatores emocionais do que racionais. Um exemplo deste fenômeno foi às eleições presidenciais de 2018 do Brasil, onde alguns cidadãos consentem com as ideias de um militar da reserva que espalha a aversão aos direitos da

população negra, mulheres e homossexuais. Estando o Racismo Sutil circulando no discurso dos brasileiros, sobretudo nas redes sociais.

Além disso, Galeão-Silva (2007) identificou que os indivíduos que se submetem às normas sociais, através do Racismo Sutil, estabelece uma relação de submissão e conformismo, por conta do Preconceito Sutil ser adaptável, até mesmo há estrutura econômica capitalista, ocultando o conflito e revelando a apatia com as injustiças (GALEÃO-SILVA, 2007), por isso, é possível afirmar que o discurso racista atual persiste por meio da aparência de democracia, isto é, pelo Racismo Sutil, interpreta Nunes (2010), pois o capitalismo e a democracia podem camuflar, para alguns setores da sociedade, as necessidades do grupo socialmente excluído. Por consequência surgem, por exemplo, a compreensão da chamada meritocracia, que termina por justificar todas as mazelas de um grupo de pessoas excluídas, principalmente a população negra, ao passo que é compreendido que o negro ocupa uma condição mais baixa, sem o acesso de qualidade a saúde e educação, por exemplo, por falta de mérito e esforço, ajudando a negar a cultura racista impregnada na sociedade brasileira, mas, por outro lado, é nesse momento que se é identificado a sutileza como expressão do racismo.

Também, em sua tese de doutorado, Nunes (2010) desenvolveu uma pesquisa sobre o Racismo Sutil contra pessoas negras realizada no Brasil e na Espanha com auxílio de entrevistas e ainda as escalas de Preconceito Sutil e Flagrante de Pettigrew e Meertens. O estudo de Nunes (2010) apontou que: os espanhóis possuem mais facilidade em declarar o racismo; os homens mostraram maior preconceito do que as mulheres, tanto no Brasil quanto na Espanha; houve maior expressão do Racismo Sutil do que de Preconceito Flagrante, nas amostras dos dois países e quase 75% da amostra brasileira se identifica como branca, mas apenas cerca de um terço têm ascendência branca (p.10).

Em vista disto, Nunes (2010, 2014) conclui que há, no Brasil e Espanha, o desejo de não ser racista, justificado por alguma proximidade com o grupo discriminado. A facilidade de se assumir o racismo na Espanha se dá por conta da população gitana chegar a 2%, configurando, em alguns momentos, cenário de invisibilidade, ao passo que no Brasil a dificuldade se dá por conta da população negra chegar até ser maior que 45%, unido às questões históricas, sociais e culturais mais complexas (NUNES, 2010). Além disso, há toda a formação identitária conflituosa no Brasil, juntamente com todos os argumentos, teorias e hipóteses criadas para negar o racismo e garantir os direitos da população/pessoa negra. Contudo, revela-se que o desafeto, a inimizade e a aversão à pessoa negra, já que grande parte

dos entrevistados de Nunes (2010), como mencionado pela autora, é mestiça, mas se identificaram como brancos.

A respeito destas conclusões, Nunes (2010, 2014) assegura que no Brasil o racismo é velado e presente, ao mesmo tempo, graças à maioria dos entrevistados assumirem a existência do racismo, embora negue que é racista, ao passo que apenas dois entrevistados assumiram ter preconceito, revelando, dessa maneira, a preocupação das pessoas de não serem consideradas racistas, uma vez que não é socialmente aceito ter aversão a qualquer tipo de grupo socialmente oprimido. Fato que comprova a dificuldade dos brasileiros entender o assunto.

Nunes (2010, 2014) ainda identifica a acusação de que a pessoa negra como sendo a responsável pelo racismo e ainda indicando como sendo a chave para a solução da discriminação e preconceito. Sobre este dado, Galeão-Silva (2007) explica que é uma maneira de se ausentar da reflexão e responsabilidade com a situação de discriminação e exclusão da pessoa negra. Assim sendo, com este comportamento, o branco reconhece que é detentor de um privilégio maior que a pessoa negra, não admitindo conceder vantagens, e reconhecer a existência do racismo, “evidenciando, no geral, que no Brasil vive-se uma profunda contradição, sobretudo, por parecer celebrar o fato de ser considerada uma nação livre de preconceito, porém, o outro lado da moeda mostra que as práticas sociais e culturais insistem em reproduzir hierarquias raciais” (RIVERA, 2009, p.13). Talvez, por conta da alta taxa de desigualdade e estratificação social, juntamente com qualidade de educação baixa oferecida pelo país, mais a tradicional negação histórica de reconhecimento dos direitos da população/pessoa negra, mesmo após a abolição da escravidão.

Todavia, de acordo com Silva (2009), Lima e Vala (2004), o mais completo estudo sobre o preconceito no Brasil foi organizado pelos jornalistas Cleusa Turra e Gustavo Venturi, publicado no ano de 1995, no livro *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*, tendo como objeto de pesquisa um levantamento realizado, em todo o país, pelo Datafolha e pelo jornal *Folha de S. Paulo*. De acordo com Marcus Lima e Jorge Vala (2004), em *As novas expressões do preconceito e do racismo*, o estudo desvelou as relações inter-raciais, numa sociedade em que o universo de cores de pele catalogadas supera as chamadas sociedades bi-raciais, como os EUA. Entretanto, mesmo após a realização do estudo de nível nacional, de acordo com a revisão bibliográfica, a teoria do Racismo Cordial ainda se encontra em fase de crescimento, com poucos pesquisadores estudando sobre os mecanismos históricos e psicossociais contidos nesta forma de racismo.

O resultado da pesquisa revelou que 89% da amostra entrevistada afirmam que existe racismo no Brasil, no entanto, 10% admitem ser racistas (VENTURI e PAULINO, 1995). Assim sendo, no primeiro momento, é evidenciado que os participantes da pesquisa são, em sua grande maioria, racistas, porém, não assumem serem racistas por conta desse comportamento não ser socialmente aceito, já que a partir destes dados, é possível entender que os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, o preconceito contra as pessoas negras (RODRIGUES, 1995; VENTURI e PAULINO, 1995). Como resultado, surge a ideia de que no Brasil o racismo, e/ou preconceito contra a pessoa negra, só se manifesta de forma cordial (SCHWARCZ, 1998). Por sua vez, é identificado e/ou chamado de “Racismo Cordial”, caracterizando-se como sendo uma maneira para não ofender ainda mais aquele que se discrimina, explica Rodrigues (1995). Ou seja, em resumo, este tipo de racismo, preconceito e discriminação, a todo custo, procura encontrar formas e/ou maneiras de camouflar, esconder, disfarçar e mascarar sua aversão à pessoa negra, se caracterizando como um tipo de racismo difícil de ser estudado, pois a modalidade cordial está em constante transformação.

Um exemplo dos problemas causados pelo chamado Racismo Cordial na pessoa negra foi identificado nos estudos de Camino *et al* (2001). De acordo com o autor, o racismo no Brasil está não só relacionado à pobreza, mas também a cor da pele na definição da classe social que o indivíduo irá pertencer, sendo constatado a existência “de uma crença em que as pessoas negras possuem aptidões naturais ligadas ao esporte ou à arte, enquanto as pessoas de cor branca são percebidas como possuindo aptidões para atividades intelectuais e ligadas ao poder” (CAMINO, SILVA, MACHADO e PEREIRA, 2001, p.23), resultado que comprova uma noção de privilégio do branco e, em contrapartida de, desprivilegio da população negra. Mostra, também, que o Racismo Cordial até concede ao negro certo *status* social, de certo, com o único objetivo de camouflar, esconder, disfarçar e mascarar sua aversão à pessoa negra, colaborando para que o branco mantenha seu *status* – de privilégio – sem nenhum tipo de ameaça.

Em vista de tal crença identificada por Camino, Silva, Machado e Pereira (2001); Pacheco (2011) afirma que o Racismo Cordial se generaliza a todos os espaços e práticas sociais, levando a esquecer de costumes de “dominações brutais exercidos sistematicamente na maioria dos ambientes em que há o convívio entre pessoas de cor negra e branca (PACHECO, 2011). Dessa maneira, o Racismo Cordial pode ser entendido como “uma forma branda assimilacionista, sem ódios, segregação ou violência constante explícita, sendo mais

idiossincrático que institucional ou estrutural, ainda que implique em desigualdades exploração e sujeição” (PACHECO, 2011, p. 139). Portanto, a identificação desta modalidade de racismo brasileiro questiona todos os tipos de relações humanas (entre negros e brancos, principalmente), dado que o Racismo Cordial, em alguns momentos, por exemplo, pode se apropriar de discursos antirracistas, justamente para disfarçar a sua, inimizade, desafeto aversão, racismo, preconceito e discriminação, visto que silenciosamente, o Racismo Cordial é capaz de transformar-se de maneira continua. Por isso, talvez, presente em todas as estruturas sociais do país.

Outro exemplo que se demonstra a manifestação do Racismo Cordial é quando Camino *et al* (2001) ainda aponta que os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizados para classificação racial a auto-atribuição de uma cor entre cinco propostas (branco, pardo, negro, amarelo e indígena), que termina por confundir a cor da pele de uma pessoa com sua ascendência étnica. Isso se deve, porque Turra e Venturi (1995) observou nos entrevistados que apenas 6% das pessoas atribuíram a si espontaneamente como sendo da cor parda e cor preta apenas 8%, e 43% se classificaram como moreno – percentual que supera quem se consideraram brancos (39%). Por outro lado, quando os entrevistados utilizaram os critérios do IBGE, 50% se consideram brancos 29% pardos e 12% pretos.

Portanto, os resultados demonstram que a “classificação pela cor apresenta sérios problemas no Brasil, devido ao elevado grau de miscigenação da população como a dificuldade das pessoas em saber do que de fato está sendo perguntado: cor de pele, raça ou etnia” (CAMINO *et al*; 2001, p.22), posto que os próprios órgãos representativos brasileiros, através das pesquisas censitárias que são realizadas, por exemplo, pelo governo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reforçam a noção de raça e de classificação de seres humanos, extinto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Então, por consequência, corrobora para o entendimento de que o Racismo Cordial é estrutural, por estar vigente em todas as estruturas sociais e, até, governamental.

Contudo, seguindo a lógica interpretativa, é comprovado que o racismo é frequente na atualidade, fazendo parte do cotidiano. Por consequência, cada vez mais, ganha novas formas de expressões, aparentemente menos violentas, tornando progressivamente mais disfarçada ou velada, sobretudo, em países como o Brasil, que se diz ser “uma democracia e zelosa com o chamado politicamente correto”, explicam Marcus Lima e Jorge Vala (2004), em *Sucesso*

Social, Branqueamento e Racismo. Afinal, o discurso do “politicamente correto” também pode ser usado para o benefício dos cidadãos brancos, pois colabora para disfarçar o racismo.

Com isso, o Racismo Cordial, na visão de Pires e Alonso (2008) e ainda Lima e Vala (2004), é entendido como “uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos (negros e mulatos)”, que se caracteriza por uma “polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho racial” (PIRES e ALONSO, 2008; LIMA e VALA, 2004), isto é, o Racismo Cordial é uma estratégia para continuar reproduzindo a cultura e hábitos do branco que indicam estar internalizadas e assimiladas pela cultura brasileira.

Por sua vez, a presença de uma cultura racista nas piadas, ditos populares e brincadeiras termina por provocar um silêncio perverso aos negros, garante Pacheco (2011), que não podendo “se identificar com um grupo específico por serem “forçados” a declararem-se mestiços, não se mobilizam em prol de um antirracismo, sofrendo e ajudando, de certa forma, a manter a dificuldade de afirmar oficialmente o racismo e preconceito” (p.138), apontando certa tentativa de embranquecimento da população negra na modalidade do Racismo Cordial.

Este silêncio, na perspectiva de Sales Junior (2006), é provocado devido à cordialidade configurar o que se denomina de “*complexo de Tia Anastácia*”, no qual a pessoa negra aparece “como se fosse da família” ou como sendo “quase da família”. Com esta perspectiva é demonstrado à perversidade do preconceito e discriminação no Brasil, capaz de até citar, em alguns momentos do cotidiano, certo grau/nível de parentesco e/ou amizade com a pessoa negra, para comprovar que não possui nenhum tipo aversão, desafeto e inimizade contra a população negra. Nesse sentido, “esse complexo foi instaurado pelo que denominamos de integração subordinada, que define as formas hegemônicas em que se apresenta discriminação racial: o estereótipos racial e o não-dito racista” (SALES JUNIOR, 2006, p. 231). Guimarães (2002) explica que os processos de integração subordinada permitem, no geral, a generalização de trajetórias bem-sucedidas de negros e mulatos na sociedade brasileira, mesmo quando estas pessoas pudessem reconhecer que sofreram preconceito. Ou seja, a pessoa negra consegue ascender socialmente desde que não transgrida o “*pacto de silêncio*” impostos pelas normas de “*cordialidade*”, defende Sales Junior (2006). Assim sendo, a pessoa negra, para ser aceito pela sociedade, precisa negar o seu passado, esquecer sua ancestralidade, se silenciar sobre as mazelas que experimenta no cotidiano por conta de sua

cor de pele e ainda negar o seu passado, vivências, cultura e perspectivas de origem africana, restando apenas o embranquecimento.

Além disso, através de uma escala menos direta com aproximadamente 12 itens, verificou-se que mais de 50% da amostra de entrevistados concordavam com as afirmações como “negro bom é negro de alma branca” e “negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída”, desvela Turra e Venturi (1995). Isso demonstra a forte presença do racismo na sociedade brasileira, que de uma maneira geral, 83% das pessoas entrevistadas concordaram, em algum nível, com os itens da escala do Racismo Cordial apresentada por Turra e Venturi (1995).

Em vista dos resultados da pesquisa, Camino *et al* (2001) esclarece que o racismo no Brasil não possui nada de cordial, por ser mascarado, ele é não apenas terrivelmente eficiente em sua função de discriminar as pessoas de cor negra, mas é também muito difícil de erradicar. Afinal, até mesmo, a ênfase na norma anti-racista pode levar, em certas condições, à justificativa do próprio preconceito (CAMINO *et al*, 2001). Este cenário decorre, segundo Pereira, Torres Rosas e Almeida (2003), por conta do sucesso da ideologia do mito da democracia racial que, através da mestiçagem, entende a discriminação mais como o resultado da estratificação social do que as diferenças de cor. Portanto, o negro seria discriminado não por ser negro, mas por ser pobre (PEREIRA, TORRES ROSAS e ALMEIDA, 2003). Contudo, o mito da democracia reforça o “complexo de superioridade no branco” da mesma forma que desenvolve na pessoa negra o “complexo de inferioridade”, responsabilizando pelos seus infortúnios (DOMINGUES, 2005) e terminando de justificar todas as atrocidades contra a pessoa negra, de modo que é demonstrado, de alguma maneira, que o mito da democracia racial ainda permeia a relação entre brancos e negros no país. E mais, uma das modalidades do Racismo Cordial, juntamente com o mito da democracia racial, é descharacterizar todas as características que lembram a cultura africana, sobretudo por remontar o passado do Brasil, pois é um país que ainda carrega uma dívida histórica com a população negra brasileira.

E assim, de acordo com os estudos de Lima e Vala (2004), que identificam a associação ao fracasso à cor negra e o sucesso à cor branca. Os autores explicam que a pessoa negra pode, até mesmo, mudar subjetivamente a cor. A fim de manter intactas as crenças coletivas e as atividades negativas associadas à categoria de pertença desse indivíduo. Neste sentido, seguindo a lógica interpretativa, entende-se que a pessoa negra é branqueada, sobretudo, se ela “ascender socialmente”.

À vista deste comportamento, ainda é possível chegar à conclusão de que uma das estratégias do Racismo Cordial é o branqueamento e embranquecimento da pessoa negra, sobretudo, se for levado em consideração que “o branqueamento dos negros bem sucedidos permite que os participantes brancos realizem uma maior atribuição de traços positivos na descrição deste grupo e que lhes atribua mais traços de cultura” (LIMA e VALA, 2004, p.18), isto, graças ao notável caleidoscópio de cores das quais compõem a sociedade brasileira, justifica Lima e Vala (2004).

2.3. O branqueamento da pessoa negra

O branqueamento é comumente conhecido quando é caracterizado pela capacidade “de manchar a pele, alisar o cabelo, até usar de intervenções cirúrgicas no próprio corpo”, explica Sousa e Braga (2017), porém, ele não apenas atua ou se restringe a modalidade estética. O fenômeno chamado de branqueamento, em resumo, promove a pessoa negra, por exemplo, a adoção de comportamentos e culturas de origem europeia ou dominante, com diferentes dimensões e formas. Com efeito, termina por gerar uma espécie de rejeição à cultura e seus semelhantes fenotípicos, sobretudo, de afrodescendentes, como a pessoa negra.

Tudo isso, graças aos ideais da miscigenação que, segundo Bento (2002), postula a conciliação entre brancos e negros suavizando o conflito na medida em que nega o preconceito e a discriminação, “possibilitando a compreensão de que o “insucesso dos mestiços e negros” deve-se a eles próprios” (BENTO, 2002, p.44) e também disfarçando uma aversão, a discriminação, o preconceito e, finalmente, o racismo contra os não brancos, comportamento que é, em sua maioria, realizado de maneira cordial, tentando, a todo custo, camuflar, esconder, disfarçar e mascarar toda uma inimizade, desafeto e repúdio à pessoa negra.

No entanto, inicialmente, é importante entender que embora os fenômenos da miscigenação e branqueamento estejam, atualmente, intrinsecamente conectados, “eles não são idênticos, e não devem ser tomado um pelo outro” (STOCCHI II, 2006), em razão da “miscigenação estar fazendo referência ao encontro sexual – ou melhor, ao produto dele – de indivíduos entendidos como racialmente diferentes, visto que o branqueamento se refere à escolha, ou à imputação a outrem, de uma identidade racial que se aproxima mais do polo branco, ou mesmo se identifica completamente com ele, a despeito desse indivíduo possuir ascendência negra” (STOCCHI II, 2006, p.20), ao passo que a miscigenação e o

branqueamento sempre estiveram inseridos no comportamento do brasileiro. Assim sendo, os dois fenômenos estavam presentes na sociedade antes de serem edificados pela ciência e usados pelo Estado brasileiro como instrumento de “aperfeiçoamento” racial.

Por sua vez, um marco importante para a concretização da tese do branqueamento se dá ao final do século XIX e início do século XX (BENTO, 2002; STOCCHI II, 2006; OLIVEIRA, 2008; SODRÉ, 2015). Nessa época, europeus necessitavam de justificativas para exploração de povos “diferentes”, promovendo – dessa forma – o nascimento de ideologias raciais (OLIVEIRA, 2008). Com efeito, a partir desse momento, africanos e asiáticos eram considerados seres humanos primitivos e os europeus chegavam a ser avaliados como um exemplo a seguir. Então, nasce uma ideologia que tinha como um dos principais artifícios a classificação de seres humanos.

E o sucesso dessa ideologia também se deu por conta da influência econômica da Europa que possuía um mercado baseado no colonialismo imperialista, sendo considerada, na época, uma grande potência econômica, justamente por dominar, principalmente, grande parte do comércio mundial. Para os europeus, a sua economia transmitia o progresso econômico e cultural (OLIVEIRA, 2008), fatores que terminavam de influenciar as diversas nações, pois havia forte incentivo para adoção de comportamentos, produtos e ideologias de origem europeias.

Além de fatores econômicos, as ideologias raciais também tiveram apoio da comunidade intelectual da época. E assim, a partir do século XIX, surgem pensadores como o “francês Joseph-Auguste e Gobineau, o alemão Richard Wahner e o inglês Houston Stewart Chamberlain, utilizando a teoria da seleção natural também postulada por Charles Darwin em *A Origem das Espécies* de 1859” (SEYFERTH, 1995; OLIVEIRA, 2008; SCHUCMAN, 2012; SODRÉ, 2015). Com esse cenário, faz parte das ideologias raciais, a “ideia de uma evolução a partir de um ancestral comum, por meio da seleção natural” (SCHUCMAN, 2002). Isto se deve ao fato da teoria monogenista de Darwin ter sido capaz de fabricar todos os argumentos necessários para a fundamentação das ideologias raciais europeias que classificavam seres humanos. Assim sendo, em síntese, a principal conclusão desta ideologia racial foi de que alguns grupos humanos eram fortes e outros fracos (BENTO, 2005), o que reforçou o princípio classificatório de seres humanos, assim como o repúdio e discriminação de populações e etnias que não se encaixavam nos padrões escolhidos.

Vale lembrar, que a ideia de classificar humanos no mundo é registrada desde o século XVIII (SHUCMAN, 2012), na qual a pele foi considerada um dos critérios dentro desse

processo de classificação e racialização. Com efeito, desde então, é possível encontrar a compreensão de que a espécie humana é “dividida em três raças que permanecem – até os dias atuais – no imaginário coletivo: branca, amarela e negra” (SCHUCMAN, 2012), porém, as ideologias raciais e/ou racismo científico, do século XX, difundidas essencialmente pela Europa, para encontrar motivos para explorar novos grupos de seres humanos, no geral, terminou de reafirmar a classificação humana. De acordo com Munanga (2004), as teorias raciais do século XX, acrescentaram critérios morfológicos, como a forma do nariz, lábios, do queixo, do formão do crânio, ângulo e, até, facial, por exemplo, colaborando para que a classificação e racialização de seres humanos, especialmente da população negra, fossem mais severas.

Desde então, as diferenças de tipos físicos passou a ser o principal critério para classificar seres humanos. E assim, nasceu a fórmula básica do racismo: portadores de pele escura, os negros e os não europeus, considerados raça inferior, descreve Oliveira (2008). Ou seja, em resumo, quem possuía a pele clara, os brancos, eram avaliados com raça superior. Com este ínterim, de acordo com Bento (2005), estava “justificado” o domínio colonial e a exploração europeia sobre outros povos. Assim como se caracterizava como sendo a justificativa perfeita para a exclusão e abandono da população negra, após séculos de escravidão. Este é o caso do Brasil que também foi influenciado pelas ideologias raciais conhecidas como teorias do racismo científico.

No país, é importante destacar que, as teorias do racismo científico chegam quando ainda era “vigente o tráfico de seres humanos, regularizado e regulamentado” (NASCIMENTO, 1978), na qual grande parte dos escravos era da África e sustentavam todo o sistema colonial brasileiro, trabalhando na cidade e, sobretudo, na zona rural (NASCIMENTO, 1978; CHIAVENATO, 1999 e OLIVEIRA, 2008). No entanto, já na primeira metade do século XIX, o país começa a sofrer pressões da Inglaterra a favor do tráfico de escravos. Isso se deve ao fato do Brasil, “ter conquistado a independência de Portugal e precisar ter o reconhecimento de nação” (DA COSTA, 1998). Com tanta pressão, a segunda metade do século XIX parecia alcançar ao fim o tráfico de pessoas negras, mas de acordo com Seyferth (1995) e Oliveira (2008), chega ao país uma nova base teórica para se interpretar a realidade, referente ao denominado racismo científico. “Abolição e imigração são dois temas discutidos juntos – a escravidão condenada como empecilho ao desenvolvimento econômico e à imigração, e, por conseguinte, à civilização” (SEYFERTH, 1995, p.179). Sendo, dessa maneira, dois temas complexos, delicados e discutidos ao mesmo tempo no

Brasil. E para agravar a situação, a Europa – através do racismo científico – “proclamava que a raça branca seria mais civilizada e mais associada ao progresso da humanidade”, lembra Schucman (2012). Era um dos princípios que sustentava a teoria do racismo científico, que com esta compreensão terminava por “desqualificar e degenerar a humanidade, colocando entrave para a possibilidade de desenvolvimento do país” (SCHUCMAN, 2012), isto é, naquele momento, o Brasil já possuía uma população que era composta por uma grande parcela de não brancos, como pessoas mestiças e negras. Contudo, a abolição se deu de maneira forçada pelo Brasil, após a luta e resistência da população negra, desde o início da escravidão, juntamente com as pressões comerciais da Europa, em específico da Inglaterra. Por consequência restava tornar a miscigenação algo positivo com a finalidade de melhorar a imagem do país no mercado econômico mundial e ainda resolver à ameaça a autoestima do brasileiro.

Com efeito, para resolver este “dilema”, foram convocados alguns intelectuais e personalidades como “Oliveira Viana, Silvio Romero, Euclides da Cunha entre outros” (SODRÉ, 1999; SCHUCMAN, 2012; SODRÉ, 2015) que desenvolveram trabalhos, obras e argumentos para tornar a miscigenação um valor positivo e alavancar o “progresso” do país. Desta maneira, “surge o ideal de “branqueamento”, aceita entre 1889 e 1974 pela maioria da elite brasileira” (SCHUCMAN, 2012, p.61). Neste processo, em resumo, “a população mestiça progressivamente chegaria a um fenótipo branco – com a seleção natural/social encarregada de eliminar as raças inferiores” (SEYFERTH, 1995, p.179 e 180). Portanto, a miscigenação passa ser a única salvação para o país se desenvolver. Afinal, segundo as teorias do racismo científico, aceito entre 1880 e 1920 pela elite brasileira, o Brasil estaria fadado ao fracasso como nação, já que sua população estaria condenada ao permanente atraso. Agora, com a nova teoria – ideal de branqueamento – em que tornava a miscigenação algo positivo era resolvido seus dilemas com o mercado econômico e de autoestima. A ordem era injetar o “sangue branco” e cada vez mais branquear a população (OLIVEIRA, 2008). A partir disso, o país tinha a justificativa para investir na imigração europeia, sobretudo, europeus brancos. Assim como era o argumento perfeito para não desenvolver políticas de reparo aos séculos de regime escravo sofrido pela população negra brasileira, que foi “materIALIZADO em discursos doutrinários que perpassavam a medicina, a antropologia, a educação e sendo no fundo uma tentativa de preservar-se a discriminação contra eventuais efeitos colaterais da Abolição da Escravatura” (SODRÉ, 2015, p. 99).

Em vista deste cenário, Oliveira (2008) conclui que o ideal de branqueamento, é uma ideologia que tem origem na pós-abolição com fundamentação racista. Ou seja, caracterizam-se como uma criação compartilhada por intelectuais nacionais e reproduzida pela população, e nessa configuração a ideologia está presente em obras de influentes de pensadores, escritores e juristas, inclusive, a ideologia de branqueamento é defendida por estudiosos como o sociólogo Gilberto Freyre, por exemplo, na sua obra *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933. O livro reforça a união das raças, transformando a mestiçagem em solução para os problemas do Brasil, resume Carneiro (1994). Esta união das raças terminava de camuflar todo o racismo, preconceito e discriminação vividos diariamente, em todas as instâncias de vida da pessoa negra, assim como também retirava do país a responsabilidade de desenvolver políticas públicas voltadas para a população negra.

Assim sendo, como a ideologia do branqueamento terminava de pregar a integração social dos negros através da assimilação dos valores brancos (SÓDRÉ, 1999; PIZA, 2000; GUIMARÃES, 2004; JESUS, 2012 e SODRÉ, 2015), alimentando “os dogmas da superioridade racial, do determinismo climático, da geopolítica e da filosofia eugenista” (SODRÉ, 2015, p. 99), posto que as pessoas negras sejam impedidas de formar uma identidade positiva, baseado no resgate de valores individuais e coletivos em nome de uma nova percepção de si e do mundo social, perpetuando valores depreciativos e estereotipados que se arrastam ao longo dos anos (JESUS, 2012), inclusive, a ideologia do branqueamento pode se desenrolar de maneira cordial e util nas relações sociais cotidianas e até nas oficiais do Estado, visto que o sentimento de integração da população brasileira camufla e esconde toda a aversão contra a população negra, levantando a necessidade de questionar qualquer tipo de ação que se diz antirracista.

Afinal, o branqueamento é um conjunto de normas e atitudes associado aos “brancos”, que a pessoa negra e/ou seu grupo mais próximo, adotam ou incorporam, a fim de assemelhar-se ao modelo branco e assim construir uma identidade racial positiva, elucida Piza (2000), conceituada pesquisadora sobre o assunto. Assim sendo, juntos – o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento – foram utilizados como solução pra o Brasil se adaptar as ideias das teorias do racismo científico, chegando arquitetar uma política de legalização da imigração. Além de promover a assimilação de uma cultura que incentiva o racismo, discriminação, repúdio, inimizade, desafeto e preconceito contra a população negra.

No entanto, é importante esclarecer que o conceito de branqueamento de Piza (2000), de acordo com a revisão bibliográfica, é o mais utilizado pelo campo científico. Por sua vez, é

indicado que este mesmo conceito se esquece da resistência histórica da pessoa negra, registrado desde o início do regime escravo, graças ao processo de branqueamento e assimilação dos valores da identidade da pessoa branca que, em alguns casos, não ocorre de maneira passiva, sem resistência, por parte da população negra. Pelo contrário, há grupos e pessoas que são ou foram resistentes a qualquer ameaça à sua ancestralidade. Um grande exemplo de resistência, e com frequência mencionada pela comunidade negra, é o Teatro Experimental Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento, em 1944, com o objetivo de formar atores negros, promover a cultura da população negra brasileira, expor as demandas, politizar as pessoas e denunciar o racismo no Brasil. Além do que, também, existe o Movimento Social da População Negra que surge ainda durante o regime escravo, com sua resistência histórica. Outro exemplo de oposição à cultura, vivências e perspectivas da identidade da pessoa branca são os Quilombos espalhados por todo território. Estes surgiram durante as fugas de pessoas negras das fazendas durante o período escravo brasileiro, pois são considerados exemplos de resistência ao branqueamento, ao passo que ainda preservam a ancestralidade africana da população negra brasileira.

Contudo, também há pesquisadores com visões negativas. Esse é o caso de Antônio Sérgio Guimarães que na sua obra, *Classes, Raças e Democracia* (2002) alega que é equivocado afirmar que a chamada democracia racial teria sido forjada apenas pelas classes dominantes brancas e sim teriam sido fruto de uma articulação e integração compactuada até com a militância negra. A hipótese de Guimarães (2002) se concentra no argumento de que entre 1930 a 1964, vigorou no Brasil o que os cientistas chamam de “pacto populista” ou “pacto nacional-desenvolvimentista”. Este pacto, segundo o autor, proporcionou a integração entre brancos e negros, por conta de uma espécie de acordo simbólico, que ocorreu através da adoção de uma cultura nacional do mestiço e por meio da regulamentação do mercado de trabalho. Além disso, “o movimento negro organizado concentrou sua luta contra o preconceito racial, através de uma política eminentemente universalista de integração social do negro à sociedade moderna, que tinha a “democracia racial” brasileira como um ideal a ser atingido” (GUIMARÃES, 2002, p. 166).

Um exemplo desse comportamento é o jornal *Getulino*, composto por integrantes e líderes negros, com vocação política, que circulava em Campinas, no Estado de São Paulo, entre 1923 e 1926, propagando a fusão das raças, até em alguns de seus editoriais, aponta Hofbauer (2011). O diário, inclusive, chegou a apoiar abertamente a imigração de europeus,

com preferência “aos portugueses, temendo por imigrantes negros norte-americanos, por serem vistos como orgulhosos e rebeldes” (HOFBAUER, 2011).

Além da impressa, até organizações políticas e representativas da pessoa negra indicam que também aderiram ao discurso de ideal do branqueamento. Conforme explica Hofbauer (2011), a Frente Negra Brasileira (FNB) lutava contra o “preconceito de cor” no mercado de trabalho e se preocupavam em desenvolver estratégias para empregar seus filiados, apostando na formação de negros. Dessa forma, o trabalho era visto como uma maneira de superar o preconceito, em contrapartida, os ideais do branqueamento ficavam expostos em declarações, da FNB, que criticavam um comportamento que pudesse comprometer a imagem do trabalhador, concluiu os estudos de Hofbauer (2011). Um exemplo é “a preocupação em usar vestimentas adequadas e também cuidar do cabelo crespo seguindo modelos brancos ocidentais” (HOFBAUER, 2011.p.14).

Todavia, o branqueamento começou a receber novo tratamento da comunidade científica a partir de meados de 1940, quando surge, “na Universidade de São Paulo (USP), um grupo de estudiosos”, identifica Bento (2002). Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Roger Bastide são os principais nomes que compõem o grupo de cientistas que desenvolveram importantes estudos desmistificando a ideologia da democracia racial brasileira, “contextualizando a situação do trabalhador negro e apontando novas formas de poder” (BENTO, 2002). Dessa forma, a partir desse momento, começava a denúncia da discriminação, preconceito e racismo tipicamente brasileiro que, como visto, até o momento, procura encontrar maneiras, a todo custo, de camuflar, esconder, disfarçar e mascarar sua inimizade, desafeto e aversão à pessoa negra, inclusive, se necessário, fazendo a apropriação do discurso antirracista com o objetivo de inserir os valores da identidade da população branca. Cenário que desvela à necessidade de questionar todos os tipos de discurso, ações, comportamento e atitudes por conta de sua constante transformação na sociedade atual.

Além do que, de acordo com Bento (2002), os escritos dos intelectuais que estudam o branqueamento permitem uma análise cristalina de algumas dimensões do racismo no Brasil. Assim como admite desmascarar “a omissão ou a abordagem simplista do papel que o branco ocupa, como branco, na perpetuação das desigualdades raciais” (BENTO, 2002, p.37), ajudando a compreender, de certa forma, o ideal de branqueamento presente na sociedade brasileira e, também, entender as diferentes formas de expressão do racismo, discriminação e preconceito contra a população negra.

2.4. Os estudos do branqueamento

Estudar a responsabilidade do branco na perpetuação das desigualdades raciais promove a possibilidade de entender a modalidade cordial do racismo, já que é indicado que o branqueamento é uma de suas estratégias deste tipo de discriminação, preconceito, desafeto, inimizade e repúdio à população negra, logo, de início, é importante entender que os principais pesquisadores deste campo de estudo são: Alberto Guerreiro Ramos, Edith Piza, Maria Aparecida Bento, Lucio Alves de Oliveira, com trabalhos de grande destaque (CARDOSO, 2010b), juntamente com Frantz Fanon, Liv Sovik e Petrônio Domingues que procuravam compreender o embranquecimento da pessoa negra, trazendo o esclarecimento de como é melindroso todo o sistema racista brasileiro.

A primeira contribuição registrada partiu de Guerreiro Ramos (1995), em seu livro *Introdução crítica à sociologia brasileira*, afirmando que na sociedade brasileira há o que denomina de “*patologia social do branco*”. Esta patologia, em resumo, representa a negação da sociedade sobre as pessoas que possuem alguma característica e/ou descendência biológica e até cultural de origem africana, de afrodescendentes. Ou seja, o pesquisador sustenta a tese de que a população brasileira considera uma vergonha qualquer associação com a ancestralidade da pessoa negra. Esse comportamento decorre, segundo Ramos (1995), por conta do passado histórico que privilegia e enaltece as qualidades da identidade racial da pessoa branca, visto que é perceptível nas próprias narrativas que remontam o passado o privilégio da visão, perspectiva e vivência do branco. De modo que, Ramos (1995) acentua que o pardo começou a ser classificado como branco e a pessoa negra como pardo. Sendo assim, é identificado o fenômeno do branqueamento e o empardecimento de toda população brasileira, sobretudo, por perceber a tendência de diminuição da classificação da cor negra e/ou preta no país.

Por sua vez, Maria Aparecida Bento, pesquisadora e especialista em psicologia racial, apresenta em sua tese de doutorado, *Pactos narcísicos: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, o conceito de “*pactos narcísico*”. Para Bento (2002) existe um “acordo tácito” na sociedade brasileira que é o não falar sobre racismo e sempre encarar as desigualdades raciais como problema do negro, onde “as pessoas brancas procuram unir-se para defender privilégios raciais”, resume Cardoso (2010b). Ou seja, há uma combinação, um pacto, um acordo, contrato e uma convenção silenciosa, no cognitivo individual, entre as pessoas brancas para não assumir sua responsabilidade com relação à

desigualdade racial vivida pela população negra. Uma maneira encontrada pela sociedade brasileira de manter seus privilégios intactos e preservados.

Por isso, Bento (2002) enfatiza que as noções de privilégio raramente são enfrentadas e transformadas em um discurso de mérito e competência como forma de justificar a situação privilegiada. Assim, quando se deparam com informações sobre desigualdades raciais tendem a culpar a pessoa negra e revela como merecem o lugar social que ocupam (BENTO, 2002). Por consequência, a teoria da pesquisadora desmonta todo o sistema racista do país que indica ter escolhido um padrão e uma identidade a ser seguida que é capaz de desenvolver estratégias em defesa do que considera importante para manter-se dominante. Então, em seguida, a pessoa negra é inventada como “um “outro” inferior e ameaçador, em contraposição ao branco que é tido como superior” (BENTO, 2002). Esta visão de Bento se dá através dos estudos de Kaes e Hasenbalg e após analisar os discursos de profissionais de Recursos Humanos (RH) no serviço público de duas prefeituras. Bento (2002) concluiu que há uma tendência em contratar funcionário do mesmo grupo de pertença, pois o semelhante lhe impõe maior confiança, corroborando para o entendimento de que há um lugar de privilégio por pertencer à identidade racial branca e de desprivilegio ter características pertencentes à pessoa negra.

Em vista deste cenário, é compreensível concluir que há no Brasil, em síntese, alianças inter-grupais entre brancos forjados e caracterizados pela ambiguidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, efetiva, econômica, política do negro, no universo social (BENTO, 2002). Estas alianças estão assimiladas na cultura do país de tal maneira que se torna uma barreira falar sobre a discriminação racial. Nesse sentido, a principal contribuição dos estudos de Maria Aparecida Bento está na reflexão sobre a naturalização de alguns comportamentos e até “conceitos” que ajudam fortalecer o preconceito contra pessoas negras no cotidiano, no universo social, principalmente com a adoção de uma cultura dominante, no caso da pessoa branca hegemônica, capaz de produzir compreensões erradas, por exemplo, a ocorrência de que a maior parte dos moradores das periferias urbanas é de negros e dos bairros centrais é de brancos, que alunos e professores em universidades públicas são brancos (SCHUCMAN, 2012) e, finalmente, que bandido, assaltante, marginal e ladrão só podem ser as pessoas negras, terminando, portanto, de reforçar a discriminação racial e o racismo em todo universo social e cotidiano da população negra e, por consequência, expondo que existe o branqueamento no relacionamento cotidiano entre todos os cidadãos brasileiros.

Este comportamento ou conceitos do branqueamento são naturalizados para a defesa dos privilégios da população branca. Até mesmo, os meios/veículos de comunicação reproduzem uma cultura racista e de embranquecimento da população negra.

A exaltação e hegemonia do branco nos meios de comunicação no Brasil chamou a atenção da suíça Liv Sovik (2004) que, em *Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil*, demonstrou que os meios de comunicação tem importante papel na reprodução deste *habitus* racista. Segundo Sovik (2004) os meios de comunicação reproduzem a hegemonia do branco, principalmente, no valor estético. Neste sentido, a conclusão de Sovik dialoga com a perspectiva de Sodré (1999) que defende existir um “controle de rostos” na mídia, ocultando a verdadeira realidade da identidade estética do país. Dessa forma, é confirmado que a mídia dá maior destaque às pessoas brancas, mostrando o quanto os brancos estão em evidência desproporcional. Além do que, esta conclusão, de certo modo, ajuda compreender o motivo das “louras”, como as personalidades famosas Xuxa, Angélica e Gisele Bündchen, aparecerem na televisão como referência de beleza, em uma nação que de acordo com o último senso do IBGE é o seguimento maior da população é o formado pelas pessoas negras.

Com isso, Sovik (2004) aponta que há uma cultura da mulata sendo motivada, inconsistentemente, para representar o Brasil. Para sustentar sua teoria, a autora demonstra que há uma hegemonia da pessoa branca no carnaval do Rio de Janeiro e até da Bahia, através da cobertura midiática, em um espaço onde a maioria das pessoas é formada por negros e que deveria ser um lugar que reproduzisse a cultura afrodescendente brasileira. Portanto, para uma pessoa negra ser aceita socialmente é preciso se entender como sendo mulata (o), visto que é considerado o ícone e símbolo da mistura entre brancos e negros. Em vista desta perspectiva, Sovik (2004) desempenha o árduo desafio de conceituar “o que é ser branco”, observe:

Ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco, não inclui ter sangue negro (SOVIK, 2004, p.366).

Isto quer dizer que para ser branco depende das relações sociais, do que propriamente da cor da pele, possibilidade compreender que o branqueamento ultrapassa a modalidade estética, se caracterizando como uma condição, um estágio e um *status transitável* concedido pelas pessoas brancas. A autora ainda explica que ser branco no Brasil é uma espécie de símbolo de “quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual

[...] certa aparência é condição suficiente” (SOVIK, 2009, p. 50). Em outras palavras, o branco é visto como aquele que possui um lugar de poder, distinguida pela forma de pensar, agir e estar no mundo em uma identidade racial não refletida, percebida e classificada como raça, ao passo que, de acordo a perspectiva de Sovik (2009), a brancura “mantém uma visão complexa com a cor da pele, formato de nariz e tipo de cabelo. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do estatuto social” (p.50). Em resumo, ser branco, ter uma brancura, é sinônimo de possuir um lugar de autoridade atrelado à imagem, a aparência, não só física, mas, sobretudo social. E mais, é desvelado que ter o *status* de uma pessoa branca, no Brasil, é um lugar de privilégio, por estar invisível sobre qualquer tipo de discriminação, preconceito ou obstáculo.

A hegemonia da pessoa branca nos meios de comunicação e ainda a sua invisibilidade diante de qualquer barreira, por exemplo, de discriminação é explicado por Frantz Fanon (2008), em seu livro *Pele Negra Máscaras Brancas*. A principal contribuição do pesquisador para os estudos do branqueamento é a tese de que a “assimilação de valores culturais da metrópole representa a negação de sua negridão” (FANON, 2008). Decerto, é compreendido que a metrópole carrega valores essencialmente concebidos nos valores do colonizador, em resumo, idealizado através da noção de uma cidade que privilegia as características do branco. Por consequência, é entendido que todas as instituições, organizações e órgãos representativos do país, do estado ou nação, que passou pelo período de escravidão, carregam uma concepção que possui aversão à cultura, vivência, ancestralidade, perspectiva e característica da pessoa negra, pois o passado como escravo ainda continua fazendo parte da representação e imagem da pessoa negra, ao passo que “o negro representa ao branco europeu um perigo biológico” (FANON, 2008), produzindo mecanismo de exclusão em todas as instâncias concebidas pelo branco. Teoria que ajuda compreender o racismo estrutural no Brasil que é capaz de tornar o branco invisível diante da sua irresponsabilidade e dívida histórica com a população da pessoa negra.

Essa invisibilidade da pessoa branca é tratada pelos estudos de Edith Piza, sobretudo em *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu* (2000) e *Porta de vidro: entrada para a branquitude* (2002), na qual defende que a identidade racial branca é invisível, concretizando-se no cotidiano através da falta de percepção do indivíduo branco como ser não racializado. Ou seja, as pessoas brancas não “enxergam” a sua identidade racial, afinal ser branco é entendido como algo “normal” e “naturalizada” (PIZA, 2002), já que é um modelo eleito de aparência humana. Isto demonstra que a pessoa branca possui uma autoestima elevada a ponto

de ser livre de qualquer classificação humana, de barreiras e obstáculos, justamente por ter a sua vivência, perspectiva e a cultura naturalizadas, internalizadas e valorizadas pela sociedade. Então, a internalização desses preceitos se torna, em muitos momentos, uma barreira que impede o branco de enxergar os problemas vividos por qualquer grupo de seres humanos socialmente excluídos, especialmente da população negra brasileira. Em contrapartida, esta invisibilidade defendida por Piza (2002) colabora para compreender esse lugar de privilégio de quem é branco ou é branqueado, assim como também possibilita vislumbrar a reação de quando este modelo eleito é confrontado. De acordo com a interpretação de Cardoso (2010b), sobre os estudos de Piza, quando o branco defronta-se com seu próprio lugar estrutural de privilégio – sua própria brancura, seu lugar social mais alto da pirâmide – causa-lhe um grande impacto, semelhante a uma pessoa desavisada que se choca numa porta de vidro, pois é a partir desse choque que se percebe como uma identidade branca racial é invisível (PIZA, 2002; CARDOSO, 2010b) em relação, por exemplo, ao negro. Ou seja, nesse momento, o branco comprehende que não carrega características fenotípicas, culturais, vivências e perspectivas do modelo eleito para ser seguido. No entanto, esta hipótese não aponta o motivo da resistência de algumas pessoas, setores e grupos.

Por conta disso, esta característica de invisibilidade da brancura, defendida por Piza (2002), influenciada pelos estudos de Frankenberg, tornou-se objeto de discussão na academia. Um dos principais críticos à teoria de Piza é o pesquisador Cardoso (2008) que adverte para o perigo que é pensar a identidade racial branca como invisível. Para o autor, este cenário termina por favorecer a perspectiva das pessoas brancas, impedindo de questionar as vantagens do modelo e identidade racial do branco, na medida em que a hipótese extrai, em certo ponto, a responsabilidade da pessoa branca com relação à perpetuação das desigualdades raciais.

Todavia, outra contribuição de Edith Piza é a definição de branqueamento, bastante utilizada pelos estudiosos. Piza (2000) esclarece que o fenômeno do branqueamento é entendido como uma espécie de pacto com regras e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos “brancos”, que a pessoa negra adota ou assimila, com a finalidade de assemelhar-se ao padrão imposto, no caso o modelo de identidade branca. Embora criticado por revelar que o processo de embranquecimento seja operacionalizado de maneira passiva, sem opções deixadas a população negra, o termo é utilizado por conta dos estudiosos do racismo no Brasil, que procuram entender o branqueamento, na direção de que há na

sociedade a compreensão estrutural da relação entre o “fracasso social e econômico com a cor negra e entre o sucesso e a cor branca” (LIMA e VALA, 2005).

Além disso, também são levados em consideração os princípios originais do fenômeno do branqueamento que nasce da possibilidade de embranquecimento da população brasileira através da miscigenação seletiva e, inclusive, da imigração europeia, entre o final do século XIX e início do século XX (SEYFERTH, 1986, 1995, 2002; BENTO, 2002 e SODRÉ, 2015), acreditando que o cruzamento com o branco europeu purifica a etnia do país, dotando estes descendentes mais puros e com qualidades europeias (SEYFERTH, 2002), isto graças às teorias do racismo científico de origem europeia que foram sustentadas através de estudos que possuíam a natureza de classificação humana (OLIVEIRA, 2008; SCHUCMAN, 2012 e SODRÉ, 2015), adaptadas por um grupo de estudiosos brasileiros que trabalharam para a miscigenação obterem um valor positivo e socialmente aceito (SEYFERTH, 1995), como já mencionado, surgindo, dessa maneira, a necessidade de desvendar a verdadeira raiz deste fenômeno que ocorre na sociedade brasileira.

Uma das teorias mais aceitas parte dos estudos do De Azevedo (1987), em sua obra *Onda negra, medo branco*, onde afirma que o ideal de branqueamento nasce do medo. Isto porque, o autor considera o branqueamento como uma forma encontrada pela elite branca brasileira para resolver o problema de um país ameaçador, majoritariamente não branco (DE AZEVEDO, 1987; BENTO, 2002). Com efeito, o Brasil trouxe 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos de escravidão, pontua Bento (2002). Afinal, o medo da pessoa negra era diante, principalmente, da sexualidade, ao passo que esta dimensão era negada pelo europeu (FANON, 2008) e projetada sobre o negro e as mulheres, provocando até genocídios (BENTO, 2002).

Dessa maneira, é descoberto que o medo e o pânico assolam o Brasil, sobretudo, a elite no período após a Abolição da Escravatura, devido o enorme contingente de pessoas negras libertas que estavam nas cidades sobrevivendo “em condições miseráveis, fruto de toda violência física e simbólica que durou por quase quatro séculos” (BENTO, 2002). Afinal, a sociedade brasileira é orientada pela estética e aparência da pessoa branca, “a clareza ou brancura de pele, mesmo sem as barreiras guetificantes do multiculturalismo primeirmundistas, persiste como marca simbólica de uma superioridade imaginária atuante em estratégias de distinção social ou defesa contra perspectivas “colonizadoras” da miscigenação” (SODRÉ, 1999, p. 234).

Em vista deste cenário, se fez necessário colocar em prática a forma ideológica do ideal de branqueamento. Assim sendo, esta ideologia – apesar de racista – foi legitimada e assimilada por até setores da população negra, convertendo-se em mecanismo de inserção psicossocial dos negros em um mundo dominado por brancos, defende Petrônio José Domingues (2002), em seu artigo *Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930*, que identificou as diferentes modalidades da ideologia do branqueamento nos jornais, após abolição do trabalho escravo.

Em sua obra, Domingues (2002) defende a hipótese de que “uma fração da população negra em São Paulo, no início do século XIX, aceitou conceber-se nos moldes impostos pela ideologia racial da elite branca, uma vez que avaliam em larga escala, o processo de branqueamento como fenômeno natural e inevitável” (p.573). Para comprovar a sua teoria, o autor expõe os dados censitários da cidade de São Paulo, nos anos de 1872, onde os negros (pretos e mulatos) correspondiam a 37,2% da população, diminuindo para 11,1%, já em 1893 e, finalmente, chegando com 8,5% em 1934, aponta o historiador e pesquisador Domingues (2002), inclusive, uma das desculpas apontadas, pela impressa, para o desaparecimento das pessoas negras são as doenças como a tuberculose e a sífilis (DOMINGUES, 2002). Além disso, o pesquisador analisou notícias, anúncios e depoimentos publicados nos jornais impressos, tanto no chamado “imprensa negra” quanto da “imprensa branca” (DOMINGUES, 2002), demonstrando a penetração da ideologia do branqueamento até no cotidiano das pessoas.

Assim sendo, a primeira modalidade da ideologia, identificada por Domingues (2002), é o “branqueamento moral e/ou social que se configura na aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente “positivos” do branco” (p.574). Um exemplo desta particularidade é o trecho de um artigo sobre autoria de um articulista que se apresenta como militante negro, mostra Domingues (2002):

Seguir os brancos nas conquistas e iniciativas felizes [...] será o marco inicial da segunda redempção dos negros [...].

Salientamos que a sua liberdade não foram elles [negros] que conseguiram. As tentativas que empehenderam malograram desastrosamente. E da mão do branco que odiavam receberam a liberdade dos seus sonhos! (Folha da Manhã, São Paulo, 12/1/1930, apud. DOMINGUES, 2002, p. 574).

De modo que a pessoa negra deveria absorver todos os valores, costumes e comportamentos socialmente aceitas, no caso, a adoção do estilo de conduta moral da identidade racial branca. Em resumo, os negros “branqueados socialmente e moralmente”

recusavam a herança cultural africana e não conviviam com os negros da “plebe” (DE CASTRO INNOCENCIO, 2015). Neste sentido, havia a negação dos ritmos de origem africana, a forma de falar, dançar, gingar, na forma de ser vestir, nas manifestações culturais e religiosas e até na música – como o samba, explica Domingues (2002). Já que eram comportamentos moralmente repudiados pela identidade racial branca, padrão eleito para ser seguido.

Por sua vez, quanto à modalidade do branqueamento estético, Domingues (2002) explica que se expressa quando o modelo branco de beleza é considerado padrão e, com efeito, pauta o comportamento e a atitude de muitos negros assimilados e, assim, para provar esta peculiaridade, o autor apresenta anúncios publicitários publicados em jornais da imprensa branca e negra, veja:

Attenção, Milagre!...

Outra grande descoberta deste século, é o creme liquido. Milagre. Dispensa o uso de pó de arroz... Formula Scientifica allemã para tratamento da pelle. Clareia e amacia a cútis. (O Clarim D’Alvorada, São Paulo, 28/9/1930, apud DOMINGUES, 2002, p.580).

Portanto, o branqueamento estético age no corpo da pessoa negra, clareando a pele, alisando o cabelo, antes a ferro e hoje com modernos aparatos tecnológicos e químicos, adicionando tons de louro aos cabelos, padrão advindo da identidade racial branca. Em vista desta atrocidade, a particularidade estética do branqueamento foi o fetiche mais eficaz na alienação da pessoa negra por oficializar a brancura como padrão de beleza e negritude como padrão de “fealdade”, aponta Domingues (2002). Fenômeno naturalizado e presente no cotidiano das pessoas, pois até intervenções cirúrgicas são incentivadas para mutilar narizes e afinar rostos, representando um entrave para a formação positiva da autoestima da pessoa negra, pois este passou a alimentar certo autodesprezo, na medida em que sem referências positivas, o negro despreza sua própria natureza, adverte Domingues (2002).

Gonzalez (1983) considera que o branqueamento estético salta aos olhos, principalmente, no carnaval, pois transforma a mulher negra em mulata, que se transfigura na “cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la” (p.228). É nesse momento de festa do brasileiro que se deixa evidente o mito da democracia racial, responsável pelo falseamento da ideologia do branqueamento, atesta Sousa (1983). Além de ser o período em que o Racismo Cordial está presente até nos meios de comunicação que realizam a cobertura do carnaval, funciona no espaço social como uma espécie de organismo de “fuga simbólica” que se ocupa de transmitir

“a sensação de estar, cada vez mais, parecido com o modelo sancionado como superior. Portanto, foi uma tentativa de superação da inferioridade que sua cor e seus caracteres físicos representavam” (DOMINGUES, 2002, p.581), configurando-se como uma das modalidades mais conhecidas, agressivas e difundidas que procura exterminar todas as características físicas e visíveis da pessoa negra.

Com relação ao branqueamento biológico, Domingues (2002) explica que esta ideologia parte da premissa de que o negro melhoraria biologicamente sua raça casando com alguém mais claro. O autor destaca que este instrumento ideológico incide nas relações intrafamiliares, onde os pais incentivavam os filhos a casarem com pessoas não negras. Assim, o ideal seria de cor branca para que seus netos, bisnetos não tivessem aparência afrodescendente. Neste sentido, a particularidade desta ideologia está expressa em discursos de negros que viveram em São Paulo, no século XX, expõe Domingues (2002):

[...] meu pai achava que as filhas tinham que casar com branco e esse era mineiro, a família mora longe “Você não casa, você não casa”, tá bom, então não casa.

Mas quando ele descobriu i... a esperar a gente na porta da fábrica [...] ele não queria, ele achava que eu tinha que casar com branco: “Você não vai casar com esse negrinho, [...] só fica fazendo batuque. (DOMINGUES, 2002, p. 582).

Ou seja, o branqueamento biológico compreende o princípio básico de injetar o sangue do branco ao negro, como forma de embranquecer a população, na qual a pessoa negra representa o perigo biológico e o judeu, o perigo intelectual (FANON, 2008), então, não se tinha a intenção de tornar-se público, visto que é apenas registrado no âmbito da vida privada, na sociabilidade do lar, nos ensinamentos dos pais, nos exemplos de parentes, explica Domingues (2002). Com efeito, promove no imaginário social do brasileiro a compreensão de que a ascensão do negro estava vinculada ao “branqueamento via casamento” (DE CASTRO INNOCENCIO, 2015). Afinal, em uma sociedade racista, “o casamento misto, em particular do negro com alguém do segmento branco, representava tanto o aprimoramento da raça, quanto a premiação pela vitória alcançada: a mobilidade social” (DOMINGUES, 2002, p.582), uma vez que a esposa ou marido de identidade racial branca simbolizavam uma melhoria de raça e classe social, uma espécie de ponte para dignidade, por conta dos princípios do mito da democracia racial. Ou seja, uma maneira de promover a cordialidade no racismo, ao passo que termina por se configurar como uma aversão à pessoa negra expressa de forma silenciosa e intrafamiliar ao ser inserido em contexto que envolve a instância

emotiva. Vale lembrar que o branqueamento biológico também é estudado por Fanon (2008) na Europa quando entrevistou 500 indivíduos que se identificavam como brancos. Fanon (2008) descobriu que há uma fobia do negro de origem biológica, ao passo que havia uma compreensão geral de que a população negra representava o pecado, selvagem, o sexo forte, o terrível, por exemplo. Fruto de seu passado como escravo e sendo um dos pilares do branqueamento da pessoa negra na sociedade hegemônica.

Um dos efeitos deixados pela ideologia do branqueamento biológico foi transformar o discriminado em agente reproduutor do discurso discriminatório, assumindo o papel de algoz (DOMINGUES, 2002) e fazendo surgir casos em que as pessoas negras atentavam sobre o próprio corpo para clarear a pele, como comendo barro, passando alvejando no corpo, tomando banhos demorados e deixando de tomar sol, conta Domingues (2002), colaborando para legitimar o genocídio da pessoa negra no Brasil, visto que houve a naturalização do racismo ao ser assimilado nos lares, através de uma instância emotiva familiar.

Além disso, Jesus (2012) alerta que, no geral, todo o processo de branqueamento é uma forma de realizar a integração social, dado que o ideal de brancura é considerado o universal e ainda por não assumir a aversão a todas as características da população negra. Desta forma, os negros são impedidos de forma uma identidade racial positiva, baseado no resgate de valores individuais e coletivos em nome de uma nova percepção de si e do mundo social, perpetuando valores depreciativos e estereotipados que se arrastam ao longo dos anos.

É por conta deste ínterim, que Silva (2007) considera que a pessoa de identidade racial branca nega todas as modalidades do branqueamento, pois avalia que este é um problema apenas das pessoas negras. A perspectiva da autora está fundamentada na compreensão de que o branco pouco aparece no processo de branqueamento, devido à ideologia de embranquecimento já estar assimilada nos hábitos dos brasileiros. E assim, quando surge o modelo de identidade racial branca é considerado como um “racismo do negro”. “É o próprio negro que faz o racismo”, diz o senso comum (SILVA, 2007, p.98). Isso significa dizer, que todas as atrocidades provocadas pelo branqueamento, tanto no corpo, identidade e cultura da pessoa negra, não são consideradas como produto da brancura construída pela elite de identidade racial branca brasileira, resume Silva (2007), ou melhor, o branco não consegue visualizar a sua responsabilidade com relação à perpetuação histórica das desigualdades raciais.

Dessa forma, o branqueamento desenvolveu na pessoa negra um complexo de inferioridade e, em contrapartida, na pessoa branca o de superioridade, produzindo no branco

uma autorrepresentação positiva – independente da classe social – e nos negros lançaram uma autoimagem negativa, ao passo que se avaliam como inferiores (DOMINGUES, 2002; DE CASTRO INNOCENCIO, 2015), sobretudo, se for levado em consideração o fato de que todos os princípios do sistema de privilégios do branco que é estrutural e endêmico na sociedade brasileira pretendem “ser pertencente ao poder da identidade racial do branco, sendo uma prática psicossocial e até comportamental” (PIZA, 2000).

Logo, é retirada da pessoa negra a autoestima, sua perspectiva de vida e qualquer tipo de representação são banidos da sociedade, por carregar traços que não são aceitos sobre certo limite social imposto para quem carrega as origens africanas. Portanto, as pessoas negras são infra-humanizadas, sobretudo, “por serem distanciados de suas essências culturais”, define Lima e Vala (2004). Vale lembrar que este afastamento é estimulado pelo processo de branqueamento que determina o sucesso social ou o fracasso da população negra.

Este cenário é confirmado através dos estudos de Adorno (1996), analisando os boletins de ocorrência de crimes considerados violentos em São Paulo no ano de 1990. De acordo com autor, o réu, dependendo do curso do processo, pode mudar de cor. Neste sentido, caso o acusado seja progressivamente inocentado pelas evidências, pode se tornar branco ou moreno claro nas descrições realizadas no processo (ADORNO, 1996; LIMA e VALA, 2004). Em contraposição, se as evidências apontarem para a sua culpabilidade pode se tornar moreno escuro ou claro, defende Adorno (1996). De fato, é possível concluir que o racismo no Brasil manifesta-se pelo branqueamento nos indivíduos que fazem sucesso e por consequência o enegrecimento ou empardecimento dos que fracassam. Conclusão que faz da teoria do branqueamento possuir uma perspectiva negativa e, em muitos momentos, termina por descartar a resistência da população com relação aos padrões impostos pelo branco.

Então, os estudos sobre o branqueamento seguem na direção de que os negros que obtêm sucesso social são percebidos como mais branco, na qual é até são atribuídas mais características humanas, do que os negros que fracassam, conclui os pesquisadores Lima e Vala (2004), no artigo *Sucesso Social, Branqueamento e Racismo*, após entrevistar 159 estudantes universitários. Isso quer dizer que os efeitos da cor da pele e do sucesso na infra-humanização dos grupos, no caso das pessoas negras, podem ser mediados pelo branqueamento (LIMA e VALA, 2004). Isto advém do fato de haver uma associação da cor de pele com o *status* social e econômico nas relações cotidianas, inclusive, esta característica se torna o principal diferencial do racismo brasileiro de outros racismos do mundo.

Ou seja, o passado da pessoa negra ainda influencia todas as representações que a sociedade reproduz, defende Nogueira (1999). Neste sentido, seguindo a lógica interpretativa, pode-se entender que o negro brasileiro na condição de escravo ainda se faz presente na sociedade atual. Por sua vez, esta mesma sociedade parece não ter conseguido resolver questões do seu passado e, assim, carrega consigo o medo histórico de perder seus privilégios. A partir disso, começa ser desenvolvida de forma engendrada, sistêmica e estrutural a inimizade, o desafeto, a aversão e o repúdio a pessoa negra. Entretanto, esta aversão e repúdio não são assumidos e terminam de ganhar novas formas de expressão, visto que não é socialmente aceito ter uma atitude, comportamento e discurso que revela o racismo. Com efeito, é encontrada a solução de embranquecer e empardecer a pessoa que carrega a pele da cor negra, pois esta prática caracteriza-se como sendo a fórmula sutil e cordial de discriminação, preconceito e racismo inventados pelo branco. Um modo de causar a sensação de integração social da sociedade, desenvolvendo uma imagem de que o Brasil é um lugar cordial formado por diferentes povos quando, na realidade, promove um verdadeiro extermínio de grupos populacionais, principalmente da população negra.

CAPÍTULO III

Representações Sociais: Aspectos Metodológicos

3.1. O campo representacional: conceitos e implicações teóricas

Discorrer sobre as modalidades de expressão do preconceito, discriminação e racismo possibilita revirar o passado de um país, no caso a história do Brasil. Além disso, também se faz possível lançar um olhar sobre a formação de suas raízes identitárias que indicam ser complexas e específicas, por conta da falsa sensação de integração social da sociedade, promovidas pelo branqueamento e o mito de uma democracia racial que esconde o aniquilamento da população negra através da aversão/racismo identificado como “cordial”. Neste sentido, para discutir e compreender este cenário busca-se no campo representacional o aporte teórico-metodológico para também responder a questão problema deste estudo.

Neste sentido, para investigar como se constrói e qual é o discurso do racismo na mídia impressa e como a pessoa negra é representada midiaticamente e, por consequência, socialmente, adota-se a Teoria das Representações Sociais (TRS) como fundamento de base, elaborado por Serge Moscovici cuja obra fundante *La Psychanalyse, son image et son public*, publicada em 1961, oferece um aporte teórico importante por se situar no campo da Psicologia Social que considera as relações estabelecidas no cotidiano como resultantes de representações sociais, as quais são facilmente apreendidas e assumem um caráter mediador e regulador dos vínculos humanos, mas, sobretudo, sociais.

O primeiro a falar sobre representação como ‘representação coletiva’ foi Durkheim (1989), que indicou a singularidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Uma das principais diferenças entre representação coletiva e social, de acordo com Moscovici (1978), é que a representação social reside no pensamento individual que seria um fenômeno psíquico, mas que não se reduziria à atividade cerebral, e o pensamento social não se resumiria à soma dos pensamentos individuais. Além disso, as representações sociais possuem um caráter dinâmico, enquanto “as representações coletivas são consideradas estáticas” (MOSCOVICI, 2004).

De acordo com Moscovici as representações sociais são “sistemas de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para orientar-se no contexto social e material [...] que tornam inteligíveis a realidade física e social, integram-se em um grupo ou

em uma relação cotidiana de intercâmbios” (MOSCOVICI, 1978, p.79). Ou seja, uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, explica Jodelet (2001). Perspectiva reforçada por Jovchelovich (2002) quando expõe que a vida pública é o auge no qual as representações sociais desenvolvem-se e adquirem existência concreta, sobre relação dialógica constituída historicamente, por isso, em resumo, as representações sociais são formas de pensar e de atividades baseadas na “lógica popular”, refletindo tradições culturais e sociais, reflete Markova *et al* (1998), podendo ser, de forma geral, qualquer tipo de generalização, conceito, percepção, imagem, visão, perspectiva e saber que é comum há um grande número de pessoas. Estes saberes e compreensões são partilhados e possui sentido para o público que faz seu uso nas relações cotidianas.

Por consequência, as representações sociais podem ser entendidas como sistemas de valores que regulam o nosso cotidiano e a relação com o mundo, uma vez que são capazes de definir, por exemplo, “as identidades pessoais e sociais, transformações de grupos” (SOUZA, DA SILVA, TUZZO e BRAGA, 2017) e até demonstrações de comunidades e populações, modulando, dessa forma, a vida em sociedade, principalmente, por ser partilhada entre um conjunto de indivíduos, caracterizado como um “produto das interações e dos fenômenos de comunicação no interior de um grupo social, refletindo a situação desse grupo, os seus projetos, problemas e estratégias e as suas relações com outros grupos” (VALA, 2006, p.461).

Guareschi (2000) conceitua representações sociais como realidades sociais e culturais, e não apenas produções simbólicas de alguns indivíduos, precisando passar pela sociedade e assim existirem em um grau de generalização, justamente, por expressar a identidade e as condições sociais dos sujeitos que a reproduzem e as transformam. Nesta perspectiva, e partindo da definição de representação social como uma forma de conhecimento que são compartilhados entre membros da sociedade, Jodelet (2001) defende que as representações sociais são fenômenos complexos, sempre ativados e em ação na vida social, organizados sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. Assim sendo, Jodelet dialoga com a perspectiva de Vala (2006) que entende, em resumo, a representação social como resultado de uma ação cognitiva e simbólica de um grupo social, logo, observa-se à complexidade de fatores envolvidos na representação social que são capazes de influenciar na construção/desconstrução da imagem de um grupo, por exemplo, esclarece Sousa, Da Silva, Tuzzo e Braga (2017), pois se caracteriza como um procedimento que está em constante mutação nos demais propriedades da vida em sociedade.

A partir desse ínterim, Rouquette (2005) explica que as representações sociais possuem a sua natureza gerada e englobada por uma formação ideológica de nível hierárquico superior como forma de pensamento, já que podem ser entendidas conforme uma estratégia desenvolvida, por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade do mundo, defende Jovchelovitch (2000), servindo, até certo ponto, como explicação para as teorias sobre grupos de seres humanos que são excluídos socialmente, tal como no caso da pessoa negra.

De modo que a representação social também possui importante papel na formação de condutas (GOMES, 2006), sendo capaz, de modelar comportamentos e justificar a sua expressão (AMARAL, 1997; POESCHL, 1998), capaz de situar os sujeitos de forma simbólica nas relações sociais e nas categorias decorrentes das características da sociedade, acrescenta Braga (2011). E assim, fundamentar e normatizar atitudes, valores e comportamentos preconceituosos no espaço da vida social.

Ainda na tentativa de deixar claro o conceito de representação social, Arruda (2002) resume que a RS são um conjunto de conceitos, frases e explicações geradas, sobretudo, durante a comunicação interpessoal. Em vista desta definição, torna-se compreensível que as representações sociais estão intrinsecamente ligadas ao conhecimento que não possuem reconhecimento da comunidade científica, o chamado senso comum, ao passo que Spink (1993) defende que as representações sociais procuram superar a clivagem entre ciência e senso comum, tratando ambas as manifestações como construções sociais sujeitas a determinações sócio históricas.

Por conta disso, Vala e Monteiro (2006) defendem que as representações sociais são o suporte básico dos atos comunicacionais que acontecem durante toda a vida diária. Em outras palavras, as experiências e as relações do indivíduo com a sociedade fazem parte da construção da representação social (BELISÁRIO, GERALDES E MOURA, 2013). Por consequência, entende-se a importância e influência da comunicabilidade na concepção de uma representação social de um sujeito, grupo ou objeto na medida em que a comunicação pode ser entendida como uma espécie de suporte para a Teoria das Representações Sociais (TRS), por conta da representação e da comunicação serem, essencialmente, disseminados pelo contexto comunicacional (BRAGA e CAMPOS, 2012). Afinal, os meios de comunicação ajudam na construção da representação, “mas são também por ela construídos, em uma relação contraditória e intercambiável” (BELISÁRIO, GERALDES E MOURA, 2013, p.469).

E nesse contexto conceitual que Moscovici, segundo Vala (2006), apresenta as tipologias das representações sociais, classificando-as em:

As *representações sociais hegemônicas* [...] designam formas de entendimento e significados largamente partilhados por um grupo fortemente estruturado (uma nação, um partido, uma igreja), e que estruturam o grupo. Estas representações são uniformes, indiscutíveis e coercivas (por exemplo, a representação do indivíduo como uma entidade autônoma e livre).

As *representações sociais emancipadas* refletem a cooperação entre grupos, resultam da troca de significados diferentes sobre um mesmo objeto. São modalidades de conhecimento sobre um objeto com alguma autonomia relativamente aos grupos sociais que estão na sua origem (por exemplo, a representação de doença mental [...]).

As *representações sociais polêmicas* são geradas no decurso dos conflitos sociais, são determinadas pelas relações antagonistas ou de diferenciação entre grupos sociais e refletem pontos de partida exclusivos (por exemplo, a representação sobre as propinas no ensino superior) (VALA, 2006, p. 462 e 463).

De tal modo que, para os estudos que investigam as relações raciais – entre negros e brancos, geradas sobre conflitos sociais ao decorrer do tempo, a Teoria das Representações Sociais se mostra de significativa importância, sobretudo, as representações sociais polêmicas, que de modo particular nos interessa a este estudo, visto que esse tipo de classificatório de representação se estabelece sobre as relações de conflito entre os grupos que convivem no “espaço e polêmica social através de problemas estabelecidos a partir de uma natureza de significados e valores comuns”, pontua Vala (2006), disponibilizando todo aporte teórico e metodológico para averiguar como se constrói o discurso do racismo na mídia impressa.

Moscovici (1978), ao desenvolver a Teoria das Representações Sociais, elabora e define que a construção de representações passa necessariamente por um constructo que o autor denomina de processos: a *objetivação* e a *ancoragem*. Ou seja, estes processos engendram, elaboram, formam e definem as representações, explica Moscovici (1978).

A ancoragem é concebida por Moscovici (1978) como uma rede de significações em torno do objeto, relacionando-a a valores e práticas sociais, podendo ser entendida como um processo pelo qual se procura classificar, encontrar um lugar e dar nome a alguma coisa para encaixar o não-familiar, explica Reis e Bellini (2009). Em resumo, refere-se à assimilação de um objeto novo por objetos já presentes no sistema cognitivo, exemplifica Vala (2006).

Esse comportamento decorre pela dificuldade das pessoas em aceitar o estranho e o diferente que por sinal é entendido como ameaçador (REIS e BELLINI, 2009), referindo-se, à inserção orgânica do que é estranho no pensamento já constituído, acrescenta Spink (1993), principalmente, nos momentos em que se pode falar algo, avaliá-lo e, comunicá-lo mesmo vagamente, pode-se, então, representar o não usual no mundo familiar, reproduzi-lo como uma nova réplica de um modelo familiar (REIS e BELLINI, 2009, 2011), ao passo que a

ancoragem mantém a memória em movimento, a qual é dirigida para dentro e está sempre armazenando e excluindo objetos, pessoas e acontecimentos classificados e até nomeados por essa ancoragem de acordo com o seu tipo (REIS E BELLINI, 2011, p. 152).

Desta forma, a ancoragem é feita na realidade social vivida e não sendo concebida como processo cognitivo intra-individual, pontua Spink (1993). Ou seja, a ancoragem está formada no processo cognitivo individual, são marcadores de generalização de um grupo ou pessoa, são falas, discursos, gestos, ideologias, que expressam e acreditam.

Já, a objetivação é “a passagem de conceitos e ideias para esquemas e imagens concretas, pelas generalidades de seu emprego, que se convertem em supostos complexos reais” (MOSCOVICI, 1978, p.289). Assim sendo, “significa descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito de imagem” (REIS e BELLINI, 2011, p.138), logo, comparar é já representar, preencher com substância o que está naturalmente vazio, exemplifica Reis e Bellini (2011). Em síntese, é neste lugar em que a representação, a imagem, generalização, conceito, percepção, perspectiva e saber são desenvolvidos para depois ser compartilhado socialmente.

Portanto, é essencialmente uma operação formadora de imagens, os processos através do quais noções abstratas são transformados em algo concreto, quase tangível, completa Spink (1993). Para isso, demanda-se ocorrer, de acordo com Spink (1993), três etapas: “primeiramente, a descontextualização da informação através de critérios normativos e culturais; em segundo lugar, a formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual; e, finalmente, a naturalização, ou seja, a transformação” (SPINK, 1993, p.306). Em suma, a objetivação, é responsável por contribuir e conceber a construção imaginária da representação social e consequentemente ação no mundo social, de tal modo que a Teoria das Representações Sociais é um referencial teórico que trabalha com o campo de produções simbólicas do cotidiano, resume Lima e Machado (2011). Construída a partir de três correntes que se complementam: a abordagem processual ou culturológica, designada por Denise Jodelet, em Paris; a abordagem societal de perspectiva sociológica, criada por Willen Doise, em Genebra; e finalmente a abordagem cognitivo-estrutural, chamada de Teoria do Núcleo Central (TNC), postulada por Jean-Claude Abric, na França (FREIRE, 2010; LIMA e MACHADO, 2011).

No geral, a abordagem processual, orientada por Denise Jodelet, entende que as representações sociais são fenômenos complexos, sempre ativos e agindo na vida social (JODELET, 2001). De tal forma que as representações sociais são compreendidas numa visão funcional do mundo que possibilita o sujeito dar sentido à sua conduta e compreender a

realidade através de seu próprio sistema de referências, interpreta Gonçalves (2011), utilizando de métodos de pesquisa qualitativos.

A abordagem societal, criada por Willen Doise, em resumo, procura articular explicação de ordem individual e societal em dinâmicas interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais (SÁ, 1998; FEIRE, 2010), realizando estudos por meios de métodos qualitativos, considerando que as representações sociais exprimem consensos entre os indivíduos, marcados por oposições individuais, por exemplo, e caracterizadas por ancoragens, explica Almeida (2009). Portanto, as ancoragens explicitam, em resumo, hierarquias de valores, em função de sua pertença e posição, sobre percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e experiências sociais que partilham com outro (ALMEIDA, 2009).

Já a abordagem cognitivo-estrutural, denominada de Teoria do Núcleo Central (TNC), criada por Jean-Claude Abric, introduz a concepção de núcleo e elementos periféricos, por entender que a representação possui elementos mais estáveis à mudança – o núcleo central e, propõe hierarquias entre os conteúdos da representação, pontua Sá (1998), apontando o método experimental como caminho para quantificação e a qualificação dos objetos (FREIRE, 2010).

Neste estudo, interessa-nos as pesquisas de Abric (2001), para quem as representações sociais se articulam em torno do núcleo central e apresentam sistemas periféricos para explicar a representação social, partindo da perspectiva da objetivação para construir a Teoria do Núcleo Central, no ano de 1976 (ABRIC, 2003), quando adiciona outras funções às representações sociais: um saber prático, formas identitária cujos processos de orientação e justificação orientam os grupos mediante as representações que os primeiros possuem em relação aos segundos (LETTIERI, 2016).

3.2. Teoria do Núcleo Central (TNC)

Para Abric (2003) a representação é um agrupamento formado de opiniões, crenças, informações e atitudes de um conhecido objeto social. Este agrupamento, na visão do autor, é marcado por valores correspondentes ao sistema sócioideológico e a história do grupo, que se organiza, estrutura-se e se constitui em um sistema-cognitivo. Esse sistema, Abric (2001, 2003) definiu como sendo a Teoria de Núcleo Central (TNC), de modo que toda representação social está organizada em torno de um núcleo central, que determina sua significação e organização interna. O núcleo central é um subconjunto da representação (SÁ,

1996; ABRIC, 2001), sendo então, formado por dois sistemas: o núcleo ou sistema central e o sistema periférico (SÁ, 1996).

O núcleo ou sistema central tem a função de gerar, criar, transformar significados, trabalhando para organizar, unificar e estabilizar a representação. Para Sá (1996) o núcleo central é atribuindo as seguintes características:

1. É marcado pela memória coletiva, refletindo as condições sócio históricas e os valores do grupo; 2. Constitui a base comum, consensual coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo; 3. é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e a permanência da representação; 4. É relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a manifestação se manifesta (SÁ, 1996, p. 22).

O núcleo central está relacionado à memória coletiva de um grupo dando significação, consistência, coerente, rígida, homogênea e consensual à representação, sendo estável e resistente a mudanças (VALA, 2006; BEZERRA MACHADO e DE ALMEIDA ANICETO, 2010). Sua função é gerar significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos (SÁ, 1996), visto que “é ao sistema central que cabe determinar a organização da representação e gerar a significação dos elementos da representação” (VALA, 2006, p.484).

Já o sistema periférico é responsável pela atualização e contextualização da representação, funcionando como uma entidade, cada um com seu papel específico e complementar (REIS e BELLINI, 2009; BEZZERRA MACHADO e DE ALMEIDA ANICETO, 2010), sendo mais flexíveis e sensíveis ao contexto e integrando as experiências individuais (VALA, 2006), ao modo que é atribuindo as seguintes características de acordo com Sá (1996): 1. Permite a integração das experiências e histórias individuais; 2. Suporta a heterogeneidade do grupo e as contradições; 3. É evolutivo e sensível ao contexto imediato (p.22).

Portanto, os elementos periféricos têm a função de adaptação contextual da representação e a proteção do núcleo central, pontua Vala (2006), uma vez que é funcional e determinado pelo contexto imediato, na qual atualiza e contextualiza, constantemente, normas e consensos (SÁ, 1996), referindo-se aos aspectos mais particulares da representação, por meio dos quais isolados se adaptam a situações específicas, completa Braga (2011).

Todavia, pode haver contradições entre o núcleo central e sistema periférico, sobretudo, se for considerado que os estudos das representações são fundamentados nas

declarações, enunciados e opiniões das pessoas, ao passo que nem sempre os sujeitos dizem o que pensam.

Então, é a partir deste cenário e hipótese que Abric (2003) aponta para existência de uma zona muda (*zone muette*) das representações sociais. Neste sentido, Menin (2006), em *Representação Social e Estereótipos: A Zona Muda das Representações*, explica que a zona muda são espaços de representações que embora sejam comuns a um determinado grupo e nele partilhadas, não se revelam facilmente nos discursos diários e questionários de investigação, isto porque, são representações que são consideradas inadequadas e não aceitas no convívio social. Com efeito, os preconceitos e compreensões negativas sobre determinado grupo, por exemplo, pertencem a essa zona muda.

Abric (2003) explica que existem vários motivos para os sujeitos não expressar sua opinião. As pessoas, por exemplo, podem ter medo de realizar declarações por ir contra alguma norma e assim ser socialmente reprimidas, ou apenas são elementos do núcleo central que podem estar adormecidos, por não ser expressáveis (ABRIC, 2003). Aqui reside um dilema: Como se consegue revelar os elementos representacionais da zona muda? Como são constituídos de elementos contra-normativos, para revelá-los? Menin (2006) aponta que é necessário reduzir a pressão normativa sobre o sujeito que representa. Para isso, Abric (2003) descreve dois métodos de investigação que tem o objetivo de desvendar a zona muda, são eles: técnica de substituição e a descontextualização. A primeira, segundo Menin (2006), visa reduzir a pressão normativa, reduzindo o nível de implicação pessoal do sujeito com relação à representação do objeto (p.44). A segunda e última, de acordo Menin (2006), são conhecidas como técnica de descontextualização normativa que reduz a pressão normativa, colocando o sujeito num contexto mais distante de seu próprio grupo de referência dos riscos de julgamento negativo por parte de seus interlocutores (p.44).

Dessa forma, a identificação de uma zona muda, nas representações sociais, abre um campo de investigação que precisam ser explorados (MENIN, 2006), podendo ser utilizado, por exemplo, em estudos que envolvem representações sócias que não são socialmente aceitas entre as pessoas. Um exemplo de campo de investigação que poderia explorar a categoria analítica zona muda, são os estudos sobre preconceito.

Com efeito, pela própria natureza dos fenômenos estudados pelo campo das representações sociais, como o conhecimento prático, produzidas e movimentadas na vida cotidiana. A pesquisa das representações sociais, de acordo com Sá (1996), tem se caracterizado por uma utilização bastante criativa e diversificada de métodos e pelo desenvolvimento continuo de novas técnicas, tanto no que se refere à coleta quanto ao

tratamento de dados (p. 99). Deve-se, assim, considerar a construção do objeto de pesquisa como elemento principal para delimitação das coletas e tratamento dos dados da pesquisa.

Em vista disso, Sá (1996) e Abric (2003) apresentam, em resumo, as seguintes possibilidades para a abordagem cognitivo-estrutural ou Teoria do Núcleo Central (TNC) – adotada neste estudo:

Quadro 1: Técnicas de coleta e análise de dados na teoria do núcleo central

CORRENTE TEÓRICA	COLETA	ANÁLISE
Abordagem cognitivo-estrutural (Teoria do Núcleo Central)	<i>Questionário</i>	<i>Análise de Similitude</i>
	<i>Associação Livre ou Evocação Livre (EVOC)</i>	<i>Comparações pareadas</i>
	<i>Entrevista</i>	<i>Análise qualitativa inferencial</i>
	<i>Constituição de pares de palavras</i>	<i>Análise Fatorial Textual</i>
	<i>Comparação de conjunto de palavras</i>	<i>Análise multidimensional</i>

Fonte: Elaboração do autor após a interpretação das obras dos autores citados.

Logo, o método de tratamento dos dados adotado será a análise de similitude, que segundo Sá (1996) foi introduzida no campo das representações sociais por Claude Flament, Verges e Degenne, nos anos de 1970. Neste sentido, De Oliveira e Sá (2001), sobre perspectiva de Flament, definem, a análise de similitude como um exame de distância entre os dados de uma produção discursiva, podendo-se gerar através dela os dados que co-ocorrem, que “vão juntos” que produzem um discurso.

Em resumo, Sá (1996) descreve que primeiro os dados são organizados em categorias, em seguida realiza-se a análise de similitude entre as categorias. No geral, esta análise permite visualizar, através de um gráfico chamado árvore máxima, se há relação entre as categorias e se esta relação é forte ou fraca (ALMEIDA, MARTINS e TRINDADE, 2003). As relações são representadas por quatro classes, são elas: linha pontilhada, linha simples, linha dupla e linha tripla descrevem Almeida, Martins e Trindade (2003). Ou seja, a linha pontilhada a relação mais fraca e linha tripla a mais forte.

Além da análise de similitude, será realizado o quadro de quatro casas, também conhecida como quadro de Vergès e análise fatorial textual ou quadrante de quatro casas, que é explicada por Santos, Shimizu e Merchan-Hermann (2014), com base na perspectiva de Vèrges:

[...] o quadrante superior esquerdo apresenta as palavras mais frequentes e mais prontamente evocadas, o que indica que provavelmente fazem parte do núcleo central da representação. No quadrante inferior esquerdo aparecem os termos com frequência menor, mas prontamente evocados, e no superior direito, os muitos frequentes, mas não prontamente citados. Esses dois quadrantes indicam as palavras que possivelmente pertencem ao sistema periférico das representações e estão mais próximas ao núcleo central. Por fim, o quadrante inferior direito indica os termos que foram pouco frequentes e menos prontamente evocados, indicando a periferia distante (p. 4548).

As duas técnicas de tratamento de dados (quadro de quatro casas e análise de similitude) são fundadas na teoria dos grafos, constituindo-se como métodos frequentemente utilizados das representações sociais (MARCHAND e RATINAUD, 2012; BRAGA e TUZZO, 2017) ao passo que as duas técnicas conseguem identificar as conexões e coerências entre as palavras em seu resultado. Neste sentido, Braga e Tuzzo (2017) resumem que este método de análise objetiva detectar o grau de conexão entre elementos identificados nos trabalhos localizados como participantes da reprodução social analisada pela pesquisa.

Além disso, Spink (1995) e Souza Filho (1995) acrescentam outras formas para coletas de dados de pesquisa das representações sociais, como: dados já disponíveis, técnicas de grupos focais e análise de conteúdo. A técnica de grupo focal consiste em estimular os participantes em falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem, onde o entrevistador é o moderador, catalisador da interação social entre os participantes, resume Bauer e Gaskell (2002). A análise de conteúdo é uma técnica que permite de exame de texto que permite visualizar os núcleos organizadores dos discursos, as variáveis e categorias (BAUER e GASKELL, 2002; REIS e BELLINI, 2011).

Já o método de coleta com dados disponíveis são os documentos como textos, documentos pessoais, panfletos, desenhos, anotações, dados censitários e pesquisa de opinião convencional, resume Spink (1995) e Souza Filho (1995). Com efeito, este será o método de coleta do presente estudo, visto que serão utilizadas como objeto de análise as matérias textuais publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* que abordam a temática da negritude nos dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, e dia 21.

3.3. Aspectos metodológicos

Com característica de uma pesquisa qualitativa documental, do tipo exploratório-descritivo, a pesquisa é caracterizada como qualitativa sobre perspectiva de Flick (2009) que considera um estudo relevante por expressar as manifestações das relações sociais que se alteram na contemporaneidade através da pluralização das esferas da vida pela obscuridade, dentro de uma nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de existência. Documental porque o estudo vale-se de materiais que ainda não receberam o tratamento analítico (GIL, 2002), no caso o jornal *Folha de S. Paulo* que compõe o *corpus* do trabalho, disponível como texto, em formato impresso ou digital (FLICK, 2009). Exploratório porque tomado como estudo preliminar que busca maior familiarização com um assunto ainda pouco explorado (GIL, 2002). Descritivo porque pretende descrever as características de grupos, fenômenos e suas relações (GIL, 2002).

Vale destacar que a abordagem qualitativa tem a finalidade de buscar respostas a questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes da atuação do jornalismo, explica Minayo (2002).

Além disso, considera-se que a abordagem qualitativa busca entender o fenômeno de forma mais aprofundada, sobretudo, por enfatizar a qualidade e a profundidade de dados e descobertas a partir de fenômenos, pois o foco está na interpretação, valorizando o processo e o seu significado (TUZZO e BRAGA, 2016). Portanto, a pesquisa de natureza qualitativa é “analítica, explicativa, conduzida pelas informações que motivarão conclusões e reflexões, baseados na complexidade da sociedade onde a pesquisa foi gerada” (BRAGA e TUZZO, 2017, p.54).

Por sua vez, este estudo, também é composto por uma pesquisa bibliográfica fundamentada sobre perspectiva de Gil (2002) que considera uma vantagem por permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla. Sua finalidade é colocar o pesquisador com o que já foi produzido sobre a temática abordada.

3.3.1. Processo Amostral

A definição da amostra deve-se após a realização de estudos exploratórios (GI, 2002), que possuem o objetivo de aproximar o pesquisador da temática e objeto de pesquisa. Em vista do principal objetivo do estudo que é verificar como se constrói o discurso do racismo

na mídia impressa que, em última análise, compõe a representação social da pessoa negra. A definição da amostra do estudo partiu de um recorte cronológico e definiu a data que faz alusão à morte de Zumbi dos Palmares, dia que objetivou promover uma reflexão, em toda a sociedade, sobre a existência e sobrevivência do negro no Brasil, mantendo viva a memória, a luta da população para o reconhecimento dos seus direitos como cidadão e o combate ao preconceito e ao racismo.

Silveira (2003) alerta que o dia vinte de Novembro foi lançado nacionalmente, em 1971, pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Embora, grande parte das pessoas faça alusão ao ano de 1978, quando foi criado o manifesto nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

Desde então, o movimento social da pessoa negra comemora a data na tentativa de pautar a mídia para olhar as demandas da pessoa negra, sendo considerado, um ato político de afirmação da história do povo negro, por demonstrar a sua capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa, explica Gonzalez (1982).

Comemorado há mais de 30 anos por ativistas do movimento negro, a data foi incluída apenas em 2003 no calendário escolar nacional. Contudo, somente a Lei 12.519 de 2011 instituiu oficialmente o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, de tal forma que a amostra do estudo será composta por 42 reportagens de seis edições (2012, 2013, 2014, 2015, 2015 e 2017) do jornal impresso *Folha de S. Paulo*, publicadas no Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 e 21 de novembro.

A Lei 12.519 instituiu oficialmente o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra no Brasil, no ano de 2011. Entretanto, não foi encontrada nenhuma reportagem fazendo referência à data que desde o ano de 1971 tem sido empregada pelo movimento social do negro para pautar a mídia. Todavia, a partir de 2012, já é possível notar uma quantidade pequena de matérias que abordam a temática do negro, ainda de forma modesta, mas capaz de responder a questão-problema de pesquisa.

A escolha do periódico – *Folha de S. Paulo* foi determinada em comparação com outros veículos de comunicação, em razão deste possuir melhor disponibilidade de acesso ao acervo, dado que as edições foram obtidas através do banco de dados da *Folha de S. Paulo* disponibilizado na internet de forma gratuita ao leitor (www.acervo.folha.com.br).

Além disso, a escolha da mídia impressa, o jornal impresso, como objeto de pesquisa está pautada na visão de Tuzzo (2016) que defende como sendo referência de todo complexo midiático, na medida em que oferece ampla parte de teor “noticioso para pautar e fundamentar a produção jornalística de todas as mídias” (TUZZO, 2016).

Contudo, o *corpus* de pesquisa é composto por 42 matérias publicadas entre os anos de 2012 a 2017 no jornal *Folha de S. Paulo*, em 20 – Dia Nacional da Consciência Negra – e 21 de novembro. No dia imediato, onde é comemorada a conscientização sobre a existência do racismo contra a população negra. O jornal traz neste dia matérias mais elaboradas e pensadas. Isto quando a data consegue pautar o periódico. Assim como faz parte as reportagens publicadas no dia posterior, onde são publicados conteúdos que narram, por exemplo, eventos alusivos ao Dia Nacional da Consciência Negra. Esta decisão tem como finalidade contemplar a abrangência das representações sociais reproduzidas da pessoa negra no periódico.

3.3.2. O jornal *Folha de S. Paulo*

O jornal *Folha de S. Paulo* foi fundado em 19 de fevereiro de 1921, na cidade de São Paulo, sobre o nome Folha da Noite, por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha (FOLHA DE S. PAULO, 2000) em oposição ao principal jornal *O Estado de S. Paulo*. O sucesso e aceitação do público vieram em 1925, sendo criado o Jornal da Manhã, descreve o site institucional da Folha. Assim sendo, os dois diários (Folha da Noite e Jornal da Manhã) eram publicados pelo mesmo grupo, até ser vendido, em 1930, para o empresário Octaviano Alves de Lima, empresário ligado à produção de café (FOLHA DE S. PAULO, 2000). A venda foi motivada, de acordo com Mota e Capelato (1981), por conta de o jornal realizar duras críticas ao governo de Getúlio Vargas, chegando a apoiar a criação do Partido Democrático, o que motivou a depredação e destruição de toda a instalação do diário.

Desta forma, após a venda, o jornal passa pela sua primeira reformulação editorial, mas não deixa de ser opositor do governo de Getúlio Vargas. Em contrapartida, alguns funcionários chegaram a ser presos durante a ditadura de Vargas (MOTA e CAPELATO, 1981), que contava com a direção da empresa o poeta Guilherme de Almeida e direção editorial de Rubens do Amaral (FOLHA DE S. PAULO, 2000). De acordo com Mota e Capelato (1981) a atitude crítica fez com que houvesse a troca de proprietários, mais uma vez, ocorrido em 1945, representando o conde italiano Francisco Matarazzo Júnior, embora naturalizado brasileiro, não podia legalmente dirigir o jornal, então Clovis Queiroga assume as Folhas da Noite e Manhã (MOTA e CAPELATO, 1981).

Por sua vez, coordenava o grupo, neste período, o advogado José Nabantino Ramos, ligado a Costa Neto, ministro da Justiça do governo Dutra (FOLHA DE S. PAULO, 2000). Esta época foi de grande crescimento de capital da empresa, na qual se transforma em

empresa com razão de Sociedade Anônima em 1951, com a intenção de incorporar patrimônio. A mudança de razão social e o relacionamento de José Nabantino Ramos, com o governo de Vargas, geraram conflitos internos dentro da empresa de comunicação. Como resultado, 50 funcionários pediram demissão, pois a venda significava assassinato das Folhas, lembra Mota e Capelato (1981).

Sobre direção de Guilherme de Almeida, os dissidentes iniciaram de imediato a publicação de um novo periódico, o Jornal de São Paulo (FOLHA DE S. PAULO, 2000). Em 1948, pressionados pelo alto preço da importação do papel, o então diário fecha as suas portas e grande parte dos jornalistas volta a trabalhar nas Folhas. Apesar da organização empresarial de Nabantino, o jornal sentiu a necessidade de fundir as Folhas em um só título e, assim, surgiu a *Folha de S. Paulo*, no ano de 1960 (MOTA e CAPELATO, 1981; FOLHA DE S. PAULO, 2000 e DIAS, 2010). Isto foi em decorrência do preço do papel do diário que aumentou no período.

Já no ano seguinte aconteceu uma greve de jornalistas que reivindicavam melhorias de salário e benefícios trabalhistas, provocado mais custos ao jornal (MOTA e CAPELATO, 1981). Em decorrência deste cenário de insegurança econômica, a empresa foi vendida em 13 de agosto de 1962 aos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho (MOTA e CAPELATO, 1981 e FOLHA DE S. PAULO, 2017) que, desde então, programaram a modernização do diário.

Para dirigir o jornal *Folha de S. Paulo*, foi nomeado o cientista José Reis como diretor e ainda o jornalista Cláudio Abramo para compor a equipe (FOLHA, 2017). Em 1964 a *Folha de S. Paulo* apoia a derrubada do presidente João Goulart e o regime militar (DIAS, 2010 e DIAS, 2012), inclusive, chegou a sofrer atentados de grupos de resistência ao período de ditadura. Cláudio Abramo até foi afastado da chefia pela sua postura incisiva aos ataques, sucedido por Ruy Barbosa (1972/73) e Boris Casoy (1974/76), detalha Mota e Capelato (1981).

Depois chega o chamado “milagre econômico”, a Folha, então, chega a postar em um editorial isento e pluralista, oferecendo um leque de visões possíveis, ganhando grande adesão entre as camadas sociais média, formada por jovens e mulheres. Em 1976, Cláudio Abramo volta à chefia do jornal e promove uma série de reformas gráficas e reúne diversos profissionais reconhecidos pelo mercado e público (DIAS, 2010 e DIAS, 2012), transformando-se em um veículo de comunicação de grande influência. Até apoiou o movimento *Diretas Já*, entre 1983-84, a favor de eleições populares para Presidência da República (DIAS, 2012).

Otavio Frias Filho, em 1984, assume a direção da redação sobre o período de abertura política e campanha *Diretas Já* trazendo ao jornal documentos que traduziam a linha editorial – divulgados periodicamente – resultando na publicação de um Manual de Redação (FOLHA DE S. PAULO, 2000), colocado à disposição do público, com normas e compromissos assumidos pelo veículo.

A Folha manteve posição crítica dos governos de Geisel, Figueiredo, Sarney, Collor e Itamar. De acordo com Dias (2012) nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Vana Rousseff (PT), o jornal sofre acusações de ser pró-oposição durante todos os períodos presidenciais.

E assim tornou-se o jornal de maior circulação em todo o país no ano de 1986, mantendo-se como um dos líderes na área da comunicação. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC) o jornal *Folha de S. Paulo* é um dos maiores diários impressos mais lidos do Brasil, editado na cidade de São Paulo, em 2015, o periódico chegou a atingir médias diárias de 146.641 a 189.254 exemplares no formato impresso e digital, ultrapassando os limites de seu território, conforme a IVC. Trata-se do veículo de mídia impressa com maior circulação e expressividade do país.

Tudo indica que parte do seu sucesso é atribuída à presença digital do diário. O processo de digitalização começou ainda no ano de 1996 quando é lançado pelo Grupo Folha o Universo Online (FOLHA DE S. PAULO, 2000 e FOLHA, 2017), conhecido pela sigla UOL, considerado o primeiro serviço online de distribuição de notícias, o portal UOL, na qual disponibiliza, até hoje, textos e arquivos da *Folha de S. Paulo*. A adesão do público foi grande e por conta disso, ainda em 1996, o Universo Online e o Brasil Online (BOL), do Grupo Abril (FOLHA, 2017), se fundem em nova empresa, o Universo Online S.A. A fusão proporcionou considerável melhora no serviço de conteúdo jornalístico na internet.

Entretanto, o grande marco para *Folha de S. Paulo* ocorreu em 2010, quando sofre definitivamente o processo de unificação do jornal impresso e online, momento que também foi realizado uma reforma gráfica e editorial (FOLHA, 2017). Tudo isso, para atender as demandas digitais, até a plataforma Folha Online é restaurada e passa a ser chamada de folha.com. Além disso, são lançados aplicativos para iPhone, iPad e Galaxy Tab.

Com 96 anos, segundo o site institucional (FOLHA, 2017) o jornal conta com a adesão de diversas classes sociais, sobretudo, o público da classe “B”, por desenvolver um conteúdo de maior elaboração. Além do mais, o investimento é considerado elevado para as demais classes sociais, visto que pode chegar até R\$7,00 em algumas cidades do país. O jornal *Folha de S. Paulo* conta hoje com sete sessões diárias: Poder, Mundo, Ciência/Saúde, Mercado,

Cotidiano, Esporte e Ilustrada, ainda com sessões semanais, Turismo, Ilustríssima e Equilíbrio.

Atualmente, o grupo *Folha de S. Paulo* é dono de uma série de atividades no campo do mercado das comunicações. A empresa possui diversos jornais desenvolvidos para diferentes públicos, banco de dados, instituto de pesquisas de opinião e negócio, agência de notícias, serviço de informação e entretenimento, além de uma gráfica de revistas e até empresa transportadora. Tornando-se referência e pautando os diversos veículos de comunicação no Brasil.

3.3.3.1. Procedimentos de coleta

As 42 reportagens publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, e que compõem o *corpus* de estudo, estão disponíveis de forma gratuita no acervo digital do periódico na internet. Após a aproximação com o objeto, foi realizado o recorte e em seguida a leitura de todas as edições.

O recorte realizado foi cronológico, como já mencionado, entre o dia 20 – Dia Nacional da Consciência Negra – e 21 de novembro, iniciando de 2012 até 2017. Com o objetivo de coletar o número maior de representações da pessoa negra.

Logo, todas as reportagens que abordavam a negritude como temática foram transcritas, de acordo com as orientações de Camargo e Vizeu (2013b), em *Tutorial para uso do software de análise textual IRATUMEQ*, e com o auxílio de alguns vídeos disponibilizados na plataforma do Youtube (MELO, 2017a; MELO, 2017b e MELO, 2017c), na internet, permitindo todos os materiais textuais em um único arquivo.

Após a separação dos textos por linhas de comando, como asteriscos, recomendada por Camargo e Vizeu (2013b) e MELO, (2017a; 2017b; 2017c), foi importado o material textual para o programa IRAMUTEQ. O próximo passo foi à adoção de todas as recomendações iniciais de configurações de análise indicadas pelos pesquisadores – Camargo e Vizeu, juntamente com Melo.

Depois, foi escolhida a análise textual, disponível pelo software, pertinentes ao presente estudo, no caso, a análise de similitude, de Claude Flament, Vèrges e Degenne, e o quadrante de quatro casas, de Vèrges.

3.3.3.2. Procedimentos de análise

De acordo com Sá (1996), junto com Almeida, Martins e Trindade (2003), a análise de similitude é a principal técnica de detecção do grau de conexidade dos diversos elementos de uma representação, baseando-se em um coeficiente de semelhanças.

Portanto, o método é caracterizado pela análise de distância entre elementos de uma produção discursiva, determinado através de elementos que co-ocorrem, que vão juntos, numa produção, resumem De Oliveira e Sá (2001).

Nesta perspectiva, Almeida, Martins e Trindade (2003), explicam que “para a análise de similitude, primeiramente os dados são organizados em categorias. Depois de feito isso, realiza-se, então a análise de similitude entre as categorias” (p.559), para, então, ser gerado um gráfico, denominado de árvore máxima, que permite visualizar se há relação entre as categorias e se possui relação forte ou fraca (SÁ, 1996; De OLIVEIRA e SÁ, 2001; ALMEIDA, MARTINS e TRINDADE, 2003).

Por sua vez, o quadro – ou quadrante – de quatro casas, sobre perspectiva de Simoneau e Oliveira (2011), é obtido através do cruzamento da frequência média de ocorrências das palavras, geralmente, com as médias e ordens das evocações. Portanto, em resumo, seguindo a lógica interpretativa, o quadrante de quatro casas apresenta a estrutura da representação, organizado pela posição e/ou frequência de evocação.

Abric (2003) resume o quadrante de quatro casas na tabela:

Quadro 2: Quadrante de Quatro Casas.

	IMPORTÂNCIA ALTA	IMPORTÂNCIA BAIXA
FREQUÊNCIAS ELEVADAS	Núcleo Central (NC) Casa 1	Sistema Periférico 1 (SP1) Casa 2
FREQUÊNCIAS REDUZIDAS	Sistema Periférico 2 (SP2) Casa 3	Sistema Periférico 3 (SP3) Casa 4

Fonte Adaptado de Abric (2003).

Com efeito, a primeira casa, localizada do lado superior esquerdo, apresenta as palavras de maior frequência e evocadas, compondo o Núcleo Central (NC) da representação, explica Santos, Shimizu e Merchan-Hernann (2014). Na casa três (3), o Sistema Periférico (SP2), no lado inferior esquerdo, aparecem os termos com baixa frequência, sendo consideradas as evocações intermediárias, já no lado superior direito, na casa dois (2), denominado também de Sistema Periférico 1 (SP1), as palavras com frequência alta e inferiores aos do núcleo central. Por fim, na casa quatro (4), o quadrante inferior direito, o Sistema Periférico 3 (SP3), indica os termos que foram poucos frequentes e menos evocadas (ABRIC, 2003; SANTOS, SHIMIZU e MERCHAN-HERNNANN, 2014).

É importante destacar que o software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ), neste estudo utilizado como suporte tecnológico foi desenvolvido pelo Professor Doutor Pierre Ratinaud, do Laboratoire d'Etudes e de Recherches Appliquées em Sciences Sociales (Laboratório de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Ciências Sociais), da Universidade de Toulouse II (JUSTO e CAMARGO, 2014), incorpora além da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), proposta por Reinert, outras análises lexicais que não são realizadas, por exemplo, pelo software *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte* (Alceste), desenvolvido por Max Reinert, na França, na década de 90 (CAMARGO e JUSTO, 2013a)

O Iramuteq constitui-se como sendo um software gratuito e desenvolvido na lógica do *open source*, licenciado por GNU GPL (v2), ancorando-se no ambiente estatístico do software R e ainda na linguagem *python* - www.pyton.org – (CAMARGO e JUSTO, 2013b). Ele realiza análises quantitativas de dados textuais fornecendo contextos e classes com conteúdos a partir da semelhança dos seus vocabulários (CAMARGO *et al.*, 2014), viabilizando diferentes tipos de análise de dados textuais, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras), enumera Camargo e Vizeu (2013a).

Contudo, Brigido Vizeu Camargo e Ana Maria Justo, em *IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais* descrevem os tipos de análises possíveis através do programa:

Nas *análises lexicais clássicas*, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando *Unidades de Contexto Iniciais* (UCI) em *Unidades de Contexto Elementares* (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de *hapax* (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lemantização); cria dicionário de formas ativas e suplementares.

Nas *análises de especificidades*, é possível associar diretamente os textos do banco de dados com variáveis descritoras dos seus produtores; é possível analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização. Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o *corpus* é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador. Por exemplo, é possível comparar a produção textual de homens e mulheres em relação a determinado tema.

O método da *Classificação Hierárquica Descendente* (CHD) proposta por Reinert e utilizado pelo software ALCESTE classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes. O IRAMUTEQ também fornece outra forma de apresentação dos resultados, por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Análise Pós-Fatorial) que representa num plano cartesiano as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD. A interface possibilita que se recuperem, no *corpus* original, os segmentos de texto associados a cada classe, momento em que se obtém o contexto das palavras estatisticamente significativas, possibilitando uma análise mais qualitativa dos dados.

A *análise de similitude* se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise.

A *nuvem de palavras* agrupa e organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus* (CAMARGO e JUSTO, 2013a, p.515 e 516).

Portanto, o software IRAMUTEQ auxiliará na aplicação do método de tratamento da amostra de 42 reportagens publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, visto que o programa é capaz de desenvolver, como já mencionado, a análise de similitude e o quadro de quatro casas, disponível através do método da Classificação Hierárquica Descendente, ofertado pelo software.

CAPÍTULO IV

Análise dos Resultados da Pesquisa

Inicialmente, vale lembrar que a amostra deste estudo é composta pelo total de 42 reportagens distribuídas entre seis edições do jornal *Folha de S. Paulo*. Ou seja, será analisado o material jornalístico publicado entre os anos de 2012 a 2017, em 20 – Dia Nacional da Consciência Negra –, e 21 de novembro. Então, faz parte do *corpus* de análise as matérias publicadas no dia imediato e oficial no calendário nacional, data que é comemorado a conscientização sobre a existência do racismo contra a população negra. Neste dia, os conteúdos publicados se caracterizam por serem elaborados quando a data consegue pautar o jornal.

Além disso, também faz parte do *corpus* de análise o dia posterior à comemoração, alusiva ao Dia Nacional da Consciência Negra, onde são publicadas reportagens menos elaboradas que narram, por exemplo, eventos que aconteceram no país e na cidade de São Paulo e, assim, se cumpre a árdua missão de contemplar a abrangência das representações sociais reproduzidas da pessoa negra no periódico.

Tudo isso, para cumprir o desafio de descobrir como se constrói e qual é o discurso do racismo na mídia impressa e como a pessoa negra é representada midiaticamente e, por consequência, socialmente, uma vez que para atender este objetivo, a análise do *corpus* de pesquisa será realizada por ano, e assim, ao final, foram gerados seis (6) Árvores Máximas de Similitude e seis (6) Quadros de Quadrantes de Quatro Casas, que correspondem às edições anuais que fazem parte da amostra deste estudo, isto porque, não foi possível gerar apenas uma Árvore Máxima de Similitude e único Quadrante de Quatro Casas. Esse cenário se dá por conta do volume de dados textuais coletados – na *Folha de S. Paulo* – terem ultrapassado o limite de 30 textos indicado por MELO (2017a). Nem mesmo orientações e parâmetros de limpeza e análise, sugeridas por Melo (2017c), Camargo e Justo (2013c), foram suficientes para o IRAMUTEQ desenvolver gráficos legíveis, sem comprometer as análises e os resultados deste estudo, por isso, para ser possível a leitura das Árvores Máximas de Similitude foi realizado um recorte do *corpus* textual de 40%, recurso disponível pelo próprio programa de informático que auxilia na elaboração dos gráficos.

Todo o *corpus*, constituído pelas seis edições anuais (2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017), foi avaliado pelo programa digital IRAMUTEQ sobre as categorias de análise da

pesquisa: *negro, branco, preconceito, racismo, cidadania, resistência, direitos, deveres e, finalmente, igualdade.*

Estas categorias foram escolhidas por entender que são os termos das quais melhor conseguem representar a fundamentação teórica de análise deste estudo e, por fim, colaborar para desvendar como se constrói e qual são o discurso do racismo na mídia impressa e como a pessoa negra é representada mediaticamente e socialmente.

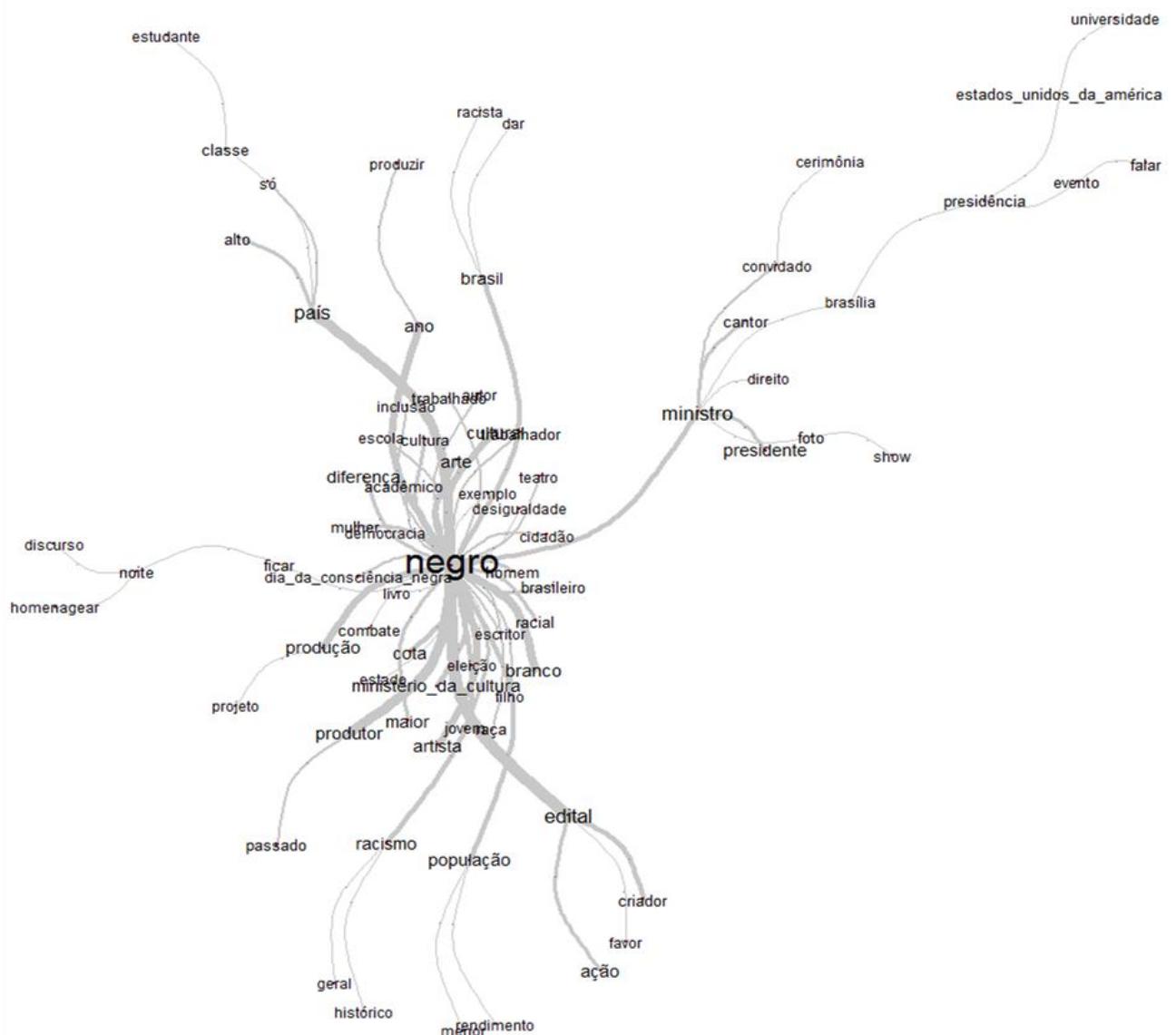
4.1. Análise da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas em 2012

A Árvore Máxima de Similitude (Figura 1) e o Quadrante de Quatro Casas (Figura 2) do ano de 2012 são constituídos por oito (8) produções jornalísticas. As notícias estão separadas em 78 segmentos de texto (ST), nas quais emergiram 2.799 ocorrências de palavras – como formas ou vocabulários – sendo 1.109 palavras distintas e 673 com uma única ocorrência. Dados disponíveis após a submissão inicial do *corpus* textual no software IRAMUTEQ.

A princípio, após a submissão do textos, no programa informático, buscou-se apreender o que diz o *corpus*, e dentro deste aspecto, observar o eixo central, a essência e a base do discurso das notícias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* que tratavam a temática da negritude.

Nesse sentido, os quadros de similitude, também conhecidos por “Árvores Máximas de Similitude” (Figura número 1, 3, 5, 7, 9 e 10) sugerem uma perspectiva mais aprofundada sobre o desenho com que o *corpus* debate as questões de identidade da pessoa negra brasileira. Assim sendo, no ano de 2012 (Figura 1), é possível observar que o termo “Negro” é o núcleo do grafo, indicando ser a palavra mais evocada na *Folha de S. Paulo*. Depois, chama atenção às palavras “País”, “Produtor”, “Edital” e “Branco” que possuem uma ligação acentuada com o termo “Negro”.

Figura 1: Quadro de Similitude do ano de 2012.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

Dessa forma, através das palavras que se destacam na Figura 1, é possível interpretar, primeiramente, que o conhecimento do jornal relacionado à pessoa negra está ligado ao padrão de identidade de um indivíduo branco, isto porque, o periódico indica trazer a pessoa branca com frequência em narrativas que deveriam destacar as vivências, perspectivas, experiências e conhecimento da população negra, havendo, portanto, a comparação entre dois fenótipos (negro e branco). Esta inferência se dá, sobretudo, por aparecer em destaque a coocorrência entre o termo “Negro” e “Branco”, na Figura 1.

Com esse cenário também é descoberto que a ideologia do branqueamento faz parte da representação midiática e social da pessoa nas narrativas do jornal, principalmente se for levada em consideração a perspectiva de Bento (2002) que aponta para a naturalização de

comportamentos e conceitos do branco que colaboram para fortalecer a aversão contra a pessoa negra. Portanto, o branqueamento caracterizado como uma espécie de “pacto com regras – norma, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000) que a pessoa negra é impelida a aderir, está presente na noção de negritude no ano de 2012.

O branqueamento, por consequência, desvela os aspectos de um discurso racista, preconceituoso e discriminatório compondo a representação da pessoa negra, uma vez que é evocado nas narrativas do jornal o fenótipo pertencente à pessoa branca. Então, o Quadro de Similitude, comprova a hipótese assinalada neste atual trabalho, ao passo que é apontado que o Racismo Cordial está se utilizando do branqueamento e embranquecimento da pessoa negra como uma de suas estratégias para disfarçar a sua aversão à população negra, talvez, por conta da teoria de Lima e Vala (2004) que defendem a existência de uma associação ao fracasso à cor negra e o sucesso à cor branca. Além do mais, o que ajuda disfarçar, esconder e camuflar a discriminação é o fato dos textos analisados (ano de 2012 – Figura 1) não assumirem ser racistas, pelo contrário, possui a intenção de conscientizar o leitor sobre a importância de se comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil.

Por sua vez, com relação à cidadania da pessoa negra, é sugerido que não há o reconhecimento do *status* cidadão. Essa afirmação está na Figura 1 por conta de aparecer algumas expressões com ligações fracas ao núcleo do grafo (“Negro”), como, por exemplo, as palavras: “*Cidadão*”, “*Democracia*”, “*Trabalhador*” e “*Brasileiro*”. Dessa maneira, seguindo a lógica interpretativa, não é possível aferir o tipo ou grau de *status* cidadão conferido ao negro brasileiro, visto que também “*Direito*” surge longe do núcleo do grafo – “*Negro*” – e “*Desigualdade*” possui ligação fraca. Ou seja, não existe o reconhecimento de nenhum direito da pessoa negra, muito menos é reconhecido à existência da desigualdade entre negros e brancos, comprovando, definitivamente, que a cidadania não faz parte do negro.

Um conflito que chama atenção ocorre na ligação “*Negro*”, “*Cota*” e “*Acadêmico*” – que, até certo ponto, pode ser considerado forte – e a coocorrência “*Negro*” e “*Escola*” sobre a distância extensa de “*Universidade*” e “*Estudante*” na Figura 1, sendo possível desenvolver as seguintes interpretações: A primeira hipótese é que aparenta haver nas narrativas do jornal a compreensão de que a pessoa negra possui certo nível de escolaridade. Decerto, isto é fruto da resistência histórica dos Movimentos Sociais da População Negra que realiza reivindicações para promoção de uma educação pública universal com qualidade, como expõe os estudos de Santos S.A (2007). No entanto, não é possível dizer com exatidão o nível ou grau de escolaridade que pertence à população negra representada pelo periódico, graças ao

conflito que se expressou na coocorrência citada acima. A segunda hipótese tem relação com o fato de a educação poder ser considerado como uma estratégia de aculturar e assimilar a pessoa negra. Este entendimento se dá por conta da perspectiva de Fanon (2008) sobre a sociedade hegemônica da atualidade que foi concebida, segundo o autor, através dos valores do indivíduo branco, o colonizador. Então, seguindo a lógica interpretativa, a escola é um espaço que ainda reproduz valores do branco, principalmente se for estimado a folclorização da cultura da população negra ainda ser frequente no cotidiano estudantil. Assim como também pode ser visto como uma estratégia de branqueamento e embranquecimento da pessoa negra, sendo esta a terceira hipótese, sobretudo porque Fanon (2008) considera que a metrópole, o estado, a cidade, o país e a nação, que passou pelo regime escravo, ainda valoriza a cultura das pessoas brancas (FANON, 2008). Então, espaços como a escola e a universidade ainda não conseguem respeitar a vivência, cultura, ancestralidade, perspectiva e características da população negra, ao passo que ainda lembra ser um lugar dos quais reproduz os padrões da sociedade hegemônica que indica ter escolhido a vivência, perspectiva, comportamento e normas da pessoa que é branca. Desse modo, seguindo a lógica interpretativa, é possível chegar ao entendimento de que há a modalidade do branqueamento moral e/ou social que se “configura na aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente positivos do branco” (DOMINGUES, 2002).

Diante disso, as hipóteses levantadas na periferia comprovam, de vez, que no Brasil o chamado “Racismo Cordial”, caracterizado como sendo uma maneira para não ofender ainda mais aquele que se discrimina (RODRIGUES, 1995), se utiliza de estratégias de assimilação, aculturação e de branqueamento para de forma “branda assimilacionista, não transparecer ódio e repúdio, segregação ou violência de maneira explícita” (PACHECO, 2011). Portanto, o desenvolvimento da aculturação é um processo de afastamento entre a cultura e o grupo racial (PEREIRA, 1983), confirmando a tese de Nascimento (1978) que compara o processo de aculturação e assimilação ao, também, processo de branqueamento da população negra, isto porque, ambos pretendem tornar a pessoa negra mais branca (NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 2002) e, desse modo, longe de suas verdadeiras origens, ancestralidade e vivências culturais africanas, por possuir predileção sobre o modelo cultural e estético da pessoa branca.

Nesse sentido, o Quadro de Similitude de 2012 (Figura 1) também mostra outras modalidades de expressão do racismo – além da forma cordial – já catalogado pelas Teorias do Preconceito e apresentados na fundamentação teórica deste trabalho. As modalidades de expressão do preconceito são identificadas, principalmente, através da noção de *status*. Por

exemplo, a modalidade definida como Racismo Moderno que possui a “percepção de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos” (LIMA e VALA, 2004) é reproduzido na periferia sobre a coocorrência em destaque de “*Negro*”, “*Escola*” e “*Cultural*” e a respeito da distância longa de “*Universidade*” e “*Estudante*”. Ou seja, esta periferia expõe que o único lugar e/ou *status* garantido à pessoa negra está na área da “*Cultura*”, visto que há um conflito na condição de estudante, por não ser possível dizer o grau e o nível de ensino conferido ao negro representado no jornal, inclusive, é identificado a compreensão que os postos, lugares e *status* considerados de menor qualificação formal (dançarinos e cantores, por exemplo) são pertencentes ao negro. É importante situar que este dado foi utilizado para mensurar a forma moderna do racismo no Brasil por Dos Santos *et al* (2006) que considera esta realidade uma generalização aos negros como um elogio para disfarçar o racismo.

Depois, na mesma periferia mencionada acima, também é encontrado certo grau de Racismo Ambivalente, de Kartz e Hass (1988), e Aversivo, de Gaertner e Dovidio (1986), pois é visto uma atitude favorável e desfavorável, que são pressupostos iniciais definidores das duas modalidades do racismo, de acordo com Kartz e Hass (1988) e Gaertner e Dovidio (1986). Um exemplo dessa atitude favorável e desfavorável se dá na zona de conflito expresso na incerteza do grau de escolaridade conferido à pessoa negra. Embora, o Racismo Ambivalente e Aversivo seja revelado, eles aparecem com um contorno sutil na Figura 1, inviabilizando uma análise aprofundada das duas modalidades de discriminação e preconceito da população negra.

Também chama a atenção, no *corpus* analisado (Figura 1), que a pessoa negra surge como principal no discurso, mesmo com a existência de algumas coocorrências discursivas frágeis e distantes em relação ao termo “*Negro*” como “*Estudante*”, “*Universidade*”, “*Cota*”, “*Ministro*” e “*Presidente*”. Essa periferia, dessa maneira, expõe que a categoria de estudante, bem como espaços como a universidade, o acesso ao sistema de cotas, a própria “condição” de “*Ministro*” e “*Presidente*” não fazem parte da negritude no mesmo discurso, evidenciando, dessa maneira, certo nível de exclusão do negro brasileiro. Apenas a noção de escola se aproxima da palavra “*Negro*”, possuindo forte conexão nas coocorrências e transparecendo que ainda há um nível e grau de escolaridade possível, ao passo que na construção do discurso que trata da pessoa negra, as ações afirmativas e instituições universitárias são excluídas, confirmado a inferência já assinalada. Essa exclusão do acesso ao ensino superior fica evidente na periferia “*Estudante*”, “*Universidade*” e “*Cota*” que emergem distantes do núcleo central (“*Negro*”), no quadro de similitude (Figura 1), expondo que o acesso ao ensino

superior, o direito as cotas raciais e o ingresso aos órgãos governamentais não se constituem como prioridade ou importantes para a pessoa negra.

Além disso, ainda na Figura 1, fazem parte do grafo às expressões como “*Inclusão*”, “*Desigualdade*” e “*Democracia*” que, até certo ponto, colaboram para camuflar a discriminação e o preconceito, pois a noção de negritude está diretamente ligada à negação, revelando que, quando se discute sobre a temática que envolve o negro, sempre associam o discurso à negação, à falta e ausência confirmada pelas periferias “*Dar*” e “*Diferença*”, por exemplo.

Com relação à representação da pessoa negra é aceitável visualizar que o passado na condição de escravo ainda se faz presente nas narrativas do jornal. Esta apreensão é visível nos termos “*Negro*”, “*Mulher*”, “*Jovem*”, “*Produção*”, “*Passado*” e, finalmente, “*Histórico*”, contribuindo para a compreensão de que o periódico promove reviver uma mentalidade escravocrata que deteriora a possibilidade de produção de narrativas que respeitem a pluralidade do negro brasileiro. E mais, é importante destacar que o Dia Nacional da Consciência Negra não é relacionado com a pessoa negra por contra do “*Dia Nacional da Consciência Negra*” surgir distante do núcleo central (“*Negro*”), do quadro de similitude (Figura 1).

Agora, a partir do quadrante de quatro casas do ano de 2012 (Figura 2), conhecido por quadro de Vergès, análise fatorial textual (ou confirmatória) ou, simplesmente, quadro de quatro casas, buscou-se fazer a análise da estrutura e a configuração da organização da representação social da pessoa negra nas matérias publicadas na *Folha de S. Paulo*.

Portanto, a análise chamada de Quadrante de Quatro Casas sugere expor os principais conteúdos estruturais que compõem a representação social da pessoa negra nas matérias publicadas durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra. É importante lembrar que o *corpus* deste trabalho é constituído por seis edições anuais (2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017) avaliadas pelo programa digital IRAMUTEQ sobre as categorias de análise da pesquisa: *Negro*, *Branco*, *Preconceito*, *Racismo*, *Cidadania*, *Resistência*, *Direitos*, *Deveres* e, finalmente, *Igualdade*.

Após a submissão inicial do *corpus*, no programa informático, se procurou entender o que diz o *corpus* e também observar as expressões, termos, palavras e conteúdos que estruturam a essência das compreensões e representação social que o jornal *Folha de S. Paulo* reproduz sobre a temática da negritude. Dessa forma, os quadrantes de quatro casas (Figuras número 2, 4, 6, 8, 10 e 12) sugerem, de modo geral, uma visão aprofundada sobre as imagens e apreensões que fundamentam a representação social da pessoa negra quando o *corpus* faz o debate sobre as questões de identidade da pessoa negra.

Assim sendo, a respeito do Quadrante de Quatro Casas do ano de 2012 (Figura 2), é exposto, inicialmente, que o passado da população negra na condição de escravizado continua existindo nas narrativas do jornal. Esta compreensão é visível na Casa 1 (Núcleo Central), localizado do lado superior esquerdo, quando se expressa os termos: “*Negro*”, “*Passado*” e “*Producir*”, “*Produtor*”, “*Cota*” e “*Dia da Consciência Negra*”. Esta casa, dessa maneira, enxerga a pessoa negra apenas como mão de obra escrava, como uma força de trabalho ainda ancorado no Brasil Colônia. Além disso, também há nessa representação uma noção de ações afirmativas, denotando que o nível escolar superior também está compondo a representação, mesmo que de forma sutil, bem como até existe uma possível conscientização sobre as dificuldades que os negros passam há séculos através do termo “*Dia da Consciência Negra*”.

Já na Casa 2, o quadrante superior direito, lugar do principal discurso, emerge as palavras: “*Artista*”, “*Cultura*”, “*Artista*”, “*Acadêmico*” e “*Racismo*”. Ou seja, a Casa 2 confirma que faz parte do principal discurso da *Folha de S. Paulo* a compreensão de uma conscientização sobre as dificuldades por conta do racismo e ainda estabelece o entendimento de que a população negra é com frequência memorada em temáticas que envolvem a área da cultura, entretenimento e arte.

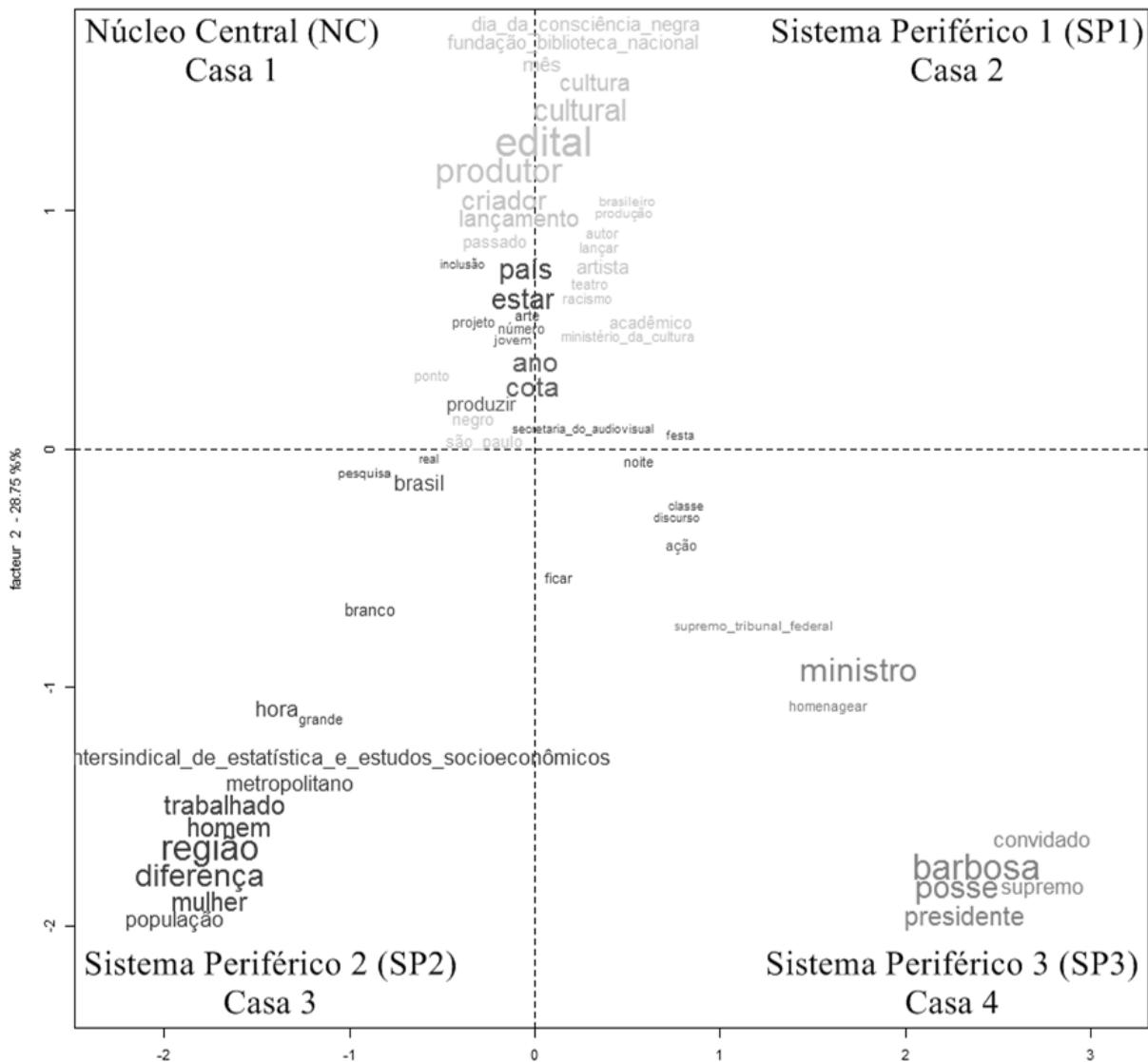
Ou seja, em resumo, a edição de 2012 carrega em seu principal discurso o negro, sendo relacionado com frequência em temáticas que envolvem a cultura e noções artísticas, porém, a sua representação social e midiática está ancorada no passado como escravizado, visto que posições relacionadas à cultura e entretenimento, de certa maneira, não precisam de um nível de qualificação de ensino, logo, sendo verificável mensurar que a pessoa negra retratada pela *Folha de S. Paulo* possui um nível básico de ensino.

A partir desse cenário inicial, já é possível identificar traços de um racismo na modalidade: Cordial, Ambivalente, Aversivo e Moderno. O Racismo Ambivalente e Aversivo emerge de maneira sutil, expressando apenas a partir dos seus princípios básicos, justamente por ser identificado “uma atitude positiva e outra negativa” (KARTZ e HASS, 1988; GAERTNER e DOVIDIO 1986). A atitude positiva é a compreensão de que o negro é evocado com temas que envolvem a cultura, entretenimento e arte, o que possibilita criar novas perspectivas positivas, restando à atitude negativa, o fato do passado ainda estar nas narrativas do jornal, colaborando para reforçar o racismo.

O Racismo Moderno é notório por meio do procedimento criado por Dos Santos *et al* (2006) que considera a modalidade moderna de discriminação quando o negro é lembrado em condições e *status* que não requer uma qualificação formal de alto nível e, seguindo essa

interpretação, o Racismo Moderno está no principal discurso do jornal que envolve a pessoa negra em assuntos relacionados a cultura, arte e entretenimento.

Figura 2: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2012.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

Por sua vez, também é visível a expressão do Racismo Cordial, de Turra e Venturi (1995), visto que essas duas atitudes mencionadas (positiva e negativa) podem ser interpretadas como um modo de camuflar, esconder, ocultar, encobrir, negar e disfarçar a discriminação contra a população negra, ao passo que essa modalidade busca, “a todo custo, uma maneira para não ofender ainda mais aquele que se discrimina” (RODRIGUES, 1995).

Entre a Casa 1, Núcleo Central (NC) e Casa 2, no Sistema Periférico 1 (SP1) emerge a expressão “*Cota*”, já o termo “*Acadêmico*” surge apenas na Casa 2. Com efeito, essa configuração colabora para apontar que o nível de ensino superior faz parte do principal

discurso do jornal quando a pessoa negra é mencionada nas narrativas, ou melhor, de modo genérico, a *Folha de São Paulo* publicou, no Dia Nacional da Consciência Negra, narrativas que falam sobre as cotas raciais, caracterizadas como ações afirmativas que reservam vagas em instituições para grupos específicos classificados por raça, na maioria das vezes, negros e indígenas.

Esse ponto positivo, caracterizado por considerar um nível escolar, mesmo que não esteja fazendo parte da representação social, pode ser interpretado como uma estratégia de assimilação e aculturação, caso seja levado em consideração, mais uma vez, a perspectiva de Fanon (2008) que considera a sociedade concebida a partir do padrão branco, ou melhor, seguindo a lógica interpretativa, o ensino superior compõe o principal discurso é uma forma de impelir a população negra a aderir ao “pacto com regras – norma, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000).

Portanto, este é um modo de realizar o branqueamento moral e/ou social que se ocupa em forçar o negro a adquirir ou assimilar atitudes e comportamentos presumivelmente “positivos” do branco” (DOMINGUES, 2002), através, neste caso, do nível escolar, da cultura, do entretenimento e da arte, caracterizando-se como uma maneira para não ofender ainda mais aquele que se discrimina” (RODRIGUES, 1995). Afinal, mencionar a pessoa negra em assuntos acadêmicos pode disfarçar a representação social e midiática que está ancorado na condição de escravizado.

Já na Casa 3, que representa os termos com baixa frequência, surgiu as palavras: “*Branco*”, “*Mulher*”, “*Homem*”, “*População*” e “*Brasil*”. Estes termos demonstram que o gênero “*Homem*” e “*Mulher*” não fazem parte da representação social e midiática da pessoa negra, logo, o jornal aponta que na edição de 2012 foi retratada a figura de um jovem universitário, principalmente se forem levadas em consideração as expressões “*Cota*” e “*Acadêmico*” estarem constituídas na Casa 1 e 2, como já explicado.

Em relação ao termo “*Branco*” é necessário ter outro olhar, pois mesmo que tenha sido uma palavra de baixa frequência, o fenótipo da pessoa branca ainda continua presente nas narrativas. Então, com este ínterim, a *Folha de S. Paulo*, até no Dia Nacional da Consciência Negra que deveria priorizar as vivências do negro, a pessoa branca ainda é evocada. Assim sendo, o branqueamento surge na edição de 2012 de maneira sutil, demonstrando a presença do racismo.

A variável “*Cidadania*” não emerge em nenhum dos quadrantes do ano de 2012, deixando entender que o jornal rejeita discutir temáticas como igualdade, desigualdade, direitos e deveres. Com isso, o *status cidadão* não é conferido ao negro brasileiro. Esta

conclusão é confirmada também na Casa 3, por conta de “*População*” ser de baixa frequência, expondo que não se considera o negro como um grupo de pessoas ou uma população.

Em seguida, é indicado que não faz parte da pessoa negra as expressões “*Ministro*”, “*Classe*”, “*Homenagear*”, “*Convidado*” e “*Presidente*”, pois emergem na Casa 4, no Sistema Periférico 3 (SP3), lugar onde os termos são poucos frequentes e menos evocadas. Portanto, cargos como “*Presidente*” e “*Ministros*” não fazem parte da população negra e, assim, com este panorama não possui a possibilidade de construir narrativas e uma representação social positiva e diferente do seu passado na condição de escravo. Afinal, toda a construção textual de conscientização sobre a importância de se combater o racismo na sociedade brasileira se desaba, ao passo que a pessoa negra tem pouca associação com os *status* considerados importantes. Além disso, a população negra é excluída da sociedade de classe, onde não possui uma renda mensal, revelando certa exclusão e uma compreensão de que o negro é uma pessoa pobre, sem condições financeiras. A *Folha de S. Paulo* não realizou homenagem ao negro no Dia Nacional da Consciência Negra, mesmo que o termo “*Dia da Consciência Negra*” esteja entre a Casa 1 e 2, por conta de “*Homenagear*” estar na Casa 4.

Agora, seguindo a lógica interpretativa, encontra-se nessas casas um discurso de racismo: Ambivalente, Aversivo, Cordial e Simbólico. O Racismo Simbólico advém do fato de existir certo grau de sentimento de que os negros estão violando valores preciosos e fazendo demandas ilegítimas para mudança do *status quo* (MCCONAHEY e HOUGH, 1976). Então, esse grau de violação está no circuito que considera o nível escolar da pessoa negra, mas, ao mesmo tempo, desconsidera a possibilidade de cargos de liderança e destaque como, por exemplo, “*Presidente*” e “*Ministro*”. Em seguida, a modalidade Ambivalente e Aversiva do racismo aparece de maneira sutil, sendo identificados apenas seus pressupostos básicos, que é caracterizado como “uma atitude positivas e outra negativa” (KARTZ e HASS, 1988; GAERTNER e DOVIDIO 1986). A atitude positiva se dá, por exemplo, na concessão do nível escolar da pessoa negra, quando se discute sobre o racismo. Por consequência, a negativa se encontra no fato de considerar o jovem na representação e excluir o gênero “*Homem*” e “*Mulher*”.

Finalmente, o Racismo Cordial é percebido se for realizado a leitura de que todas as atitudes positivas e negativas, assim como os avanços e imprecisões encontrados durante todo o Quadrante de Quatro Casas (Figura 2) sejam vistas como maneiras, de a todo custo, não ofender ainda mais aquele que se discrimina (RODRIGUES, 1995).

Contudo, levando em consideração todos os dados expostos, é visível que há uma noção de privilégio permeando o Quadrante de Quatro Casas de 2012 (Figura 2), bem como

também existe uma aversão contra a população negra que pode ser categorizado como um comportamento racista. Além disso, o passado, em algum nível, ainda se faz resistente na representação da pessoa negra que para o jornal é de um jovem negro e universitário. E mais, neste ano (Figura 2), não surge nenhuma das variáveis como: cidadania, direitos, deveres e igualdade, e dessa maneira, por consequência, mostra que estas questões não foram retratadas na *Folha de S. Paulo*, bem como excluiu a população negra de construir narrativas positivas e que reconhecem os direitos do negro brasileiro que resiste desde o período colonial até os dias atuais.

Vale lembrar que o Racismo Sutil caracterizado “pela defesa de valores tradicionais e justificação através das diferenças culturais” (PETTIGREW e MEERTENS, 1995) não é identificado no Quadro de Similitude (Figura 1) e no Quadrante de Quatro Casas (Figura 2) do ano de 2012.

4.2. Análise da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2013

A *Folha de S. Paulo* trouxe no ano de 2013 seis (6) matérias publicadas no jornal impresso que foram separadas pelo programa *Iramuteq* em 76 segmentos de texto (ST) sobre 2.697 ocorrências de palavra com 1.091 palavras assinaladas e 783 termos aparecendo uma única vez nas ocorrências dentre todas as produções jornalísticas desse período. Com efeito, após o programa informático gerar o quadro, Grafo de Similitude, ou Árvore Máxima de Similitude, surgem em destaque, no ano de 2013 (Figura 3) os termos: *Negro, Brasil, População, Escola e Estados Unidos da América*.

Dessa forma, os termos em destaque, assim como no Quadro de Similitude do ano de 2012 (Figura 1), mostraram que um dos maiores jornais impressos do país relaciona à pessoa negra ao padrão de identidade do indivíduo que carrega as características fenotípicas do branco, principalmente, por conta do termo “*Estados Unidos da América*” estar sobre forte coocorrência junto ao núcleo central do grafo, representado por “*Negro*”.

Portanto, a *Folha de S. Paulo* busca em suas narrativas desclassificar e menosprezar as vivências, perspectivas, experiências e conhecimento da população negra brasileira por apresentar um modelo das quais a negritude deve acompanhar, e assim, identifica-se que a ideologia do branqueamento está fazendo parte da representação midiática e social da pessoa negra nas narrativas do jornal, uma vez que o branqueamento é caracterizado como uma espécie de “pacto com regras – norma, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000) que a o negro brasileiro é impelido a aderir.

Figura 3: Quadro de Similitude do ano de 2013.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

É importante justificar que o termo “*Estados Unidos da América*” expõe que há uma comparação da pessoa negra brasileira com a nacionalidade americana, porém, não são evidentes as características fenotípicas retratadas pelo jornal. Mesmo assim, esta forte presença da palavra “*Estados Unidos da América*” ainda continua branqueando e/ou embranquecendo a população negra, visto que é indicado um padrão eleito a ser seguido, no caso, em específico, o modelo de origem americano. E mais, é importante destacar que o

“Pardo”, o “Afrodescendente” e “Preto” não fazem parte da pessoa negra por emergirem longe do núcleo central (“Negro”), contribuindo para reforçar a presença do branqueamento.

Este cenário desvela que há uma associação ao “fracasso à cor negra e de sucesso à cor branca” (LIMA e VALA, 2004) que colabora para disfarçar, esconder e camuflar a discriminação e o preconceito, ou melhor, seguindo a lógica interpretativa, o Racismo Cordial, caracterizado como uma atitude que busca não ofender as pessoas já descriminadas (RODRIGUES, 1995), se utiliza da noção de branqueamento e embranquecimento para não desagradar à população negra, comprovando a hipótese assinalada neste trabalho.

Embora o branqueamento esteja compondo o Quadro de Similitude, também faz parte do discurso da *Folha de S. Paulo* a compreensão de que a sociedade brasileira é negra, ao passo que surge a periferia de ligação forte entre “Negro”, “Sociedade” e “Brasil”. Este discurso antagônico ao fenômeno do branqueamento pode ser interpretado como: 1. O reconhecimento de que a população brasileira é composta majoritariamente por negros, como mostram os dados censitários do IBGE; 2. Pode sugerir que o jornal reconhece algum direito da população negra; 3. É uma estratégia de esconder o racismo e a aversão de tudo que vem do negro.

Em seguida, através do acordo fraco entre “Escola” e “Problema”, é revelado que a escolaridade do negro é visto como sendo um problema nas narrativas publicadas pelo jornal. Esse cenário é confirmado na Figura 3 com um conflito intenso quando o assunto é educação, por exemplo, na coocorrência acentuada entre a expressão “Negro” – núcleo central do quadro –, “Escola”, “Ensino” “Superior” e “Instituição”, juntamente com o acordo fraco, às vezes distante, entre os termos “Negro”, “Universidade”, “Aluno”, “Cota” e “Superior”, que escancara que o nível e o grau de ensino não são direitos reconhecidos na sua integralidade. Afinal, é viável a interpretação de que o acesso a Universidade e ao ensino superior não é uma garantia assegurada à pessoa negra. Desse modo, indica existir a garantia de acesso a educação básica para o negro brasileiro que, talvez, pode ser em virtude da reivindicação dos Movimentos Sociais da População Negra para promoção de uma educação pública universal com qualidade (SANTOS S.A, 2007).

Embora não seja possível mensurar, com exatidão, o nível de escolaridade que pertence à população negra por conta deste conflito nas periferias, por outro lado, a ocorrência sobre a educação, acentuada no Quadro de Similitude, pode certificar a instituição escolar como uma estratégia de aculturar e assimilar a pessoa negra, principalmente, devido aos estudos de Fanon (2008) dos quais assiste a sociedade hegemônica sendo inventada a partir dos valores do indivíduo branco de modo que, seguindo a lógica interpretativa, a escola

também pode ser compreendida como um ambiente que reflete, em grande parte, os valores do branco, sobretudo se for contabilizado os retratos impregnados de ideologias racistas (BARBOSA, 2004) nos livros didáticos.

E mais, o nível escolar garantido ao negro também se constitui como uma tática de branqueamento e embranquecimento da pessoa negra (FANON, 2008), dado que a metrópole, o estado, a cidade, o país e a nação que adotou o regime escravo em seu passado ainda aprecia a tradição das pessoas brancas (FANON, 2008) e, desse modo, alguns ambientes como as instituições escolares não alcançam aceitar a vivência, cultura, ancestralidade, perspectiva e características da população negra por ter elegido a cultura do branco colonizador. Com efeito, é expresso que há a modalidade do branqueamento moral/social que se “configura na aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente positivos do branco” (DOMINGUES, 2002).

Diante disso, é possível chegar ao entendimento que o discurso de inclusão reproduzido em alguns espaços da sociedade, mesmo que estejam com boas intenções, pode estar carregado de compreensões racistas, caso ainda não tenha negado toda a vivência, cultura, ancestralidade, perspectiva e características do branco colonizador. Enquanto não abandonar a cultura do branco colonizador, estes espaços criados pela metrópole, o estado, a cidade e o país, por exemplo, reproduzem o chamado racismo estrutural e institucionalizado, comprovando, de vez, que no Brasil o chamado de “Racismo Cordial”, caracterizado como sendo uma maneira para não ofender ainda mais aquele que se discrimina (RODRIGUES, 1995), se utiliza de estratégias de assimilação, aculturação e de branqueamento para de forma “branda assimilacionista, sem transparecer ódio e repúdio, segregação ou violência de maneira explícita” (PACHECO, 2011).

Assim sendo, o alargamento da aculturação é uma metodologia de afastamento entre a cultura e o grupo racial (PEREIRA, 1983), confirmado a tese de Nascimento (1978) que compara o processo de aculturação e assimilação ao, também, processo de branqueamento da população negra, pois os dois fenômenos almejam transformar o negro mais branco (NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 2002) e, assim, distanciado de suas raízes hereditárias e experiências de origem africana.

O ano de 2013 (Figura 3), no Quadro de Similitude, também revela outras modalidades de demonstração do racismo registradas pelas Teorias do Preconceito e expostos na fundamentação teórica deste trabalho. No caso da Figura 3, as modalidades de expressão do preconceito e discriminação são identificadas através da noção de *status*. Por esse motivo, a modalidade compreendida como Racismo Moderno que há quando existe a “percepção de

que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos" (LIMA e VALA, 2004) é reproduzido na coocorrência de "Negro", seguido por "Cultura", "Ensino", "Superior" e fraca ligação do núcleo do Quadro de Similitude ("Negro") com as palavras "Universidade", "Cota" e "Aluno". Então, estas periferias expressam que o único lugar e/ou *status* afiançado ao negro brasileiro está na área da "Cultura", pois há um conflito na condição de estudante, fazendo ser impossível mensurar o grau/nível de ensino que compete ao negro retratado no periódico. Ou seja, sobrevive a compreensão nestas periferias de que é confiável aos negros ocupações e *status* avaliados de mínima qualificação formal. Esta inferência é utilizada por Dos Santos *et al* (2006) para identificar a forma moderna do racismo.

Também é encontrado, no acordo citado acima, certo grau Racismo Aversivo, de Gaertner e Dovidio (1986), e Ambivalente, de Kartz e Hass (1988), ao passo que é identificado um comportamento favorável e desfavorável, que são implicações fundamentais que compõem ambas as modalidades de expressão do racismo, segundo Kartz e Hass (1988) e Gaertner e Dovidio (1986), inclusive, é descoberto certo nível e/ou grau de espécie de atitude de conflito presente na imprecisão da escolaridade.

Ainda na Figura 3 é presumível identificar o acordo das periferias "Negro" com "Minorias" e "Diferente" que anunciam certo nível de Racismo Flagrante, discriminação e preconceito exposto e maneira evidente, ou melhor, isto quer dizer, em resumo, que a ideia de negritude está espontaneamente conectada às minorias populacionais, chegando considerar este grupo como sendo pessoas diferentes.

Por sua vez, com relação à cidadania é indicado que não faz parte da representação social e midiática da pessoa negra nas narrativas do jornal *Folha de S. Paulo*, já que na Figura 2 as variáveis "Cidadania", "Direitos", "Deveres" e "Igualdade" não surgem no Quadro de Similitude apontando, dessa forma, que não há atribuição de certo grau ou nível de *status* cidadão à população negra brasileira nas matérias publicadas durante o Dia Nacional da Consciência Negra.

Agora, a representação social e midiática do negro é sinalizado que está ancorado na condição de escravizado, uma vez que o Quadro de Similitude possui compreensões negativas que colaboram para chegar nessa conclusão como, por exemplo, a insistente retratação da pessoa negra na área da cultura, o fato de não conceder o direito integral a educação e, finalmente, a ocorrência de não ser conferido *status* cidadão da pessoa negra.

No tocante ao Quadrante de Quatro Casas do ano de 2013 (Figura 4), faz parte do Núcleo Central (NC), Casa 1, os termos: "Vaia", "Prefeito", "Imposto Predial e Territorial

Urbano", "Reajuste", "Haddad", "Vaiar", "Evento", "Vir", "Chegar" e, finalmente, "Ouvir". Elas são as expressões de maior frequência nas matérias publicadas durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra e terminam por expor que a pessoa negra não faz parte de sua própria representação social.

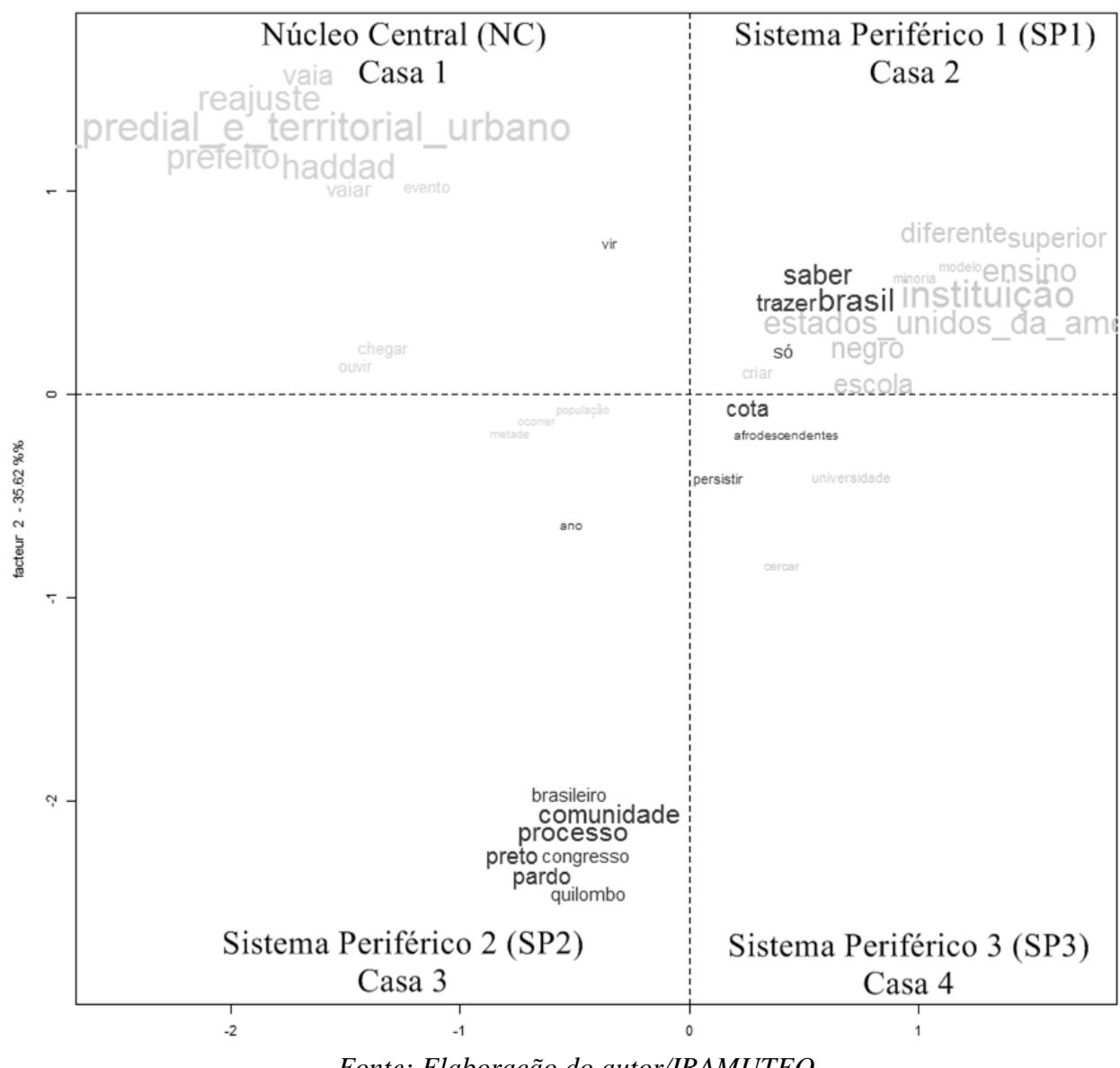
Portanto, diante dos dados da Casa 1, a representação social e midiática da pessoa negra, de forma geral, está a partir da compreensão de cobrança de impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), de celebrações festivas e comemorativas, juntamente com uma noção de ridicularização, menosprezo e desvalorização. Ou seja, em resumo, a representação social do negro está ancorada na discriminação, no repúdio, na aversão e do racismo. Além disso, o passado como escravizado também está compondo a representação de forma sutil, visto que a presença de uma noção de cobrança de imposto pode significar que a pessoa negra é percebida como sujeito submisso ao país, provedor de tudo do estado, sendo quem ampara tudo que é "promovido" através de suor e trabalho.

O termo "*Negro*" somente surge na Casa 2, ou Sistema Periférico 1 (SP1), em que desponta as palavras com frequência que são inferior ao núcleo central, juntamente com as expressões "*Diferente*", "*Ensino*", "*Superior*", "*Estados Unidos da América*" e "*Brasil*", anunciando que em volta da representação social e midiática está a compreensão de que o negro brasileiro é diferente, sobre a frequente temática do ensino superior e ainda impondo um padrão que se deve seguir pelos negros. Assim sendo, em resumo, o principal discurso da *Folha de S. Paulo*, que encobre a representação social e midiática da pessoa negra, admite a desigualdade entre negros e brancos no ensino superior. Além disso, indica as cotas raciais de modelo americano como solução para reverter o racismo histórico que impede o acesso de negros ao ensino superior. Por outro lado, as expressões da Casa 2, ou Sistema Periférico 1 (SP1), também revelam que a pessoa negra retratada pelo jornal *Folha de S. Paulo* não possui o ensino superior fazendo parte de sua representação, restando apenas o ensino básico, inclusive, essa inferência é confirmada por conta de "*Universidade*" surgir na Casa 4, lugar onde emerge as palavras poucos frequentes e menos evocadas, uma vez que é apontado que espaços, como a universidade, é considerado um lugar simbólico da pessoa branca.

À vista do cenário descrito, a Figura 4 expõe que é admissível proferir que o racismo é contínuo nas narrativas da edição de 2013, favorecendo também para o entendimento de que este cenário é uma expressão do branqueamento e embranquecimento da população negra, inclusive, na Casa 2 surge a palavra "*Estados Unidos da América*", tal como emerge os termos "*Pardo*", "*Preto*", "*Comunidade*" e "*Quilombo*", na Casa 3, nas evocações intermediárias, e também na Casa 4, a palavra "*Afrodescendentes*", sendo menos evocado,

confirmando a hipótese de que existe o branqueamento compondo a representação social da população negra à medida que desconsidera a pessoa parda e preta e todas as características culturais expressas como “*Comunidade*”, “*Quilombo*” e “*Afrodescendente*”, principalmente se for considerado a visão de Ramos (1995) que acredita que a sociedade brasileira possui um “*patologia social do branco*” que representa, em síntese, a negação da sociedade sobre as pessoas que possuem “alguma característica e/ou descendência biológica e até cultural de origem africana, de afrodescendentes”, explica Ramos (1995)

Figura 4: Quadrante de Quatro Casas de 2013.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

Em relação a variável cidadania, o quadrante não expressa nenhum termo que se possa aferir o *status cidadão*. Esse cenário, dessa maneira, desvela que o jornal não se preocupou em

discutir, no ano de 2013, questões sobre igualdade, desigualdade, direitos e deveres. Portanto, não faz parte da representação social e midiática da pessoa negra o *status* cidadão. O único direito garantido ao negro, por isso, compondo sua representação, é o ensino básico de ensino.

Além disso, o jornal não considera a resistência histórica da população negra na medida em que o termo “*Resistir*” aparece no último quadrante (Casa 4). Em seguida, o racismo é velado e expresso através da palavra “*Diferente*” que emerge próximo do Núcleo Central (Casa 2), seguido dos termos “*Quilombo*”, “*Pardo*”, “*Preto*” e “*Comunidade*”, na Casa 3, lugar das palavras de menos frequência, confirmando a inferência de que há o repúdio e aversão da cultura e do passado da população negra no Brasil.

Com efeito, é possível identificar uma estratégia de assimilação e aculturação da população negra, sobretudo na tentativa desconsiderar a cultura de origem africana e por impor um modelo para se seguir. Além disso, Pereira (1983) considera a aculturação um duplo processo de afastamento entre a cultura e o grupo racial, desenrolando a perspectiva de que o branqueamento e aculturação pretendem tornar a pessoa negra mais branca (NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 2002) e, por consequência, longe de suas verdadeiras origens, ancestralidade e vivências culturais africanas, por possuir predileção sobre o modelo cultural e estética da pessoa branca. Ou seja, o branqueamento e embranquecimento fazem parte do processo de aculturação ou vice-versa.

Dessa forma, não resta à opção de não aderir à cultura da população branca, como afirma (FANON, 2008). Embora ocasione, também, “a fusão de duas culturas diferentes que, entrando em contato contínuo, originam mudanças nos padrões de ambos os grupos” (MARCONI e PRESOTTO, 2010). Nesse sentido, este comportamento pode ser compreendido como uma forma de esconder, ocultar, encobrir, negar e disfarçar a discriminação contra a pessoa negra brasileira. Dessa forma, seguindo a lógica interpretativa, este é o Racismo Cordial que possui uma forma “branda assimilacionista, sem ódio, segregação ou violência explícita, sendo mais idiosincrático” (PACHECO, 2011) que se utiliza o branqueamento como estratégia para esconder sua aversão.

Decerto o Racismo Cordial não é única modalidade de discriminação encontrada no ano de 2013 (Figura 4), no Quadrante de Quatro Casas. É identificada a modalidade Ambivalente, Aversiva, Simbólica e Moderna. Por sua vez, o Racismo Aversivo se dá, segundo Lima e Vala (2004), através do “desconforto, nervosismo, ansiedade e, inclusive, medo” do indivíduo que possui as características fenotípicas da identidade do negro, “provocando – dessa forma, que os racistas, desta modalidade de discriminação – evitem o contato próximo com a identidade racial da pessoa negra” (DOVIDIO e GAERTNER, 1986).

Assim sendo, o desconforto se encontra, por exemplo, na Casa 1, no momento em que o “Negro” é excluído do Núcleo Central da representação. Outro exemplo é quando a variável cidadania, igualdade e desigualdade não aparecem no Quadrante de Quatro Casas.

Já o Racismo Ambivalente se desenvolve quando há a exaltação de valores igualitários (atitude pró-negra) e também há, no mesmo discurso, a glorificação de valores individualistas (atitude anti-negra) da identidade da população branca (KATZ & HASS, 1988). Neste sentido, a atitude anti-negra seria, por exemplo, o fato de não conceder a escolaridade de ensino superior à população negra, em seguida, resta à atitude pró-negra a inferência de ter concedido nível de escolaridade básica na representação da pessoa negra.

Depois, o Racismo Simbólico advém do fato de existir, neste circuito, um grau de sentimento de que os negros estão violando valores preciosos e fazendo demandas ilegítimas para mudança do *status quo* (MCCONAHEY e HOUGH, 1976), sobretudo, se considerar o cenário desaparecimento da variável cidadania que denota certo nível de negação do *status* cidadão, talvez, vincular a pessoa negra com cidadania pode violar valores e transgredir um *status quo* da brancura.

O Racismo Moderno é por haver a compreensão de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos (LIMA e VALA, 2004). Então, esta concepção é visível no fato de não ser conferido grau/*status* de cidadania à população negra, expresso pelo desaparecimento da variável, bem como na inferência de excluir da representação do negro a possibilidade de um ensino universitário.

Finalmente, o Racismo Aversivo surge de forma sutil no grafo que é encontrado “uma atitude positiva e outra negativa” (KARTZ e HASS, 1988; GAERTNER e DOVIDIO 1986). A atitude positiva seria a discussão sobre ensino superior presentes na Casa 2, logo, a atitude negativa é a insistência numa representação ancorada no passado de escravizado do negro.

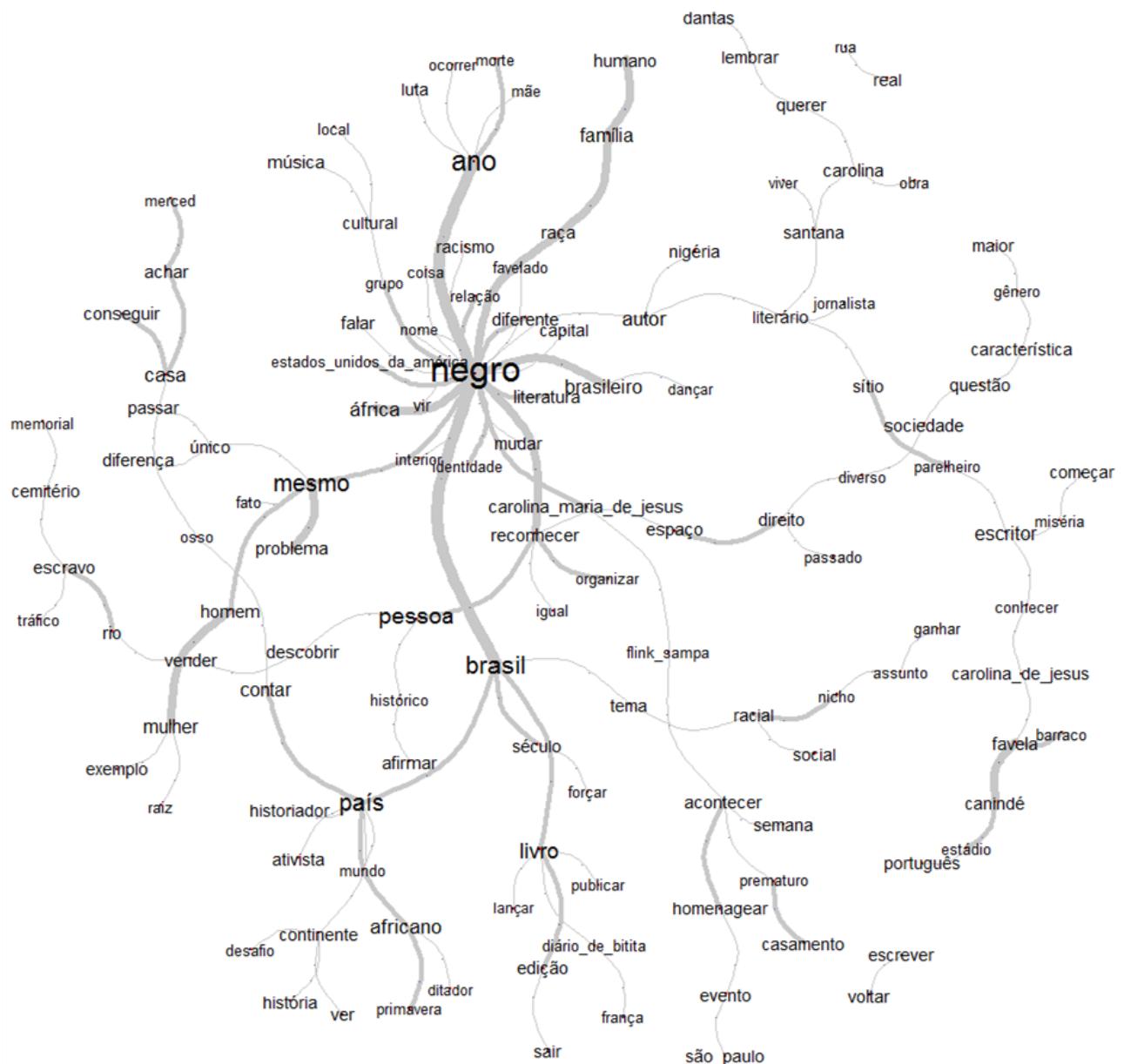
Contudo, através de todos os dados interpretados, é possível arriscar que o jornal representa, em suas narrativas, a imagem de uma pessoa negra, com características socialmente aceitas parecidas com a cultura da pessoa branca. Esta pessoa negra possui nível escolar básico, sem *status* cidadão reconhecido integralmente, e sobre uma representação social ancorada no racismo e na condição de escravizado.

4.3. Análise da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2014

No ano de 2014 foram publicadas seis (6) matérias na *Folha de S. Paulo*, logo, o material textual foi separado, pelo software IRAMUTEQ, em 106 segmentos de texto (ST),

nas quais surgiram 3.693 ocorrências de palavras sobre 1.400 termos distintos e 958 com uma única ocorrência, de modo que as palavras de maior expressão no Quadro de Similitude do ano de 2014 (Figura 5) foram: “*Negro*”, “*Ano*”, “*Pessoa*”, “*Brasil*”, “*País*” e “*Mesmo*”.

Figura 5: Quadro de Similitude do ano de 2014.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

Sendo assim, analisando apenas as palavras de maior expressão do gráfico é possível interpretar que em 2014 (Figura 5) existe uma tentativa de humanizar o “Negro”, visto ter aparecido a variável “*Pessoa*” na Árvore Máxima de Similitude, na qual, até o momento, pode

ser considerado um avanço, pois esta periferia possibilita reproduzir uma imagem da pessoa negra diferente de seu passado como escravo. Embora esteja presente um sistema de ideias nacionalista expresso através dos termos “*País*” e “*Brasil*” que pode ter a finalidade de disfarçar o racismo.

Entretanto, as noções positivas que estão compondo a representação da pessoa negra não conseguem esconder a presença do branco nas narrativas do jornal impresso *Folha de S. Paulo*, uma vez que na Figura 5 (ano 2014) o branco se expressa através da ligação acentuada e próxima ao núcleo central, representado pela palavra “*Negro*”, com o termo “*Estados Unidos da América*”.

Portanto, como demonstrado, a ideologia do branqueamento continua por fazer parte da representação midiática e social da pessoa negra no ano de 2014 (Figura 5), visto que há uma espécie de “pacto com regras – norma, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000) que a pessoa negra é impelida a aderir e seguir, no caso o modelo norte americano.

O Dia Nacional da Consciência Negra é encarado como uma data comemorativa que se deveria chegar ao fim ou, até mesmo, desaparecer do calendário nacional, já que surge no Quadro de Similitude (Figura 5) o acordo com ligação acentuada entre “*Negro*”, “*Ano*” e “*Morte*”, deixando claro toda a aversão das pessoas negras. Essa aversão também é visível na ligação forte entre “*Negro*”, “*Mesmo*” e “*Problema*”, pois expõe que o jornal considera o negro como uma espécie de inconveniente, um problema e, assim, exibindo a manifestação de um Racismo Flagrante.

Esse racismo também é observado a partir da coocorrência acentuada de “*Negro*”, “*Favelado*”, “*Raça*”, “*Família*” e “*Humano*” na Figura 5, que se utiliza de uma noção e uma ideia de raça para definir uma pessoa, uma família, a condição financeira e moradia do negro, por exemplo. Ou seja, a classificação de seres humanos é uma maneira do racismo se expressar (SCHUCMAN, 2012) que, com efeito, reforça compreensões negativas de um grupo do negro. Como se não fosse suficiente, por conta da ligação forte entre “*Negro*” e “*Diferente*”, a mídia impressa ainda apreende a negritude como o incomum, o anormal e o divergente, confirmando a presença de um forte grau de aversão. A “*Mulher*” é quem mais sofre com o racismo, sobretudo, por conta da ligação forte entre “*Vender*” e “*Mulher*”, que termina considerando como uma espécie de objeto disponível para a comercialização, sendo possível dizer que o periódico imagina a mulher negra ainda através de estigmas de quando era escravizada.

Já o passado da pessoa negra, principalmente a condição de escravizado, continua acentuado no quadro de similitude (Figura 5), dialogando para a compreensão de que o jornal ainda carrega uma imagem que retira a pluralidade dessa população, junto com a possibilidade de construir outras narrativas longe do Brasil Colônia. Esta conclusão é graças às periferias: “África” e “Coisa”, próximas do núcleo central do Quadro de Similitude, bem como nos termos “Africano” e “Escravo” que estão longe de “Negro”, na Figura 5, demonstrando, por fim, que há uma cultura racista nas matérias jornalísticas. Além do mais, nesse ano, por meio do acordo acentuado entre “Negro”, “Mesmo”, “Homem”, “Vender” e “Mulher”, é confirmado que o passado do Brasil como colônia de Portugal está presente na representação social do negro, bem como também os gêneros masculino e feminino. Para o jornal, o negro brasileiro possui uma origem restringida ao continente africano como mostra a ligação acentuada entre “Negro”, “Brasil”, “País” e “Africano”.

As variáveis “Cidadania”, “Resistência”, “Deveres” e “Igualdade”, que expressam discussões voltadas ao reconhecimento de direitos da pessoa negra, não surgem na Árvore de Similitude (Figura 5). Neste sentido, é possível delinear que o desaparecimento dos termos anuncia que não existe a atribuição de certo grau e nível de cidadania à pessoa negra, mesmo com a identificação de uma estratégia de humanização (Figura 5). Nem com a aparição das palavras “Direito”, “Igual”, “Luta” e “Ativista”, distantes do núcleo central “Negro”, não conseguem definir o tipo e o nível de *status* cidadão retratados nas narrativas do jornal, afinal, esta periferia apenas inclui a noção de um possível desequilíbrio de benefícios e reconhecimento de direitos políticos. Entretanto, esse reconhecimento de desequilíbrio de benefício e de alguns direitos políticos não é totalmente integral e assegurado por conta das variáveis estarem distantes do núcleo central do gráfico e “Direito”, juntamente com “Igual” possuírem ligação fraca com “Reconhecer”, deixando exposto um grave cenário de negação da cidadania e, por consequência, inviabilizando identificar a situação de *status* cidadão conferida ao negro brasileiro.

Em seguida, ainda na Figura 5, chama atenção à coocorrência sobre destaque entre “Negro” e “Literatura”, juntamente com a periferia de fraca ligação com “Negro” as expressões: “Cultural”, “Dançar”, “Autor”, “Literário”, “Escritor” e “Jornalista” que pode surgir os seguintes aspectos: A primeira é de que é conferido a pessoa negra certo *status* literário ou que este é bem vindo às narrativas que envolvem a literatura. A segundo interpretação é de que o negro pode estar na literatura, mas não pode ocupar certos *status*, como, por exemplo, a ocupação de dançarino, autor, escritor e jornalista, bem como também

pode ser interpretado como sendo uma periferia que revela os espaços e *status* conferidos a negritude, sendo este o terceiro aspecto.

A partir destes aspectos e interpretações é possível perceber que esta atitude é uma estratégia que possui o único objetivo de encontrar formas e maneiras, a todo custo, de camuflar esconder, disfarçar e mascarar sua aversão à pessoa negra. Portanto, esta é a modalidade do Racismo Cordial, identificada por Turra e Venturi (1995). Em síntese, foi descoberto que os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstra, em sua imensa maioria, o preconceito contra as pessoas negras (RODRIGUES, 1995; VENTURI e PAULINO, 1995). Esta compreensão é possível ser encontrada na periferia citada, ao passo que o negro é retratado na literatura, mas, ao mesmo tempo, lhe é retirado esta perspectiva com a apresentação dos termos longe do núcleo do Quadro Similitude, representando que foram palavras pouco evocadas.

Em vista deste cenário é possível chegar ao entendimento de que há a modalidade do branqueamento moral/social que se “configura na aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente positivos do branco” (DOMINGUES, 2002), devido à metrópole ser concebida a partir dos valores do branco colonizador (FANON, 2008), então, seguindo a lógica interpretativa, a “*Literatura*” é arquitetada através dos conceitos e comportamentos da pessoa branca hegemônica e termina por valorizar suas origens e descartar, por consequência, a perspectiva, a ancestralidade, vivência e cultura da população negra brasileira.

Então, algumas práticas que não estão desvinculadas da essência do branco colonizador podem ser entendidas como uma estratégia de assimilação e aculturação, utilizada para afastar a pessoa negra de sua ancestralidade africana. Este é o caso da Figura 5 que possui um conflito, onde em um momento faz parte do negro a “*Literatura*”, mas lhe é retirado à perspectiva de ser “*Escritor*”. E mais, esta estratégia também pode ser compreendida como maneira de camuflar, esconder, disfarçar e mascarar sua aversão à pessoa negra. Então, está se falando, mais uma vez, do Racismo Cordial que basicamente se apropria dos pressupostos da teoria do branqueamento em embranquecimento da população negra para não expressar a sua aversão. Cenário que expõe a necessidade de questionar todas as atitudes, discursos e comportamentos que se dizem antirracistas, visto que é indispensável inserir o negro na sociedade, mas questionando o modelo da coletividade para, dessa forma, respeitar a cultura e a pluralidade da população negra brasileira.

É importante lembrar que Nascimento (1978) compara o processo de aculturação e assimilação ao, também, processo de branqueamento da população negra, devido os dois

pretenderem tornar a pessoa negra mais branca (NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 2002) e, assim sendo, longe de suas verdadeiras origens, ancestralidade e vivências culturais africanas, por possuir predileção sobre o modelo cultural e estética da pessoa branca, na medida em que o negro sofre com o processo aculturação e ainda o duplo processo de afastamento entre a cultura e o grupo racial (PEREIRA, 1983). Ou seja, o branqueamento e embranquecimento já são considerados um processo proveniente da aculturação e a Figura 5 confirmam as hipóteses.

Todavia, as conquistas da população negra não podem ser desconsideradas ao ser constatado uma realidade tão negativa como está trazendo este estudo. Os Movimentos Sociais da População Negra tem conseguido resistir desde o período da escravidão até a atualidade. Esta resistência também gera avanços na medida em que o Brasil se desenvolve, mas também esta luta retrocede, ao passo que o país recua na economia ou no debate. Desta forma, todo avanço e conquista dos Movimentos Sociais da Pessoa Negra deve ser considerado como importante para sobrevivência do negro na medida em que se configura como um grupo que questiona (em diversas instâncias) os preceitos, padrões, ideias, normas e comportamentos de uma sociedade, que a todo custo, não quer garantir aos negros condições de existência básica, sendo capaz de desenvolver um sistema melindroso de repúdio endêmico, generalizado e estrutural.

De modo que o conflito encontrado nesta coocorrência, especialmente na Figura 5, manifestado na falta de clareza do *status* da pessoa negra, também releva certa tonalidade de Racismo Aversivo e Ambivalente, sobretudo se for levado em consideração que estas duas modalidades de discriminação e preconceito possui como formas de se expressar “uma atitude positivas e outra negativa” (GAERTNER e DOVIDIO 1986; KARTZ e HASS, 1988).

É possível identificar ainda a exaltação, em alguns momentos, de valores igualitários (atitude pró-negra) e também há, no mesmo discurso, a glorificação de valores individualistas (atitude anti-negra) da identidade da população branca (KATZ & HASS, 1988), ao passo que a pessoa negra é exaltada com frequência a partir da noção de “Literatura”, que pode ser considerada uma postura pró-negra, bem como é possível uma postura anti-negra, representado pela postura da baixa evocação da pessoa negra participando das perspectivas que envolvem “Dançar”, “Escritor” e “Jornalista”. Então, dessa maneira, é comprovado que o jornal também reproduz um discurso que pode ser considerado Racismo Ambivalente.

Já a modalidade do Racismo Aversivo não é possível ser traçado o exato perfil, identificado por Lima e Vala (2004), visto que é inviável catalogar certo grau de “desconforto, nervosismo, ansiedade e, inclusive, medo do indivíduo” (LIMA e VALA, 2004)

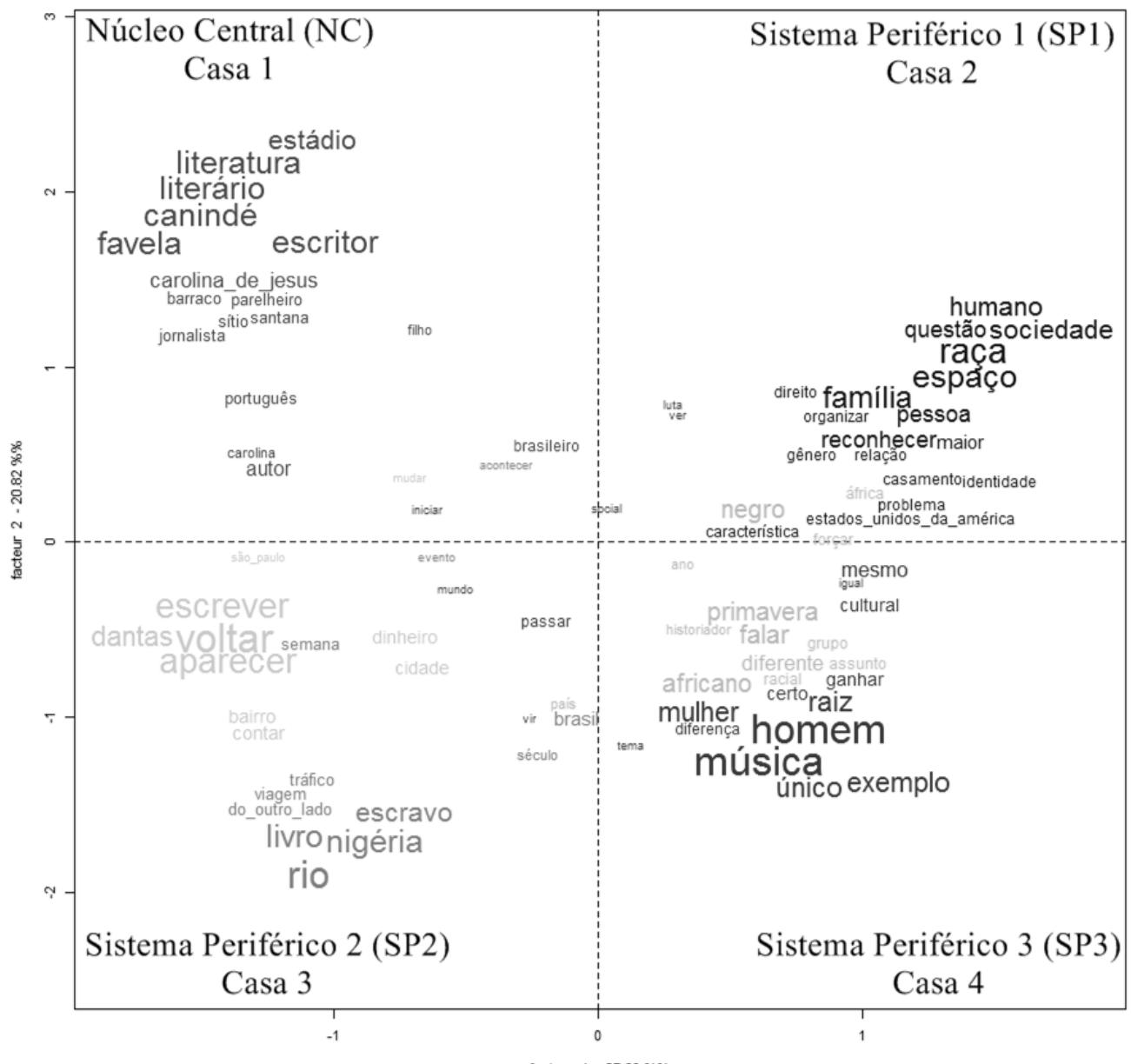
que possui as características fenotípicas da identidade do negro, “provocando – dessa forma, que os racistas, desta modalidade de discriminação – evitem o contato próximo com a identidade racial da pessoa negra” (DOVIDIO e GAERTNER, 1986).

Outra modalidade aceitável de ser observado nesta coocorrência é o Racismo Moderno que se expressa, basicamente, quando há compreensão de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos (LIMA e VALA, 2004). Desse modo, o Racismo Moderno pode ser visto no grafo a partir dos *status*, condições ou termos em que a pessoa negra foi evocada. Vale lembrar que esta foi uma estratégia utilizada por Dos Santos *et al* (2006) para identificar o Racismo Moderno no Brasil. Neste caso, pode-se perceber que a pessoa negra é evocada, principalmente, através de termos, condições e *status* que não requer uma qualificação formal de alto nível, como “*Dançar*” e “*Cultural*”. Isto ocorre, segundo Dos Santos *et al* (2006), porque esta definição se passa de uma generalização que pretende disfarçar o racismo, mas que limita as perspectivas e a pluralidade de narrativas que compõem a cultura da população negra.

Por último, com relação à análise do Quadrante de Quatro Casas de 2014 (Figura 6), o que chama atenção é a ocorrência da pessoa negra estar excluída do Núcleo Central (Casa 1) que emerge os termos: “*Estádio*”, “*Caninde*”, “*Literatura*”, “*Literário*”, “*Favela*”, “*Carolina de Jesus*”, “*Jornalista*”, “*Barraco*”, “*Sítio*”, “*Parelheiro*”, “*Filho*”, “*Português*”, “*Carolina*”, “*Brasileiro*”, “*Acontecer*”, “*Mudar*”, “*Autor*” e “*Iniciar*”, localizadas na Casa 1, onde se apresenta as palavras de maior frequência e evocadas que, por consequência, compõem o núcleo central da representação social da pessoa negra.

Portanto, como mostra a periferia citada, o jornal excluiu a pessoa negra das narrativas do jornal, elaborando uma imagem que eliminou as características fenotípicas e até culturais da população negra, pois, infelizmente, a palavra “*Negro*” apenas surge no Sistema Periférico 1, Casa 2, lugar das palavras com frequência alta e inferiores aos do núcleo central, na Figura 6, isto é, o negro pouco aparece nas narrativas do jornal durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra.

Figura 6: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2014.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

Dessa forma, seguindo a lógica interpretativa, é indicado que este é um traço da ideologia de branqueamento na medida em que a população brasileira considera uma vergonha a “associação com a ancestralidade da pessoa/população negra” (RAMOS, 1995), desenvolvido através de alianças inter-grupais entre brancos tecidos e distinguidos pela ambiguidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, efetiva, econômica, política do negro, no universo social (BENTO, 2002) com o objetivo de inserir um “pacto com regras – norma, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos

brancos” (PIZA, 2000). Este branqueamento, inclusive, se expressa na Casa 2 com o termo “*Estados Unidos da América*”, lugar que estão as palavras próximas do NC, seguido dos termos “*Quilombo*”, “*Pardo*” e “*Comunidade*”, na Casa 3, na Figura 6. E mais, existe a presença de uma cultura diferente de negros e brancos brasileiros, expresso pelo termo “*Estados Unidos da América*”, na Casa 2, próximo do Núcleo Central, na Figura 6, que indica um padrão americano sendo evocado nas narrativas.

Ou seja, o jornal possui um comportamento totalmente racista, com aversão à cultura, comportamentos, ancestralidade, e normas de origem africana, sendo confirmado o racismo através da expressão “*Raça*” e “*Problema*” que emergem também na Casa 2, próximo do Núcleo Central, na Figura 6, demonstrando que nas narrativas contém uma noção de raça para definir um ser humano.

Entretanto, ainda na Casa 1, da Figura 6, por exemplo, o negro é representado através da história de resistência da escritora e autora negra “*Carolina de Jesus*” que viveu parte de sua vida na favela do “*Canindé*”, na zona norte de São Paulo, sustentando seus três filhos como catadora de papéis que, de certa maneira, consegue positivar a imagem da pessoa negra.

Além disso, a população negra foi concebida através de assuntos como cultura, favela, com certo nível de intelectualidade e pobreza, desenrolando um contraste também negativo na figura do negro. Ou seja, o passado continua ancorando a imagem do negro, visto que as condições de pobreza são frequentes no início e fim de vida de Carolina de Jesus, colaborando para reforçar compreensões criadas no Brasil Colônia quando o negro era escravizado. Outra prova de que a condição de escravizado persiste na edição de 2014, está vigente na Casa 3, Figura 6, com a palavra “*Escravo*” e “*Tráfico*”, revelando que a representação social da população negra nas narrativas do jornal não obteve avanços.

Todavia, este é um comportamento, de caracterizar o negro de forma positiva e negativa, já é assimilado e intrínseco na cultura brasileira que é capaz de reconhecer a discriminação sofrida pela população negra, mas não se considera racista (TURRA e VENTURI, 1995). Então, seguindo a lógica interpretativa, esta conduta foi chamada de Racismo Cordial que é configurado como uma discriminação “branda assimilacionista, sem ódio, segregação ou violência explícita, sendo mais idiosincrático” (PACHECO, 2011) que procura maneiras para expor seu repúdio sem ofender ainda mais aquele que é discriminado (RODRIGUES, 1995). E para o seu sucesso é apontado, neste estudo, que há certo nível de apropriação da hipótese do fenômeno de branqueamento e embranquecimento para, assim, ocultar, encobrir, negar e disfarçar a discriminação contra a pessoa negra, sendo assim, visto como uma forma de assimilação e aculturação da pessoa negra, pois este cenário tem gerado

alterações, em alguns momentos na cultura do negro e branco, como demonstra Marconi e Presotto (2010), embora os grupos socialmente discriminados tenham sofrido mais, visto que a cultura hegemônica possui, de certa maneira, mais poder de influência. E mais, já há pesquisadores, como Nascimento (1978), que compara o processo de aculturação e assimilação ao, também, processo de branqueamento da população negra. Isto porque, estes dois fenômenos pretendem tornar a pessoa negra mais branca (GUIMARÃES, 2002; NASCIMENTO, 1978) e, logo, longe de suas verdadeiras origens, ancestralidade e vivências culturais africanas, por possuir predileção sobre o modelo cultural e estética da pessoa branca.

Apesar da quantidade de informações identificadas, a análise da edição de 2014 (Figura 6) não termina por aqui, já que na Casa 2, lugar em que se expressa as palavras mais evocadas depois da Casa 1, surge os termos: “*Humano*”, “*Sociedade*”, “*Raça*”, “*Espaço*”, “*Família*”, “*Pessoa*”, “*Casamento*”, “*Identidade*”, “*Negro*”, “*Problema*” e “*Estados Unidos da América*”. Portanto, o discurso que circula no jornal, mascarando a representação social definido na Casa 1, é de humanização da pessoa negra realizado através de uma noção familiar e ainda indicando o modelo de identidade que se deve seguir. Esta casa, então, mostra, mais uma vez, a presença do branqueamento e ainda o racismo na sua forma flagrante, visto que possui uma noção de raça para definir uma família.

A humanização da pessoa negra é apenas uma estratégia para camuflar discussões importantes vinculadas a variável cidadania que não é identificada no Quadrante de Quatro Casas. Dessa maneira, é indicado que houve apenas uma discussão superficial nas narrativas do jornal, pois as expressões “*Direito*” e “*Luta*” surge na Casa 2, tornando inviável mensurar o *status* cidadão conferido ao negro, talvez, essas expressões surgiram por conta da resistência histórica da população negra e dos Movimentos Sociais.

Também não resta ao negro o nível de ensino escolar, na medida em que não houve uma discussão no ano de 2014 sobre o assunto, sendo impossível mensurar esta variável. No entanto, até o nível intelectual, encontrado na representação, é questionado quando na Figura 6, Casa 1, emerge termos (“*Autor*”, “*Jornalista*”, “*Literário*”, “*Escritor*” e “*Autor*”) que atribuem certo nível intelectual a população negra, mas que, imediatamente, é desconsiderado por emergir a palavra “*Escrever*” na Casa 3, que significa ser de baixa frequência, sendo considerado evocação intermediária. Ou seja, o nível de intelectualidade pode ser desconsiderado em algum grau.

Com isso, através de todas as inferências levantadas após análise dos dados dos Quadrantes de Quatro Casas de 2014 (Figura 6), percebe-se que há nos gráficos a expressão dos racismos: Ambivalente, Aversivo, Moderno e Simbólico. O Racismo Sutil (PETTIGREW

e MEERTENS, 1995) caracterizado pela “defesa de valores, justificação pelas diferenças culturais” é calhado apenas à defesa de valor, ao passo que não é possível identificar a cidadania e o nível de escolaridade.

Então, em resumo, o Racismo Simbólico ocorre quando existe um grau de sentimento de que os negros estão violando valores preciosos e fazendo demandas ilegítimas para mudança do *status quo* (MCCONAHEY e HOUGH, 1976), não aceitando a igualdade em negros e brancos. Um exemplo onde é expresso o Racismo Simbólico, no quadrante da Figura 6, é quando não é garantida a cidadania. Outro momento que se dá é enquanto no conflito da intelectualidade descrito acima.

O Racismo Moderno é sinalizado na circunstância em que perceptível à compreensão de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos (LIMA e VALA, 2004) como privilégios. Desse jeito, esta modalidade existe, no quadrante, na medida em que, por exemplo, não se discute sobre igualdade e direitos.

Em relação ao Racismo Ambivalente está sendo reproduzido no Quadrante de Quatro Casas através da exaltação de valores igualitários (atitude pró-negra) e também há, no mesmo discurso, a glorificação de valores individualistas (atitude anti-negra) da identidade da população branca (KATZ & HASS, 1988). Assim sendo, a atitude pró-negra parte do momento em que o negro é concebido na figura da escritora Carolina de Jesus. Já a atitude anti-negra se desenrola quando é impreciso o grau de intelectualidade e escolaridade, como reproduzidos nos gráficos.

Por fim, a modalidade de expressão do Racismo Aversivo se expressa de forma sutil podendo ser identificado apenas a sua premissa básica definida como “uma atitude positiva e outra negativa” (GAERTNER e DOVIDIO 1986). Neste sentido, a atitude positiva pode ser reconhecida através do *status* de cidadania, restando à imprecisão do grau de intelectualidade e escolar como atitude negativa.

Finalmente, na edição do ano de 2014, do Quadrante de Quatro Casas, Figura 6, o negro é concebido nas narrativas do jornal impresso *Folha de S. Paulo* representado, essencialmente, ainda na condição de escravizado do Brasil Colônia, sem nível de ensino escolar, mas com certo grau intelectualidade e sequer o mínimo de *status* cidadão reconhecido.

4.4. Análise da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2015

Agora, o ano de 2015, é composto por sete (7) matérias que ao final foram separadas em 136 segmentos de texto (ST), surgindo 4.873 ocorrências de palavras (formas ou vocabulários), com 1.739 palavras distintas e 1224 com uma única ocorrência.

Já no quadro de similitude da Figura 7, que corresponde à edição do jornal do ano de 2015, os termos em destaque são: “*Negro*”, “*Médio*”, “*Ensino*”, “*Branco*” e “*Brasil*”. A palavra “*Negro*” continua permanecendo como o núcleo central da Árvores Máximas de Similitude nos dois períodos aqui analisados.

Como visto, mais uma vez, o estereótipo da pessoa branca se destaca nas narrativas jornalísticas por conta do termo “*Branco*” se apresentar no ano de 2015, Figura 7, como um dos destaques no grafo. Esta periferia, com a configuração, expressa que a ideologia do branqueamento faz parte da representação midiática e social da pessoa negra brasileira e que as estratégias de embranquecimento foram naturalizadas (BENTO, 2002) pela sociedade. Então, esse racismo se torna camouflado, cordial e sutil entre os indivíduos que se relacionam socialmente, inclusive, as atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias podem se passar despercebidas ou invisíveis no próprio cotidiano. Contudo, em síntese, o jornal impresso *Folha de S. Paulo* reproduz as teorias categorizadas como ideologia de branqueamento e embranquecimento da população negra, talvez, com o objetivo de tornar a sua aversão e racismo expresso na modalidade cordial, visto que é caracterizado como uma estratégia, do Racismo Cordial, para não ofender ainda mais quem já é discriminado (RODRIGUES, 1995).

Depois, ainda no ano de 2015 (Figura 7), chama atenção os termos “*Universidade*”, “*Educação*” e “*Cota*” aparecendo próximos do núcleo central (“*Negro*”), mas com ligações fracas, demonstrando que o acesso à universidade e ao ensino superior não é um direito garantido ao negro. Até o segundo grau é uma demanda negada, mesmo surgindo “*Ensino*” e “*Médio*” em destaque no Quadro de Similitude, pois às expressões “*Aluno*”, “*Escolar*” e “*Estudante*” que estão situados longe de “*Negro*” sobre ligações fracas, juntamente com o acordo que vai sendo reduzido entre “*Médio*” e “*Escolar*”, confirmam, em resumo, que resta à pessoa negra apenas o nível básico de ensino.

Figura 7: Quadro de Similitude do ano de 2015.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

Já as demais palavras em destaque no gráfico (Figura 7) mostram que a pessoa negra é representada e relacionada com assuntos e temáticas que debatem a educação (“Ensino” e “Médio”), juntamente com valores nacionalistas (“Brasil”). No entanto, esse cenário não demonstra que o grau e/ou nível de escolaridade da pessoa negra é garantido integralmente ao negro, pois “Aluno” surge numa ligação fraca entre as palavras “Médio” e “Ensino”, logo, deixando crer que há um conflito na garantia desse direito básico.

Dessa forma, o nível básico de ensino, é razoável considerar que se trata de uma estratégia de realizar o branqueamento moral/social da pessoa negra, pois a educação pode ter

um potencial para incentivar a “assimilação de atitudes e comportamentos presumivelmente do branco” (DOMINGUES, 2002). Esta visão é baseada na perspectiva negativa de Fanon (2008) na qual considera, em seus estudos, que a sociedade é concebida a partir de valores do branco colonizador.

Então, seguindo a lógica interpretativa, a instituição escolar, como pertencente desta sociedade, é arquitetada através dos conceitos e comportamentos da pessoa branca e termina por valorizar suas origens e descartar, por consequência, a perspectiva, a ancestralidade, vivência e cultura da população negra brasileira. Assim sendo, em resumo, a frequente relação entre “*Negro*” e “*Educação*”, mesmo excluído o acesso ao ensino médio e superior, pode ser entendido como uma espécie de estratégia de assimilação e aculturação, utilizada para inserir na pessoa negra a cultura do branco.

Além disso, esta estratégia é capaz de também ser interpretada como uma atitude de camuflar esconder, disfarçar e mascarar a sua aversão à pessoa negra, discriminação, racismo e preconceito. Ou seja, este é o Racismo Cordial, buscando não ofender o discriminado (RODRIGUES, 1995), que se apropria dos pressupostos da teoria do branqueamento e embranquecimento da população negra como estratégia para não expressar nenhuma atitude, comportamento ou pensamento não aceito socialmente.

Nascimento (1978) confere que o método de aculturação e assimilação ao, também, método de branqueamento do negro, por conta dos dois fenômenos almejarem transformar a pessoa negra mais branca (NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 2002) e, portanto, distante de suas verdadeiras origens, por haver predileção a respeito do arquétipo cultural e estético da pessoa branca. Afinal, de acordo com Pereira (1983) o negro tolera o processo de aculturação e também o dúplice processo de banimento entre a cultura e o grupo racial.

Também é possível identificar o Racismo Ambivalente, Aversivo e, finalmente, o Moderno no quadro de similitude da Figura 7. Neste sentido, é identificado certo nível de racismo Ambivalente e Aversivo por ser observável através de seus princípios básicos como “uma atitude positivas e outra negativa” (KARTZ e HASS, 1988; GAERTNER e DOVIDIO 1986). Esta atitude positiva pode estar nas coocorrências “*Universidade*”, “*Educação*” e “*Cota*” que trazem uma perspectiva que acrescenta importância à representação da pessoa negra. Em contrapartida, o comportamento negativo são os termos “*Médio*” e “*Escolar*” longes do termo “*Negro*” – núcleo central do Quadro de Similitude – que desconsideram o nível médio e superior fazendo parte da representação social e midiática da pessoa negra.

Por fim, o Racismo Moderno é observável através da metodologia desenvolvida pelo brasileiro Dos Santos *et al* (2006). Para o autor, a modalidade moderna de discriminação

surge em momentos que o negro é lembrado em condições e *status* que não requer uma qualificação formal de alto nível e, dessa maneira, esta modalidade de racismo é identificada nas periferias que atribuem à pessoa negra apenas o grau e o nível de ensino básico.

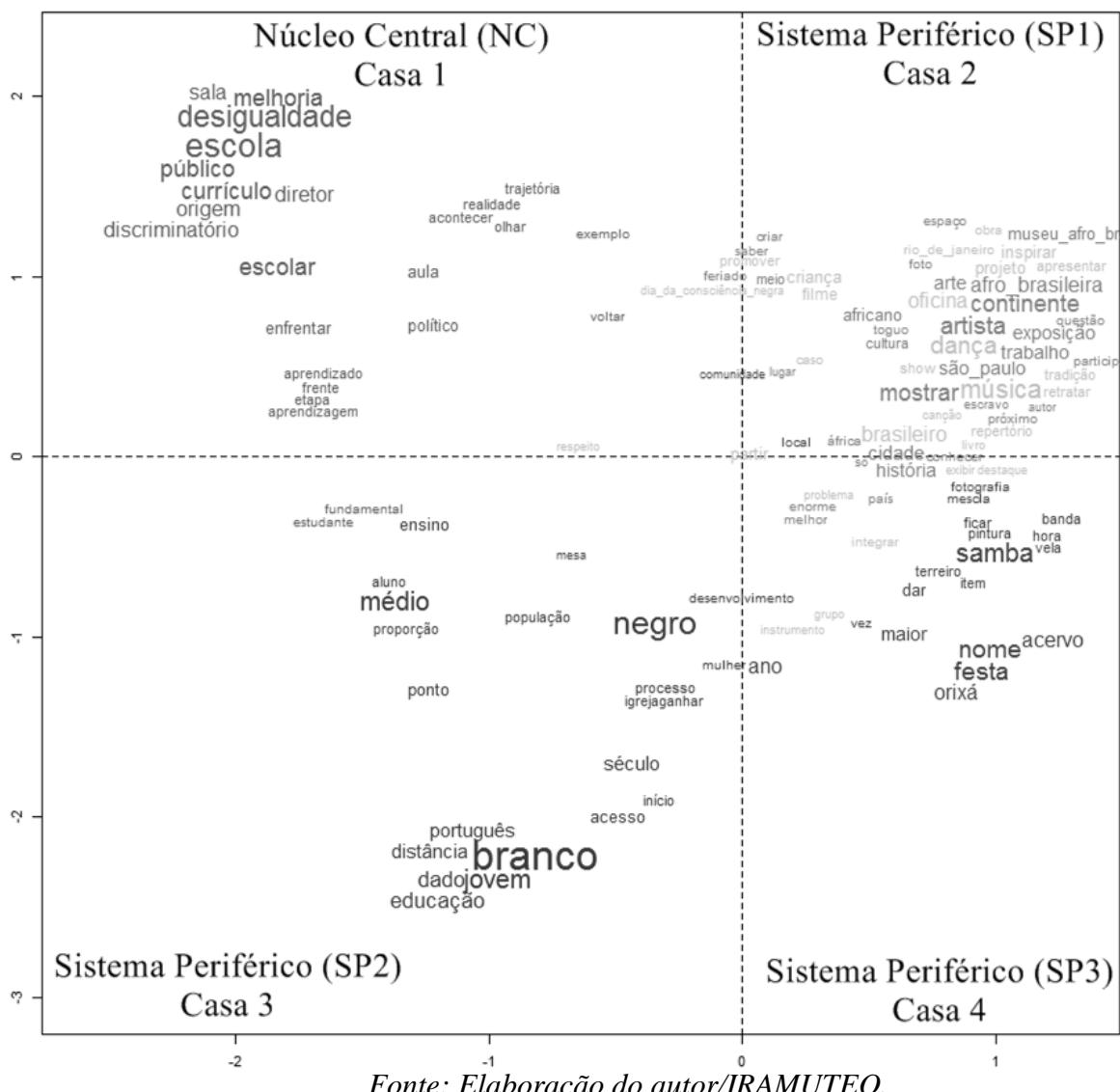
Vale lembrar que o ano de 2015, até o momento, expressa considerável avanço, ao passo que se encontra o “*Negro*” sendo evocado com frequência em variáveis que envolvem a temática da educação, mesmo garantindo apenas o nível básico de ensino. Afinal, a temática compõe aos textos, que falam sobre o negro brasileiro, pode ser compreendida como fruto de uma cobrança histórica dos Movimentos Sociais da Pessoa Negra. Um exemplo de avanço é a periferia de ligação forte entre “*Negro*”, “*Desenvolvimento*” e “*Econômico*”, já que relaciona o negro com o desenvolvimento financeiro, inserindo o negro através de uma noção de consumo que, até certo ponto, pode construir novas perspectivas e valorizando, por exemplo, a pluralidade da população negra ou disfarçando e mascarando a sua aversão, visto que também pode ser uma estratégia de branqueamento, caso não seja questionado os valores da metrópole.

As variáveis como, por exemplo, “*Cidadania*”, “*Resistência*”, “*Deveres*” e “*Igualdade*” não aparecem no Quadro de Similitude, na Figura 7 (ano 2015), sendo possível dizer que não há atribuição de certo grau e/ou nível de *status* cidadão à pessoa negra brasileira, mesmo com a tática de retratar o negro brasileiro através de assuntos como educação (Figura 7). Essa inferência é confirmada através de “*Desigualdade*”, “*Direito*”, “*Político*” e “*Inclusão*” sobre uma distância considerável da expressão “*Negro*”, núcleo central do grafo, de tal modo que este cenário admite apreender que o *status* de cidadania não faz parte imagem da pessoa negra, pois há poucas produções jornalísticas que se preocupam com a temática. É evidente a exclusão do negro, até mesmo, na garantia de direitos básicos como a educação no acordo acentuado entre “*Negro*”, “*Ensino*”, “*Médio*” e ligação fraca com “*Inclusão*”.

Um triste dado é que o passado da pessoa negra, especialmente na condição de escravizado, continua saliente na árvore de similitude da Figura 7 (ano de 2015) e, desta forma, comprova que o jornal impresso, reconhecido em território nacional, sobrecarrega uma compreensão negativa que exclui todas as expressões de origem africana. Esta inferência é graças às periferias “*Passado*” e “*Pobreza*” (de acordo frágil), próximo de “*Negro*”, assim como “*Africa*” “*Escravo*” e “*Africano*”, longes do núcleo central que demonstram, por exemplo, que há uma cultura essencialmente racista nas produções jornalísticas, reforçando uma representação social e midiática do negro sistematizado no passado colonial.

Em seguida, partindo para análise do Quadrante de Quatro Casas do ano de 2015 (Figura 8), as palavras que compõem o Núcleo Central são: “Sala”, “Melhoria”, “Desigualdade”, “Escola”, “Público”, “Currículo”, “Diretor”, “Origem”, “Discriminatório”, “Escolar”, “Aula”, “Enfrentar”, “Aprendizado”, “Frente”, “Etapa”, “Aprendizagem”, “Respeito”, “Olhar”, “Acontecer”, “Realidade”, “Trajetória”, “Exemplo”, “Comunidade”, “Feriado”, “Respeito” e, por fim, “Dia Nacional da Consciência Negra”, situadas na Casa 1, caracterizado-se como as palavras de maior constância de evocações, que por consequência compõem o núcleo central da representação social da pessoa negra, isto é, seguindo a lógica interpretativa, o passado como escravizado da pessoa negra continua presente na representação social, visto que possui na Casa 1 certo nível de reconhecimento sobre a existência da desigualdade entre negros e brancos.

Figura 8: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2015.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

Além disso, também faz parte da representação social e midiática do negro a compreensão de um nível e/ou grau escolar reconhecido, bem como concebe como um trabalhador, empregado, operário ou funcionário. Essa concepção garante uma imagem positiva, na medida em que arquiteta o negro como uma pessoa eficiente, esforçado, dedicado e honesto, porém, também abona um caráter negativo, pois não representa o negro em posições como empreendedor, empresário, gestor e administrador. Então, seguindo a linha de pensamento, a Casa 1 comprova, de uma vez por todas, que carrega compreensões baseadas na época do Brasil Colônia, em virtude de idealizar a pessoa negra em posições subordinadas, secundárias e ainda submissas.

Em seguida, na Casa 2, chamada de Sistema Periférico (SP1), lugar em que surge os termos que estão próximos do núcleo central, são: “Artista”, “Dança”, “Trabalhado”, “Música”, “Oficina”, “Museu Afrobrasileiro”, “Escravo”, “Show”, “Filme”, “Livro”, “África” e “Trabalho”. Ou seja, o discurso que circula o jornal *Folha de S. Paulo* no ano de 2015, mascarando a representação social e midiática da pessoa negra está ancorada na percepção de que as atividades culturais, arte e entretenimento são destinados especialmente ao negro.

À vista desse dado, é encontrado, na Casa 2, a presença do Racismo Flagrante nas narrativas do jornal. Afinal, atividades relacionadas à cultura, em sua maioria, não requer qualificação profissional elevada, logo, o nível de ensino garantido ao negro é a educação básica, visto que “Estudante”, “Fundamental”, “Ensino”, “Médio” e “Educação” estarem na Casa 3, exatamente no Sistema Periférico 2 (SP2), excluído a possibilidade do negro de ter o seu acesso ao ensino superior e secundário.

Lembrando que o nível/grau de ensino básico concedido à pessoa negra pode ser considerado uma forma de fazer com que se realize a “assimilação de atitudes e comportamentos presumivelmente do branco” (DOMINGUES, 2002) – branqueamento moral e/ou social –, visto que Fanon (2008) considera, em seus estudos, que a sociedade é concebida a partir de valores do branco colonizador.

Esse branqueamento é até presente na Casa 1, Núcleo Central do Quadrante de Quatro Casas (Figura 8), dado que a pessoa negra das narrativas desenhando uma imagem que extinguiu, por exemplo, as características fenotípicas e até culturais da população negra socialmente discriminada.

Uma prova dessa exclusão do negro está na ocorrência da palavra “Negro” no Sistema Periférico 2, Casa 3, região que saem os termos de baixa frequência e evocações intermediárias, comprovando que o negro surge em segundo plano nas narrativas do jornal durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra. A partir desse cenário,

segundo a lógica interpretativa, é indicada, através dessa ocorrência, que esta é uma abrangência da ideologia de branqueamento, assinalada como um “pacto com regras – norma, padrão – e comportamentos socialmente aceito e associado aos brancos” (PIZA, 2000), sobretudo, por conta da compreensão de que a população brasileira pondera ser um constrangimento alguma “associação com a ancestralidade da pessoa/população negra” (RAMOS, 1995).

Esse branqueamento também é frequente na Casa 4 com as palavras “*Samba*”, “*Festa*”, “*Orixá*”, “*Terreiro*” e “*Pintura*”, caracterizando-se como os termos menos evocados nas narrativas do jornal, expondo, por fim, toda a aversão pelas feições culturais e fenotípicas da população negra, havendo uma conduta completamente racista, com horror à cultura, condutas, ancestralidade e princípios de origem africana.

Embora seja identificada uma atitude considerada negativa, a Figura 8, através das expressões que surgem no Núcleo Central (NC), também descrevem o negro em assuntos como educação, trabalho e discriminação, expondo, dessa maneira, que neste mesmo discurso e desenho social e midiático da pessoa negra possui uma fala que está preenchida de compreensões positivas e negativas. Então, este é o princípio básico que torna o racismo brasileiro categorizado como cordial, inclusive, é frequente o discurso que reconhece a discriminação sofrida pela população negra, mas não se considera racista (TURRA e VENTURI, 1995).

Esta conduta foi chamada de Racismo Cordial que é caracterizado como uma discriminação afável, “sem ódio, segregação ou violência explícita, sendo mais idiossincrático” (PACHECO, 2011) que busca atitudes para arriscar sua aversão sem insultar quem já é discriminado (RODRIGUES, 1995) socialmente. Neste sentido, o jornal *Folha de S. Paulo* sugere cumprir esse papel quando, por exemplo, o branco surge nas narrativas que deveriam representar a população negra. Ou seja, em resumo, o racismo categorizado como cordial se apropria das hipóteses do fenômeno de branqueamento e embranquecimento com o objetivo de esconder, disfarçar atitudes e discursos de preconceito contra a pessoa negra.

A questão cultural, de arte e de entretenimento acende, sobretudo, na Casa 2, com os termos (“*Filme*”, “*Cultura*”, “*Artista*”, “*Dança*”, “*Música*”, “*Arte*”, “*Museu afro brasileiro*” e “*Tradição*”) que sugerem, de início, estar próximo da representação da população negra a cultura e compondo a imagem do negro com a sua origem africana, entretanto, em seguida, já é excluído. Afinal, as expressões “*Samba*”, “*Pintura*”, “*Festa*” e “*Orixá*” surgem na Casa 4, no Sistema Periférico 3 (SP3), sendo palavras menos evocadas. Assim sendo, é excluído da representação social do negro as atividades relacionadas à cultura, arte e entretenimento, ao

passo que as palavras da Casa 4 expressam características da cultura de origem africana e da pessoa negra brasileira.

No que diz respeito a variante cidadania, surge apenas a palavra “*Político*”, na Casa 1, compondo o núcleo central, sugerindo que são garantidos os direitos políticos. No entanto, esse direito não é assegurado em sua total integralidade, dado que a *Folha de S. Paulo* não se preocupou em desenvolver uma discussão com temáticas sobre direitos, deveres e igualdade.

Contudo, a partir das deduções descritas percebe-se que há no Quadrante de Quadro Casas (Figura 8) a expressão do Racismo Ambivalente identificado quando está em evidência uma atitude anti-negra e pró-negra (KATZ & HASS, 1988), logo, a atitude anti-negra é o momento em que se observa que o nível básico de ensino fazendo parte da representação social, agora, a atitude pró-negra é quando o nível ensino compõe o núcleo da representação.

Depois, também é reconhecida a modalidade do Racismo Aversivo através de uma “uma atitude positivas e outra negativa” (GAERTNER e DOVIDIO 1986) no Quadrante de Quatro Casas. Assim sendo, a atitude negativa é verificado a partir da insistente presença do passado como escravizado da pessoa negra e, por fim, a atitude positiva é visível no momento em que há o reconhecimento de direitos políticos, infelizmente, essa modalidade surge apenas o seu princípio básico.

O Racismo Moderno é revelado na situação em que surge uma noção de privilégio e este comportamento pode ser encontrado quando se observa a forte presença do fenótipo da pessoa branca na representação social do negro brasileiro, isto porque, os racistas da modalidade moderna têm a compreensão de que a pessoa negra está recebendo mais do que merecem e violam valores importantes para os brancos (LIMA e VALA, 2004), transgredindo privilégios.

Em contrapartida, o Racista da modalidade Simbólica carrega consigo a lástima de que os negros estão transgredindo valores importantes e desenvolvendo demandas ilegítimas para mudança do *status quo* (MCCONAHAY e HOUGH, 1976) não aceitando a igualdade entre negros e brancos. Então, esta compreensão ocorre quando a pessoa negra não surge no núcleo central da representação social, juntamente com a definição de que apenas o nível básico faz parte do negro.

Já o Racismo Sutil (PETTIGREW e MEERTENS, 1995) caracterizado pela “defesa de valores, justificação pelas diferenças culturais” não foi identificado na Árvore Máxima de Similitude (Figura 7) e Quadrante de Quatro Casas (Figura 8) do ano de 2014.

Diferente dos anos de 2012, 2013 e 2014, o Quadrante de Quatro Casas da edição de 2015, Figura 8, sugere que a “*Família*” e “*Casamento*” fazem parte da representação da

pessoa negra, na medida em que estas palavras aparecem próximas do Núcleo Central (Casa 2). Esta configuração é positiva por promover a possibilidade de construir uma narrativa diferente do passado como escravizado no período colonial. Por outro lado, este cenário acende para possibilidade de ser visto como a expressão da modalidade chamada de branqueamento biológico que “parte da premissa de que o negro melhoraria biologicamente sua raça casando com alguém mais claro” (DOMINGUES, 2002), na qual, o negro representa o perigo biológico e o judeu, o perigo intelectual (FANON, 2008). Hipótese que ganha força, caso seja considerado a presença do fenômeno de branqueamento e embranquecimento no quadrante de 2015.

Por fim, é compreensível apontar que a edição de 2015 (Figura 8) concebe em suas narrativas jornalísticas, publicada durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, é de uma criança negra que possui certo nível escolar e cultural, principalmente, porque o termo “*Criança*” emerge na Casa 2, próximo do Núcleo Central da representação, seguido de “*Mulher*”, “*Jovem*”, “*Branco*” e “*Negro*” aparecerem na Casa 3, longe do NC.

4.6. Análises da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2016

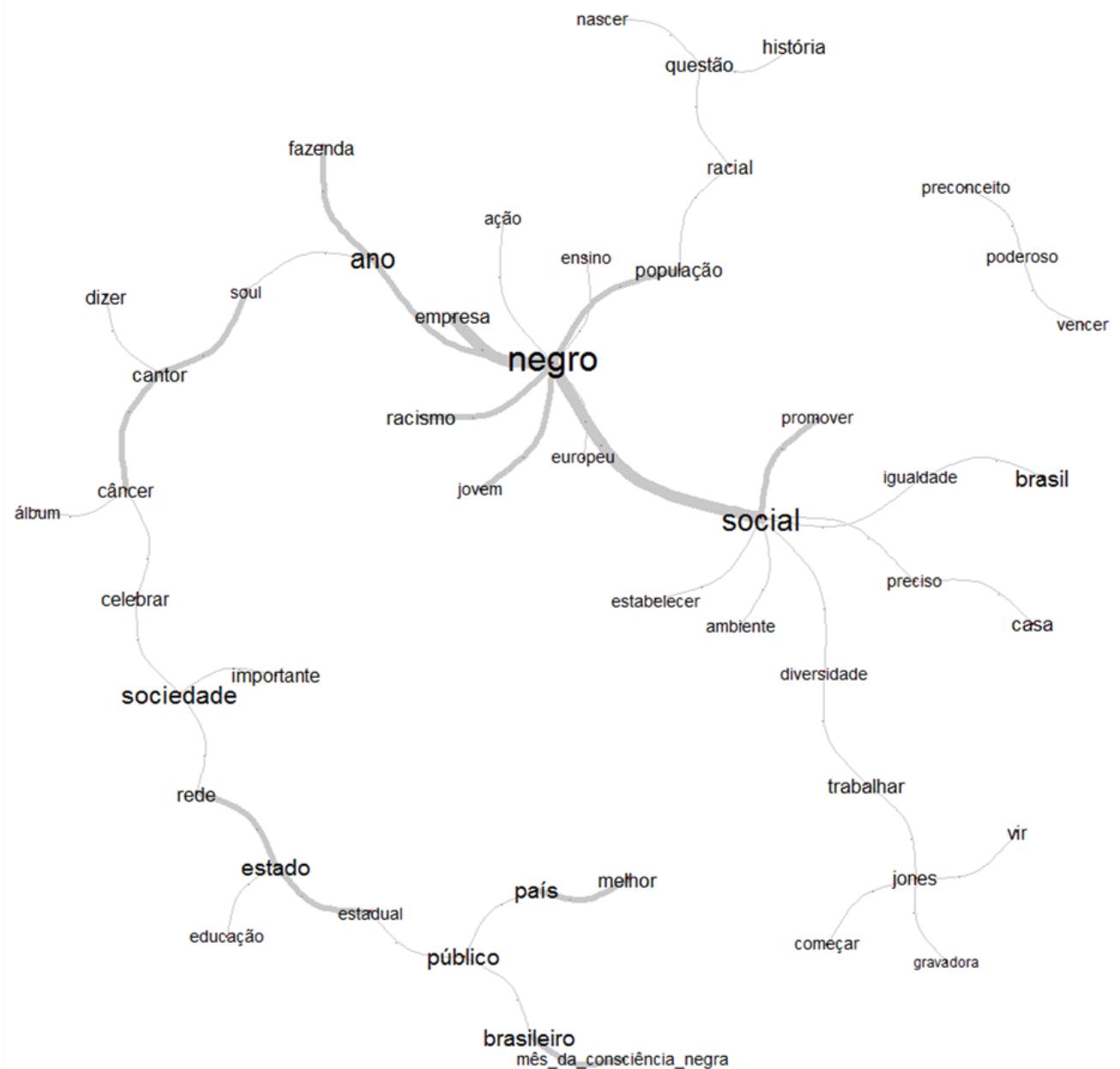
A *Folha de S. Paulo* trouxe no ano de 2016, entre os dias 20 e 21 de novembro, apenas quatro (4) matérias jornalísticas que tinham como assunto a pessoa negra que foi dividida, pelo software IRAMUTEQ, em 55 segmentos de texto (ST), emergindo 1.981 ocorrências de palavras. Desse total, 924 palavras são diferentes e 702 termos surgem uma única ocorrência, caracterizando-se como a edição que menos pautou o negro e também as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra. É importante destacar que o ano de 2016 não foi necessário realizar o corte de 40% nos Quadros de Similitude e Quadrante de Quatro Casas, como foi realizado nos demais *corpus*, pois, nesta edição, o jornal publicou uma quantidade baixa de material textual.

Então, as variáveis em destaque no Quadro de Similitude (Figura 9) são: “*Negro*”, como núcleo central da árvore, “*Ano*” e “*Social*”, indicando que a compreensão da pessoa negra, de modo geral, possui relação com uma discriminação limitada à instância social.

Outro dado que chama atenção é a presença do passado colonial, especialmente na condição de escravizado que continua assíduo no circuito com os termos “*Negro*”, “*População*”, “*História*” e “*Fazenda*”, expressando que a imagem e/ou representação da pessoa negra está ancorado na condição de escravizado. É possível dizer que o quadro expõe que as atividades mais pesadas e degradantes em empresas e fazendas são ocupações

pertencentes ao negro, visível na ocorrência de ligação acentuada entre “*Negro*”, “*Empresa*” e “*Fazenda*”.

Figura 9: Quadro de Similitude do ano de 2016.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEO.

Além do passado fazendo parte da representação da pessoa negra na atualidade, é possível encontrar a ideologia do branqueamento expresso no Quadro de Similitude (Figura 9). Na Figura 9 surge o branqueamento através dos circuitos: “Negro” e “Europeu”,

comprovando que o fenótipo da pessoa branca está presente nas narrativas em que deveriam valorizar as vivências, a cultura e a ancestralidade da população negra.

Este mesmo branqueamento, conhecido como “pacto com regras – normas, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000) que a pessoa negra é impelida a aderir, também pode ser entendido como uma das estratégias de aculturação, isto porque, nesse processo há essencialmente uma intenção de impor a cultura do branco hegemônico. Um dos efeitos dessa aculturação, de acordo com Pereira (1983), é a perca da variedade étnica ou racial, visto que o processo de assimilação – e branqueamento – é mais cruel com os grupos socialmente discriminados, pois estes grupos não possuem a possibilidade de expressar as suas vivências, restando aderir aos valores da metrópole, do branco colonizador (FANON, 2008). Ou seja, a aculturação não é um processo em que há uma solidariedade cultural como defende Marconi e Presotto (2010).

Em resumo, seguindo a lógica interpretativa, a assimilação cultural e a ideologia do branqueamento cumprem a função de camuflar, esconder, disfarçar e mascarar o racismo, a discriminação e aversão contra as pessoas socialmente discriminadas. A partir desse cenário, é que se instaura e identifica o chamado Racismo Cordial que procura, a todo custo, uma maneira para não ofender ainda mais aquele que se discrimina (RODRIGUES, 1995), desenvolvendo mecanismos de repúdio sutis e até invisíveis. E para o sucesso desta modalidade cordial de discriminação é utilizado dos pressupostos do branqueamento moral e/ou social, que se caracteriza “na aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente “positivos” do branco” (DOMINGUES, 2002) através do próprio processo de aculturação.

Outra periferia que chama atenção é: “*Ensino*”, próxima do termo “*Negro*” – sobre coocorrência fraca – e “*Educação*”, distante do núcleo central do Quadro de Similitude, reproduzido na Figura 9, exprimindo que não há o reconhecimento de um grau e/ou nível escolar fazendo parte da imagem reproduzida pelo jornal em suas narrativas. Afinal, os acordos são frágeis e não conseguem oferecer a identificação da escolaridade pertencente ao negro. Entretanto, se for avaliado apenas a presença dessas expressões, desconsiderando a distância de “*Negro*” e os acordos frágeis, é mensurável dizer que faz parte da representação social da pessoa negra o grau e/ou nível de ensino básico, desconsiderando o ensino médio e superior. A mesma lógica interpretativa também pode ser utilizada através dos termos “*Trabalhar*”, “*Gravadora*”, “*Álbum*” e “*Cantor*” que emergem distantes de “*Negro*” e sobre coocorrência frágil, que excluem a possibilidade do negro estar relacionado às áreas de entretenimento e cultura, porém, também se pode considerar que esses “*status*” fazem parte da

negritude, assim como foi interpretado o nível escolar, apenas por surgir com determinada frequência no grafo.

A partir da simples ocorrência de termos que remontam a escolaridade da pessoa negra, mesmo que não seja possível identificar o nível de escolaridade, é viável dizer que são fruto da resistência dos Movimentos Sociais da População Negra que historicamente luta para que as demandas da população negra sejam alcançadas, como uma educação universal gratuita de qualidade, juntamente com a liberdade para expressar a sua cultura, vivências e ancestralidade.

A Árvore de Similitude (Figura 9) também dá suporte para visualizar traços de outras Teorias do Preconceito como: Racismo Ambivalente, Racismo Aversivo e Racismo Moderno. Isto graças às situações de conflito expressos nesses circuitos de termos como a indefinição do nível de escolaridade da pessoa negra e sua evocação com o tema que envolve a cultura e entretenimento.

Existe, especificamente nesta periferia, a exaltação de valores igualitários (atitude pró-negra) e também há, no mesmo discurso, a glorificação de valores individualistas (atitude anti-negra) da identidade da população branca (KATZ & HASS, 1988), visto que o negro é evocado com frequência através do termo “*Gravadora*”, “*Álbum*” e “*Cantor*” na Figura 9, que pode ser entendido como uma postura pró-negra, pois transmite a mensagem destes lugares pertencer à pessoa negra, bem como é encontrado uma postura anti-negra, representado pela indefinição do nível escolar da população negra. Assim sendo, é confirmado que o jornal também reproduz um discurso que pode ser considerado Racismo Ambivalente.

Com relação à modalidade do Racismo Aversivo é verificável por conta da quantidade baixa de matérias publicadas no ano de 2016 (Figura 9) que pode ser interpretada como “desconforto, nervosismo, ansiedade e, inclusive, medo do indivíduo” (LIMA e VALA, 2004) que possui as características fenotípicas da identidade do negro, “provocando – dessa forma, que os racistas, desta modalidade de discriminação – evitem o contato próximo com a identidade racial da pessoa negra” (DOVIDIO e GAERTNER, 1986).

Também há um discurso de Racismo Moderno reproduzido na Figura 9, no momento em que há compreensão de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos (LIMA e VALA, 2004), visto os racistas dessa modalidade não aceitam, por exemplo, algum nível de igualdade. Neste sentido, esta modalidade de discriminação é identificada pelo nível escolar indefinido. De acordo com Dos Santos *et al* (2006) esta definição se passa de uma generalização que pretende disfarçar o racismo, mas que limita as perspectivas e a pluralidade de narrativas que compõem a cultura

da população negra. E ao final transparecendo a sensação de que as pessoas negras só merecem estas ocupações e generalizações.

A variável cidadania não aparece na edição do jornal (Figura 9). O único termo que exprime esta cidadania são as expressões: “*Negro*”, “*Social*” (de ligação forte) e “*Igualdade*”, “*Diversidade*” e “*Trabalhar*” com fraca coocorrência a partir de “*Social*” e ainda longe do núcleo do Quadro de Similitude, representado pela expressão “*Negro*”, na Figura 9, desenrolando o entendimento de que nestes grafos e narrativas não há o reconhecimento de uma cidadania concedida à pessoa negra, por consequência, aparenta haver certo nível de negação de uma cidadania conferida à população negra brasileira, visto que direitos básicos como o acesso a educação, ao trabalho e igualdade entre negros e brancos não são uma garantia integral.

Do mesmo modo que é encontrado o chamado Racismo Moderno e Simbólico. O Racismo Moderno é por haver a compreensão de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos (LIMA e VALA, 2004). Então, esta concepção é visível também no fato de não ser conferido grau/*status* de cidadania à população negra, expresso pelo desaparecimento da variável. Em contrapartida, o Racismo Simbólico advém do fato de existir neste circuito, sobre cidadania, um grau de sentimento de que os negros estão violando valores preciosos e fazendo demandas ilegítimas para mudança do *status quo* (MC CONAHAY e HOUGH, 1976), sobretudo, se a cidadania for entendida como um privilégio e o cenário de negação de uma cidadania há pessoa negra brasileira.

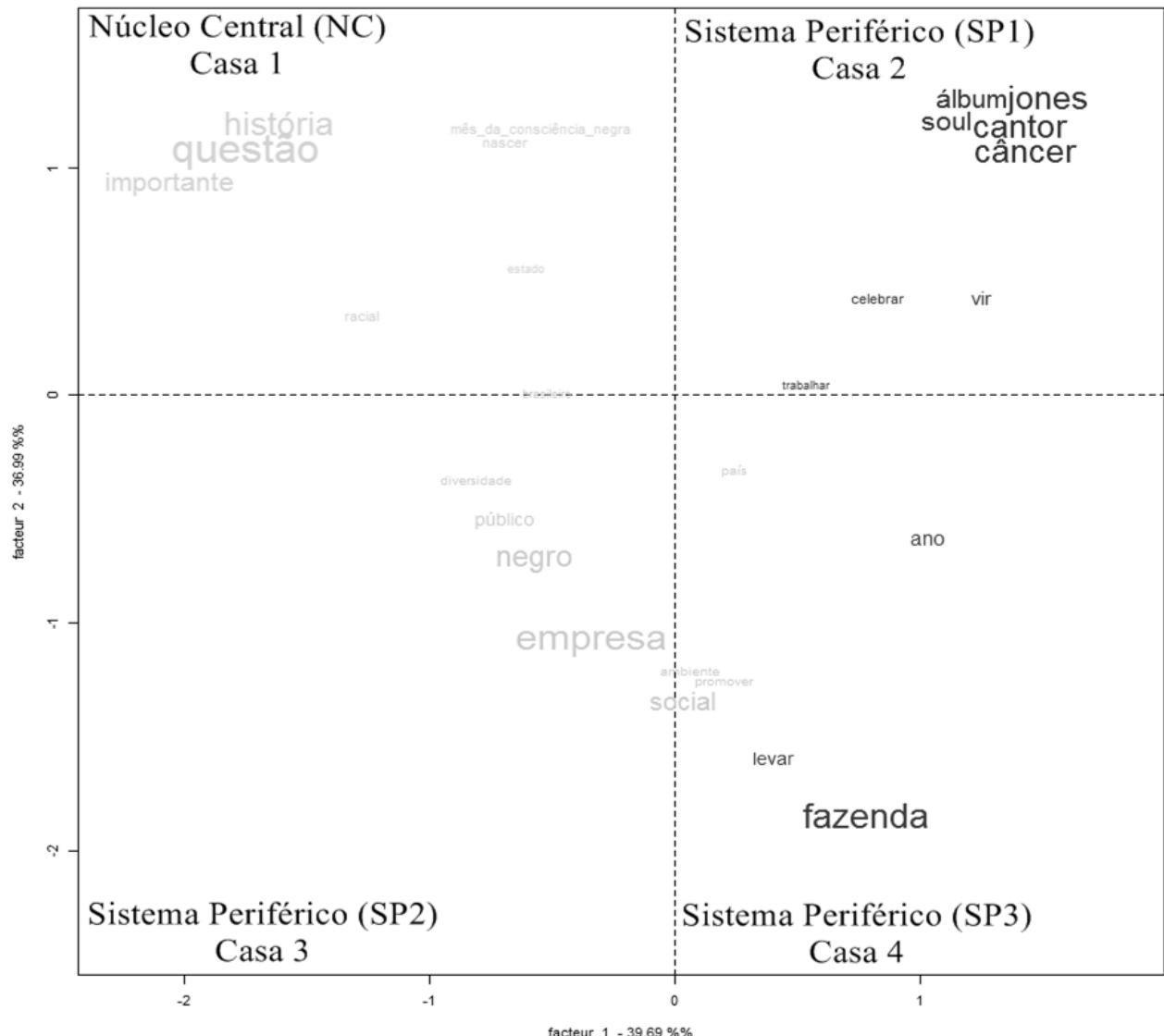
Lembrando que a *Folha de S. Paulo* publicou no ano de 2016, entre os dias 20 e 21 de novembro, apenas quatro (4) produções jornalísticas, caracterizando-se como a edição que menos pautou a população negra e também as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, logo, sugere que houve um silenciamento do jornal, sobretudo, devido a *Folha de S. Paulo* ter produzido número maior de material textual nos anos anteriores (2012, 2013, 2014 e 2015).

A teoria que melhor explica este comportamento é a *Hipótese da Espiral do Silêncio*, da cientista alemã Elisabeth Noelle-Neumann, que busca explicar a questão de alguns grupos populacionais serem silenciados. Em resumo, segundo Neumann (1995) existe uma opinião ou ponto de vista dominante, capaz de emudecer alguns grupos de pessoas que compõem a sociedade. Um dos efeitos desse silenciamento é que os textos se tornam incompletos e não conseguem ser representativos, compatíveis com a realidade.

Assim sendo, o Quadrante de Quatro Casas (Figura 10) traz no quadrante da Casa 1 os termos: “*História*”, “*Questão*”, “*Racial*”, “*Importante*”, “*Mês da Consciência Negra*” e,

finalmente, “*Estado*”, logo, apontam que a representação social e midiática da pessoa negra está ancorado na condição de escravizado, juntamente com algum nível de reconhecimento do racismo e desigualdade entre negros e brancos.

Figura 10: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2016.



Fonte: Elaboração do autor/IRAMUTEQ.

Já na Casa 2, onde são expressos os termos que estão mais próximos da representação social da pessoa negra, emergem as palavras “Álbum”, “Jones”, “Cantor”, “Soul”, “Câncer”, “Celebrar”, “Vir” e “Trabalhar”, exibindo que o discurso, das quais disfarça a representação e também circula durante todo o jornal, possui a percepção de que o negro tem apenas habilidades para trabalhar em atividades culturais e artísticas, especialmente na condição de

cantor (a), dado que houve reportagens que noticiavam a morte da cantora Sharon Jones que faleceu aos 60 anos em decorrência de um câncer em 2016.

Assim sendo, o jornal encobre a representação social do negro a partir de uma apreensão que oferece uma aptidão para trabalhar em áreas culturais que, até certo ponto, ajuda positivar a sua imagem e construir uma narrativa diferente de seu passado como escravizado. Entretanto, esse comportamento também evidencia que o racismo está presente na Casa 2, pois, em sua maioria, as habilidades culturais e artísticas, caracterizadas nesse quadrante, não necessitam de uma qualificação formal elevada. Além disso, ainda impõe um padrão de artista e negritude, apontando para a presença de uma tentativa de branquear e embranquecer.

A ideologia de branqueamento se manifesta também na Figura 10, por meio da expressão “*Negro*” surgir apenas no Sistema Periférico 2 (Casa 3), lugar das palavras menos evocadas e intermediárias. Imediatamente, por consequência, é possível dizer que a pessoa negra quase não está presente na sua própria representação que pode ser considerado uma modalidade de branquear e embranquecer estes brasileiros. Vale ressaltar que o branqueamento é caracterizado como uma compreensão composta de um “pacto com regras – norma, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000) que a pessoa negra é impelida a aderir.

Em relação ao racismo, a variável está presente nos Quadrantes de Quatro Casas (Figuras 10), basicamente na expressão “*Racial*” no Núcleo Central (NC – Casa 1), testemunhando que existe o entendimento de raça para definir um ser humano, especialmente para definir a pessoa negra. Ou seja, esta é a manifestação de uma aversão contra a pessoa negra, discriminação, preconceito e, também, racismo. Um dos motivos desse racismo não estar visível nas narrativas pode ser o fato de “*Brasileiro*” surgir na edição de 2016 do jornal, entre a Casa 1, Núcleo Central (NC), e Casa 3, palavras intermediárias, comprovando que existe uma ideologia nacionalista que contribui para camuflar toda a aversão.

Depois, não é viável desenvolver uma discussão em relação ao nível e/ou grau de ensino da pessoa negra, pois no Quadrante de Quatro Casas de 2016 não disponibiliza nenhum termo que possibilite aferir o tipo ensino conferido ao negro. A variável cidadania não surge em nenhum momento do Quadrante de Quatro Casas da Figura 10, assim como não é identificado expressões como direitos, deveres e desigualdade que poderiam demonstrar algum nível de preocupação relacionada à variável. Portanto, o jornal não conferiu o *status cidadão* fazendo parte da representação social da pessoa negra.

Com tudo isso, a partir de todos os dados expressos no Quadrante de Quatro Casas da edição de 2016, a representação social e midiática e social da pessoa negra está ancorada, em resumo, no passado como escravizado, sem *status* de cidadania e nível escolar reconhecido.

No Quadrante de Quadro Casas (Figura 10) também se consegue identificar as Teorias do Preconceito, no caso da modalidade Simbólica do Racismo é visível no gráfico quando se vê a negação de direitos básicos negados, assim, como o *status* cidadão e o grau de ensino, isto porque, é nestas situações que fica perceptível certo grau de sentimento de que os negros estão violando valores preciosos e fazendo demandas ilegítimas para mudança do *status quo*, como a igualdade entre negros e brancos, característica básica desta teoria definida por McConahay e Hough (1976).

Em seguida, o Racismo Moderno é definido na situação em existe a compreensão de que “os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos” (LIMA e VALA, 2004), como privilégios. Assim sendo, esta modalidade é encontrada quando a Casa 2 limita o negro as habilidades artísticas e culturais. Afinal, é indicado que a cultura é entendida como privilégio do branco, ao passo que impõe barreiras ao negro brasileiro.

Já o racismo categorizado como Ambivalente se manifesta, sem grande rigor, quando há exaltação, em alguns momentos, de valores igualitários (atitude pró-negra) e também há, no mesmo discurso, a glorificação de valores individualistas (atitude anti-negra) da identidade da população branca (KATZ & HASS, 1988). Neste sentido, a atitude pró-negra seria a inferência, exposto no Quadrante de Quatro Casas (Figura 10), que confere certo reconhecimento da desigualdade compondo a representação, restando, por fim, a atitude anti-negra a presença da condição de escravizado no Núcleo Central.

Depois o Racismo Aversivo é visto quando permanece, em resumo, certo grau de “desconforto, nervosismo, ansiedade e, inclusive, medo do indivíduo” (LIMA e VALA, 2004) que possui as características fenotípicas da identidade do negro, “provocando – dessa forma, que os racistas, desta modalidade de discriminação – evitem o contato próximo com a identidade racial da pessoa negra” (DOVIDIO e GAERTNER, 1986). Então, seguindo a lógica interpretativa, o baixo volume de texto publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* é um exemplo desse comportamento.

Portanto, é notório na Figura 10 que há uma tentativa de promover à pessoa negra a “assimilação de valores culturais da metrópole” (FANON, 2008). Esses valores, comportamentos e normas são concebidos a partir da compreensão do branco que para o seu sucesso opta por apropriar de um determinado discurso antirracista ou conceder até demandas,

com o único objetivo de assimilar e aculturar a população negra aos valores (do branco) da metrópole. Esta atitude promove “alterações – em alguns momentos – na cultura do negro e do branco” (MARCONI e PRESOTTO, 2010), mas contribui para manter o sistema de privilégio da pessoa branca intactos, sendo capaz até de reconhecer a discriminação sofrida pela população negra, mas não se considerar racista (TURRA e VENTURI, 1995), na medida em que o processo de aculturação, branqueamento e embranquecimento têm como finalidade tornar a pessoa negra mais branca (NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 2002) e, com isso, longe de suas verdadeiras origens, ancestralidade e vivências culturais africanas, por possuir predileção sobre o modelo cultural e estética da pessoa branca.

Neste sentido, o Racismo Cordial está contido em todas as intenções (positivas e negativas), sendo uma espécie de modulador, no relacionamento, entre negros e brancos no Brasil, já que a modalidade é definida como “branda, sem ódio, segregação ou violência explícita” (PACHECO, 2011) que procura maneiras para expor o seu repúdio, sem ofender quem já é discriminado (RODRIGUES, 1995). Especialmente, na edição de 2016, é indicado que a estratégia utilizada para esconder o racismo se dá através do branqueamento moral e/ou social que se configura no momento de “aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente “positivos” do branco” (DOMINGUES, 2002, p.574), visto que a cultura, espaço concedido ao negro, pode reproduzir compreensões hegemônicas da identidade da pessoa branca, caso a perspectiva de Fanon (2008) sobre a metrópole ser concebida pelos preceitos do colonizador, for levado em consideração.

Já o Racismo Sutil (PETTIGREW e MEERTENS, 1995) caracterizado pela “defesa de valores, justificação pelas diferenças culturais” não foi identificado na Árvore Máxima de Similitude (Figura 9) e Quadrante de Quatro Casas (Figura 10) do ano de 2016.

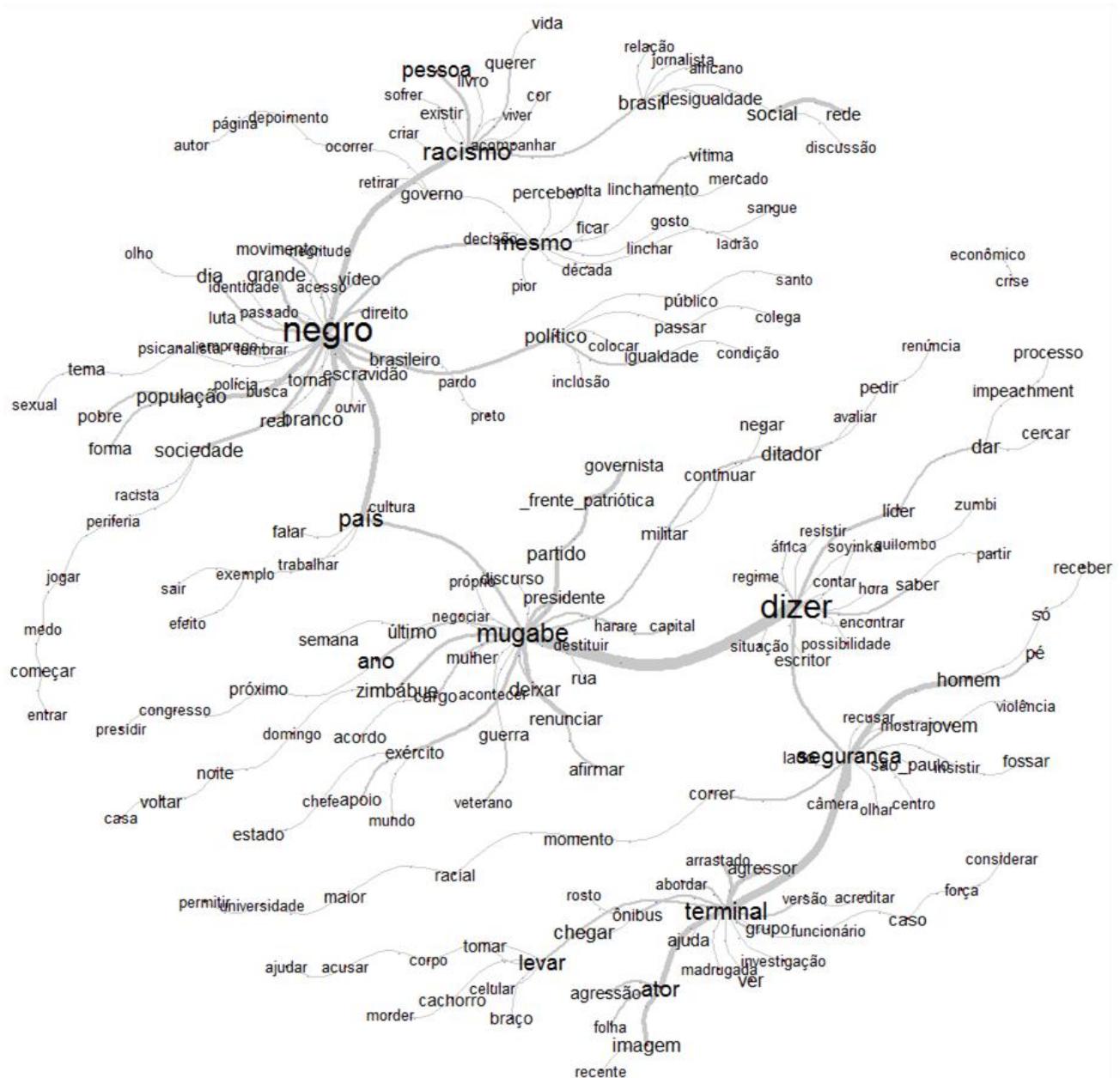
4.7. Análises da Árvore Máxima de Similitude e Quadrante de Quatro Casas de 2017

O ano de 2017 é a edição que maior retratou a pessoa negra se for considerado o número de matérias jornalísticas publicadas. No total, a *Folha de S. Paulo* levou ao público leitor onze (11) narrativas, entre os dias 20 e 21 de novembro, que foram divididas pelo software IRAMUTEQ em 222 segmentos de texto (ST), surgindo 7.892 ocorrências de palavras. Das quais, 2.400 termos são diferentes e 1.543 são expressões que emergem uma única vez no *corpus* textual.

Dessa maneira, as variáveis que foram destacadas no Quadro de Similitude (Figura 11) são: “*Racismo*”, “*Negro*”, “*Mesmo*”, “*País*”, “*Mugabe*”, “*Dizer*”, “*Segurança*”, “*Terminal*” e

“Ator” que, seguindo a lógica interpretativa, apresenta o entendimento de que o negro brasileiro é evocado em situações de violência na cidade, colaborando, de certa maneira, para fortalecer uma imagem negativa que indica estar vinculada ao passado colonial. Além disso, a pessoa negra também possui uma imagem que envolve os ambientes culturais, desenvolvendo uma ideia e/ou noção positiva expressa por “Ator”.

Figura 11: Quadro de Similitude do ano de 2017.



Fonte: Elaboração do Autor/IRAMUTEQ.

Também chama a atenção os circuitos e termos que reforçam uma compreensão negativa da pessoa negra que se dá, por exemplo, através de “*Negro*” para definir um ser humano, uma pessoa, no caso o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, confirmando que há uma “noção de raça para definir um ser humano” (SHUCMAN, 2012). Ou seja, em síntese, este é o racismo presente nas narrativas do jornal que também transmite a mensagem de que o passado na condição de escravizado continua presente nas narrativas da *Folha*. Este passado está no Quadro de Similitude (Figura 11) como demonstrado já nas variáveis “*Escravidão*”, “*Racismo*” (acordo em destaque), “*Passado*” (ligação frágil, mas próximo de “*Negro*”), “*Pobre*” e “*População*” (ocorrência que pode ser considerado forte e próximo de “*Negro*”).

Além do passado fazendo parte da representação da pessoa negra na atualidade, a ideologia do branqueamento, conhecido pelo meio acadêmico como “pacto com regras – normas, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000), que a pessoa negra é impelida a aderir, também está expressa no Quadro de Similitude da Figura 11 nos circuitos com ocorrência acentuada de “*Negro*” e “*Branco*”. Esse fenômeno é agravado, visto que é identificada uma fraca coocorrência dos termos “*Pardo*” e “*Preto*”.

Ou seja, estas periferias revelam que o fenótipo, vivências e valores da pessoa branca fazem parte de assuntos que falam sobre o negro brasileiro. Além disso, são visualizados que certos tons de pele, como “*Preto*” e “*Pardo*”, não fazem parte da pessoa negra, agravando o nível de embranquecimento da população negra, pois a partir dessa inferência percebe-se que há de modo sutil a modalidade do branqueamento estético (Figura 11).

De acordo com Domingues (2002), o branqueamento estético se expressa quando o modelo branco de beleza é considerado padrão e pauta o comportamento e a atitude de muitos negros assimilados. Neste caso, é indicada a presença da forma ideológica desta modalidade que é recorrente no corpo da mulher e do homem negro que, inclusive, desconsidera a nacionalidade brasileira para as pessoas que carregam em suas peles essas cores por contra da ocorrência frágil entre “*Brasileiro*”, “*Pardo*” e “*Preto*”.

A tentativa de branquear e embranquecer já foram identificados pela comunidade científica como um processo de aculturação. Esta compreensão se dá por parte de Pereira (1983) que considera a aculturação como duplo processo de afastamento entre a cultura e o grupo racial, graças aculturação, branqueamento e embranquecimento possuírem como finalidade tornar a pessoa negra mais branca (NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 2002) e, com efeito, longe de suas verdadeiras origens, ancestralidade e vivências culturais africanas, por possuir predileção sobre o modelo cultural e estética da pessoa branca. Portanto, o processo de aculturação é caracterizado pela fusão de duas culturas (MARCONI e

PRESOTTO, 2010), o que não ocorre na realidade, visto que os grupos socialmente descriminados sofrem com o processo de afastamento da cultura e de seu grupo de origem, justamente por ser um subalterno (SPIVAK, 2010) e incapaz de produzir “mudanças” significativas na cultura hegemônica do branco colonizador.

Além disso, a exclusão da pessoa parda e preta da identidade nacional também expõe que a cidadania é um *status* que não compõe a imagem da pessoa negra brasileira. Essa inferência é confirmada, ao passo que a variável “*Cidadania*” sequer surge nas coocorrências da Figura 11. Embora não seja evidente a variável, o quadro mostra que no ano de 2017 houve o reconhecimento dos direitos políticos, visto que a ligação entre “*Negro*” e “*Político*” são fortes, porém, a equidade não é uma demanda que pertence ao negro, pois a partir da palavra “*Político*” a expressão “*Igualdade*” perde força. Estas conclusões são confirmadas pela periferia “*Racismo*”, “*Desigualdade*” e “*Social*” que estão longe de “*Negro*” e também são ocorrências fracas.

Outra periferia que se destaca é o circuito: “*Cultura*” e “*Trabalhar*”, próximo da palavra “*País*” que possui ligação forte com “*Negro*”. Desse modo, a periferia mostra que o negro representado é uma pessoa preguiçosa e não possui um ofício, dado que “*Trabalhar*” apresenta ocorrência frágil entre “*País*” e é longe de “*Negro*”. Já “*Cultura*” por surgir sobre acordo forte indica que atividades artísticas e de entretenimento fazem parte da representação social da pessoa negra.

Em relação ao grau e/ou nível escolar da pessoa negra, o Quadro de Similitude mostra que o ensino superior não faz parte da pessoa negra, ao passo que “*Universidade*” e “*Livro*” estarem situadas longe da palavra “*Negro*”, demonstrando que resta ao negro o nível básico e secundário de ensino.

Com efeito, a partir desse circuito é razoável mensurar que a representação do negro nas áreas culturais e de entretenimento é fruto da reivindicação histórica dos Movimentos Sociais da População Negra que luta pelas demandas da população negra em diversos setores da sociedade.

Por outro lado, relacionar o negro brasileiro em assuntos que tratam sobre cultura, de acordo com Fanon (2008), é uma estratégia de aculturação e assimilação da população negra, uma vez que a sociedade elegeu e é “concebida através da cultura do branco colonizador” (FANON, 2008). Caso este cenário seja confirmado, é possível dizer que a população negra brasileira está na contemporaneidade sobre a intensa tentativa de branqueamento e embraquecimento de sua pele, de seus hábitos, costumes e de sua cultura, sobretudo, porque o branqueamento significa desempenhar um “pacto com regras – norma, padrão – e

comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000) que a pessoa negra é impelida a aderir para ser socialmente aceita.

Nesse caso, o racismo e a aversão à pessoa negra tornam-se naturalizadas, sutil e até cordial. Afinal, mesmo que consiga ter todas as suas demandas atendidas, o negro ainda terá o desafio de questionar o “pacto” de regras e normas do indivíduo branco. Assim sendo, o branqueamento da população negra caracteriza-se como a fórmula perfeita para camuflar, esconder, ocultar, encobrir, negar e disfarçar qualquer tipo de preconceito ou racismo, pois enquanto a sociedade não questionar seus valores, o Racismo Cordial, encontrado por Turra e Venturi (1995), será o modulador do relacionamento cotidiano entre os brasileiros que procuram, a todo custo, uma maneira para não ofender ainda mais aquele que já é discriminado (RODRIGUES, 1995). E para o sucesso desta modalidade cordial de discriminação, é utilizado dos pressupostos do categorizado como branqueamento moral e/ou social, que procura fazer com que se tenha a “aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente “positivos” do branco” (DOMINGUES, 2002) através do nível cultural concedido a pessoa negra, como é manifestado no circuito.

Já por conta da quantidade elevada de reportagens publicadas no ano de 2017, o Grafo de Similitude (Figura 11) oferece um panorama completo a respeito da representação social e midiática da população negra, pois surge a periferia “*Racismo*” ligado, com acordo forte, entre “*Pessoa*”, já “*Sofrer*”, “*Existir*”, “*Querer*”, “*Cor*”, “*Vida*” e “*Livro*” que também são unidas a palavra “*Racismo*” numa ligação frágil, imediatamente “*Racismo*” também possui uma ligação forte com “*Brasil*” expressando, por exemplo, que a *Folha de S. Paulo* reconhece, de certa maneira, a discriminação e o preconceito racial vividos no cotidiano da população negra. No entanto, não considera que o racismo pode gerar sofrimento ou tenha algum impacto no cotidiano, visto que “*Sofrer*” e “*Vida*” está sobre coocorrência fraca.

A representação da pessoa/população negra, indica estar pautada no passado como escravizado da pessoa negra, reproduzida no circuito: “*Negro*” com forte acordo de “*Escravidão*” até chegar à palavra “*País*”, bem como a ligação forte entre “*Negro*” e “*População*” e coocorrência fina, mas ainda considerada destacada com “*Pobre*”. Assim sendo, o circuito revela que a *Folha de S. Paulo* relacionou o negro com o seu passado como escravizado e ainda considerou a pessoa negra na condição de pobre. Esta conjuntura revela uma noção de desprivilegio da pessoa negra e de privilégio do branco, e ainda a cor está definindo um “*status*”, uma classe social. Ou seja, o jornal possui uma postura totalmente racista na medida em que constrói representações que baseadas do passado do Brasil quando colônia de Portugal.

Além do passado escravizado, da condição de pobre e morador de periferia, o Quadro de Similitude (Figura 11) mostra que a pessoa negra é evocada com frequência, nas narrativas de 2017, em temáticas que retratam a violência e segurança, por conta das periferias de acordos acentuados como: “*Segurança*”, “*Terminal*”, “*Agressor*”, “*Câmera*”, “*Homem*”, “*Ator*”, “*Imagen*” e, finalmente, “*Ajuda*”.

Dessa maneira, a periferia também aponta que o gênero masculino, o homem, é a figura mais evocada no material textual, na medida em que aparece a expressão “*Homem*” em destaque e “*Jovem*” sobre acordo fraco, ambos conectados a palavra “*Segurança*”. E mais, o grafo indica que o jornal produziu um número maior de reportagens jornalísticas que tratavam do tema violência, esquecendo-se de assuntos como educação, isto porque, a palavra “*Universidade*” possui uma coocorrência fraca e distante do núcleo que, neste caso, é “*Segurança*”. Com efeito, com estes circuitos, a *Folha de S. Paulo* desenvolve uma imagem negativa da pessoa negra, visto que existe uma noção de raça, para definir assuntos de violência. Esta indução se dá a partir da palavra “*Racial*” e “*Segurança*”, mesmo que suas ligações estejam fracas, mas levando em consideração apenas a sua ocorrência no quadro, visto que impede a construção de uma narrativa que agrega valor à imagem do negro brasileiro. Até o *status* de “*Ator*”, que poderia contribuir para uma representação positiva, está em torno de compreensões e assuntos (“*Agressor*”, “*Ajuda*”, “*Terminal*” e “*Câmera*”) relacionados à violência.

A violência não é a única compreensão fazendo parte do Quadro de Similitude (Figura 11), o negro é memorado em temáticas que abordam a política como visto na coocorrência “*Mugabe*”, sendo o núcleo desta periferia, seguido de “*Presidente*”, “*Partido*”, “*Frente Patriótica*” e “*Governista*”, juntamente com “*Chefe*”, “*Estado*”, “*Congresso*” e “*Presidir*”. Ou seja, o circuito, de certo ponto, possibilita atribuir, por exemplo, o *status* de “*Presidente*” que possibilita a construção de uma narrativa diferente do passado como escravizado. Apesar desse avanço, o termo “*Ditador*” e as coocorrências fracas de “*Chefe*”, “*Estado*”, “*Congresso*” e “*Presidir*”, indica desmerecer certo destaque na condição de chefia e liderança.

Por último, são identificadas algumas das Teorias do Preconceito como: Racismo Cordial, Ambivalente, Aversivo, Moderno e Simbólico. O Racismo Cordial (TURRA e VENTURI, 1995) procura formas de camuflar, esconder, ocultar, encobrir, negar e disfarçar a sua discriminação. Neste sentido, pode ser identificado a partir da presença da ideologia de branqueamento e o processo de aculturação e assimilação, pois estes fenômenos possuem como finalidade “tornar o negro mais branco” (PEREIRA, 1989) através de uma sociedade

que é “concebida, essencialmente, através dos valores do branco colonizador” (FANON, 2008), tornando qualquer discurso, mesmo que tenha intenção de inclusão, uma forma branda e cordial de discriminação e aversão. Ou seja, o branqueamento, a modalidade social e/ou moral e estética são estratégias utilizadas pelas pessoas para não deixar explícito seu preconceito, discriminação, racismo e aversão.

Do mesmo modo, o Racismo Moderno que possui a compreensão de que os negros são transgressores de privilégios “e valores importantes ao branco” (LIMA e VALA, 2004) está manifesto, por exemplo, na inferência de não conceder certo grau e nível de escolaridade, principalmente se o ambiente escolar for interpretado como um privilégio do branco. Outro exemplo de Racismo Moderno se dá na noção de que o negro é pobre e reside em periferias, afastado do centro da cidade, neste caso a noção de privilégio fica evidente.

O Racismo Simbólico advém do fato da variável cidadania não se expressar no Quadro de Similitude (Figura 11). Este cenário sugere que há um grau de sentimento de que os negros estão violando valores e fazendo demandas ilegítimas (MCCONAHEY e HOUGH, 1976), buscando a igualdade entre negros e brancos.

A modalidade Ambivalente de discriminação e preconceito racial é visto através de “uma atitude positiva e outra negativa” (KARTZ e HASS, 1988; GAERTNER e DOVIDIO 1986), em específico, é observável a exaltação de valores igualitários (atitude pró-negra) e também há, no mesmo discurso, a glorificação de valores individualistas (atitude anti-negra) da identidade da população branca (KATZ & HASS, 1988). No caso, a atitude pró-negra é a evocação do assunto de política com a população negra e, por consequência, a anti-negra se dá através do conflito em que não é possível saber se há mesmo uma liderança fazendo parte da população negra.

Em seguida, o Racismo Aversivo surge de forma sutil no gráfico que é encontrado “uma atitude positiva e outra negativa” (KARTZ e HASS, 1988; GAERTNER e DOVIDIO 1986). A atitude positiva seria, dessa maneira, a valorização da pluralidade da cultura da população negra, através da evocação do negro em posições de liderança política. Neste sentido, a atitude negativa seria a compreensão de que o negro não possui o reconhecimento de grau e nível de ensino. Outro exemplo de Racismo Aversivo se dá no número de reportagens que narram à crise política no país Zimbábue, na África. Estas matérias geraram a sensação de que o jornal estava trazendo o Dia da Consciência Negra como tema central, mas na realidade terminavam por retratar o negro de forma pejorativa, uma vez que trouxe a temática de violência em evidência na representação. Então, com esse comportamento, a *Folha de S.*

Paulo objetiva evitar “o contato próximo com a identidade racial da pessoa negra” (DOVIDIO e GAERTNER, 1986) brasileira.

Agora, a respeito da análise do Quadrante de Quatro Casas do ano de 2017 (Figura 12) as palavras de maior representatividade na Casa 1, são: “População”, “Brasil”, “Negro”, “Zumbi”, “Pobre”, “Direito”, “Escravidão”, “História” e “Passado”. Portanto, a representação social e midiática da pessoa negra está ancorada em seu passado como escravizado sobre um leve reconhecimento de algum nível de direito. Por consequência, é identificado um avanço, por conta de uma noção de direito estar compondo a representação social do negro, talvez, resultado da resistência histórica dos Movimentos Sociais da População Negra.

Em contrapartida, a Casa 2 surge os termos: “Igualdade”, “Emprego”, “Acesso”, “Inclusão”, “Universidade”, “Político”, “Governo” e “Receber”. Dessa forma, o discurso que circula no jornal, próximo a representação social do negro, tem a apreensão reconhecendo a desigualdade entre negros e brancos, principalmente em espaços como a universidade e mercado de trabalho. Além disso, reconhece os direitos políticos referentes à atuação do cidadão na vida pública.

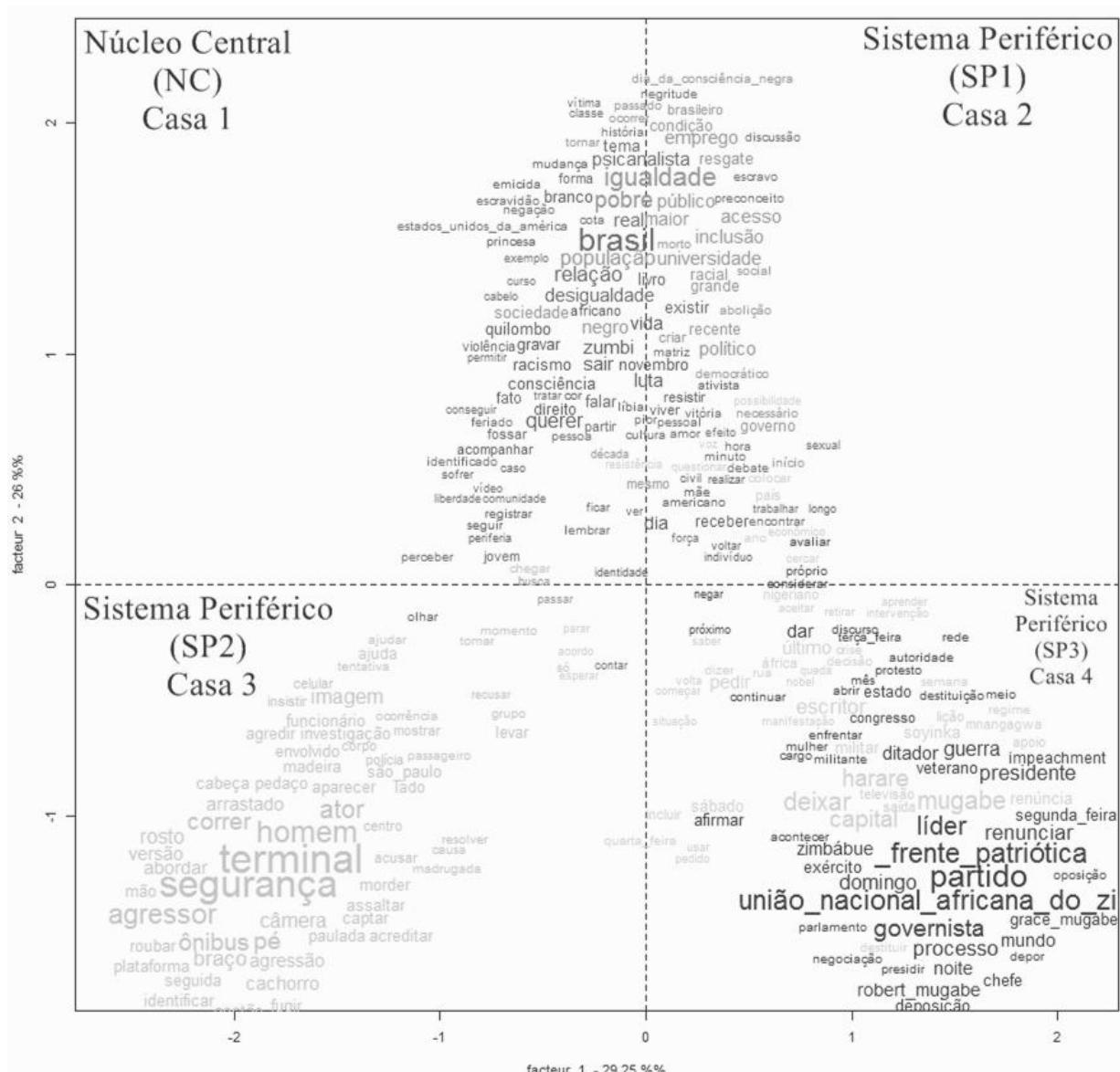
Em seguida, chama atenção à ocorrência a palavra “Branco” e “Negro” compondo o Núcleo Central (NC) da representação (Casa 1). Estes termos, por emergir no NC, são as palavras de maior constância na representação, logo, seguindo a lógica interpretativa, este quadro exibe que o estereótipo da pessoa branca está compondo a representação social e midiática da pessoa negra durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra.

A presença da pessoa branca também é identificado constantemente no Quadrante de Quatro Casas (Figura 12), começando pela palavra “Estados Unidos da América”, na Casa 1, e terminando com os termos “Americano”, na Casa 2, e “Negritude”, entre Casa 1 e Casa 2, comprovando, de vez, que o branqueamento definido como “pacto com regras – normas, padrão – e comportamentos, socialmente aceito e, associado aos brancos” (PIZA, 2000), que a pessoa negra é impelida a aderir, está compondo a imagem e representação da pessoa negra no jornal *Folha de S. Paulo*. Essa tentativa de branquear e embranquecer realiza a evocação de uma vivência, comportamento, padrão e normas que possui uma vivência diferente da população negra brasileira. Cenário que desfigura a negritude brasileira, pois até a negritude americana não consegue, de certo ponto, contemplar a multiplicidade da população negra nacional, mesmo que ambos tenham a origem africana.

No Quadrante de Quatro Casas (Figura 12) a escolaridade de ensino superior compõe a representação da negritude, ao passo que os termos “Cota” e “Curso” estão no Núcleo

Central (NC) da representação, Casa 1, caracterizando-se como as palavras mais evocadas. Desse modo, é construída uma representação social e midiática diferente do passado como escravizado, colaborando para criar novas compreensões dos negros, inclusive, esta dedução é comprovada através da Casa 2, Sistema Periférico 1, que aparece o termo “*Universidade*”, lugar onde surge as palavras mais citadas depois do Núcleo Central (NC), talvez, esta conquista seja fruto da cobrança histórica dos Movimentos Sociais da População Negra.

Figura 12: Quadrante de Quatro Casas do ano de 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor/JRAMUTEQ.

Além do nível e grau de ensino fazer parte da pessoa negra nas narrativas da *Folha de S. Paulo*, de acordo com as palavras “*Cultura*” e “*Livro*” entre os quadrantes da Casa 1 e 2, o grau intelectual e cultural também é um componente da representação da pessoa negra. Apenas a condição e/ ou *status* de ator e escritor indicam não estar fazendo parte do perfil da negritude por conta da palavra “*Ator*” estar no Sistema Periférico 2 (SP2), Casa 3 e “*Escritor*” na Casa 4, encontrar-se no quadrante chamado de Sistema Periférico 3 (SP3).

Entretanto, mesmo com avanços, o passado colonial da pessoa negra na condição de escravizado continua arranjando a representação social e midiática da pessoa negra, sobretudo, por conta das palavras “*Passado*”, “*Escravidão*”, “*Abolição*”, “*Princesa*”, “*Africano*”, “*Quilombo*” “*História*” e “*Pobreza*” na Casa 1 – Núcleo Central da representação –, juntamente com “*Escravo*” na Casa 2, confirmado a hipótese de que a condição de escravizado faz parte das narrativas da *Folha de S. Paulo* quando a pessoa negra é retratada no ano de 2017. Uma compreensão resistente, visto que faz mais de 130 que ocorreu a abolição do regime escravo no Brasil.

O Quadrante de Quatro Casas (Figura 12) também fornece um perfil mais detalhado da pessoa negra retratada nas narrativas da *Folha de S. Paulo* durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra através de “*Jovem*”, “*Negro*”, “*Pobre*”, “*Periferia*”, “*Comunidade*”, “*Pobreza*”, “*Africano*”, “*Quilombo*” e “*Pessoa*” na Casa 1. Desse modo, por conta desses termos estarem compondo o núcleo central da representação, o jornal tem a imagem do negro como detentor de uma origem africana, desprovido de bens materiais, vivendo longe, ou pior dizendo, afastado da região metropolitana e dos grandes centros, marginalizado em favelas, periferias e comunidades. Além dessas características, a Casa 2 os termos “*Mãe*”, “*Ativista*” e “*Indivíduo*” está próximo do Núcleo Central (NC), expressando que a condição de mãe, bem como a qualidade de ser envolvido com movimentos sociais, por exemplo, fazem parte da representação social da pessoa negra brasileira, já que as expressões menos evocadas (Casa 4), emergem os termos “*Homem*”, “*Militância*” e “*Mulher*” significando que a essência do gênero feminino e masculino são excluídos da compreensão de ser negro da *Folha de S. Paulo*, assim como é intolerável certo grau/nível de ativismo por parte da população negra.

Já no momento em que se busca identificar o nível e o grau de cidadania atribuída ao negro em sua representação, a variável cidadania não surge no Quadrante de Quatro Casas (Figura 12), mas surgem termos que conseguem exprimir que são reconhecidos os direitos políticos e civis, bem como a luta, resistência e ativismo da população negra. Esta conclusão está presente através de “*Igualdade*”, “*Resistência*” e “*Luta*” entre a Casa 1 e Casa 2, depois

vem “*Direito*” na Casa 1 e, finalmente, “*Político*”, “*Democrático*”, “*Inclusão*” “*Ativista*”, “*Resistir*” e “*Civil*” na Casa 2.

Outro dado que chama atenção na Figura 12 são os termos “*Violência*” e “*Vítima*” compondo o Núcleo Central da representação (Casa 1), acompanhado de “*Agressor*”, “*Segurança*”, “*Arrastão*”, “*Polícia*” e “*Agredir*” na Casa 3, salientando que certo grau de agressividade faz parte da representação social e midiática da pessoa negra. Com efeito, este entendimento favorece para reforçar o racismo, ao passo que impede estas pessoas de desenvolver narrativas positivas. É possível dizer que houve um número exagerado de material textual que retrataram o negro em assuntos sobre violência, retirando à possibilidade de construir uma narrativa otimista através, por exemplo, da condição de “*Presidente*”, “*Líder*” e “*Chefe*” na Casa 4, Sistema Periférico 3 (SP3), lugar que se expressa as palavras que foram poucos frequentes e menos evocadas. Ou seja, há avanços e retrocessos na forma em que a pessoa negra é retratada nas reportagens do periódico.

A partir de todas as descrições do Quadrante de Quatro Casas de 2017 (Figura 12) são encontrados as modalidades do Racismo Cordial, Simbólico, Aversivo e Ambivalente compondo a representação social e midiática da pessoa negra que é discriminada. Neste sentido, o Racismo Simbólico está arquitetado no momento em que no quadrante surge a compreensão de que são concedidos ao negro os direitos políticos. Afinal, é indicado que apenas o direito de votar faz parte da representação da negritude, levando a crer que os outros direitos “os negros estão violando valores preciosos e fazendo demandas ilegítimas para mudança do *status quo*” (MCCONAHAY e HOUGH, 1976) por buscar igualdade entre os brancos.

Por sua vez, o racismo categorizado como Ambivalente se desponta quando há glorificação de valores igualitários (atitude pró-negra) e exaltação de valores individualistas (atitude anti-negra), de modo que na Figura 12 se descobre nos quadros em que anunciam a cidadania fazendo parte da representação social e midiática, garantido direito político (atitude pró-negra), mas desconsiderando certo grau de ativismo e militância, por exemplo – (atitude anti-negra).

A modalidade identificada como Racismo Moderno ocorre quando “os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos” (LIMA e VALA, 2004). Em resumo, transgredindo privilégios. Neste sentido, um exemplo de Racismo Moderno é a compreensão de que é garantido nível cultural e intelectual ao negro, mas é desconsiderado o *status* de ator e escritor.

Em seguida, o Racismo Aversivo é observado quando permanece certo grau de “desconforto, nervosismo, ansiedade e, inclusive, medo do indivíduo” (LIMA e VALA, 2004) que tem os atributos fenotípicos da identidade da pessoa negra, “provocando – dessa forma, que os racistas, desta modalidade de discriminação – evitem o contato próximo com a identidade racial da pessoa negra” (DOVIDIO e GAERTNER, 1986). Assim sendo, seguindo a lógica interpretativa, está presente na associação da pessoa negra com a temática da violência em resultado das matérias publicadas sobre a crise política na África, marcada de protestos, acendendo a impressão de que o periódico estava trazendo a negritude como tema central, mas na realidade terminavam por retratar a comunidade negra de forma pejorativa. Em resumo, uma forma de evitar falar sobre a realidade do negro no país.

Então, o Racismo Cordial está dominando todas as intenções (positivas e negativas), cumprindo o papel de modulador, no relacionamento, entre negros e brancos, principalmente, nas narrativas do jornal *Folha de S. Paulo*, isso porque, esta modalidade de discriminação é conhecida como uma forma afável, “sem ódio, segregação ou violência explícita” (PACHECO, 2011), buscando maneiras para demonstrar o seu ódio sem insultar ainda mais aquele que é discriminado (RODRIGUES, 1995).

Esta maleabilidade do Racismo Cordial se dá através do branqueamento e do processo de aculturação que possuem o objetivo de “tornar as pessoas negras mais brancas” (PEREIRA, 1983), visto que a sociedade é “concebida através dos valores do colonizador” (FANON, 2008), dessa maneira, os grupos socialmente discriminados, como a população negra, não possuem forças suficientes para tornar as trocas culturais similares, comprovando que as “alterações, em alguns momentos, na cultura do negro e do branco” (MARCONI e PRESOTTO, 2010) promovidas pelo processo de aculturação são utópicas e que este recurso se configura como um dispositivo para afastar a negritude de sua ancestralidade.

Por fim, é indicado que a estratégia utilizada para esconder o racismo se dá através do branqueamento moral e/ou social que se configura na “aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente “positivos” do branco” (DOMINGUES, 2002, p.574). Afinal, a sociedade é concebida através do olhar hegemônico do colonizador e, logo, todas as instituições representativas, geram preceitos racistas, mesmo que não tenham a intenção, demonstrando que o discurso pode ser projetado sobre diversos preceitos e compreensões.

Já o Racismo Sutil (PETTIGREW e MEERTENS, 1995) caracterizado pela “defesa de valores e justificação pelas diferenças culturais” não foi identificado na Árvore Máxima de Similitude (Figura 11) e Quadrante de Quatro Casas (Figura 12) do ano de 2017.

4.7.1. A cidadania da pessoa negra

A cidadania da pessoa negra, em alguns momentos, sequer foi discutida nas narrativas, fazendo com que esse *status* fosse relegado da compreensão de ser negro, de sua representação e imagem, porém, o Racismo Cordial, juntamente com a ideologia de branqueamento e embranquecimento, indicam serem os principais constituidores da representação social e midiática da pessoa negra no Brasil, na mídia impressa, especialmente no jornal *Folha de S. Paulo*, na medida em que são frequentes, sugerindo entender que estes fenômenos podem ser importantes para esclarecer a cidadania que está sendo retratada quando o negro faz parte da narrativa.

Por esse ângulo, os resultados da pesquisa de Adorno (1996), em *Racismo, Criminalidade Violenta e Justiça Penal: Réus Brancos e Negros em Perspectiva Comparativa*, juntamente com Lima e Vala (2004), demonstram, em resumo, que há no Brasil a compreensão de que o fracasso social e econômico é conferido à cor negra e de sucesso a identidade racial da pessoa branca. Desse modo, de início, é possível aferir, por exemplo, que o *status* de cidadania atribuída à pessoa negra é diferente para quem possui traços raciais da cor branca, confirmando, também, que as estratégias branqueamento e embranquecimento são elementos capazes de estabelecer até a cidadania de um ser humano.

Isto fica evidente quando Adorno (1995) procurou explorar as relações entre justiça, igualdade jurídica e juízo, mediante exame de sentenças condenatórias ou absolutórias decretadas em processos penais, chegando ao resultado de que “os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, revelam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir o direito de ampla defesa, assegurado pelas normas constitucionais” (ADORNO, 1995, p. 63). Tudo isso, sendo operacionalizado de forma cordial para não ofender ainda mais aquele que se discrimina (RODRIGUES, 1995), sem nenhuma manifestação de ódio, segregação ou violência (PACHECO, 2011), desvelando que são o branqueamento e embranquecimento da população negra que tornam a discriminação e o preconceito brasileiro, contra a pessoa negra, categorizado como um Racismo Cordial.

Sendo assim, os réus negros terminam por se encontrar em situação de desvantagem em face dos réus brancos, resume Adorno (1995), na qual, a justiça penal é mais severa para com os criminosos negros do que para com criminosos brancos (ADORNO, 1996), problemática que indica se generalizar em todos os espaços e práticas sociais (PACHECO, 2011) se expressando de forma cordial, branda e assimilacionista, mesmo minando toda a

dignidade humana e explorando a pessoa negra, mas conseguindo camuflar, esconder, disfarçar e mascarar sua aversão, contribuindo, desse modo, para que o branco conserve seu *status* – de vantagem – sem qualquer tipo de iminência, demonstrando que o Racismo Cordial, no Brasil, é institucionalizado, dando ênfase à desigualdade de direitos atribuídos a pessoa negra.

Em vista deste cenário, Adorno (1995) explica que o princípio da equidade de todos perante as leis, independente das diferenças e desigualdades sociais, termina por ser comprometido com o funcionamento enviesado do sistema brasileiro, comprometendo o desempenho e a consolidação da democracia (ADORNO, 1996), revelando que o negro brasileiro está desamparado até pelo Estado que ainda privilegia e beneficia a população que possui a identidade racial do branco, pois é comprovado que o Racismo Cordial, o branqueamento e embranquecimento são componentes definem o *status* de cidadania da pessoa negra.

No entanto, não é possível mensurar qualquer grau deste *status* sem tentar responder algumas inquietações que se colocam como: Como é definido o *status* de cidadania do negro no Brasil? Qual é o tipo de cidadania que é atribuída à pessoa negra brasileira? As respostas, para essas questões e outras tantas que o tema requer parecem estar descritas também na própria formação histórica do país, envolta de conflitos e particularidades distantes da realidade de outros lugares do mundo.

Sobre essa perspectiva, José Murilo de Carvalho, em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, publicado no ano de 2003, destrincha a trajetória de desenvolvimento da cidadania brasileira, desde o período colonial até os dias atuais. De início, o autor alerta que a discussão de cidadania é complexa, com origem ainda na Revolução Francesa, no século XVIII, e que está relacionado ao sentimento de pertencimento há um Estado-nação, podendo sofrer alterações em cada país.

Com efeito, uma das principais observações descrita por Carvalho (2003), a respeito do modelo de cidadania no Brasil, é de que na época do período colonial não existia cidadãos, nem mesmo os donos de escravos sendo livres e ainda possuindo o direito de votar e serem votados. Isso se deve, na visão do autor, pela falta de noção e sentido de cidadania e igualdade que não existia até então. Afinal, não era de interesse da colônia ou dos senhores de escravos, mesmo após a independência do Brasil de Portugal em 1822, pois poderia ser uma arma cívica que poderia pôr um fim ao Império.

Tão logo, é possível entender que a extinção da escravidão, após a independência de Portugal, em 1888, foi o fator que contribuiu de forma negativa para a cidadania brasileira,

talvez, deixando marcas até nos dias atuais, visto que a primeira Constituição do Brasil, outorgada em 1824, que regeu a monarquia, não tinha noção do que fosse um governo representativo e muito menos do que era cidadania, explica Carvalho (2003), possivelmente, isso se deve por conta da independência brasileira não ter sido conquistada por uma revolução como ocorreu na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, por exemplo. Portanto, a cidadania brasileira possui um caráter elitista, principalmente, por não ter a pressão popular como plano de fundo para estimular uma cidadania que atenda aos anseios da sociedade.

Logo, na Constituição de 1824 eram considerados cidadãos os homens de 25 anos ou mais, que tivessem renda mínima de 100 mil-reis; mulheres e escravos não votavam e nem eram considerados cidadãos. Ou seja, os brasileiros tornados cidadãos eram as mesmas pessoas que tinham “privilégios” vividos os três séculos de colonização, identificou Carvalho (2003). Além disso, as eleições eram tumultuadas e violentas, pois o que estava em jogo era o direito político local, ao invés do exercício de ser cidadão.

Com este cenário, a Primeira República (1889-1930) ficou reconhecida como “república dos coronéis”, trazendo poucos avanços para a cidadania. Um exemplo é com relação aos direitos básicos como “o direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do coronel” (CARVALHO, 2003, p.57). O coronel era o fazendeiro, uma figura dona de grande riqueza, de terras e de grande influência em uma determinada região.

Assim sendo, o passado colonial e o regime escravo ainda estavam presentes nos costumes, hábitos, cultura e política brasileira. Nota-se também que “os direitos políticos saem à frente dos direitos sociais e civis”, elucida Carvalho (2003), comportamento que demonstra as peculiaridades definidoras da cidadania brasileira dos demais países, o que colabora para a complexidade do problema que até os dias atuais estão presentes, sobretudo, com relação às discussões referentes ao *status* da cidadania da população negra.

Além disso, o cenário de desenvolvimento da cidadania no Brasil, demonstrado por Carvalho (2003), evidencia que o conceito de cidadania, na sua definição mais básica refere-se ao reconhecimento de direitos e deveres dos indivíduos. No entanto, Tuzzo (2014) destaca que a cidadania significa existir socialmente. Sendo assim, a cidadania se desenvolve sobre constante influência da cultura de uma sociedade, de regimes políticos, de costumes, convívio, vivências e, até, princípios de um grupo.

Conjuntura que pode explicar a dificuldade do país em reconhecer direitos, deveres e o *status* de cidadania para o negro brasileiro que não foram consideradas seres humanos durante

o período em que foram escravizadas. Afinal, há indícios de que o passado ainda se faz presente no cotidiano da pessoa negra. Pelos últimos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os negros eram a maioria da população brasileira em 2014, representando 53,6% da população, enquanto 45,5% se declaram brancos. No entanto, é a população negra a mais afetada pela desigualdade e pela violência no Brasil. É o que alerta a ONU (Organização das Nações Unidas). Isto porque, o negro tem dificuldades, por exemplo, de progressão no mercado de trabalho, na igualdade salarial e por possuir maior vulnerabilidade ao assédio moral, de acordo com o Ministério do Trabalho.

Ou seja, o racismo brasileiro vem sendo sustentado pelos quase quatro séculos de escravidão e muitas das vezes minimizado pelas Teorias do Preconceito e branqueamento, que “colaboram para manter o lugar de privilégio simbólico da identidade racial do branco” (PIZA, 2000; 2005) que compõe parte da elite do país, comprometendo, dessa forma, até o reconhecimento de direitos e deveres, relacionados à cidadania da pessoa negra brasileira. Diante desta situação da pessoa negra, qual é o entendimento que se tem sobre ser cidadão?

Para Carvalho (2003) a cidadania é normalmente pensada como a união dos direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis seriam formados, dentre outros, pelo direito à vida, à liberdade e à igualdade perante a lei; já os direitos políticos seriam aqueles a respeito ao voto, ao direito de votar e ser votado e os direitos sociais seriam os relacionados ao acesso à saúde e educação, resume Pinsky (2003), isto é, o cidadão pleno seria aquele que gozasse destes três direitos. Depois, nota-se que a cidadania está vinculada ao Estado-nação, deixando de contemplar os Direitos Humanos. Em outras palavras, na tese, os direitos humanos são universais, enquanto a cidadania está limitada em um território, sobre uma fronteira, há uma nação.

Todavia, Soares (2004) destaca que os direitos civis estão vinculados aos direitos humanos, mesmo sendo garantidos independentemente de fronteiras e nações, visto que é impossível pensar em um modelo de cidadania sem respeitar as garantias socialmente consideradas universais, ao mesmo tempo em que é impossível honrar os direitos humanos sem atender os direitos civis.

Pinsky (2003) afirma que a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos, no século XVIII, fizeram com que o sistema existente, naquele momento, baseado na monarquia imperialista se transformasse em um sistema baseado ao respeito dos direitos do cidadão. Tudo isso, graças às mobilizações sociais, impulsionado devido ao novo sistema econômico que exigia questionar todos os aparelhos de dominação, pontua Mondaine (2003). Era a Revolução Industrial que advém no seguinte século, XIX e XX, proporcionando uma

nova classe social, o proletariado, e com ela movimentos sociais de minorias étnicas, sexuais e etárias, que lutavam para o reconhecimento de seu *status* de cidadania, buscando garantir seus direitos. “E, com isso, abre-se o leque de possibilidades para que as chamadas minorias possam ser abrangidas pelos direitos civis” (Odalia, 2003, p.168).

Por sua vez, aqui no Brasil, até o século XIX, o negro era escravo. Vale lembrar, que essa situação só mudou após várias pressões comerciais proporcionadas também pela Revolução Industrial, a Independência dos Estados Unidos e a Guerra do Paraguai. Os negros já libertos, livres do trabalho escravo, mas excluídos do espaço da cidade, nos chamados “guetos” e sem nenhuma presença do Estado, eram considerados uma ameaça, sobretudo, pelo seu grande contingente populacional, e para piorar a situação, o racismo científico se consolida na mesma época, propagando a compreensão de que a identidade racial do branco como sinônimo de progresso. Com efeito, desqualifica o Brasil ao colocar uma barreira no seu desenvolvimento e a solução foi criar o branqueamento que integraliza o país, colocando a miscigenação como solução de todos os problemas. Além de integrar o Brasil as teorias do racismo científico, o branqueamento também apagou o passado vergonhoso e integralizou a população brasileira, ao passo que também colaborou para manter um lugar de privilégio do branco e exclusão da pessoa negra.

No entanto, as Teorias do Preconceito, especialmente o Racismo Cordial, e a hipótese de branqueamento ainda não conseguem ocultar que a renda dos negros é 40% menor comparada com das pessoas brancas (IBGE). Na educação, a taxa de analfabetismo entre os negros (11,5) é mais de duas vezes maior que entre os brancos (5,2), afirma os dados do Ministério da Educação (MEC). Além disso, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), enquanto o desemprego atinge 5,3% dos homens brancos, entre negros, o índice chega a 6,6%. E mais, a cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil e 80% das mulheres negras (entre 10 a 49 anos) são afetadas por mortes maternas provocadas por hipertensão, hemorragia e infecção, alerta a ONU. Ou seja, seguindo a lógica interpretativa, não são garantidos à pessoa negra os direitos sociais e até civis, por exemplo, corroborando com a perspectiva de Carvalho (2003) de que é garantida a população apenas os direitos políticos, relegando os demais (sociais e civis) – até certo ponto.

Diante disso, Soares (2004) ressalta que existem dois tipos de cidadania: a ativa, caracterizada pela participação do cidadão na esfera pública, propondo e incentivando a criar novos direitos; e a passiva, que é outorgada pelo Estado, com direitos consentidos e reconhecidos. Um movimento social, principalmente, da população negra seria uma forma de cidadania ativa, visto que mesmo organizado em grupo, a pessoa negra está em busca da

garantia de seus direitos ou na procura pelo reconhecimento de outros. Em contrapartida, o cidadão passivo é omissivo, complacente e conivente com seus direitos já garantidos.

Entretanto, Sarmiento (2016) alerta que as sociedades latino-americanas possuem um desenvolvimento desigual, manifestando-se pelo fato de não serem oferecidas as garantias para execução dos direitos já reconhecidos. Este é o caso do Brasil, ao passo que não consegue assegurar as condições básicas, até de sobrevivência, para uma população que é considerada maioria como mostrados nos dados censitários do IBGE. Com efeito, é conferida a população negra a condição de subcidadão, quando são privados de alguns direitos enquanto cidadãos.

Neste caso, a subcidadania refere-se, de acordo com Jessé de Souza (2003), em *A construção social da subcidadania*, ao indivíduo que não possui o reconhecimento social e político, passando a compor ao grupo, *status* ou categoria de subcidadão. Ou seja, o grupo dos não pertences, anulados, reconhecidos da ralé, explica o autor. Sendo, em resumo, aquilo que está abaixo da cidadania, numa categoria inferior (TUZZO, 2014). Então, a pessoa negra pode estar inserida nesta categoria, principalmente, se for levado em consideração as condições oferecidas pelo Estado nos dias atuais, reveladas aqui através dos dados censitários. Trata-se, na verdade, de uma negação da cidadania. Uma cidadania denegada à pessoa negra. Exclusão que se manifesta pela discriminação racial, pela ausência de espaços de participação dentro do ambiente em que se vive e também pela falta ao conhecimento necessário para a cidadania, explica Durston (1999).

Dessa forma, não é suficiente reconhecer direitos na teoria, é ainda mais importante garanti-los na prática, defende Sarmiento (2016). Ainda é necessário assegurar os direitos a informação e educação. Afinal, para a superação da cidadania denegada “implica superar a abnegação gerada pelo mesmo desprezo da cultura dominante em relação a essa identidade e a assunção de uma auto-imagem positiva baseada em sua identidade, como base de uma cidadania eficaz no nível intercultural” (DURSTON, 1999, p. 2. Tradução livre.).

Enfim, para superar a condição de subcidadão e cidadania denegada, compreendida por Druston (1996), em resumo, como a exclusão dos grupos étnicos das possibilidades de exercerem sua cidadania. A pessoa negra precisa ter seus direitos e deveres garantidos, além de direitos como a educação e informação, dado que para superar o seu atual *status* requer grande esforço de criticidade, compromisso e responsabilidade, pois a cidadania denegada é manifestada, principalmente, pela discriminação racial, pela ausência de espaços de participação dentro da sociedade e até por falta de acesso ao conhecimento necessário para a cidadania (DRUSTON, 1996).

Sobre esta perspectiva e levando em consideração a sociedade atual, onde possui uma comunicação mediada pela tecnologia, Orozco (2014) afirma que é necessário pensar além de uma cidadania política, econômica, social e cultural. Ou seja, é preciso pensar distante da cidadania clássica defendida por Carvalho (2003). Neste sentido, Orozco (2014) argumenta que é preciso pensar numa cidadania que seja comunicativa e de numerosa interação entre audiências, usuários e telas. Esta perspectiva do autor se deve ao fato da marcante presença da tecnologia no cotidiano das pessoas nos dias atuais, sendo “mediadora da comunicação e por ser um espaço onde o receptor pode se converter em emissor”, explica Orozco (2014). Como resultado, o autor defende que a cidadania comunicativa deverá questionar-se a partir de dois dilemas:

De um lado, a questão sobre o que um cidadão deve apreender ante as telas e, por outro, sobre como facilitar-lhe esse aprendizado a partir de uma intencionalidade educativa contemporânea (OROZCO, 2014, p. 98).

Contudo, a visão de Orozco (2014) reforça a importância da comunicação para obtenção de uma cidadania plena na contemporaneidade. Entretanto, como se pensar em uma cidadania comunicativa mediada pela tecnologia para uma população que não possui nem mesmo as garantias de execução dos direitos reconhecidos, por exemplo, em declarações e constituições? Como pensar em uma cidadania comunicativa sendo que até os meios de comunicação – na maioria das vezes – parecem reproduzir em seus discursos o preconceito contra um determinado grupo em detrimento de outros? Será mesmo que a internet consegue chegar e conversar com as pessoas? A comunicação mediada por telas é capaz de colaborar para uma possível cidadania? São questionamentos difíceis de encontrar respostas, principalmente se levar toda a construção histórica do Brasil, como mencionado.

Decerto, é identificado o silenciamento, a invisibilidade, a rejeição e a repressão, nas narrativas exibidas pelos meios de comunicação quando é abordada a temática da negritude (SPIVAK, 2010; RAMOS, 2002; BENTO, 2002). Imediatamente, as pessoas negras encontram-se raramente representadas em ambientes familiares, sendo apresentados em vestimentas simples e subalternas, identifica Acevedo, Nohara e Ramuski (2010), com retratos impregnados de ideologias racistas (CARVALHO, 2003; BARBOSA, 2004), marcados por traços de sensualidade, malandragem, violência e erotismo (RODRIGUES, 2001; ARAÚJO, 2004; DA SILVA E ROSEMBERG, 2008).

De modo que, se por um lado existe o mundo social que atua desta forma, a cobertura jornalística sobre a temática da negritude – de acordo com a revisão bibliográfica – trata a

questão racial do país de forma superficial, presente apenas na fala dos entrevistados (PADILHA, DA SILVA E FRANÇA, 2015), espetacularizando episódios e preocupando-se em eleger heróis e culpados (BOLSON, 2016; TEIXEIRA, 2016), deixando a discussão racial em segundo plano (DA SILVA e DE MORAIS, 2009) com representações sociais preconceituosas, “estando no discurso fundador, que limita outros olhares mais plurais e complexos” (BELISÁRIO, GERALDES E MOURA, 2013, p. 476).

Assim sendo, considerando todo o cenário de exclusão da pessoa negra até dos veículos de comunicação tradicionais, é indicado que é frequente a associação da pessoa negra a construções negativas de representação e imagem, sinalizando para a presença de um discurso racista nos meios de comunicação. Além disso, é suposto que existe um lugar de privilégio simbólico da identidade da pessoa branca, que indica ser construído pelas teorias de branqueamento e embranquecimento, na medida em que tenta descharacterizar tudo o que vem da pessoa negra e mascara o preconceito, o racismo e a discriminação.

Com efeito, seguindo a lógica interpretativa, subentende-se que a pessoa negra não possui voz ativa na sociedade. Em outras palavras, o negro brasileiro fala, mas é, principalmente, impossibilitado – e não incapaz – de ter sua voz ouvida e sequer construir suas próprias narrativas, então, retoma-se o conceito de condição subalterna de Spivak (2010). À vista disso, a pessoa negra pode estar inserida nesta condição de subalternidade, seguindo a visão da autora, por não poder produzir seu próprio discurso, sem voz, sendo silenciado, isto é, há um poder que silencia o subalterno, sobretudo, por haver pessoas que falam por ele.

Então, por consequência, também se retoma a ideia de silenciamento, principalmente, por emudecer o negro, proibindo de produzir seu próprio discurso. À vista disso, este contexto revela a presença de uma *espiral do silêncio*, que segundo Neumann (1995), emudece as minorias populacionais em sociedades democráticas, por conta dos grupos, socialmente excluídos, terem medo do isolamento, falta de confiança e baixa autoestima, explica a autora, podendo ser este o motivo dos assuntos pertinentes à negritude serem ignorados pela mídia, continuando sem expressão e destaque na mídia tradicional, por exemplo.

Neste sentido, por conta deste cenário de emudecimento e subalternidade da pessoa negra, Spivak (2010) sugere que há a necessidade de criar mecanismos para dar voz ao subalterno e a capacidade de construir suas próprias narrativas. Afinal, desde que o negro colocou os pés no Brasil, indica-se que é vítima de um discurso racista que tem o objetivo de exterminar a população formada pelas pessoas negras. Por sua vez, para sustentar o extermínio do negro e ainda assegurar o lugar de privilégio da identidade branca, é sinalizado que o branco produziu teorias, com características sutis e cordiais, disfarçando o seu

preconceito, discriminação e racismo, para então, manter a ordem e silenciar o oprimido, visto que as teorias do branqueamento e embraquecimento sugerem sustentar e minimizar o Racismo “Cordial” brasileiro, que não possui nada de cortês, polido ou respeitoso.

Portanto, o negro está envolto de um cenário de contradições, se vendo esquecido, relegado e, até, deixado em segundo plano, talvez, caso não fosse a sua resistência histórica e diária, em busca de suas demandas e cidadania, todas as tentativas e modalidades, incessantes, de intolerância (contra a sua identidade, valores, corpo, pele, cabelo, da sua história e de suas vivências, por exemplo), já teriam alcançado a extinção da população negra brasileira.

4.7.2. Resistência da pessoa negra no Brasil: construindo uma cidadania

Ao discutir sobre a resistência da pessoa negra no Brasil, na prática, se trata debater sobre a capacidade de organização da população negra que se dá, em sua maioria, na busca pela construção de sua cidadania. Ou seja, com este testemunho, está se fazendo referência aos Movimentos Sociais da População Negra ou, simplesmente, como mais conhecido, Movimento Negro. Em vista disso, logo de início, é importante conceituar o que é um movimento social e também o que são os Movimentos Negros, que representa o protagonismo da pessoa negra, desde o período colonial até os dias atuais. Por sua vez, a definição de movimento social ainda causa desentendimento entre alguns pesquisadores, principalmente, por conta da complexidade que envolve as diferentes características deste fenômeno populacional e que, a cada dia, se adapta com frequência as particularidades da contemporaneidade.

A definição mais usada pela sociologia é o conceito de Gohn (2003) sobre movimentos sociais, na qual considera que “são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população de se organizar e expressar suas demandas” (p.13). Neste sentido, esta compreensão contempla organizações coletivas de terceiro setor, como ONGs (Organizações Sem Fins Lucrativos), sindicatos, instituições de caridade e religiosas, até grupos de capoeira como, por exemplo, escolas de samba, grupos teatro e, logo, esta noção de Gohn corrobora com a perspectiva dos autores Goldman e Silva (2008) que consideram o Movimento Negro (MN) como sendo quilombos, movimentos abolicionistas, juntas de alforria, religiões de matrizes africanas, jornais, clube de lazer, escolas e associações, porém, ambos os conceitos recebem algumas críticas, por alguns estudiosos, que consideram a percepção generalista, com imprecisões e sem compreender as diversas características dos movimentos sociais.

Um dos principais críticos, na contemporaneidade, é Viana (2016) que conceitua movimentos sociais como:

Mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivados de certas situações sociais que geram insatisfação social, sendo de pertencimento e determinados objetivos [...] que podem gerar ramificações, tais como doutrinas, ideologias, teorias, representações, organizações informais ou formais, tendências, etc [...] como uma concepção de um ator que se autonomiza e passa ter interesses próprios ou uma concepção de um ator que ganha um desenvolvimento que rompe com o seu vínculo com o movimento social (VIANA, 2016, p.43).

Ou seja, para o autor, mesmo possuindo uma visão de classe social, os movimentos sociais são formados por atores/sujeitos sociais, poder, identidade coletiva, pertencimento, objetivos, mobilizações e também resistência, dentre outras. Além disso, afere-se que o grupo social é um elemento que forma o movimento social que precisa de uma ocasião cotidiana capaz de promover a compreensão de que o problema pertence ao grupo e não somente a individualidade, proporcionando, por consequência, a mobilização. Assim sendo, seguindo a lógica interpretativa, são movimentos sociais grupos coletivos de pessoas de ordem política. Em contrapartida, este conceito indica assemelhar-se com a visão de Domingues (2007) que considera problemático considerar as manifestações culturais, na definição do Movimento Negro, por ter sentido apenas para as pessoas que são militantes, mesmo que, em alguns momentos, possa assumir um caráter cultural. Nota-se, então, que Domingues (2007) define Movimento Social Negro (MNS) relacionando o propósito das mobilizações, não envolvendo a configuração de como se dá as concentrações, ao passo que Domingues (2007) também classifica a existência do Movimento Negro em quatro períodos: o 1º, da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937), o 2º, seguido da Segunda República à Ditadura Militar (1945-1964), depois o 3º, do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000); e, finalmente, o 4º, que se estende do ano 2000 à atualidade.

Já Santos (2016) afirma que, em sua maioria, os frequentadores de espaços culturais (terreiros religiosos de matriz africana e/ou capoeira e/ou samba de roda) são pessoas politizadas e militantes negras. A autora ainda acrescenta que é importante considerar esses lugares como movimentos sociais, pois são ambientes de maior expressão da cultura negra e “sinônimos de resistência em um país onde as tradições culturais religiosas negras ainda são objeto de luta e por reconhecimento” (SANTOS, 2016, p. 30). Dessa forma, é demonstrado a importância desses espaços para pessoas que fazem parte dos movimentos sociais, sobretudo nas mobilizações coletivas referentes à pessoa negra, que em sua maioria, tiveram sua cultura, territorialidade e vivências ignoradas, desde o período colonial até a atualidade. Cenário que

explica o motivo desses grupos, que se encontram nesses espaços, ser considerado pelos Movimentos Negros como movimentos sociais. Então, é importante dividir a existência do Movimento Social da População Negra, de acordo com os estudos de Santos S.A (2007), em dois momentos: o período escravista e o pós-escravista.

Tal divisão se faz necessário, especialmente, pelo fato de, por um lado, entendermos que a luta contra a escravidão também era uma luta contra racismo, visto que o preconceito e a discriminação raciais eram inerentes ao escravismo brasileiro [...], assim como escravo e negro eram noções sinônimas e intercambiáveis (Santos S.A, 2007, p.49).

Portanto, o protagonismo da pessoa negra começa ainda no período colonial quando ocupava o *status* de escravizado, nos quais os primeiros focos de resistência da população negra são registrados quando “homens, mulheres e crianças de origem africana começaram organizar fugas (individuais ou coletivas) das fazendas para os quilombos” (DA COSTA, 1998), derivando também “suicídios, às guerrilhas, às rebeliões urbanas e a sua atuação em mobilizações organizadas por outras classes e camadas sociais” (MOURA, 1988, p.14) ou, simplesmente, no “desmazelo, no descuido e o afrouxamento do trabalho, até no aborto e ao ataque aos seus senhores” (BASTIDE e FERNANDES, 1955, p.89), mostrando a resistência no cotidiano da pessoa negra que busca, essencialmente, ter a sua cidadania reconhecida desde que chegou ao Brasil, corroborando para comprovar a presença de uma mobilização social da população negra.

Segundo Santos S.A (2007), em sua seminal tese *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*, em que aborda a discussão de renomados cientistas sociais da área de estudos e pesquisas sobre relações raciais brasileiras que são contra a implementação de cotas para estudantes negros nos vestibulares das universidades públicas brasileiras, revela que os tipos de revoltas cotidianas, enumeradas por Da Costa (1998), Moura (1988) e Bastide e Fernandes (1955), não eram temidas pelas autoridades da época, pois consistia como sendo uma luta internalizada apenas pelas pessoas negras, controlada através do castigo (SANTOS S.A, 2007). Em compensação, as rebeliões quilombolas eram consideradas uma ameaça, “uma vez que se desenvolvia a margem do sistema escravista, cujo controle escapava” (SANTOS S.A, 2007, p.52), caracterizando-se como agrupamentos coletivos formados por uma sociedade de origem africana e seus descendentes, considerados fugitivos, que se rebelava contra sistema escravagista, vigente naquele momento (MOURA, 1988; DOS ANJOS, 2006). Onde sem sombras de dúvidas se constitui como um exemplo incontestável de movimento e/ou mobilização social de resistência da população negra contra o sistema

escravo no país que, inclusive, perdura até os dias atuais, mas que não é registrada, por exemplo, em livros didáticos distribuídas de forma gratuita, para crianças e jovens, na rede de ensino público brasileiro.

O que não é narrado pelo branco e até nos registros científicos, em sua maioria, são, por exemplo, informações sobre o surgimento e a organização social de um quilombo. O interesse de desvendar esse lugar surgiu com Clóvis de Moura (1988, 2001), que possui diversos livros sobre o assunto. Neste sentido, o autor esclarece que os quilombos se conceberam em regiões de maior concentração de escravos, onde viviam em paz, numa fraternidade racial (MOURA, 2001), em zonas férteis, boas para o cultivo e agricultura, e ricas em animais de caça (MOURA, 1988). A única defesa das pessoas que residiam no quilombo era somente a floresta, possuindo nenhum tipo de defesa militar, caracterizando-se, basicamente, como um lugar em que podiam manifestar a sua cultura em busca de suas origens africanas, sem interferência do colonizador. Tornado-se, até hoje, exemplo de resistência autêntica, primeiro à escravatura, depois à dominação cultural e, finalmente, a limitação na obtenção a terra.

O Quilombo dos Palmares, localizado hoje em Alagoas, é um das aglomerações mais conhecidas pela sociedade brasileira, talvez, por conta da figura de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, que se tornou símbolo de oposição e resistência à escravidão, eleito pelos Movimentos Negros. Conforme Santos S.A (2007) e Moura (1988, 2001) o Quilombo dos Palmares durou por quase um século – XVII – sendo o agrupamento de maior extensão territorial e populacional, sobre uma estrutura organizacional disciplinada e complexa. Características que chamaram atenção das autoridades daquela época, fazendo com que, “para a sua sobrevivência, teve de criar e desenvolver corpo militar competente” (SANTOS S.A, 2007, p.58) por conta de diversos ataques realizados pelas expedições organizadas pelo Brasil, com o objetivo de destruir o maior símbolo de resistência “como forma de luta contra escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação de valores das culturas africanas” (MOURA, 2001, p.18), conseguindo resistir entre 1630 até 1695.

Além de realizar a sua própria defesa contra os ataques frequentes das expedições, os quilombos ainda serviram de reforço em revoltas populares, fato que não é discutido em livros didáticos. Um exemplo foi a sua participação na revolta que ficou conhecida como Balaiada (SANTOS S.A, 2007) que ocorreu ainda na província do Maranhão, entre 1838 e 1841, por conta do sentimento de opressão e injustiça que sentiam negros e mestiços por parte da burguesia e autoridades da época, “do qual participaram mais de dois mil quilombolas”

(SANTOS S.A, 2007). Fato narrado em livros escolares de maneira romantizada, esquecendo-se do protagonismo da população negra, constatação percebido na prática, já que sou maranhense e conclui meus estudos até o ensino médio no Maranhão.

A participação dos quilombos em revoltas populares não se estendeu apenas na província do Maranhão, pelo contrário, o reforço ocorreu na maioria dos conflitos por todo território do país. Episódio que terminou colaborando para promover, segundo De Azevedo (1987), um imaginário do medo que perdurou até o fim da escravidão no Brasil, principalmente em lugares que havia maior concentração de negros, como Rio de Janeiro e São Paulo (DE AZEVEDO, 1987; SANTOS S.A, 2007), colaborando para que a sociedade entendesse a necessidade da abolição do regime escravo, ouvindo as preocupações de Joaquim Nabuco, personalidade que defendia a abolição do mercado de escravos.

Contudo, até aqui, é revelado o protagonismo da pessoa negra desde que chegou ao Brasil, resistindo à escravidão, ao racismo e todas as adversidades cotidianas, sempre em busca pelo reconhecimento de sua cidadania, mesmo em um lugar que, em muitos momentos, não foi hospitalero com a sua cultura e vivências trazidas da África. Todavia, a luta dos Movimentos Negros, dos afro-brasileiros, melhor dizendo, continuou após o sistema escravista, pois mesmo possuindo sua voz e história silenciadas pelas narrativas do branco, como é observado durante os registros de resistência da pessoa negra, durante o período colonial, que pouco se discorre sobre o olhar do negro brasileiro, principal vítima dessa estrutura perversa.

Ainda há pouco reconhecimento da sociedade sobre as revoltas autônomas que partiram das ações de pessoas negras afro-brasileiras contra o racismo após o regime escravo. Uma delas, segundo Santos S.A (2007), foi a Revolta da Chibata, ocorrido no século XX, no final de novembro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro, resultado do uso de chicotadas por oficiais brancos como forma de punição em marinheiros negros e mestiços.

Ou seja, no geral, a rebelião teve o objetivo de combater o racismo estrutural numa instituição que deveria realizar a defesa naval e amparo a cidadania das pessoas brasileiras, podendo, então, “ser entendida como uma das primeiras manifestações públicas do Movimento Negro” (SANTOS S.A, 2007), no século XX, sobre forte implicação racial, “conduzida por negros e colocando a ordem vigente em risco” (SANTOS S.A, 2007, p.65), provocando nas autoridades o medo de uma crise em outras instituições administradas pelo país. E também, através desse episódio, é demonstrada a atuação, resistência e protagonismo da população negra em diversos níveis da sociedade, nas quais teve que aprender se organizar coletivamente, após abolição, com a chegada do século XX.

O Movimento Negro, ou como sugere Santos S.A (2007), Movimentos Negros, no plural, por conta da atuação da mobilização social negra em diversas instâncias, se dá com maior visibilidade nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2007; FERNANDES, 2008; SANTOS S.A, 2007), pois tiveram que se organizar de modo formal através de associações. As primeiras organizações possuíam um cunho cultural, recreativo e assistencialista (DOMINGUES, 2007), isto porque, o negro era excluído das áreas de entretenimento dos brancos, como os famosos bailes, e assim, sofrendo com a exclusão desses espaços, restou aos afro-brasileiros criar áreas de lazer, como escolas de samba, grêmios, clubes sociais e de futebol (DOMINGUES, 2007; SANTOS S.A, 2007), tornando-se espaços que serviam para unir pretos e mestiços sobre a finalidade de combater e superar a discriminação racial, visto que eram lugares que buscavam preservar a cultura afrodescendente, resistindo, mais uma vez, ao racismo após a abolição da escravatura.

Com o passar do tempo às associações de cunho culturais, criadas pelas pessoas negras, desenvolveram outras maneiras de lutar contra o racismo da época. Surge, dessa maneira, a “Imprensa Negra”, principalmente, em São Paulo, entre 1888 e 1937 (DOMINGUES, 2007; SANTOS S.A, 2007), normalmente as associações negras culturais possuíam um jornal para divulgar suas atividades internas recreativas e que com o passar do tempo passou a tratar de assuntos de natureza social, econômica, religiosa e política, ou pelo menos dos assuntos mais importantes para o “meio negro” (FERNANDES, 2008) como a discussão sobre questões raciais e denunciando o racismo na sociedade brasileira. De acordo com levantamento de Domingues (2007) surgiram, na época, no mínimo, mais de trinta diários:

Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinel*, em 1920. No município de Campinas, *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo (DOMINGUES, 2007, p.104).

Esses jornais, conforme perspectiva de Santos S.A (2007), possuíam visões diferentes com relação às demandas do “meio negro”. O único consenso era quando o assunto estava em torno da “necessidade de educação formal para a população afro-brasileira” (SANTOS S.A, 2007, p.70), já que a possibilidade de acesso há uma educação formal com qualidade é uma condição validada como indispensável para superação do racismo severo e desumano vividos,

por pretos e mestiços, após a abolição, especialmente, numa sociedade em que é capaz excluir a população negra do convívio social, relegados e até esquecidos pelo governo que não promoveu nenhuma política de amparo voltado para população negra.

Embora os jornais da chamada “Impressa Negra” tivessem suas diferenças, a articulação entre os profissionais da comunicação, que trabalhavam nos jornais, foi responsável pelo surgimento da *Frente Negra Brasileira* (FNB), em 16 de setembro de 1931, com estatuto aprovado em outubro de 1931 (GOMES, 2005; SANTOS S.A, 2007) sobre a perspectiva fundamental, registrada em seu regimento, de conseguir “a união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude de sua atividade material e moral no passado, para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira” (GOMES, 2005, p.52). Sem dúvida, desejando intervir em instâncias políticas para atender as necessidades da população negra, “tornando-se em 1936 um partido político da pessoa de negros” (DE OLIVEIRA, 2002; GOMES, 2005; SANTOS S.A, 2007) com delegações em vários estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, com influência nacional (DE OLIVEIRA, 2002; SANTOS S.A, 2007). Uma de suas bandeiras, como primeira frente de luta, o direito à educação formal de qualidade, chegando a subsidiar cursos de alfabetização, de música, teatro e vocacionais para adultos e até foi fundado um colégio, conhecido como Liceu Primário que recebia até brancos, sendo fechado por falta de investimento (DE OLIVEIRA, 2002; SANTOS S.A, 2007). A educação sempre foi uma preocupação constante dos Movimentos Negros, pois era considerado elemento essencial para ascensão social do negro na sociedade. “A vida do partido, contudo, é efêmera, pois os órgãos políticos são dissolvidos em 1937 pela lei do Estado Novo” (DE OLIVEIRA, 2002, p.81). E assim, mais uma vez, os negros afro-brasileiros possuem sua voz silenciada, são afastados de buscar soluções para as suas principais demandas e impedidos de combater o racismo, por conta da Ditadura de Getúlio Vargas que promoveu o retrocesso na luta de diversas organizações e movimentos sociais. Já no período pós Estado Novo surgiram alguns jornais da imprensa negra e organizações, entretanto perderam a influência como possuía a frente negra, esclarece Santos S.A (2007).

Já em 1944 é fundado o Teatro Experimental do Negro (TEN), na cidade do Rio de Janeiro, pelo seu principal líder Abdias do Nascimento, com a proposta inicial de formar o primeiro grupo teatral formado apenas por artistas negros brasileiro.

Mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal *Quilombo*, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública (DOMINGUES, 2007, p.109).

Considerada uma das mais importantes instituições anti-racista do país, durante a Segunda República (1945-1964), a entidade possuía um caráter ativista inovador chegando “a publicar um “Manifesto à Nação Brasileira” propondo as demandas da população negra e sociedade geral” (SANTOS S.A, 2007) que estava prestes a elaborar uma nova Constituição, recebendo apoio de diversos partidos de esquerda. Em resumo, o TEN é visto, até hoje, como uma organização a frente do seu tempo, propondo, mesmo sem ter a compreensão, políticas de ações afirmativas e o projeto de ensino gratuito universal de qualidade, promovendo avanços em discussões e na luta contra o racismo no país. Todavia, “com a instauração da ditadura militar em 1964, o TEN ficou moribundo, sendo praticamente extinto em 1968, quando seu principal dirigente, Abdiás do Nascimento, partiu para o auto-exílio nos Estados Unidos” (DOMINGUES, 2007, p. 110). Com isso, mais uma vez, a população negra é excluída da possibilidade de participar da sociedade brasileira e de conquistar a sua cidadania e reconhecimento de seus direitos e deveres, que avançaram com o advento do TEN. Conforme Santos S.A (2007) as ideias de lutas, propostas pelo Teatro Negro Experimental, de Abdiás do Nascimento, só retornaram na década de 1980, quando há o registro do ressurgimento dos Movimentos Sociais Negros, na década de 1970, mesmo em plena ditadura militar.

Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento Soul, depois batizado de Black Rio. Nesse momento estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas (IPC), em 1976 (DOMINGUES, 2007, p.112).

Só que o regime militar fez com que essas mobilizações negras fossem fragmentadas e sem força de enfrentamento e influência na esfera política e pública. Nessa época, os Movimentos Sociais Negros não tinham o poder de influência conquistada antes da ditadura militar. Isto decorre, principalmente, com a perseguição de lideranças e qualquer tipo de

declaração ou ato que partia da comunidade negra. Os militares acusavam a população negra de criar um problema que não existia no Brasil, colaborando para “incitar ao ódio ou a discriminação racial e, segundo o Decreto-Lei nº 510, de março de 1969 em seu artigo 33º, poderia levar à pena de detenção de 1 a 3 anos” (PEREIRA, 2010). Com essa situação, resta à comunidade negra esperar até o enfraquecimento do Golpe Militar “para em 1978 fundar o Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR) que um ano depois passa ser chamado de Movimento Negro Unificado (MNU), após seu primeiro congresso” (PEREIRA, 2010; SANTOS S.A, 2007) em um ato público em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. “Uma reação à violência racial brasileira, especialmente, contra a violência policial que até hoje é extrema contra negros” (SANTOS S.A, 2007), existindo, inclusive, o apoio de grupos afro-brasileiros presidiários da Casa de Detenção de São Paulo.

O Movimento Negro Unificado (MNU), no início, se inspirou no modelo de direitos civis dos negros estadunidense, que na época tinha como liderança Martin Luther King, Malcon X e o grupo Panteras Negras (DOMINGUES, 2007; PEREIRA, 2010). No geral, a organização marxista servia de escola para formação política de novos militantes negros que defendiam, por exemplo, a promoção de uma educação universal gratuita. Além da educação, as demandas do MNU também se concentravam na “desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador, organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país” (DOMINGUES, 2007, p.114). Ou seja, observando os aspectos gerais, a população negra continuava em busca de sua cidadania e reconhecimento dos seus direitos. Em geral, permanecia resistindo na luta contra a discriminação e opressão racial.

Segundo Domingues (2007) os movimentos negros organizados passam a serem reconhecidos pela imprensa hegemônica através de reivindicações do MNU. Em situações como a escolha de Zumbi dos Palmares como símbolo de resistência, a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de Novembro, a desapropriação da expressão “negro” de seu significado negativo, a interferência nos debates sobre educação (revisão de conteúdos discriminatórios, reavaliação do papel do negro na história do Brasil, na formação de professores e inclusão da história da África nos currículos escolares), a campanha contra o discurso de mestiçagem e, enfim, o processo de questionamento dos nomes ocidentais como única referência de identidade dos negros brasileiros entre os anos de 1980 e 1990. Assim sendo, essas ações/mobilizações demonstram uma ruptura no modelo de enfretamento do

racismo na sociedade brasileira, rompendo com a primeira fase de luta negra no pós-abolição, como adotada pela Frente Negra Brasileira (FNB), que possuía como finalidade principal “a integração da pessoa negra à sociedade de classes que têm valores do branco como referência” (SANTOS S.A, 2007, DOMINGUES, 2007; FERNANDES, 2008; PEREIRA, 2010), sem questionar as compreensões da sociedade hegemônica que também são formas, muitas vezes, invisíveis, assimilacionistas que retira do negro suas vivências, cultura, territorialidade e historicidade. Esse posicionamento que rompeu com os movimentos de primeira fase é expresso nas mobilizações, na visão política do MNU, caracterizada pelo marxismo com fortes críticas ao capitalismo.

Outra conquista dos Movimentos Sociais Negros foi à eleição de Abdias Nascimento, um dos principais líderes e fundador do Teatro Experimental Negro (TEN), para deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1982, assim que voltou do exílio da ditadura militar. “Caracterizando-se como fato histórico por defender exclusivamente os interesses da população negra, por ser negro, intelectual e militante dos Movimentos Negros” (SANTOS S.A, 2007, PEREIRA, 2010) com posicionamentos, especialmente, sobre o mito da democracia racial e racismo, mesmo sem nenhum apoio as suas pautas de colegas no Congresso Nacional. Conforme Santos S.A (2007) o então deputado chegou a realizar discursos vanguardas, como a implementação de ações afirmativas, chamadas por ele de ações compensatórias, demonstrando a influência dos Movimentos Negros que também valorizavam a educação.

A década de 1990 foi marcada pela fragmentação dos Movimentos Sociais Negros. Em compensação foi uma época marcada pela colaboração na discussão sobre educação e políticas públicas de ação afirmativa, como as cotas raciais para negros nas universidades públicas. Por sua vez, sobre a fragmentação, conforme perspectiva de Guimarães e Huntley (2000), ocorre por conta da regionalização dos Movimentos Negros. Ou seja, a formação de diversos grupos regionais que possuem atuação apenas local. Com efeito, o Movimento Negro Unificado (MNU) perdeu “sua capacidade de canalizar em frente única a luta anti-racista do país” (GUIMARÃES e HUNTLEY, 2000, p.70), colaborando para deixar a influência política, em âmbito nacional, fragilizada. Entretanto, este cenário não foi capaz de impedir que surgissem instituições de inserção nacional que “realizavam um trabalho de cunho cultural, recreativo, religioso, educacional e/ou político” (DOMINGUES, 2008). Dentre elas, de acordo com Guimarães e Huntley (2000), as mais importantes foram:

Os Agentes de Pastoral Negros (APNs), ligados à Igreja Católica; a União de Negros pela Liberdade (Unegro), vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B); o Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), o Fórum Nacional de Mulheres Negras, a Coordenação Nacional dos Remanescentes de Quilombos, a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e o Movimento Nacional pelas Reparações (GUIMARÃES e HUNTLEY, 2000, p.70).

Portanto, os Movimentos Sociais Negros conviviam com avanços e também retrocessos, como qualquer mobilização que defendia outra pauta. Um dos avanços na nova década se concentra nas discussões sobre a educação, em debates que abordavam as ações afirmativas, em especialmente as cotas raciais nas universidades. A preocupação com a educação tem origem ainda no surgimento dos Movimentos Negros e continua preservado no *Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial* entregue ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, após o evento mais importante que marcou os anos 90, a *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*, organizada pelas entidades negras do país, em Brasília (DF), no dia 20 de Novembro de 1995, com o intuito de “reafirmar a luta dos afro-brasileiros contra o racismo, as desigualdades raciais e exigir políticas públicas para negros” (SANTOS S.A, 2007, p.166). Assim, mais uma vez, a comunidade negra procurava o reconhecimento de sua cidadania e direitos. A marcha tinha como símbolo Zumbi dos Palmares, eleito pelos Movimentos Sociais como herói negro, contando com a participação de aproximadamente trinta mil militantes. Percebe-se que, a partir desse momento, a luta pela educação foi aperfeiçoadas e até houve o crescimento na politização racial e articulação política (SANTOS S.A, 2007).

Um exemplo do aprimoramento na discussão sobre a educação e crescimento da articulação política foi o surgimento de entidades voltadas para educação (DOMINGUES, 2008) como:

A Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida (Abrevida), em São Paulo; o Educafro, no Rio de Janeiro; o Núcleo de Estudos do Negro (NEN), em Florianópolis; as entidades dedicadas a saúde reprodutiva da mulher, como a ONG Fala Preta!, de São Paulo; as direcionadas aos empresários negros, como o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Triângulo Mineiro (Ceabra) as destinadas a enfrentar o racismo à luz do Direito, como as Comissões do Negro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); as dirigidas para tratar dos problemas psicológicos do racismo, como a Amma – Psique e Negritude, de São Paulo; as voltadas para conscientizar os protestantes negros, como o grupo Negros em Cristo e, até mesmo, aquelas criadas para defender os direitos dos gays negros, como o Quimbanda Dudu, de Salvador (DOMINGUES, 2008, p.105).

Além dos avanços nos debates sobre educação e na articulação política, houve também melhorias, segundo Santos S.A (2007), no cenário político com a representação de candidatos que defendiam a luta racista por meio de quatro parlamentares negros como: “a ex-deputada federal e ex-senadora, Benedita da Silva, do ex-deputado federal e ex-senador Abdias do Nascimento”, [...] do ex-deputado federal Paulo Paim, do ex-deputado Luiz Alberto (SANTOS S.A, 2007, p.170, **grifos do autor**). Essa conquista é comprovada com tramitação ou aprovação de vinte e cinco Projetos de Lei antirracistas e de grande importância para os Movimentos Negros, mesmo que maioria dos parlamentares não tivessem envolvimento direto com as mobilizações sociais da população negra.

Em 1996, um ano após a *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*, foi organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, na Universidade de Brasília (UNB), o *Seminário Internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados de democráticos contemporâneos*, que contou com reunião de pesquisadores nacionais, internacionais e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Na cerimônia de abertura, que ocorreu no Palácio do Planalto, o presidente Fernando Henrique Cardoso proferiu em seu discurso que o Brasil é um país que discrimina a pessoa negra e, logo, solicitou a ajuda da comunidade científica para resolver o problema. Esse discurso foi uma realização importante para os Movimentos Negros, visto que foi a primeira vez em que foi proferida oficialmente, por um presidente, a existência do racismo no Brasil. Entretanto, de acordo com Santos S.A (2007), o discurso de FHC foi fruto de pressões dentro e fora do país, porque em muitos momentos o presidente se mostrou contrário às políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais em universidades e cursos técnicos. Desse modo, a conquista no período de todo o governo de FHC foi mais simbólica do que concreta para a população negra. Fernando Henrique Cardoso não teve vontade política de promover políticas de promoção à igualdade racial, deixando o negro na espera pelo reconhecimento de sua cidadania e direitos relegados desde que chegou ao país.

A expectativa do negro brasileiro aumenta quando o governo de FHC lançou a primeira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que parecia ser a resolução do problema do racismo no país, pois continha o diagnóstico da situação dos direitos humanos no Brasil e medidas para a sua defesa e promoção, através do Decreto Oficial nº 1904 de 13 de maio de 1996. “Pela primeira vez na história do Brasil aparece de forma explícita a inserção do tema das políticas de ações afirmativas para a população negra em um documento oficial brasileiro” (SANTOS S.A, 2007, p.178), ajudando promover a

inserção do debate em toda sociedade brasileira, causando em alguns setores da sociedade o apoio e, até, a rejeição das ações afirmativas para população negra que continuava resistindo ao racismo e buscando o reconhecimento de sua cidadania.

Todavia, a opinião pública da época considerou o PNDH uma cópia dos artigos que estavam no *Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial* entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso, após a *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*. Além de promover o debate sobre as ações afirmativas, o documento auxiliou para promover a benevolência governo de FHC com a população negra e ainda causar uma boa impressão na comunidade científica, por conta de ser um presidente com carreira no cargo de sociólogo, cientista político, escritor e professor universitário, uma vez que boa parte das medidas publicadas não foi colocada em prática e “falar em ações afirmativas não significa necessariamente falar em cotas, pois a cota é apenas um tipo de implementação técnica, entre vários outros tipos” (SANTOS S.A, 2007, p.183).

Finalmente, a década de 2000 foi marcada, de acordo com Santos S.A, (2007), por intensas discussões sobre a educação, especialmente a respeito dos debates sobre a inclusão dos negros no ensino superior público brasileiro. Isto se deve a politização dos Movimentos Sociais Negros que conseguiram desenvolver uma discussão, através de pressões, mobilizando a imprensa, a sociedade, autoridades e intelectuais brasileiros (SANTOS S.A, 2007; GUARNIERI e MELO-SILVA, 2017). Fruto da luta histórica dos Movimentos Negros que resistem, desde o período colonial, até os dias atuais buscando sua cidadania reconhecida e que vê na educação a possibilidade de enfrentar o racismo de forma eficaz na sociedade brasileira.

O evento que marca a década é a *III Conferência Mundial contra o Racismo Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada na cidade sul-africana de Durban, entre 30 de agosto a 7 de setembro de 2001. Um marco inicial, que reconhece a luta e resistência contra o racismo e opressão da população negra e dos Movimentos Sociais Negros brasileiros, visto que “manchou internacionalmente a “boa reputação” da nação brasileira, que até então tida como referência no manejo harmonioso das relações étnico-raciais em seu território” (GUARNIERI e MELO-SILVA, 2017, p. 184).

A conferência, conforme conta Guarnieri e Melo-Silva (2017), teve a participação de representantes dos Movimentos Negros brasileiros que aproveitaram a oportunidade para denunciar os efeitos fatais do “racismo à brasileira”. Nesse evento foi mostrado que o racismo, apesar de aparentemente silencioso, está vivo nos discursos de cada cidadão brasileiro de maneira naturalizada, os quais sustenta a condição de marginalidade e

desigualdade das pessoas negras, em todas as instâncias de suas vidas, desde os tempos da escravidão, ainda no período em que o Brasil era considerado uma colônia (SANTOS S.A, 2007; GUARNIERI e MELO-SILVA, 2017), sobretudo se for levado em consideração o atual *status* e situação da identidade racial da pessoa branca, forçando o Brasil a assumir formalmente o compromisso de combater o racismo e de avançar em intervenções que objetivassem a restauração dos males históricos que ainda estão presentes no cotidiano da pessoa negra.

Com isso, o racismo passa ser tema de discussão em debates políticos durante a campanha eleitoral para Presidência da República do Brasil, em 2002, fazendo com que os problemas enfrentados pela pessoa negra em seu cotidiano entrassem para a agenda política do país. Cada candidato apresentou propostas e promessas para combater a cultura racista naturalizada por cada cidadão brasileiro através das ações afirmativas. Por sua vez, não foi suficiente para fazer com que as promessas fossem colocadas em prática pelo presidente eleito. Segundo Santos S.A (2007), o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda sofreu bastante pressão dos Movimentos Sociais Negros para desenvolver as promessas de campanha. A primeira promessa colocada em prática, “o Presidente criou, em 21 de março de 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)” (SANTOS S.A, 2007, p. 189) e reafirmando, também em discurso, a existência do racismo no Brasil e a existência do “mito da democracia racial” que ainda é naturalizado pela sociedade, oficializando, pela segunda vez, o compromisso do Brasil em combater a discriminação racial.

Porém, foi necessário, mais uma vez, uma intervenção internacional para que o Brasil tivesse como tema da pauta de opinião pública (da sociedade civil, imprensa, autoridades e intelectuais brasileiros) e, consequentemente, desenvolvesse ações de combate à cultura racista do brasileiro. Foi a partir da *Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas*, após sucessivas cobranças dos Movimentos Sociais Negros (SANTOS, S.A, 2007), que foi cobrado ações do Brasil para resolver o problema do racismo, da desigualdade e marginalização histórica contra a pessoa negra. Após a cobrança realizada da comissão ligada ONU (Organização das Nações Unidas), os Movimentos Negros fizeram pressão sobre a imprensa brasileira para divulgar informações sobre o problema racial do Brasil. Com efeito, a mídia começou a falar sobre a conferência de Durban, da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, e também sobre a temática sobre a questão racial do Brasil.

Assim, diversos fóruns de discussão foram formados e se tornaram verdadeiros ringues compostos por diferentes segmentos sociais, mobilizando acadêmicos, filósofos,

militantes de movimentos sociais, representantes da sociedade civil, entre outros (GUARNIERI e MELO-SILVA, 2017, p.184). A situação chegou ao nível de que até os principais jornais impressos do país, como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, precisarem demonstrar seus posicionamentos sobre a questão das ações afirmativas, especialmente as cotas raciais no ensino superior e técnico. Desse modo, os Movimentos Sociais Negros realizavam mais um conquista simbólica, embora fosse um período em que se observava o racismo presente nos discursos de alguns setores da sociedade reproduzidos na TV, no rádio, na internet e nos jornais impressos. Além disso, como visto, a educação continua sendo pauta dos Movimentos Negros no Brasil.

Conforme Santos S.A (2007) o único jornal que se mostrou favorável à implementação das contas raciais foi o *Jornal do Brasil*. Enquanto jornais da imprensa tradicional escrita e conservadora como *O Globo* e *Folha de S. Paulo* manifestavam-se contra em reportagem que abordavam a temática racial do Brasil e até em seus editoriais (SANTOS, S.A, 2007). A *Folha de S. Paulo*, que é o veículo analisado por este trabalho, por consequência, importante para o presente estudo, publicou em diversos editoriais posicionando-se contra as cotas em universidades públicas, conforme Santos S.A (2007):

O governo brasileiro, por exemplo, leva a Durban a proposta de criar cotas para negros e seus descendentes nas universidades públicas. **Esta Folha se opõe ao sistema de cotas.** Isso não significa, entretanto, que todo tipo de ação afirmativa, de discriminação positiva, deva ser descartada. A ideia de instituir cursos pré-vestibulares dirigidos a negros, por exemplo, parece oportunamente. (...) O Brasil precisa sem dúvida envidar esforços para promover a integração racial. Ações afirmativas devem ser consideradas e implementadas. O limite deve ser o da justiça. Admitir que se deve reparar uma injustiça com a criação de outra, uma variação de “os fins justificam os meios”, é um argumento filosoficamente tibio e historicamente complicado (*Folha de S. Paulo*, 30 de agosto de 2001: A2, grifo do autor *apud* SANTOS S.A, 2007, p.197).

Ou seja, para o jornal *Folha de São Paulo* as cotas raciais em universidades públicas seria uma medida que promoveria mais injustiças, ao invés de “reparar” erros do passado. E assim, após o posicionamento de diversos veículos de comunicação, prolifera-se pelo Brasil um mal estar entre todos os setores sociais, pois “os atritos ideológicos foram, cada vez mais, exaltados em função das expectativas “devastadoras” das cotas para a sociedade e para a qualidade do Ensino Superior – isto – na opinião dos grupos contrários a essa política pública” (GUARNIERI e MELO-SILVA, 2017, p.184).

Em meio a tanta discussão, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) implementa o primeiro Programa de Cotas brasileiro em seu vestibular, em 2003. Em seguida,

a Universidade de Brasília (UnB) também aderiu ao sistema de cotas e, logo, outras universidades públicas começaram a aderir ao sistema e política de cotas raciais nos processos de seleção, os vestibulares. “De 2003 a 2005, 14 universidades aderiram às Cotas, sendo que 2006 esse número chegou a 43, e em 2010 já somavam 83 instituições de ensino superior com cotas” (GUARNIERI e MELO-SILVA, 2017, p.184). Hoje, após mais de 15 anos desde as primeiras experiências de ações afirmativas no ensino superior, o percentual de pretos e pardos que concluíram a graduação cresceu de 2,2% em 2000, para 9,3% em 2007, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), provocando o aumento da presença da população negra em espaços que antes não podiam ter acesso, por conta do racismo que é capaz, infelizmente, de modular toda a sua perspectiva de vida do negro nos dias atuais. Embora o crescimento da pessoa negra nas universidades tenha aumentando ainda é perceptível que não foi possível alcançar o índice de brancos diplomados, que chega ao percentual de 22% de graduados – segundo dados do IBGE. No entanto, é uma conquista dos Movimentos Sociais Negros que historicamente reivindicam por uma educação formal gratuita e de qualidade. Uma conquista significativa desse espaço de conhecimento que é tradicionalmente embranquecido. Por outro lado, as cotas raciais revelam que não são suficientes para promoção da equidade racial de pessoas negras no Brasil, o que acende para necessidade de desenvolver outras políticas afirmativas, visto que é vergonhoso a desigualdade racial permanecer, depois 130 anos de abolição da escravatura, com enorme distância entre negros e brancos.

Apesar dos avanços desenvolvidos após a implantação das cotas raciais em universidades públicas, o tema, até hoje, ainda gera discussões dentre alguns setores da sociedade e entre professores e estudantes das universidades brasileiras. O assunto ainda consegue pautar a mídia. Em 2010, por exemplo, quando “a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 189 que tratou de questionar a constitucionalidade do sistema de cotas raciais na UNB, prevendo a reserva de 20% das vagas para estudantes negros” (GUARNIERI e MELO-SILVA, 2017, p. 184). Tal acontecimento gerou repercussão nacional, mesmo se tratando de apenas uma única universidade. O Supremo Tribunal Federal (STF) convocou representantes de diversos setores da sociedade, como acadêmicos, professores, pesquisadores, órgãos governamentais, parlamentares e inclusive os Movimentos Sociais Negros, para participar de uma audiência pública que se tornou mais um marco para a população negra, visto que não foi revogado o uso das cotas raciais no processo seletivo, conhecido como vestibular, na Universidade de Brasília.

Essa vitória do Movimento Negro não parou em 2010, pelo contrário, continua até os dias atuais. A sua luta, caracterizada pela sua resistência histórica, com a finalidade de ter o reconhecimento da sua cidadania pela sociedade hegemônica, continua mais viva do que nunca. Uma evidência disso foi à aprovação da Lei das Cotas (nº 12.711), em agosto de 2012, como política de ação afirmativa pública na Educação Superior. Até então não havia nenhuma lei que regulamentava o sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, deixando na mão de cada instituição decidir e gerenciar por conta própria a oferta de vaga a estudantes universitários negros. Uma conquista, após décadas de resistência da população negra, que passou pelo período colonial (1500-1815), Reinado (1815-1822), Primeiro e Segundo Reinado (1822-1889), Primeira República (1889-1930), Era Vargas (1930-1945), República Nova (1945-1964), Regime Militar (1964-1985) e, finalmente, a Nova República (1985) até os dias atuais, lutando para combater a exclusão e o racismo.

A Lei das Cotas Raciais, como ficou conhecida, torna obrigatório que as Universidades, Institutos e Centros Federais reservem 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escola pública. A norma preserva um percentual destinado a estudantes negros e indígenas. Este percentual é realizado de acordo com a presença dessas populações no território da Instituição de Ensino Superior (IES), e que leva em consideração os dados do IBGE. Ou seja, uma conquista para os Movimentos Negros que resultou das mudanças ocorridas no interior das mobilizações ao decorrer das décadas, como demonstrado, e ainda as novas formas de luta anti-racismo, como a atuação dos intelectuais negros na produção de conhecimento (na universidade) e também de ordem artísticas.

Todavia, a década de 2000 não é marcada apenas pela discussão e conquistas na área da educação. Também é identificada nova modalidade de expressão dos Movimentos Sociais Negros que se dá por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs), conhecidas como terceiro setor, que teve início ainda na década de noventa do século passado. “As ONGs são, em teoria, organizações de direito privado, sem fins lucrativos, que realizam objetivos sociais variados” (DOMINGUES, 2008, p.109). Ou seja, grande parte dos Movimentos Negros foi transformada em ONGs. Isto se deve, de acordo com Santos S.A (2007), por conta da profissionalização de alguns militantes negros “em termos de qualificação profissional e atuação” (p.219). As ONGs mais conhecidas por conta de sua atuação dinâmica na contemporaneidade são:

Geledés – Instituto da Mulher Negra, o *CEAP* – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, o *CEERT* – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade, a *Fala Preta!* – Organização das Mulheres Negras, a *Criola*, entre outras (SANTOS S.A, 2007, p.219).

Isto é, proliferaram no Brasil “ONGs que realizam trabalhos a favor da comunidade negra, no campo da assistência jurídica, da educação, da saúde reprodutiva” (DOMINGUES, 2008, p.110), caracterizando-se, em síntese, como programas que expõem alternativas para melhoria da qualidade de vida da população negra em diferentes instâncias na sociedade, sendo, dessa forma, uma modalidade de resistência da população negra e, por consequência, dos Movimentos Sociais Negros, uma vez que aumenta o campo de atuação, por possuírem uma razão de cunho assistencialista, oferecendo serviços que, na prática, são papéis do Estado e direito do cidadão.

O único problema das ONGs é enquanto a atuação política que se torna fragilizada. Esta situação surge quando são produzidas atividades através de financiamento de órgãos governamentais, de empresas privadas ou de agências estrangeiras. “Em alguns casos, a perda da autonomia ou da mudança de suas metas e prioridades” (SANTOS S.A, 2007, p.110), comprometendo o desempenho dos Movimentos Negros que se tornaram ONGs. Por sua vez, esta realidade não remove a importância das ONGs que executam projetos que o Brasil não consegue, ou não quer promover aos seus cidadãos, em especial da população negra, existindo também como símbolo de luta resistência da pessoa negra.

A resistência da população negra também passou ser presente na internet e nas mídias sociais, principalmente nos últimos anos em razão da forte participação da web no cotidiano das pessoas. Neste sentido, é possível encontrar, por exemplo, em site e redes sociais a militância negra tentando mobilizar a sociedade sobre as consequências do racismo na sociedade atual. Uma ferramenta utilizada, hoje, para driblar as grandes empresas de comunicação que muitas das vezes não abordam a temática dos Movimentos Sociais. O que se busca, no geral, é promover a disseminação de ideias e o máximo de intercâmbios (DE MORAES, 2000). Assim sendo, este é um espaço em que os Movimentos Sociais podem se comunicar com a sociedade civil ou apenas de interagir, comentar, curtir e compartilhar informações no espaço virtual *on-line*. As primeiras entidades que apostaram na Web, de acordo com De Moraes (2000), são as seguintes:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Central Única do Trabajadores (CUT), a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, a Anistia Internacional, a Confederation Internationale des Syndicats Libres, o Human Rights Watch, o Greenpeace, a Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits), o Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do México, entidades feministas e partidos políticos (DE MORAIS, 2000, p.142).

Hoje é possível encontrar uma diversidade de entidades e Movimentos Sociais que adotaram o chamado ativismo digital. No caso dos Movimentos Sociais Negros não é diferente, e assim são identificados mobilizações tradicionais, já reconhecidas pela sociedade como o MNU, na internet. Há também grupos de atuação regional, local, universitária, feminista, ONGs, dentre outros. Nesse ínterim, Castells (2005, 2013) afirma que a presença da militância digital decorre do fato de que a sociedade está inserida numa estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias e informação. Isto quer dizer que a atualidade está sendo mediada pela rede mundial de computadores que geram e distribuem informações, sendo, contudo, desenhada na concepção chamada por Castells (2005, 2013) de “sociedade em rede”.

Assim sendo, esta hipótese torna-se crucial a presença dos Movimentos Sociais Negros nas redes mundiais de computadores, com a finalidade de distribuir informações entre as pessoas que pertencem ao grupo, como também ao público que não faz parte deste seguimento. Com efeito, logo, é somado como mais um modelo de resistência da população negra no Brasil. Esta adesão ao mundo digital salienta a facilidade de adaptação deste grupo, visto que a maioria das entidades, militantes e Movimentos Sociais Negros estão na internet, em sites de relacionamento, *blog*, *microblog*, *videolog* e redes sociais, dentre outros.

Além disso, os Movimentos Negros não se satisfizeram com a sua presença *on-line*, pelo contrário, entendendo que a sociedade atual se baseia, sobretudo, na tecnologia e conexão através das redes sociais (CASTELLS, 2005, 2013). Os Movimentos Negros tornaram-se fonte de referência em assuntos que envolvem a população negra e começaram desenvolver ações para atingir novos tipos de militância digital que surgiram com o advento da internet. É o caso do usuário mídia, mais conhecido como influenciador digital, “que produz, compartilha, dissemina conteúdos próprios e de seus pares, bem como os endossa junto às suas audiências em *blogs*, *microblogs*, fóruns de discussão *on-line*, sites de relacionamento, entre outros” (TERRA, 2012, p.77).

Esses influenciadores possuem a capacidade de inspirar uma massa de jovens que gostam da interação e comunicação mediada pelas telas, de forma *on-line*. Então, os Movimentos Negros, compreendendo a oportunidade de disseminar o seu conteúdo para combater o racismo, que tem origem de suas lutas ao decorrer do tempo, também se apropriou, dessa forma, de expressão digital. Um exemplo disso é a atuação da página do MNU, no site de relacionamento conhecido como *Facebook*, utilizada para disseminar conhecimentos pertinentes à pessoa negra, na qual convoca, inclusive, em seus conteúdos, influenciadores digitais negros para difundir a informação na rede.

Contudo, a partir do histórico de resistência do Movimento Social Negro que busca, essencialmente, o reconhecimento de sua cidadania e direitos numa sociedade hegemônica que tenta, a todo custo, excluir sua importância para o país, cultura, história e vivências. Touraine (2011) explica que o início de desenvolvimento de qualquer movimento social se dá com a formação do que o autor denomina de ação libertadora de recorrer ao sujeito, ao eu ator, ao eu subjetivo. Já para Melucci (1989, 1996 e 2001) o movimento social é gerado através das demandas ou conflitos que surgem através do embate entre dois atores sociais opostos, que lutam pelo mesmo recurso. Ou seja, seguindo a lógica interpretativa, os autores (Touraine e Melucci) entendem os movimentos sociais como sujeitos ou atores coletivos, capazes de gerar conflitos (ALENCAR RODRIGUES, 2017), logo, por consequência, esses atores ou sujeitos propõem mudanças sociais nas mais diversas instâncias da vida social, inclusive o *status* de cidadania. Esta conclusão resume o que ocorreu com os Movimentos Sociais Negros que, ao decorrer da história tiveram, se adaptaram as conjecturas políticas e demandas da sociedade, resistindo a todo e qualquer manifestação de racismo e exclusão. Isto tudo, através de um protagonismo da pessoa negra que ainda não é reconhecido pela coletividade, inclusive nas universidades.

Portanto, os Movimentos Negros devem ser compreendidos como uma pessoa política, “com uma trajetória histórica, integrante do contexto atual da organização dos movimentos sociais e participante da articulação transnacional com outros movimentos e ONGs na luta pela construção de uma sociedade democrática” (GOMES, 2011, p.133), já que os Movimentos Sociais Negros brasileiros são caracterizados como uma possibilidade de resistência contra todo o sistema de dominação, discriminação, estigmatização, opressão e violência em todos os âmbitos da vida em sociedade da pessoa negra. Além do mais, é aceitável afirmar também que os Movimentos Negros, oportunamente resistir a todo discurso hegemônico colocado, sobretudo, na mídia, de tal modo que, do período escravagista até

nossos dias, soube a população negra se reinventar enquanto sujeito/ator social e resistir às armadilhas dos denominados grupos hegemônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desafio de desvendar como se manifesta o discurso do racismo em razão da articulação entre a comunicação, representação social, cidadania e a categorização das modalidades de expressão da discriminação e preconceito identificados pelas Teorias do Preconceito, o aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici (1978), sobre perspectiva de abordagem cognitivo-estrutural, desenvolvida por Jean-Claude Abric (2001 e 2003) e a Teoria do Núcleo Central (TNC), mostrou-se capaz de explicar como se manifesta o racismo na mídia impressa e o modo que este discurso colabora com a construção da representação da pessoa negra, permitindo também desvelar a que ponto a discriminação, a aversão e repúdio contra o negro estão enraizados na cultura, costumes, hábitos, normas, comportamentos e atitudes da sociedade brasileira.

Partiu-se, no geral, do pressuposto de que a sociedade considera socialmente errado qualquer demonstração de racismo, discriminação e aversão contra a população negra. Desse modo, as pessoas buscam outras formas comportamentais de expressar o seu desafeto, repúdio e inimizade à população negra (como identificado, inicialmente, pelas chamadas Teorias do Preconceito) e que indicam estar internalizados no inconsciente e, logo, reproduzidos no discurso, fazendo parte da representação social da pessoa negra brasileira, sobretudo se o discurso da mídia for considerado como sendo do senso comum (BRAGA, 2011).

Nesse cenário de antagonismo racista, de discriminação e preconceito construiu-se um *corpus* de notícias que traziam a pessoa negra como assunto principal. Então, foi escolhido o período de comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, proporcionando 42 reportagens, produzidas entre 2012 e 2017 pela *Folha de S. Paulo*, analisadas através do método de tratamento de dados conhecida como a Análise de Similitude (SÁ, 1996; OLIVEIRA e SÁ, 2001 e ALMEIDA, MARTINS e TRINDADE, 2003) e Quadrante de Quatro Casas (ABRIC, 2003; SIMONEAU e OLIVEIRA, 2011 e SANTOS, SHIMUZI e MERCHAN-HERNNANN, 2014).

Com efeito, as Árvores Máximas de Similitude e os Quadrantes de Quatro Casas mostraram que entre os períodos de 2012 a 2017, há o frequente discurso categorizado como: 1. O Racismo Cordial (TURRA e VENTURI, 1995) buscando maneiras de não demonstrar a sua aversão à pessoa negra; 2. A modalidade do Racismo Moderno (MCCONAHAY, 1986) compreendendo o negro como transgressor de alguns valores e privilégios; 3. Um discurso de

Racismo Ambivalente (KARTZ e HASS, 1988) exaltando valores positivos e negativos da pessoa negra para esconder a sua inimizade; 4. A forma do Racismo Aversivo (GAERTNER e DOVIDIO, 1986) que procura não falar sobre os problemas enfrentados pela população negra; 5. Um discurso chamado de Racismo Simbólico (MC CONAHAY e HOUGH, 1976) onde se observa um fala que não aceita a igualdade de valores, privilégios e “benefícios”; e 6. A forma do Racismo Sutil (PETTIGREW & MEERTENS, 1995) que defende valores tradicionais da pessoa branca hegemônica através da justificativa cultural.

Em seguida, o branqueamento (PIZA, 2000, BENTO, 2002, SOVIK, 2004; 2009), compreendido como um pacto com regras, normas e atitudes da pessoa branca, na qual o negro é impelido aderir, é recorrente nas Árvores Máximas de Similitude e nos Quadrantes de Quatro Casas de 2012 a 2017.

Nesse sentido, a metodologia mais utilizada, para esconder e suavizar o desafeto, a inimizade, a discriminação, o preconceito e o racismo, se expressa através da modalidade categorizada como branqueamento moral e/ou social, que incentiva assimilação dos comportamentos positivos do branco. Depois, surge a modalidade de branqueamento estético, que se expressa quando o modelo branco de beleza é considerado assimilado pela pessoa negra e, finalmente, surge o branqueamento biológico, que, em resumo, incentiva o casamento inter-racial.

Também é frequente nos Quadros de Similitude e Quadrantes de Quatro Casas a presença de uma noção de aculturação da pessoa negra. Esse fenômeno, como demonstrado nas análises, busca afastar a população negra da sua ancestralidade, promovendo a assimilação dos valores do branco hegemônico, mesmo que também provoque mudanças de ambas às culturas.

O estudo também mostra que no Brasil o preconceito assumiu novas formas de manifestação e, por consequência, as ações elencadas por Allport (1954) no século XX, não fazem parte da realidade brasileira do século XXI, sendo, dessa maneira, uma experiência fundamentalmente americana. De acordo com Allport (1964), o preconceito gera ações como: 1. Antilocução: que são comentários preconceituosos entre amigos e ocasionalmente entre estranhos; 2. Prevenção: o preconceito leva a pessoa a evitar grupos e pessoas; 3. Discriminação: o preconceito leva à tentativa de exclusão de pessoas ou grupos de seus empregos e bairros, o acesso aos direitos humanos, sociais ou civis; 4. Ataque físico: o preconceito leva à violência física ou simbólica contra pessoa ou grupos; 5. O preconceito leva ao homicídio de pessoas ou massacre de grupos. Estas ações não fazem parte da

realidade brasileira, visto que são frequentes as modalidades de discriminação caracterizadas pela sutileza como, por exemplo, o Racismo Cordial.

Retomando-se a questão de pesquisas que norteou este trabalho: Como se manifesta os racismos na mídia impressa e, em especial, como este discurso colabora com a construção da representação da pessoa negra? E com o objetivo de responder à questão de pesquisa temos: Em relação à primeira pergunta, após a análise dos Quadros de Similitude de Quadrante de Quatro Casas de 2012 a 2017, verifica-se que o discurso racista no Brasil, especialmente no jornal impresso *Folha de S. Paulo*, manifesta-se de diversas formas. Afinal, é identificado que o discurso do jornal busca ser cordial, moderno, ambivalente, aversivo, simbólico e util – como categorizadas pelas Teorias do Preconceito.

Além disso, é apontado que no Brasil os ideais de branqueamento e embranquecimento da população negra são utilizados como uma espécie de estratégia para suavizar, ainda mais, o desafeto, a inimizade, a discriminação, o preconceito, o racismo e, finalmente, a aversão do branco contra tudo que vem da pessoa negra e de origem africana.

Ou seja, o Racismo Cordial se utiliza de pressupostos da ideologia de branqueamento, especialmente, as modalidades de embranquecimento moral e/ou social, estético e biológico, para não expressar sua aversão e racismo, sendo capaz de construir uma relação diplomática, amistosa e, até, fraterna entre negros e brancos.

Assim sendo, com este cenário, e seguindo a lógica interpretativa, entende-se que todo o conjunto de estratégias (branqueamento e Racismo Cordial) passa de uma forma de assimilar e, por final, aculturar a pessoa negra na sociedade que nasceu essencialmente sobre a cultura do branco, caso seja considerado os estudos de Fanon (2008), Marconi e Presotto (2010) e Pereira (1983).

Com relação à segunda pergunta, é necessário olhar para a representação social e midiática da pessoa negra reproduzida pelo jornal *Folha de S. Paulo*. De acordo com os dados da Análise de Similitude e Quadrantes de Quatro Casas de 2012 a 2017, a representação social do negro está ancorada na condição de escravizado, ainda do período colonial. Além disso, é corriqueira a associação do negro com atividades culturais, artísticas e de entretenimento. Apenas a Análise de Similitude e Quadrante de Quadro Casas de 2015 traz a compreensão de que a pessoa negra possui o nível escolar secundário. Já o ano de 2017 confere ao negro o nível de ensino superior. Os demais anos, somente a educação básica faz parte da representação social e midiática da pessoa negra.

Dessa forma, é possível dizer que a representação social e midiática do negro é de uma pessoa que possui o nível escolar básico, com certo grau de intelectualidade, sobrevivendo e

desenvolvendo atividades na área da cultura, arte e entretenimento. A pessoa negra também possui sua imagem ancorada na condição de escravizado, resquício do período colonial que ainda resiste na contemporaneidade.

E se for para traçar um perfil exato da pessoa negra, retratada na *Folha de S. Paulo*, as análises de 2015 dispõem da figura de uma criança fazendo parte das narrativas. Já o ano de 2017 aponta a personalidade da mulher, na condição de mãe, sendo retrada nas matérias jornalísticas. Ou seja, em resumo, o jornal representa em suas narrativas, em sua maioria, a figura de uma criança. Depois, quando não surge um garoto (a), retrata-se uma mulher, especialmente, na condição de mãe.

Com isso, é demonstrado que o discurso da mídia impressa constrói uma compreensão da pessoa negra, desconsiderando a pluralidade da cultura, ancestralidade e vivência do negro brasileiro que possui sua origem no continente que é considerado o berço da humanidade.

É possível notar que o passado do Brasil Colônia ainda está resistindo na contemporaneidade e indica colaborar para fortalecimento de compreensões negativas no cognitivo individual e, finalmente, extinguindo a possibilidade de desenvolver narrativas positivas que colaborem para promoção de uma verdadeira cultura antirracista.

Confere-se nesse contexto que nas Análises de Similitude e Quadrantes de Quatro Casas, de 2012, 2013, 2014 e 2016, mostram que a cidadania não faz parte da representação social da pessoa negra. Em contrapartida, as edições de 2015 e 2017 trazem os direitos políticos reconhecidos, compondo a imagem do negro.

Assim sendo, de modo geral, verifica-se que o *status* de cidadania, propriamente dito, não é concedido e nem faz parte da representação social e midiática da pessoa negra brasileira, retratada pelo jornal impresso *Folha de S. Paulo*. Apenas os direitos políticos indicam ser garantidos, mas não na sua totalidade, como demonstrado nas análises de 2015 e 2017. Essa afirmação – é importante destacar – pondera as questões como a representação social do negro estar fundamentada no passado colonial, na condição de escravo, juntamente com as modalidades discursivas (Racismo Cordial, Sutil, Aversivo, Ambivalente, Simbólico, Moderno e Branqueamento) catalogadas também compondo a imagem dessa população.

Com efeito, a partir desse cenário é confirmada a tese de Carvalho (2003), na qual defende que no Brasil é garantido a população apenas os direitos políticos, relegando os demais (sociais e civis). Por outro lado, também é evidenciado que a pessoa negra possui uma cidadania denegada por, essencialmente, estar marcado pela exclusão que se manifesta através da discriminação racial, pela ausência de espaços de participação dentro do ambiente em que se vive e também por conta da falta do conhecimento necessário para a cidadania

(DURSTON, 1999). Nesse sentido, passando a compor o grupo populacional com *status* de subcidão de Souza (2003), sendo compreendido como o grupo dos não pertences, anulados, reconhecidos da ralé (SOUZA, 2003), permanecendo abaixo da cidadania, numa categoria inferior (TUZZO, 2014).

Entretanto, este resultado negativo não invalida a resistência histórica da pessoa negra e dos Movimentos Sociais da População Negra, pelo contrário, o presente estudo comprova que esta cobrança realizada pelo negro, em busca da garantia de seus direitos e demandas, tem considerável efeito no quesito representatividade na medida em que também foram identificados progressos em alguns anos, como visto nos gráficos. Aliás, é demonstrado como o discurso pode ser dissimulado, podendo aderir uma mensagem que indica ter um cunho antirracista, mas que na realidade carrega em sua essência a inimizade, o desafeto e o repúdio da pessoa negra.

Assim, é evidenciado a necessidade de questionar todos os modelos, discursos, comportamentos e atitudes que se dizem contra o racismo, pois foi confirmado a premissa de que ter um comportamento de discriminação, preconceito e racismo não é socialmente aceito, fazendo com que surjam na sociedade contemporânea, outras modalidades de expressão capazes de demonstrar a aversão de certas pessoas ou grupos, que em sua maioria, não são explícitas e de fácil identificação.

Um elemento inusitado, revelado na pesquisa, é que mesmo comprovando a modalidade do Racismo Cordial na sociedade brasileira, após a parceria entre os jornalistas Cleusa Turra, Gustavo Venturi, Data Folha e jornal impresso *Folha de S. Paulo* que resultou no livro *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*, publicado em 1995, a Folha ainda reproduziu a teoria em suas narrativas durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra. Desse modo, esse aspecto mostra que o discurso da sociedade também é o da mídia. Por outro lado, é apontado que os profissionais da comunicação, especialmente jornalistas, precisam ter conhecimento aprofundado sobre o racismo no Brasil. Outra surpresa é a baixa constância do branqueamento estético, no *corpus* textual analisado, visto que é um fenômeno nítido na sociedade brasileira, como destaca Sovik (2009).

Por fim, o estudo não conseguiu identificar os efeitos sociais e psicossociais das Teorias do Preconceito na sociedade, especialmente na modalidade do Racismo Cordial. Além disso, a pesquisa não obteve respostas para compreender o motivo do passado como escravizado ainda continuar presente da representação social da pessoa negra brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. La recherche du noyar et de la zone muette des représentations sociales. In: _____. **Méthodes d'études e de la zone muette des représentations sociales**. Saint Agne: Eres, 2003. p. 119-143. Disponível em: <http://www.europhd.eu/html/_onda02/07/PDF/9th%20Lab%20Meeting%20Scientific%20Material/Abric/Abric.pdf>. Acesso em: 08 out. 2014.
- ABRIC, Jean-Claude. **Prácticas sociales y representaciones**; S. A. de C, V. 1.ed. Distrito Federal, México Ediciones Covoacén; 2001. Disponível em: <http://www.academia.edu/4035650/ABRIC_Jean_Claude_org_Practicas_Sociales_y_Representaciones>. Acesso em 9 de janeiro de 2018.
- ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Juliana; RAMUSKI, Carmen Lídia. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 19, p. 57-73, 2010.
- ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos estudos CEBRAP**, v. 43, p. 45-63, 1995.
- ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, p. 283-300, 1996.
- ALENCAR RODRIGUES, Rafael. **A representação midiática-intitucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2017.
- ALENCAR, Maria Gisele de. *et al.* **Relações etnicorraciais**: saberes e experiências no cotidiano escolar. UEL, Londrina, 2010.
- ALLPORT, Gordon W. **La natureza del prejuicio**. Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1977.
- ALLPORT, Gordon W. **The Nature of Prejudice**. United States Of America: Perseus Books Publishing, 1954.
- ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e estado**, v. 24, n. 3, 2009.
- ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araújo. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural, 2003.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Feminist Interventions: Postcolonialism, Power and Subalterneity. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 689-700, 2013.
- AMARAL, Virgílio. Níveis de análise da ancoragem das representações sociais da inteligência e do seu desenvolvimento: Das posições sociais objectivas às identidades sociais. **Análise Psicológica**, v. 15, n. 2, p. 305 a 317, 1997.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira.** (2.ed). São Paulo: Senac, 2004.

ARRUDA, Ângela. **Teorias das representações sociais e teorias de gênero.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 127-14, nov. 2002.

BARBOSA, Luciene Cecília. As situações de racismo e branquitude representadas na telenovela “Da cor do pecado”. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2004.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação:** da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 2001.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo:** ensaio sociológico. São Paulo: Editora Anhembi, 1955. Disponível em: <https://goo.gl/DS31Rm> Acesso em 15 de agosto de 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELISARIO, Katia; GERALDES, Elen Cristina; MOURA, Dione. Para “inglês” ver: apontamentos sobre representações da mulher brasileira em casos repercutidos na imprensa internacional. **Revista Sociais e Humanas**, v. 26, n. 3, p. 467-477, 2013.

BELL; D. W., & ESSES; V. M. (2002). Ambivalence and response amplification: A motivational perspective. **Personality and Social Psychology Bulletin**, 28, 1143-1152.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25 a 58.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em Preto e Branco.** São Paulo: Ática, 2005.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos;** tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BEZERRA MACHADO, Laêda; DE ALMEIDA ANICETO, Rosimere. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, v. 18, n. 67, 2010.

BOLSON, Bibiana Hegele. **A Folha de São Paulo e o racismo no futebol brasileiro:** análise das coberturas jornalísticas nos casos Desábato/Grafite e Patrícia Moreira/Aranha. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

BONNICI, Thomas. Avanços e ambiguidades do pós-colonialismo no limiar do século 21. **Revista Léguas & Meias**, v. 1, n. 3, p. 186-202, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRAGA, Clodomilson Fernandes et al. **Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e conflito**: o caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (2005-2009). Tese de Doutorado, 2011.

BRAGA, Clodomilson Fernandes; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Invisible and subordinates: the social representations of indigenous. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 499-506, 2012.

BRAGA, Clodomilson Fernandes; TUZZO, Simone Antonaci. Dados abertos à brasileira: aspecto de uma cidadania denegada. **Comunicação & Inovação**, v. 18, n. 37, p. 48-65, 2017.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CABECINHAS, Rosa. **Representações Sociais, relações intergrupais e cognição social**. Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Braga: Portugal, 2004.

CABECINHAS, Rosa; AMÂNCIO, Lígia. **Dominação e exclusão**: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação, Universidade do Minho, Braga, 12-15 de Maio de 2004.

CAMARGO, Brigido Vizeu *et al.* Representações sociais e adesão ao tratamento antirretroviral. **Liberabit**, v. 20, n. 2, p. 229-238, 2014.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013a.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013a.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. **Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina**, 2013b. Disponível em: <<https://goo.gl/9B8HxA>> Acesso em: 13 de março de 2018.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. **Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina**, 2013b. Disponível em: <<https://goo.gl/9B8HxA>> Acesso em: 13 de março de 2018.

CAMINO *et al.* A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, v. 1,n.1,p. 13-36, 2001.

CAMINO, Leônicio, SILVA, Patrícia da, MACHADO, Aline e PEREIRA, Cícero. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, v. 1,n.1,p. 13-36, 2001.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, 2010b.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007).** Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil:** mito e realidade. São Paulo: Editora Atica, 16.ed, 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial:** Portugal e Brasil-Colônia. São Paulo: Editora Brasilense, 2.ed, 1988.

CARNEIRO, Suely. Ideologia tortuosa. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, n. 64, julho de 2002. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/reportagens_entrevistas.asp?especial=16&materia=71>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

CARVALHO, José Murilo de (1939). **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Noel dos Santos. O negro no cinema brasileiro: o período silencioso. **Revista Plural** (São Paulo. Online), v. 10, p. 155-179, 2003.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede:** Do Conhecimento à Acção Política. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 2005, p. 17-30.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. 1. ed.–Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHIAVENATO, Julio José (1939). **O negro no Brasil:** da senzala à abolição. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

CICONELLO, Alexandre. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. In: **From Poverty to Power:** How Active Citizens and Effective States Can Change the World. USA: Oxfam International, 2008.

CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

COSTA, Rosely Gomes. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p.94-120, 2009.

D'AMARIO, Edison Quirino. Racismo Moderno: Um estudo sobre a incidência em uma instituição bancária do Estado de São Paulo. XV Semead – **Seminários em Administração**, 2012. Disponível em:<<http://sistema.semead.com.br/15semead/resultado/trabalhosPDF/772.pdf>> Acesso em 11 de julho de 2018.

DA COSTA, Emília Viotti. **A Abolição.** São Paulo: Global, 4. ed, 1988.

DA COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Unesp, 4. ed, 1998.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua.** Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DA SILVA, Luiz Claudio Barroca; VASCONCELOS, Sérgio Sezino Douets. APONTAMENTOS INTERPRETATIVOS DO DISCURSO ANTI-SINCRETISMO NO BRASIL. Letras, p. 37, 2005. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/apontamentos_interpretativos_do_discurso.pdf> Acesso em 25 de julho de 2017.

DA SILVA, Maria de Fátima Ferreira; DE MORAES, Lauro Almeida. Mídia e racismo: Época e IstoÉ na Semana da Consciência Negra. **Revista Científica da Faminas**, v. 5, n. 2, 2016.

DA SILVA, Paulo Vinicius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

DE AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites--século XIX**. Annablume, 1987.

DE AZEVEDO, Fernando. **Na batalha do humanismo:** aspirações, problemas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: 1966.

DE CASTRO INNOCENCIO, Isabela Torres. **Memória de Afrodescendentes no Vale do Paraíba:** de colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade a bairro de Vila Isabel. Lugar de memória, história e esquecimento em Três Rios, 1882-1951. Letra Capital Editora LTDA, 2015.

DE MORAES, Dênis. **Comunicação virtual e cidadania:** movimentos sociais e políticos na Internet. 2000. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2018.

DE OLIVEIRA, Denize Cristina; DE SÁ, Celso Pereira. Representações sociais da saúde e doença e implicações para o cuidar em enfermagem: uma análise estrutural. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 54, n. 4, p. 608-622, 2001.

DE OLIVEIRA, Laiana Lannes. **A Frente Negra Brasileira:** política e questão racial nos anos 1930. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2002.

DIAS, André Bonsanto. O estabelecimento dos fatos: uma análise da Folha de S. Paulo e seus rastros memoriais durante o regime militar no Brasil. **VIII Encontro Nacional de História da Mídia**, 2010, Unicentro, Guarapuava-PR. DISPONIVEL EM: <<https://bit.ly/2EK6DnJ>>. Acesso em 23 de outubro de 2018.

DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória:** Usos do passado e as (re) construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o'golpe de 1964'e a'ditabrand'. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2D0cDal>>. Acesso em 23 de outubro de 2018.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 3, p.563-599, 2002.

DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latinoamericanos**, n.10, p. 116-131, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, n. 21, 2008.

DOS ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Cartografia e Quilombos: Territórios Étnicos Africanos no Brasil. Africana Studia Nº9. **Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto** (CEAUP)(Ed.), p. 337-355, 2006.

DOS SANTOS, Walberto Silva *et al.* Escala de racismo moderno: adaptação ao contexto brasileiro. **Psicol Estud**, v. 3, p. 637-645, 2006.

DOVIDIO, J. F., & GAERTNER, S. L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of aversive racism. In J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Orgs.), **Confronting racism**: the problem and the response (pp. 3-32). Thousand Oaks, Califórnia: Sage.

DOVIDIO, John F.; GAERTNER, Samuel L. Aversive racism and selection decisions: 1989 and 1999. **Psychological science**, v. 11, n. 4, p. 315-319, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. (Joaquim Pereira Neto. Trad.), São Paulo: Paulinas, 1989.

DURSTON, John. Limitantes de ciudadanía entre la juventud latinoamericana. Última Década, núm. 10, mayo, 1999, p. 0 **Centro de Estudios Sociales**. Valparaíso, Chile.

ELIAS, Norbert, & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPELT, Esteve; JAVALOY, Federico; CORNEJO, José-Manuel. La paradoja del racismo aversivo hacia los inmigrantes: un estudio experimental. **Revista de Psicología Social**, v. 21, n. 1, p. 3-20, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: DA SILVEIRA, Renato. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era. São Paulo: Globo livros, 3ª edição, 2008.

FERRETTI, Sérgio E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 8, p. 182-198, 1998.

FERRETTI, Sérgio. **Multiculturalismo e sincretismo**. In: MOREIRA, A S e OLIVEIRA, I D. O futuro das religiões na sociedade global. Uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas/UCG, 2008, p 37-50. Disponível em: <<https://gurupi.ufma.br/jspui/bitstream/1/183/1/Multiculturalismo%2520e%2520Sincretismo.pdf>> Acesso em 25 de julho de 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed, 2009.

FOLHA DE S. PAULO, 2000. **CIRCULO FOLHA: HISTÓRIA FOLHA**. Disponível em:<<https://bit.ly/2CAcdWY>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

FOLHA, 2017. **INSTITUCIONAL**. Disponível em:<<https://bit.ly/2yWfvk5>>. Acesso em 23 de outubro de 2018.

FORMIGA, Nilton S. Ambivalência das Atitudes Preconceituosas Frente aos Grupos Sociais Minoritários Brasileiros. Psicologia.com.pt. **O Portal dos Psicólogos**, 2015. Disponível em:<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0257.pdf>>. Acesso em 12 de julho de 2018.

FREIRE, Paulo (1970). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Wendel. Metodologias em representações sociais aplicadas ao estudo de programas de jornal na educação. **Conhecimento & Diversidade**, v. 2, n. 3, p. 51-64, 2010.

GAERTNER, Samuel L.; DOVIDIO, John F. The aversive form of racism. San Diego, CA, US: **Academic Press**, 1986.

GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. **Adesão ao fascismo e preconceitos contra negros**: um estudo com universitários na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13^a. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas Editora, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de M. B. M. L. Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 4. ed,1988.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. São Paulo: Vozes, 2003.

GOLDMAN, Marcio & SILVA, Ana Claudia Cruz da. Os muitos movimentos negros. São Paulo, Folha de S. Paulo, 23/11/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2OTSdS0>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

GOMES, Flávio. **Negros e política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/vdMrV8> Acesso em 15 de janeiro de 2018.

GOMES, Mayara Rodrigues. As representações sociais entre estudos culturais e psicologia social, a psicanálise. **Revista Calígrama** (São Paulo. Online), v. 2, n. 2, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil:** ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GONÇALVES, Alexandra Isabel de Sá; GARCIA-MARQUES, Teresa. A manifestação aversiva de racismo: Dissociando crenças individuais e crenças culturais. **Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 411-424, 2002.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Representações sociais sobre educação étnico-racial de professores de Ituiutaba – MG e suas contribuições para a formação docente. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Representações sociais sobre educação étnico-racial de professores de Ituiutaba – MG e suas contribuições para a formação docente. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALES, L.; HASENBALG, C. A. (Org.). **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 9-66, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Luiz Antonio Silva, Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos, Brasília, Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1983. p. 223-244.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). **Os construtores da informação: Meios de comunicação, ideologia e ética.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Depois da democracia racial.** Tempo social, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara:** ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2010.

HALL, Stuart. **Da Diáspora.** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte/ Brasília: Ed. UFMG/ UNESCO, 2003.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. p. 151-188, 2011. Disponível em: <https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

HOHLFELDT, Antônio. Espiral do Silêncio. **Revista Famecos**, nº 8, Porto Alegre, 1998.

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude X Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco. **Anais do III EBECULT – Encontro Baiano de Estudos em Cultura**, 2012.

JODELET, Denise. (1989). Representações Sociais: um domínio em expansão. In Denise Jodellet, (org.). **As representações Sociais**. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JONAS; K., BROEMER; P., & DIEHL; M. (2000). Attitudinal ambivalence. **European Review of Social Psychology**, 11, 35-74.

JONES, James M. **Racismo e preconceito**; tradução, Dante Moreira Leite. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

JOVCHELOVITCH, Sandra. (2002). Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In **Textos em representações sociais**. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUSTO, Ana Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais¹. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/arZJzU>> Acesso em: 13 de março de 2018.

KATZ, I. & HASS, R.G. Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 55, n.6, p.893-905, 1988.

KATZ; I., & HASS; R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. **Journal of Personality and Social Psychology**, 55, 893-905.

- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia:** estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Editora Edusc, 2001.
- KINDER, D.R. & SEARS, D.O. Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 40, n.3, p. 414-431, 1981.
- LARA, Oruno D. Debaixo do chicote. In. **200 anos após a primeira escravidão:** um crime sem castigo. Dezembro, 1994, p. 9 a 12.
- LICURSI, Cristiane Aparecida. **Racista, eu?** As diferentes formas de manifestação do racismo em relação ao negro: um estudo em uma indústria farmacêutica. Dissertação. Mestrado em Administração de Empresas. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- LIMA, Andreza Marua de; MACHADO, Laêda Bezerra. O “bom aluno”; conteúdo e estrutura das representações sociais de professoras. **Educação Unisinos**, v 15, n. 1, p. 40-50, janeiro/abril, 2011.
- LIMA, Marcus Eugênio O.; VALA, Jorge. A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. **Psicologia USP**, 16, p. 143-165, 2005.
- LIMA, Marcus Eugênio O.; VALA, Jorge. Sucesso social, branqueamento e racismo. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 20, n. 1, p. 11-19, 2004.
- MALOMALO, Bas' ilele. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil:** políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009). Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista (UEP). 2010.
- MARCHAND, Pascal; RATINAUD, Pierre. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). In: **Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**. v. 2012, p. 687-699, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1kUQ4i9>> Acesso em: 13 de março de 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia:** uma introdução. São Paulo: Atlas, 7. ed, 2010.
- MARKOVA, Ivana *et al.* Social representations of the individual: a post-Communist perspective. **European Journal of Social Psychology**, v. 28, n. 5, p. 797-829, 1998.
- MCCONAHAJY, J. B., & Hough, J. C. Jr. (1976). Symbolic racism. **Journal of Social Issues**, 32, 23-45.
- MCCONAHAJY, J.B. Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. Em J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (1986, pp. 91-125). Nova York: **Academic Press**.

MCCONAHLAY, John B.; HARDEE, Betty B.; BATTS, Valerie. Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. **Journal of conflict resolution**, v. 25, n. 4, p. 563-579, 1981.

MELO, Cynthia. **2 Preparando banco de dados do Iramuteq**. Youtube LEPP-Saúde LEPP-Saúde, 21 ago. 2017a. Disponível em: <https://youtu.be/ygKct1ps_2Y>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MELO, Cynthia. **6 AFC**. Youtube LEPP-Saúde LEPP-Saúde, 05 set. 2017b. Disponível em: <<https://youtu.be/bEihghhSK-8>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MELO, Cynthia. **7 Iramuteq –Análise de Similitude**. Youtube LEPP-Saúde LEPP-Saúde, 19 set. 2017c. Disponível em: <<https://youtu.be/F47NgaAbipI>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MELUCCI, Alberto. **A experiência individual na sociedade planetária**. Lua Nova, nº 38, 1996, p. 199-221.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. Lua Nova, São Paulo, nº 17, junho de 1989, p. 49.

MENDONÇA, Rhayssa Fernandes; BRAGA, Clodomilson Fernandes. A Espiral do Silêncio e as Representações Sociais: Os Meios de Comunicação, a Legitimação e a Naturalização. **Apresentado no GP Teorias da Comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação**, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, p. 43-51, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, p. 9 a 29, 2002.

MONDAINE, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em Psicologia Social. 2ª. ed (P. A. Guareschi. Trad.), Petrópolis: Vozes, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impress, 1981.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** EdUFAL, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/3cyMev> Acesso em 15 de janeiro de 2018.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. Disponível em: <https://goo.gl/CdYALP> Acesso em 15 de agosto de 2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida**, n. 3º, p. 1-17, 2004. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noções-de-raça-racismo-identidade-e-etnia.pdf>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global Editora, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOËLLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral Del silencio.** Opinión pública: nuestra piel social, Paidós. Barcelona, 1995.

NOGUEIRA, Isildinha B. O corpo da mulher negra. **Encontro Sul-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise.** São Paulo, 1999, p. 40 a 45.

NOGUEIRA, Isildinha B. **O corpo da mulher negra.** Encontro Sul-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise. São Paulo, 1999, p. 40 a 45.

NUNES, Juliana Cézar. **Comunicação quilombola:** cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2013.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo contra negros: sutileza e persistência. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 29, p. 101-121, 2014.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Denize Cristina de; SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais da saúde e doença e implicações para o cuidar em enfermagem: uma análise estrutural. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 54, n. 4, p. 608-622, 2001.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-6.pdf>>. Acesso em: 04 de março de 2018.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **Considerações sobre o preconceito racial no Brasil.** Afro-Ásia, n. 8/9, 1969.

OROZCO, Guillermo. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania;** [tradução Paulo F. Valério]. São Paulo: Paulinas, 2014. (Coleção Educomunicação).

ORTIZ, Fernando. **Do fenômeno social da transculturação e sua importância em Cuba.** Trad. Lívia Freitas. In: El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana, 1983. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/cdrom/ortiz/ortiz.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2018.

PACHECO, Lwdmila Constant. Racismo cordial-manifestação da discriminação racial à brasileira-o domínio público e o privado. **Revista de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 137-144, 2011.

PADILHA, Joaquim Lucas Riquelme; Da SILVA, Mayara Martins da Quinta; FRANÇA, Greicy Mara. Análise comparativa de enquadramento noticioso: a forma como Veja e Carta Capital veicularam a acusação de racismo na torcida do Grêmio. Trabalho apresentado no IJ 1 – **Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro Oeste**, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto: 2005.

PEREIRA, Amilcar Araújo. “**O Mundo Negro**”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

PEREIRA, Cícero; TORRES ROSAS, Ana Raquel; ALMEIDA, Saulo Teles. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, n. 1, 2003.

PEREIRA, João Baptista Borges. Negro e cultura negra no Brasil atual. **Revista de Antropologia**, p. 93-105, 1983.

PETTIGREW, T.F. & MEERTENS, R.W. Subtle and blatant prejudice in western Europe. **European Journal of Social Psychology**, v. 25, n. 1, p. 57-75, 1995.

PINSKY, Jaime (1939). **A escravidão no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1998.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org). **História da Cidadania.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Regina Pahim. A representação do negro em livros didáticos de leitura. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p. 88-92, 1987.

PIRES, Ana Maria Lacerda Teixeira; ALONSO, Fernando Molero. El prejuicio racial en Brasil: nuevas medidas y perspectivas. **Psicología & Sociedad**, v. 20, n. 2, 2008.

PIRES, Ana Maria Lacerda Teixeira; ALONSO, Fernando Molero. El Prejuicio Racial en Brasil: Nuevas Medidas Y Perspectivas. **Psicología & Sociedad**, v. 20, n. 2, p. 277-289, 2008.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May. 2005. Disponível

em:<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? **Ninguém sabe, ninguém viu.** In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. (Orgs.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 97 a 125.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 59-90, 2002.

POESCHL, Gabrielle. **Processus d'ancrage et représentations sociales de l'intelligence.** Revista Psicologia, v. XII, n. 1, p. 85 a 100, 1998.

PRANDI, Reginaldo. **Referências sociais das religiões afro-brasileiras:** sincretismo, branqueamento, africanização. Horizontes Antropológicos, v. 4, n. 8, p. 151-167, 1998.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, Sílvia *et al.* **Mídia e racismo.** Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2002.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, n. 28, p. 14-39, 1996.

REIS, Sebastiana L. Arruda e BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 149 a 159, 2011.

REIS, Sebastiana L. Arruda e BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. Ver. **Teoria e Prática**, v. 12, n. 1, p. 133 a 144, 2009.

RIVERA, Giovani. **As novas formas de racismo e os valores sociais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2009.

RODRIGUES, Fernando. Racismo cordial. In: TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (org). **Racismo cordial.** 1º ed. São Paulo: Editora Ática, 1995, p.11-55.

RODRIGUES, João Carlos. **O negro brasileiro e o cinema.** (3.ed). Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2001.

ROSA, Walter. **Observando uma masculinidade subalterna:** homens negros em uma “democracia racial”. Trabalho apresentado no ST 18 A questão racial no Brasil e as relações de gênero O Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos, UFSC, 28, 29 e 30 de agosto de 2006.

ROSO, Adriane; STREY, Marlene Neves; GUARESCHI, Pedrinho; e BUENO, Sandra M. Nora. **Cultura e ideologia:** a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia & sociedade**, 14(2), 74-94, 2002.

ROUQUETTE, Michel-Louis. **As representações sociais no quadro geral do pensamento social.** In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega (eds.), *Perspectivas teórico metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB, p. 189 a 199, 2005.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 1996.

SALES JUNIOR, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo social**, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados** In: **Superando o Racismo na escola**. 2^a ed. revisada, Kabengele Munanga – organizador. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura das mídias**. 2^aed. São Paulo: Experimento, 2000.

SANTOS, Adelyany Batista dos; SHIMIZU, Helena Eri; MERCHAN-HAMANN, Edgar. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4545-4554, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. **Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico:** trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade Federal de Goiás. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2016.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília (UnB), 2007.

SARMIENTO, Gloria Patricia Piedrahita. **Educomunicação e cidadania: uma perspectiva latino-americana (Brasil-Colômbia).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário, cor e raça na Intimidade.** In: NOVAES, Fernando (org). *História da vida Privada no Brasil*. Pág. 177-184, São Paulo: Cia de Letras, 1998.

SEARS; D. O., & KINDER; D. R. (1971). Racial tensions and voting in Los Angeles. In W. Z. Hirsch (Org.), **Los Angeles: viability and prospects for metropolitan leadership**. Nova York: Praeger.

SEYFERTH, Giralda. A estratégia do branqueamento. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 25, p. 54-56, 1986.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico, 93, 175-203, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário antropológico**, v. 93, p. 175-203, 1995.

SEYFERTH, Giralda. "O beneplácito da desigualdade: Breve digressão sobre o racismo". In: SEYFERTH, Giralda et al Racismo no Brasil. Peirópolis. São Paulo, 2002.

SILVA, Ana Célia da. **Branqueamento e branquitude**: conceitos básicos na formação da alteridade. In: NASCIMENTO, A. D.; HRTKOWSKI, T. (Orgs.). Memória e formação de professores. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, Martiniano José. **Racismo à brasileira, raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SILVEIRA, Oliveira. **Vinte de Novembro**: história e conteúdo. In: Gonçalves, Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silvério, Valter Roberto (Orgs). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 21-42.

SIMONEAU, Adriana; OLIVEIRA, Denize Cristina de. Programa universitário para pessoas idosas: a estrutura da representação social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, n. 1, p. 11-21, 2011.

SOARES, Maria Victoria Benevides. **Cidadania e direitos humanos**. In: (org.), José Sergio Carvalho. Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.p.43-65.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: Identidade, povo e mídia no Brasil. 3^a ed e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUSA, Aryclennys e BRAGA, Claudomilson Fernandes. Mídia, Jornalismo e Cidadania: A representação do negro na mídia televisiva no Brasil. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 126-138, 2017.

SOUSA, Aryclennys e BRAGA, Claudomilson Fernandes. Mídia, Jornalismo e Cidadania: A representação do negro na mídia televisiva no Brasil. **Anais IX Seminario de la Asociación LatinoAmericana de Investigadores de la Comunicación – Alaic Goiânia**. Disponível em: https://mestrado.fic.ufg.br/up/76/o/Anais_ALAIC.pdf. Acesso em 9 de janeiro de 2018.

SOUSA, Aryclennys Silva; DA SILVA, Lethícia Alves; Faria, TUZZO, Simone Antoniaci e BRAGA, Claudomilson Fernandes. Procuram-se mulheres: De pele clara, cabelos lisos... preferencialmente!. **Anais do XL CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM**, 40, 2017, Curitiba. São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017>. Acesso em 09 de janeiro de 2018.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro. Editora Graall, Vol. 4, 1983.

SOUZA FILHO, Edson Alves de. Análise de Representações Sociais. In: Spink, Mary Jane (org). **O conhecimento no cotidiano:** As Representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 109-145.

SOUZA, Jessé de. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron (org.) **Branquideidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, p. 363-386, 2004.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicosocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

SPINK, Mary Jany. O estudo empírico das Representações Sociais. In: Spink, Mary Jane (org)). **O conhecimento no cotidiano:** As Representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 85-108.

SPIVAK, Guardo Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOCCHI II, Lauro. **Preconceito, branqueamento e anti-racialismo:** porque e como utilizar a categoria negro nas políticas de ação afirmativa. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2006.

TARMAN, Christopher; SEARS, David O. The conceptualization and measurement of symbolic racism. **The Journal of Politics**, v. 67, n. 3, p. 731-761, 2005.

TEIXEIRA, Bruno Rosa. **No fim, não foi só um jogo:** as representações do racismo nas coberturas de Zero Hora e Folha de São Paulo sobre o Caso Aranha. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa e NERY, Vanda Cunha Alberti. **Para entender as teorias da comunicação.** 2ª Edição, Uberlândia: Edufu, 2015.

TERRA, Carolina Frazon. Como identificar o usuário-mídia, o formador de opinião online no ambiente das mídias sociais. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, v. 2, n. 4, p. 73-96, 2012.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TOURAINE, Alain. **Após a crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (org). **Racismo cordial**. 1º ed. São Paulo: Editora Ática, 1995, p.83-95.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (org). **Racismo cordial**. 1º ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

TUZZO, Simone Antoniaci. **Os sentidos do impresso**. Goiânia: UFG, 2016.

TUZZO, Simone Antonaci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. O metafenômeno no processo de triangulação da pesquisa qualitativa. **CIAIQ2016**, v. 3, 2016.

TUZZO, Simone. **O lado sub da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia**. In: PAVA, Raquel e TUZZO, Simone Antonaci (orgs). Comunidade, Mídia e Cidade: Possibilidade comunitárias na cidade hoje. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

TUZZO, Simone; BRAGA, Claudomilson. O metafenômeno no processo de triangulação da pesquisa qualitativa. **CIAIQ2016**, v. 3, 2016.

VALA, Jorge. As representações sociais. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta. **Psicologia Social**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2006.

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta. **Psicologia Social**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2006.

VALA, Jorge. Racismo: **Representações sociais, preconceito racial e pressões normativas**. Revista Online partilhada. Volume 22. 2013.

VENTURI, Gustavo; PAULINO, Mauro Francisco. Pesquisando preconceito racial. In: TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (org). **Racismo cordial**. 1º ed. São Paulo: Editora Ática, 1995, p.83-95.

VIANA, NILDO, **Os Objetivos dos Movimentos Sociais**. Movimentos Sociais, 01(01), jul./dez. de 2016a.

VIANA, Nildo. **Os Movimentos Sociais**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

ANEXO I

I.I. *Corpus das notícias*

Texto 01: A favor das ações afirmativas

Data: Terça-feira, 20 de novembro de 2012

Editoria: Opinião/Editoriais

Autor: Marta Suplicy

Página: A3

Olhe em volta. Quantos colegas negros nos escritórios? Na escola dos filhos, no restaurante a que você vai? É preciso agir. O Ministério da Cultura lança hoje editais para negros. Tenho muito forte a convicção da necessidade de ações afirmativas para os negros. Essa posição vem de minha experiência morando nos Estados Unidos da América nos anos de mil novecentos e sessenta, vivendo a batalha pela inclusão por meio de cotas raciais desta parcela excluída. Por não falar bem inglês, fui colocada num curso de proficiência, juntamente com outros estudantes. Para minha surpresa, eu era a única branca numa classe de estudantes americanos. Eles quase que falavam pior que eu. Era um dialeto que na versão oral virava outra língua. Não demorei para entender porquê daquele grupo. As consequências para o país comecei a entender mais tarde. Entrar numa universidade, seleção das dez melhores dos Estados Unidos da América só era e continua sendo possível com notas muito altas. Aqueles estudantes não tinham a mais leve chance de estar ali ou acompanhar as aulas sem um reforço forte. Passados cinquenta anos, eles formariam uma sólida classe média e ocupariam altos postos na condução do país. Um deles, estudante em outras destas universidades de excelência, chegaria à presidência dos Estados Unidos da América. Essas oportunidades propiciaram a qualificação de milhares de jovens que levariam gerações para chegar ao patamar que hoje conquistaram. Eu vi acontecer, por isso acredito. Sei que há negros que conseguem quebrar a barreira do preconceito. Não é a realidade da maioria. Olhe em volta. Quantos negros colegas no escritório. No seu clube, Na escola de seus filhos. Na fila do cinema ou nos restaurantes que você frequenta. Repare, agora, quantos em situação serviçal. Os números mostram que tanto brancos pobres como negros que ingressaram por cotas nas universidades brasileiras têm se superado. Daqui a algumas gerações não necessitaremos mais de cotas. Entretanto, toda ação para agilizar esta ascensão ainda é necessária. Nos beneficiários da Lei Rouanet, poucos são os que apresentam projetos e menos ainda os que, se aprovados, conseguem captar recursos. Neste Dia Nacional da Consciência de Zumbi e da Consciência Negra em São Paulo, declarado feriado na nossa gestão o Ministério da Cultura lança editais em diversos

segmentos para criadores, produtores e artistas que se declaram negros. A Fundação Biblioteca Nacional fará a implantação de trinta pontos de leitura e formação de autores negros em todas as capitais. Estes novos talentos serão publicados em livros e irão percorrer o Brasil na Caravana dos Escritores, ao lado de nomes já consagrados. Também serão oferecidas bolsas para pesquisadores negros. Estamos instituindo o Prêmio Funarte Grande Otelo para investir em criação, produção e fazer com que artistas e produtores negros ocupem palcos, ruas, escolas e galerias de arte de todo o país. Fomentaremos trinta e três projetos nas categorias artes visuais, circo, dança música, teatro e preservação da memória, além da produção artística negra no Brasil. Por meio de nossa Secretaria do Audiovisual, vamos premiar seis produções em curta metragem. Trabalhos dirigidos e produzidos por jovens negros, de dezoito a vinte e nove anos, com temática livre e a possibilidade de utilização de técnicas de animação. Estas propostas amparam no Plano Nacional de Cultura e no Estatuto da Igualdade Racial, que prevê o combate à discriminação e às desigualdades étnicas e a implementação de incentivos e prioridade no acesso aos recursos públicos. O governo Dilma, através destas ações afirmativas do Ministério da Cultura, combate o preconceito e investe na expressão artística para preservar nossas raízes. Neste caminho, todos nós sairemos maiores.

Texto 02: Posse de Barbosa terá atores e ativistas

Data: Terça-feira, 20 de novembro de 2012

Editoria: Poder

Página: A10

Artistas são convidados para cerimônia que o ministro se tornará o primeiro presidente negro no Supremo. Militantes compara posse à eleição de Lula e diz que crianças negras terão um espelho no comando do tribunal. A cerimônia de posse do ministro Joaquim Barbosa na presidência do Supremo Tribunal Federal depois de amanhã vai reunir personalidades de fora do circuito jurídico e político em Brasília. A lista de convidados inclui celebridades como a apresentadora Regina Casé, o cantor Djavan, o casal de atores Lázaro Ramos e Taís Araújo, além do piloto Nelson Piquet. Foram enviados cerca de dois mil convites. Uma delegação estrangeira também é esperada. Foram mais de cem convites para pessoas da França, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra. São conhecidos da vida acadêmica do ministro no exterior. Barbosa é doutor e mestre em Direito Público pela Universidade de Paris 2 Panthéon Assas. A presidente Dilma Rousseff e o presidente da Câmara, Marco Maia, partido dos trabalhadores de São Paulo, também confirmaram presença. Barbosa será o quadragésimo

quarto presidente do Supremo, sendo o primeiro negro a comandar a mais alta corte do país. Representantes do movimento negro também devem comparecer, como o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, e o advogado Humberto Adami, do Instituto de Advocacia Racial. É um fato histórico tão importante quanto à eleição de Lula, disse Adami, amigo de Barbosa desde a Universidade de Brasília, onde o ministro estudou direito de mil novecentos e setenta e cinco a mil novecentos e oitenta e dois. O importante é que as crianças negras vão ter um espelho a ver no jornal a foto de um negro que é presidente da mais alta corte e vem dando exemplos seguidos de combate à corrupção, completou o advogado. Para a posse, o ministro pediu para os discursos serem curtos e cortou os cumprimentos. A justificativa é seu problema crônico no quadril, que dificulta a permanência em uma solenidade longa. As falas do procurador geral da República, Roberto Gurgel, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, do ministro do Supremo Luiz Fux e do próprio Barbosa devem ser breves. A tradicional fila de cumprimentos que fica no Salão Branco do Supremo ficou restrita a autoridades, familiares e convidados dos ministros da corte. Na noite de quinta, Barbosa ainda será homenageado em um jantar oferecido por três entidades de classe nacionais de juízes Associação dos Magistrados Brasileiros, Associação dos Juízes Federais do Brasil, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. As entidades não divulgam o valor gasto com o evento, que será em uma casa de festas de Brasília. A recepção terá coquetel e uma banda. Presidente interino do tribunal até a posse, Barbosa despachou ontem em seu atual gabinete. A mudança para presidência deve ocorrer após o evento de quinta.

Texto 03: Marisa Monte Tieta ministro e posta foto em rede social

Data: Terça-feira, 20 de novembro de 2012

Editoria: Poder

Página: A10

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa prestigiou neste fim de semana o show da cantora Marisa Monte em Brasília e acabou tietado por ela. Barbosa visitou o camarim depois da apresentação. Coube à cantora, no entanto, o papel de fã. Apesar de tirar uma foto com o ministro, ela postou a imagem no Facebook, com a hashtag verdade e uma ilusão, referência ao nome do show Verdade, uma ilusão. A foto recebeu mais de oitocentos comentários, foi compartilhada por outros usuários mil cento e oitenta e três vezes e foi curtida por mais de quinze mil pessoas. O encontro entre os dois ocorreu no sábado. O

ministro e a cantora estiveram juntos por cerca de meia hora. A popularidade de Barbosa, que será o primeiro negro a presidir a mais alta corte do país, aumentou com a relatoria do processo do mensalão.

Texto 04: Grande São Paulo lidera desigualdade de renda entre brancos e negros

Data: Terça-feira, 20 de novembro de 2012

Editoria: Mercado

Fonte: Kalunga coloboração Folha

Página: B9

Diferença de ganhos é de 40%, segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O valor da hora trabalhada é trinta e nove por cento menor entre a população de homens negros do que entre não negros , brancos e amarelos, da região metropolitana de São Paulo, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Enquanto a média na região para os negros é de onze reais e cinquenta e três centavos por hora trabalhada, o valor é de apenas seis reais e noventa e três centavos para os trabalhadores negros. Essa é a maior diferença de rendimentos apontada em um levantamento realizado em sete regiões metropolitanas do país. Em todas elas, apesar da diminuição da diferença de renda entre as duas parcelas de trabalhadores, os negros ainda têm remuneração mais baixa. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, isso ocorre por uma maior participação dessa população em empregos precários, com menor exigência de qualificação profissional, rendimentos baixos, piores condições de trabalho e menor valorização social. Em todas as regiões, a parcela de trabalhadores na construção civil e nos serviços domésticos, setores com maior precarização do emprego, é maior entre a população negra. Na região metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, a parcela de mulheres negras no serviço doméstico chega a vinte e três por cento, enquanto a de não negras é dez por cento, diferença de treze pontos percentuais. Pela pesquisa, podemos perceber o crescimento da economia é inclusivo, trazendo uma parcela maior da população negra para a classe média, mas, por si só, não será capaz de eliminar as desigualdades do nosso país, afirma Alexandre Loloian, coordenador da pesquisa em São Paulo. Evolução. A diferença de remuneração da hora trabalhada caiu em quase todas as regiões pesquisadas no período entre dois mil e nove e dois mil e onze, de acordo com o levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A mudança mais dramática ocorreu na região metropolitana de Salvador, onde a população não

branca apresentou queda nos rendimentos de dezoito por cento entre mulheres não negras e de dezenove por cento entre homens. Já para a população negra, houve crescimento de cinco por cento entre as mulheres e de um por cento entre os homens. A exceção ficou por conta da Grande Recife. No mesmo período, o valor da hora trabalhada cresceu dezessete por cento entre as mulheres não negras e vinte de dois por cento entre os homens. O crescimento entre negros de onze por cento para mulheres e de treze por cento para os homens, acentuando as diferenças na região.

Texto 05: Ministério da Cultura lança editais para criadores e produtores negros.

Data: Terça-feira, 20 de novembro de 2012

Editoria: Ilustrada

Autor: Mateus Magenta

Página: E4

Lançamento ocorre hoje durante comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, em São Paulo. Anunciada em outubro passado, a medida gerou polêmica entre artistas e estudiosos; parte diz que ela fomenta racismo. O Ministério da Cultura lançará hoje em São Paulo, em comemoração ao Dia da Consciência Negra, editais voltados apenas para criadores e produtores negros. Anunciados há quase um mês pela ministra da Cultura, Marta Suplicy, os editais dividiram opiniões entre acadêmicos e artistas brasileiros. Enquanto parte defende a medida como política de ação afirmativa a fim de corrigir distorções, outros consideraram preconceituosa. Os editais serão lançados na manhã de hoje durante cerimônia no museu Afro Brasil, no Ibirapuera, em São Paulo, e distribuirão ao menos quatro milhões de reais. No mês passado, Marta participou de um debate em São Paulo sobre inclusão digital. No evento, a ministra ouviu de um produtor cultural afrodescendente que a cultura negra é apoiada pela pasta, mas nem sempre é realizada por negros. Segundo ele, produtores culturais negros que buscam recursos na pasta são segregados na Fundação Cultural dos Palmares, ligado à pasta para promover e preservar a cultura afro brasileira. A partir daí, Marta pediu que a Fundação Biblioteca Nacional, a Fundação Nacional de Artes e a Secretaria do Audiovisual preparassem editais para negros. Todos têm como base o Estatuto da Igualdade Racial e a decisão do Supremo Tribunal Federal, em abril deste ano, a favor das cotas na Universidade de Brasília. Os objetivos do ministério incluem a formação de novos escritores, o aumento do número de pesquisadores negros, o incentivo à produção audiovisual de jovens negros e a ocupação de palcos, teatros e galerias de arte por artistas e produtores negros. Em paralelo ao lançamento

dos editais, haverá, a partir das dez horas, uma celebração do Dia da Consciência Negra no Ibirapuera com atrações e shows entre os quais o do rapper Emicida e o do sambista Martinho da Vila. Repercussão. O anúncio do lançamento de editais exclusivos para criadores e produtores culturais negros, no mês passado, dividiu opiniões entre artistas e acadêmicos. Para a atriz e cantora Thalma de Freitas, a medida é necessária e tem o mesmo valor das cotas raciais. Segundo o compositor e escritor Nei Lopes, Estado é obrigado a oferecer esse tipo de edital por que há uma grande invisibilização da produção do povo negro nos circuitos da ação da ação cultural. Já a apresentadora de TV Glória Maria, que se disse chocada ao tomar conhecimento da medida, comparou os editais ao regime de apartheid da África do Sul. É discriminação, disse. Segundo a ministra, os editais não fomentam o racismo, mas servem para que os negros sejam prestigiados na criação e não apenas na temática da produção cultural. Editais da cultura para negros. Lançamento Será hoje durante festa do Dia da Consciência Negra em São Paulo. Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Serão distribuídos seiscentos mil reais para seis produções curta metragem dirigidas ou produzidas por jovens negros, entre dezoito e vinte e nove anos. Fundação Nacional de Artes. Serão premiados trinta e três projetos nas áreas de artes visuais, circo, dança, música, teatro e preservação da memória, a serem realizados por proponentes autodeclarados negros. Ao todo, serão distribuídos quatro milhões de reais. Fundação Biblioteca Nacional. Serão lançados três editais para elevar o número de publicações de autores negros e temáticas africanas e afrodescendentes, elevar o número de pesquisa de autores negros e implantar trinta pontos de leitura. Haverá também oficinas, publicação de livros e a inclusão de autores negros em caravanas pelo país. Ainda não há informações sobre o montante que será gasto.

Texto 06: Oportunidades para negros ampliam democracia no país

Data: Terça-feira, 20 de novembro de 2012

Editoria: Ilustrada

Página: E10

Em geral, eu sou a favor de ações afirmativas por uma única razão, elas ampliam a democracia brasileira. É muito bonito falar em democracia, mas quando propõem medidas como esses editais, falam em racismo às avessas. Com todo respeito, isso é uma bobagem. O racismo é uma forma de dominação histórica no país, com negros por baixo e brancos por cima. O Brasil tem quinhentos anos de vida, sendo que a escravidão perdurou por mais de quatrocentos anos. O que há no Brasil é uma sociedade racista. Não é o branco comum que é

racista, é a estrutura social que é racista. Vou apontar um dado que mostra isso a diferença do mercado de trabalho. Os negros, pelo fato de serem negros, ganham trinta por cento menos do que os brancos. Já foi mais. Outro dado, no Brasil, o branco sempre representa o negro. E o negro nunca representa o branco. Se a pesquisa acadêmica e produção cultural tivessem mais negros, seria de valor maior para a democracia. Sou um escritor, intelectual, historiador com doutorado. Agora, quando me convidam para debater alguma coisa, é sempre sobre o negro, e não para tratar de questões mais gerais do país. Parece que só discuto esse assunto.

Texto 07: Combate ao racismo deve minar a ideia de raça, e não reforçar

Data: Terça-feira, 20 de novembro de 2012

Editoria: Ilustrada

Página: E10

Essa medida de criar editais exclusivos para criadores e produtores culturais negros faz parte de um processo que vem se intensificando no país e que visa a separar os cidadãos brasileiros em raças distintas. No campo da arte, como no mercado de trabalho, na saúde e na educação, os cidadãos não serão mais vistos como brasileiros, mas como brancos e negros. Essa política que visa, em princípio, a beneficiar os assim chamados negros excluídos pelo racismo, usa a perigosa estratégia de entronizar a raça. Quando o Estado divide os cidadãos em raça com o objetivo de distribuir direitos, as consequências podem ser graves. Há inúmeros exemplos históricos que sinalizam isso. Do meu ponto de vista, já expresso em fóruns, livros e artigos, o caminho para combater o racismo é destruir a ideia de raça, e não reforçar. Bom, mas os dados já foram lançados desde que o Supremo Tribunal Federal decidiu em abril deste ano pela constitucionalidade das cotas raciais a decisão vale para todo o ensino público. Teremos agora uma arte produzida por negros e outras por brancos. Ou a arte busca a universalidade.

Texto 08: Discursos contra a violência e a pobreza marcam a entrega do Troféu Raça Negra

Data: Quarta-feira, 21 de novembro de 2012

Editoria: Cotidiano

Página: C8

A festa da décima edição do Troféu Raça Negra, realizada na noite de anteontem, foi marcada por discursos contra a violência de São Paulo e a pobreza no país e no Mundo. A edição especial, em celebração aos dez anos do premio, chamado de Oscar da comunidade, contou

com a presença de Bernice King, filha do líder negro Martin Luther King. O norte americano, assassinado em mil novecentos e sessenta e oito, aos trinta e nove anos, foi o grande homenageado da noite. Seu discurso I have a dream, de mil novecentos e sessenta e três, em prol da igualdade racial, foi tema do evento. Bernice, que aceitou o troféu em nome do pai, celebrou em sua fala as conquistas da comunidade negra desde então, como a eleição e a reeleição de Barack Obama a presidência dos Estados Unidos da América. Mas não devemos ficar satisfeitos enquanto tantos afrobrasileiros e afroamericanos estiverem vivendo na marginalidade e na pobreza, disse ela. O prêmio é organizado pela Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural e pela Faculdade Zumbi dos Palmares. Foram homenageados ainda o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, a jornalista Gloria Maria e os músicos Martinho da Vila e Carlinhos Brown, entre outros. O diretor de Redação da Folha, Otávio Frias Filho, também recebeu o troféu e agradeceu em nome do jornal. Ficou a cargo de Mano Brown, do grupo Racionais, a principal crítica da noite. Estamos na cidade mais racista do Brasil, onde morrem por dia centenas de jovens negros. E o governador Geraldo Alckmin veio ao público e fala que a população é gigante e o que está morrendo é muito pouco, disse o rapper. Pela primeira vez desde que assumiu o governo em seu primeiro mandato, em dois mil e um, Alckmin não compareceu ao evento. A secretaria da Justiça e Cidadania, Eloisa Arruda, o representou.

Texto 09: Negra, branca, plural

Data: Quarta-feira, 20 de novembro de 2013

Editoria: Opinião/Editoriais

Página: A2

Em uma sociedade como a brasileira, Dia da Consciência Negra se empobrece com a insistência em reivindicações baseadas na cor da pele. Um missionário americano, R.H. Stone, visitava a África Ocidental em meados do século dezenove, quando se deparou com a cidade de Abeokuta, no território que hoje corresponde ao da Nigéria. O que contemplei, conta destituui minha mente de muitos erros a respeito da África. A cidade tem aproximadamente duzentos mil habitantes. Em vez de selvagens preguiçosos e nus, vivendo apenas dos frutos da terra, lá viviam pedreiros, ferreiros, carpinteiros, negociantes. Fabricam navalhas, espadas, estribos. As mulheres fiam, tecem, negociam. Ao ler essas linhas, muitos brasileiros ainda hoje provavelmente sentirão a surpresa que acometeu o religioso cerca de cento e cinquenta anos atrás. É citado esse autor que um historiador da arte africana, Robert Farris Thompson,

inicia The Flash of The Spirit, O Lampejo dos Espíritos, livro de mil novecentos e oitenta e três. A narrativa merece ser lembrada no Dia da Consciência Negra, que hoje se comemora em várias cidades. Ainda que o feriado seja ocasião para reivindicações específicas dos afrodescendentes, há mais a considerar. Em primeiro lugar, o desconhecimento que persiste no Brasil, diante de uma tradição cultural que a todos diz respeito. Conforme avançam as discussões sobre discriminação racial e sobre cotas para descendentes de africanos de modo mais injustificável do que nunca, quer se estender ao Congresso, é como se uma mitologia substituísse a outra. Houve, de início, a lenda de branqueamento gradual e desejável da população negra absorvida sem maiores traumas numa sociedade que a oprimiu. Veio, em seguida, o enaltecimento de uma herança negra, de uma cultura negra, como se não houvesse várias, e adversas entre si, na própria população que o tráfico arrastou às costas brasileiras. O celebre sincretismo religioso, que teria unido tradições católicas e cultos africano numa mesma fé, tem sido objeto de versões simplificadas. Por força de guerras e conquistas, também as divindades dos caçadores de escravos do Daomé se misturaram às dos iorubás em diáspora, tendo de se haver ainda com a jihad muçulmana do fulano mais ao norte. Um sincretismo africano, portanto, procedendo e se somando ao cristianizante Complexidades culturais desse tipo não se resumem a bandeira de uma única cultura negra, nem a consciência negra tem seus limites na reivindicação antiuniversalista de prerrogativas especiais segundo a cor da pele. A consciência negra será brasileira, e será universal, ou não será consciência de nada, exceto do particularismo de alguns militantes. O feriado de hoje ganha ao ser entendido dessa perspectiva que é a de uma sociedade complexa, com direitos iguais para todos e com culturas variadíssimas, que, se misturando e se conhecendo, enriquecem cada um de nós.

Texto 10: Política branca

Data: Quarta-feira, 21 de novembro de 2013

Editoria: Opinião/Editoriais

Autor: Fernando Rodrigues

Página: A2

Hoje se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. O pouco acesso de negros apostos de relevância é uma das principais feridas ainda aberto no atraso processo civilizatório brasileiro. Na política, o apartheid de cor é muito evidente no Congresso. Um levantamento de Renato Abramowicz Santos para a Organização Não Governamental transparência Brasil chegou à seguinte conclusão. Apesar de pretos e pardos representarem metade da população

brasileira, eles correspondem a apenas nove por cento dos deputados e senadores no Congresso. O percentual é mais baixo até mesmo do que a falta dessa população que compõe a elite do país. No universo de um por cento mais ricos da população, dezesseis por cento são pretos e pardos. Não há muitos estudos históricos a respeito as presença de afrodescendentes no Congresso. Essa escassez de dados impede comparações. Mas quem andou pela Câmara e pelo Senado em períodos recentes sabe que nada tem mudado drasticamente nos últimos vinte anos, justamente quando a democracia se consolidou no Brasil. Nos Três Poderes da República, só o Supremo Tribunal Federal tem um negro no comando o ministro Joaquim Barbosa. Relator do processo do mensalão, coube a ele ser o algoz de políticos importantes do Partido dos Trabalhadores, justamente a legenda de grande porte com maior percentual de congressistas pretos ou pardos, quinze por cento, muito mais do que o dobro de seu antípoda, o Partido da Social Democracia Brasileira, apenas três por cento. Há no momento um debate incipiente na Câmara sobre a criação de cotas de cotas para deputados negros. Seria uma operação complexa. Antes de ser candidato, um cidadão precisa se filiar a um partido. O Partido dos Trabalhadores acaba de renovar sua direção e exigiu que vinte por cento das vagas nas chapas em disputa fossem preenchidas por negros e outras minorias. Se trata de algo inédito. A iniciativa do Partido dos Trabalhadores é um bom começo. Mas esse é também um problema. O Brasil só está começando a tentar resolver sua dívida histórica com os negros. O caminho ainda é longo.

Texto 11: Luta contra lentidão

Data: Quarta-feira, 20 de novembro de 2013

Editoria: Opinião/Tendências/Debates

Autor: Deborah Duprat

Página: A3

Se persistir o atual ritmo de regularização fundiária, os dois mil quilombos terão que aguardar cento e setenta e cinco anos para terem seus processos concluídos. Em vinte de novembro, comemorado como o Dia Nacional da Consciência Negra, se costuma repetir um ritual. O governo federal anuncia medidas dirigidas à população negra voltadas à correção das desigualdades raciais e à promoção da equidade de oportunidades. Se espera que, neste dois mil e treze, algo ocorra em relação às comunidades de remanescentes de quilombos, apesar de o tema ainda estar cercado de um misto de preconceito, desconhecimento e resistência. Não obstante haja um consenso relativamente tranquilo quanto ao caráter emancipatório e

libertador da Constituição de mil novecentos e oitenta e oito, e se avancem, ainda que com percalços, as lutas das mulheres, das pessoas com deficiência, da população Lésbicas Gays Bissexuais, Travestis Transexuais, dos povos indígenas e mesmo da população negra, as comunidades quilombolas, aparentemente, são vistas de fora desse contexto. É bem verdade que o sistema hegemônico do período anterior foi bastante eficaz na invisibilidade dessas comunidades. A menção a quilombos fazia evocar Palmares e os remetia a um passado condenado aos livros de história. Excluídas da sociedade de grande formato, ausentes dos mapas e dos censos, essas comunidades, que nada tinham a perder, transformaram sua tragédia em um capital formidavelmente poderoso no processo constituinte foram reconhecidas como sujeitos de direito e proprietárias das terras que tradicionalmente ocupavam. Se inseriam, assim como outros atores, no espaço agora plural da sociedade nacional. Aparentemente, também se tornaram visíveis. Dados oficiais fornecidos pela Fundação Cultural Palmares e atualizados até vinte e cinco de outubro de dois mil e treze, dão conta da existência de duas mil comunidades certificadas desde dois mil e quatorze até o momento. Volta e meia, no entanto, veem impugnadas essas certificações, o que revela resquício ainda presente de práticas hegemônicas, principalmente aquela das qualificações oposições binárias nós eles. Convém lembrar que, nesses dualismos, um dos termos é sempre valorizado um é a norma, o normal, o outro, o desviante, de fora. Por isso, é intuitivo que, numa sociedade plural, nenhum grupo tenha o poder das designações, das definições. Não há um centro determinado que produza identidades fixas, mas identidades afirmadas pelos próprios atores sociais, singular e ou coletivamente, e mobilizadas politicamente. Mas o quadro realmente desalentador é o da regularização fundiária. Passados vinte e cinco anos da atual Constituição e dez anos do decreto número quatro mil oitocentos e oitenta e sete que regulamenta o processo de titulação das áreas quilombolas, se tem, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de dois mil e quatro a dois mil e doze, noventa e duas áreas tituladas vinte e três pelo governo federal, sessenta e nove pelo estadual. Se persistir esse ritmo, as duas mil comunidades certificadas pela Palmares terão que aguardar aproximadamente cento e setenta e cinco anos para que todos os processos a elas pertinentes estejam concluídos. Se concede, como dito acima, que parte dos problemas, situados especialmente no início dessa política, é resultado de desconhecimento. Não se passa de uma sociedade hegemônica para uma sociedade plural sem perplexidades e dúvidas. Mas não é mais possível se valer desse discurso. Há estruturas administrativas voltadas ao tema que se presumem capazes de realizar o direito previsto na Constituição. Terry Eagleton lembra que a morte nos mostra a natureza essencialmente indomável de nossas vidas e, consequentemente,

algo de equivoco de tentar dominar a vida de outros. Pierre Bourdieu, por sua vez, adverte que uma das formas mais eficazes de controle do outro é a do seu tempo. Por isso, a luta que se faz necessária é por uma administração mais célere, curiosa e atenta à novidade do que nostálgica de suas certezas.

Texto 12: Cotas raciais podem ser insuficientes no Brasil

Data: Quarta-feira, 20 de novembro de 2013.

Editoria: Cotidiano 2

Fonte: Sabrine Righetti

Página: S36

Modelo funcionou nos Estados Unidos da América porque negros são minoria, diz diretor da Casa Branca. O Brasil não pode copiar o modelo de inclusão racial no ensino superior dos Estados Unidos porque os contextos desses países são muito diferentes. A opinião é de Meldon Hollis, diretor da Iniciativa da Casa Branca para Universidades e Faculdades Historicamente Negras. Nos Estados Unidos da América, os negros criaram suas próprias instituições de ensino por que não podiam frequentar as escolas dos brancos. Hoje há cento e dez escolas para negros. Depois, vieram às cotas para incluir aqueles que eram minorias dez por cento da população. No Brasil, não há sentido incentivar a criação, agora, de escolas negras. E as cotas podem ser insuficientes, diz ele, porque os negros são, aqui, metade da população. Hollis esteve no Brasil para participar do festival Flink Sampa Afroétnica, da Faculdade Zumbi dos Palmares. Enquanto passou por aqui, conversou com a Folha. O argumento dos Estados Unidos da América tem a intenção de receber mais jovens negros no ensino superior no Brasil. Sim. A ideia é estreitar relações e estimular o intercâmbio de jovens afrodescendentes do Brasil às cerca de cento e dez universidades negras americanas. A maioria dos estudantes negros brasileiros estudou em escolas públicas, que são mais fracas e tem o inglês muito ruim. Então, esses alunos precisam de um suporte adicional. A ideia é enviar esses estudantes no verão em maio para que eles passem de dois a três meses estudando inglês e, depois, comecem as aulas regularmente em setembro, início do ano letivo. O que o senhor acha do modelo de cotas do Brasil. Não sabemos se as cotas vão funcionar até que passe um tempo mínimo para que seja feita uma avaliação. Sabemos que esse modelo trará algum progresso. Mas não sabemos se trará a solução para os problemas de divisão racial. O Brasil não é os Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos, apenas dez por cento da população é negra, enquanto no Brasil cinquenta por cento são afrodescendentes.

Não é possível que metade da população fique fora da economia do país. Precisamos ter um progresso imediato no sentido de reduzir a desigualdade racial por aqui. Uma coisa diferente nos Estados Unidos da América é que as pessoas negras têm suas próprias instituições desenvolvidas por eles próprios porque a educação era totalmente segregada. Essas instituições existem há cerca de cento e cinquenta anos. Muitos líderes negros saíram dessas escolas, como Martin Luther King. No Brasil, é diferente. No Brasil, há só uma instituição de ensino superior negra, a Faculdade Zumbi dos Palmares. Por que o modelo não pegou. A história dos Estados Unidos da América é diferente. As escolas para negros foram criadas para educar negros que não podiam frequentar as escolas após a abolição. No Brasil, há boas instituições de ensino superior e a sociedade nunca foi segregada. Não foi preciso criar novas instituições. Como um aluno negro nos Estados Unidos da América escolhe entre uma escola para negros ou uma regular. Hoje, somente dez por cento da população negra escolhe escolas de negros, assim como há quem escolha escolas católicas ou para judeus. Minha filha escolheu uma faculdade para negros e meu filho escolheu uma escola regular. Ele não gosta da escola para negros, mas ela se sente muito confortável na instituição. Eu gosto da experiência que os dois estão tendo. Evento em São Paulo reuniu líderes da cultura negra. O festival Flink Sampa Afroétnica, promovido pela Faculdade Zumbi dos Palmares e pelo Memorial da América Latina, ocorreu de quatorze a dezessete de novembro. O evento trouxe debates sobre a questão do negro no Brasil e contou com líderes internacionais como Meldon Hollis. Também promoveu um encontro internacional de alunos cotistas.

Texto 13: Haddad é vaiado e vira alvo de latas em evento

Data: Quinta-feira, 21 de novembro de 2013.

Editoria: Cotidiano

Fonte: Giba Bergamin JR.

Página: C3

Hostilidades ocorrem durante a festa do Dia Nacional da Consciência_Negra. Prefeito atribui as manifestações à desinformação da população sobre o reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano. Após o reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano e as investigações sobre a máfia do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, Partido dos Trabalhadores, ouviu ontem suas primeiras vaias em evento público. Foi hostilizado durante pronunciamento na festa em comemoração ao Dia da Consciência Negra. Latinhas de cerveja foram jogadas contra o petista enquanto ele discursava

no vale do Anhangabaú, no centro. Uma passou bem perto de sua perna. Segundo a assessoria, Haddad, que seguiu com o discurso, não foi atingido. Não deixo de falar quando a população está vaiando porque, se você deixar de falar quando vaiam, você vai ficar envaidecido quando te aplaudirem, disse. Haddad disse que ouviu reclamações parecidas quando era ministro da Educação. Quando criei o Programa Universidade para Todos, também ouvia esse tipo de reclamação. Quando nós levamos as cotas para o Congresso Nacional, nós também ouvimos, mas nós não recuamos. Tínhamos quatro por cento de pretos e pardos na universidade, passamos para vinte por cento, graças ao governo Lula e ao governo Dilma, disse, quando latas atingiram o palco. Antes dele, o secretário da Igualdade Racial, Netinho de Paula, Partido Comunista do Brasil, também foi vaiado. Enquanto o prefeito discursava, Netinho pedia para que os manifestantes parassem as vaias. O prefeito disse que ninguém teve coragem de criar tal secretaria. O comerciário Norberto Dias, cinquenta e cinco, foi um dos que vaiaram Haddad. Ele lembrou do grupo de sem teto removido no sábado de terreno sob a ponte Orestes Quércia, na marginal Tietê. O povo da Estaiadinha está na rua, com criança no colo, e o prefeito não faz nada. Ele não sabe o que é consciência negra. O conferente Rodrigo Santos, trinta, defendeu Haddad. Não é só criticar. Tem muita gente desligada da realidade, que só vem para vaiar. O prefeito associou as vaias ao que chamou de desinformação sobre o reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano que poderá chegar até vinte por cento no ano que vem para imóveis residenciais e a até 35 por cento para os demais. Metade dos imóveis ainda pagará reajustes seguidos do imposto até dois mil e dezessete a partir de dois mil e quinze dois mil e quinze, com limites de altas de dez por cento e quinze por cento, respectivamente. Estão achando que o Imposto Predial e Territorial Urbano na periferia vai subir, mas, como a população está muito desinformada, na hora que chegar o carnê tudo muda, disse Haddad. Se precisamos cobrar um pouquinho mais de Imposto Predial e Territorial Urbano de quem tem muito para levar para quem tem pouco, não vamos nos intimidar. Haddad afirmou ainda que a reação é natural porque este é o ano dos protestos. A vaia também ocorre depois da saída do braço direito de Haddad, Antonio Donato. O ex-secretário passou a ser investigado após um suspeito da máfia do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dizer que pagava mesada de vinte mil reais quando ele era vendedor.

Texto 14: Feriado tem furtos em série em praias do Rio

Data: Quinta-feira, 21 de novembro de 2013.

Editoria: Cotidiano

Página: C5

Segurança havia sido reforçada após relatos de arrastão no fim de semana, quinze pessoas foram detidas em confusão. Foram registradas ocorrências entre Leblon e Ipanema Polícia Militar afirma que correria foi causada por brigas. O feriado do Dia Consciência Negra, comemorado ontem, teve sol, praia cheia e arrastão furtos e roubos em série contra banhistas no Rio. De acordo com a Polícia Militar, quinze pessoas foram detidas no meio da confusão e correria. Oito delas foram autuadas por roubo, tentativa de rouba e desacato. Apesar das detenções, a corporação negou a ocorrência de arrastão e atribuiu a correria na praia à briga de pequenos grupos nas areias. Durante o dia, a décima quarta Delegacia de Polícia Leblon ficou cheia de vítimas que foram registrar furtos na praia, ocorridos entre Leblon e Ipanema, na zona sul do Rio. Entre elas estava um turista colombiano que teve um celular furtado. Três menores foram apreendidos sob suspeita de terem cometido crime. Após detenções, a tenda montada pela Polícia Militar na área foi alvo de pedras e latas de cerveja de grupos que queriam a liberação dos suspeitos. Agentes usaram casseteates até cadeiras de praia em confronto com suspeitos no Arpoador. A Polícia Militar e a Guarda Municipal reforçaram a segurança na praia após relatos de arrastão no último final de semana. Se espalharam entre o Leme e o Leblon duzentos e sessenta Policiais Militares e cento e quarenta guardas municipais. A polícia havia divulgado o número de registros relacionado ao caso até a conclusão desta edição. O órgão planeja a instalação de uma delegacia móvel no Arpoador.

Texto 15: Negro deve se organizar para ser reconhecido como igual

Data: Quinta-feira, 20 de novembro de 2014.

Editoria: Mundo

Fonte: Fernanda Mena

Página: A20

Para viúva de Nelson Mandela, combate ao racismo depende de mobilização, e é cedo para se falar em primavera africana. Quando se mudou do interior de Moçambique para a capital, Maputo, para ingressar no ensino médio, Graça Simbine estranhou o fato de ser a única negra em uma classe de 40 anos. Começava ali a trajetória de ativista da jovem que se formou em filosofia alemã pela Universidade de Lisboa e, de volta à terra natal, entrou para a história contemporânea da África como guerrilheira da Frente de Libertação de Moçambique, ministra da Educação daquele país e viúva de dois presidentes do continente. Ela foi casada com Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique independente, e Nelson Mandela, ícone

da luta contra o apartheid na África do Sul. Tive o privilégio de dividir minha vida com dois homens excepcionais, declarou certa vez. Após a morte de seu primeiro marido num acidente de avião, em 1986, Machel manteve luto por cinco anos. Após a morte de Mandela, em dezembro do ano passado, a ativista decidiu romper o luto em poucos meses para se dedicar à luta contra o racismo, o analfabetismo e a pobreza, e pelos direitos das mulheres e das crianças. Neste final de semana, Machel, 69, vem ao Brasil para ser homenageada na Festa do Conhecimento, Literatura e Cultura Negra, que acontece no Memorial da América Latina, em São Paulo. O evento sucede o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado nesta quinta-feira, 20. Apesar de reconhecer a importância simbólica da data, ela avalia que há pouco o que comemorar A família humana, ainda em 2014, tem preconceitos profundos com relação à pessoa de raça negra. Leia a entrevista concedida à Folha por telefone. Folha. Há diferença entre consciência negra no Brasil. Graça Machel. Sim e não. Sim porque a maior parte dos brasileiros veio da África. Mas os negros no Brasil se misturaram com uma enorme diversidade de grupos, criando uma identidade diferente daquela dos africanos. Aqui na África, falamos de diáspora negra imigração forçada pelos séculos de escravidão e avaliamos que os negros no Brasil são diferentes dos negros da Colômbia, que são diferentes dos negros dos Estados Unidos da América, apesar de todos terem a mesma origem. Nós evoluímos e nos diferenciamos de acordo com os contextos. Os negros, em geral, em situação socioeconômica desprivilegiada em relação aos brancos. É esta a face atual do racismo. Os negros no Brasil, nos Estados Unidos da América, na Colômbia e em toda a África ainda sofrem dos mesmos efeitos de serem desfavorecidos e discriminados com base na raça. A família humana, ainda em 2014, precisa reconhecer que tem preconceitos profundos com relação à pessoa de raça negra. Há razões históricas para isso, mas a história evolui e se transforma. E a pessoa de raça negra é que tem de organizar para reclamar sua identidade e dignidade. Não há ninguém que te vai reconhecer se não valorizares a ti próprio. Cabe de nós reclamarmos o espaço e os direitos que nos são inalienáveis. A África nunca teve tantos governos democráticos e vê hoje surgir uma pequena classe média. Quais são os principais desafios do continente hoje. Se fôssemos falar de todos os desafios, conversaríamos por uma semana inteira, risos. O principal deles é a aceitação da diferença como fator de reforço das sociedades e não de seu enfraquecimento: diferença étnica, racial, de gênero e religiosa. No nível político, precisa haver tolerância entre os partidos políticos que processam de formas diferentes a construção de uma nação, cuja robustez vai se basear na busca de elementos positivos que conduzam a uma coesão social. Um segundo desafio é a aceitação da alternância política. Em muitos casos, nós passamos de partidos únicos a democracias multipartidárias. Mas, mesmo nesse

modelo, há certa resistência por parte daqueles que detêm o poder e, por isso, vemos países com os mesmos chefes de Estado há 20 ou 30 anos. O terceiro desafio é o do crescimento econômico, que ocorre sem equidade, o que nos caracteriza como um continente com desigualdade e estratificação social gritantes. No final de outubro, Burkina Fasso depôs seu presidente, o ditador Blaise Compaoré, que estava há 27 anos no cargo. Se Fala no surgimento de uma primavera africana, em referência à derrubadores de regimes ditatoriais árabes durante 2011. Podemos assistir à queda de ditadores como Robert Mugabe, Zimbábue, em breve. Não estou certa de que estamos diante de uma primavera africana. A derrubada do ditador de Burkina Faso é um aviso àqueles que dirigem países há décadas. O que ocorreu ali pode acontecer em outros sítios. Mas as condições são bem diversas entre países e é preciso ter cautela. A sra. tem militado contra os chamados casamentos prematuros: arranjos em que meninas, às vezes ainda durante a infância, são submetidos a matrimônios forçados. A questão dos casamentos prematuros forçados é um fenômeno global. Acontece na África, mas também na Ásia e na América Latina. Quando a família está sob pressão para resolver problemas econômicos, facilmente acredita que pode entregar uma filha a um casamento para aliviar os problemas de pobreza. Mas não é a pobreza que é o problema. O problema é a crença de que há um valor diferente que se atribui a uma mulher e a um homem. Outro exemplo. Não há um único país do mundo que tenha eliminado diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam os mesmos cargos. Para igual trabalho, se pensa que a mulher pode ganhar menos do que o homem. É a mesma raiz do problema. Assim como no fato de muitos homens se acharem no direito não apenas de bater como de até mesmo matar suas companheiras por causa de um conflito. Devemos olhar para casamentos prematuros, desigualdade salarial, dificuldade de ascensão e violência contra a mulher pela mesma raiz. Não se valoriza a mulher como se valoriza o homem. A questão de gênero é dos maiores problemas que a família humana enfrenta, ao lado da questão raça. Ambos têm as mesmas características e afetam toda a sociedade. É a pessoa de raça negra que tem de organizar para reclamar sua identidade e dignidade, para ocupar os espaços e se fazer reconhecer como igual. Ninguém te vai reconhecer se não valorizares a ti próprio. A questão de gênero é um dos maiores problemas que a família humana enfrenta, juntamente com a questão raça. Ambos têm as mesmas características e afetam toda a sociedade.

Texto 16: Sob meus pés

Data: Quinta-feira, 20 de novembro de 2014.

Editoria: Cotidiano

Fonte: Luiza Franco

Página: C6

No Rio, área de memorial que será visitado hoje por rei da Nigéria foi usada para cemitério de escravos entre os séculos 18 e 19. Nesta quinta-feira, 20, dia da Consciência Negra, o rei da Nigéria, Oba Al Maroof Adekunle Magbagbeola, fará uma visita ao Memorial dos Pretos Novos, no bairro Gamboa, na zona portuária do Rio. Em 1996, antes de o local se tornar um centro cultural, uma reforma na casa onde hoje funciona o memorial revelou um cemitério de escravos, o Cemitério dos Pretos Novos, ativo de 1772 a 1830. A diretoria do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e dona da casa, Merced Guimarães, 58, conta como foi a descoberta. Eu estava almoçando quando o pedreiro entrou na minha casa e disse As pessoas que moravam aqui devem ter enterrado vários cachorros no quintas. Fui mexer no entulho e achei uma arcada dentária inferior humana. Sob a casa de Merced foram descobertos mais de 5 mil fragmentos que permitiram identificar 28 corpos, a maioria de homens com idade entre 18 e 25 anos. Eram escravos que não resistiam à viagem de navio e morriam pouco depois de desembarcar no Brasil, antes de serem vendidos. Autor de um livro sobre o tema e também diretor do Instituto, Julio Cesar Medeiros estima que escravos nessa situação representassem 5 por cento dos que aportavam no Rio. O viajante alemão G.W. Freireyss descreveu o local No meio desse espaço de 50 braças havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pela chuva. Medeiros explica Não havia nenhum tipo de organização espacial a não ser o arranjo que possibilitasse o empilhamento do maior número possível de corpos, que eram jogados em cova rasa. Segundo o historiador, os corpos eram queimados, e as ossadas que sobravam eram quebradas para dar espaço a mais cadáveres. No espaço, com 100 metros quadrados, foram sepultados cerca de 6 mil corpos, segundo registros oficiais. Talvez o fato mais estarrecedor seja que o cemitério fosse usado para descarte de lixo urbano na mesma época em que funcionava como cemitério. Aquelas pessoas tinham o mesmo destino que os utensílios que não serviam mais, comenta Medeiros. No início, achei que a arcada dentária poderia ter sido de um ente querido do morador. Talvez a família não tivesse dinheiro para pagar um enterro, conta Merced. Depois, quando foram aparecendo mais ossos, pensei que fosse cenário de chacina. Tive medo que as pessoas achassem que eu matei gente em casa. Recolhi quatro ou cinco caixas de ossos. Merced conta que foi hostilizada pelos vizinhos quando decidiu chamar a prefeitura para averiguar os ossos. Eles acreditavam que a descoberta desvalorizaria os imóveis da região. Você acha que vai conseguir vender com facilidade uma casa que fica em cima de um cemitério, diziam os moradores, segundo ela.

Hoje, a casa abriga o museu onde são exibidos fragmentos dos ossos encontrados, além dos objetos dos mortos e das classes dominantes, como pedaços de louça portuguesa. No Cais do Valongo, a cerca de 700 metros do memorial, desembarcavam centenas de milhares de africanas. Eles eram vendidos na região e trabalhavam na Pedra do Sal, hoje reduto do samba no centro histórico do Rio, onde o produto era descarregado. A arqueóloga responsável pela descoberta do Cais do Valongo, Tania Andrade Lima, afirma que a arqueologia é importante para relembrar o que as pessoas quiseram esquecer. Não adianta cobrir, tampar, pois as coisas mais cedo ou mais tarde aparecem, afirma.

Texto 17: Luz Negra

Data: Quinta-feira, 20 de novembro de 2014.

Editoria: Ilustrada

Fonte: Karla Monteiro

Página: E1

Autora favelada Carolina Maria de Jesus, que completaria cem anos em 2014, é celebrada em feiras e relacionamentos. Aos 60 anos, Vera Eunice de Jesus Lima está descobrindo, estupefata, como ela gosta de dizer, a força e a poesia de sua mãe, Carolina Maria de Jesus 1914 1977. Até então, Vera se via apenas como personagem de uma fábula de miséria e glória, que começa em 1958, na favela do Canindé, nos arredores do estádio da Portuguesa, em São Paulo, e termina silenciosa em um sítio em Parelheiros, zona sul da cidade. Não tinha dimensão da importância dela. Só agora, com este rebuliço, é que fui reler tudo o que ela escreveu. É como se eu estivesse conhecendo a minha mãe agora, diz, sentada na sala do apartamento de dois quartos, em condomínio de Interlagos. O rebuliço tem razão de ser uma série de eventos marcam o centenário da escritora negra, favelada, semianalfabeta, nome accidental e revolucionário da literatura brasileira, que desapareceu das estantes das livrarias. Carolina Maria de Jesus será a homenageada da edição deste ano da Flink Sampa, festival de literatura negra que acontece neste sábado, 22, e domingo, 23, no Memorial da América Latina. Haverá o relançamento de dois de seus livros Quarto de Desejos. Ática, 200 páginas, 34,90 reais e Diário de Bitita, Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo, 216 páginas, preço a definir. Ela é também a homenageada da Balada Literária, com eventos que vão até domingo em São Paulo. E no Rio, foi a estrela da Festa Literária Internacional das Periferias, na semana passada. Na segunda, 17, foi lançado, na Câmara Municipal de São Paulo, o livro Onde Está a Felicidade, com dois contos inéditos e apoio do Ministério da

Cultura. Para o grande público, é um resgate de Carolina, diz Uelinton Farias Alves, professor de literatura brasileira da Universidade Zumbi dos Palmares e curador da Flink. Hoje há muitos autores de periferia, como o Paulo Lins. Ela é a precursora. Abriu um precedente na literatura. Carolina de Jesus viveu do caos ao caos. Escritora mineira conheceu glória literária e morreu esquecida em sítio em Parelheiros, após passagem por Santana. Jornalista Audálio Dantas a descobriu quando foi ao Canindé fazer reportagem sobre a favela. Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914, em Sacramento, interior de Minas, numa família de negros alfabetizados. Chegou a ser presa, acusada de roubar 100 mil réis de um padre. No raiar de 1947, aportou na Estação da Luz, em São Paulo, onde iniciaria uma caminhada de percalços até se tornar escritora Best seller. Logo que se instalou na capital paulista conseguiu emprego na casa do médico Euryclides de Jesus Zerbini, precursor da cirurgia do coração no Brasil, que a deixava usufruir de sua biblioteca nos dias de folga. Com apenas dois anos de estudo, adorava ler. Metida e indisciplinada, como a definem os que conviveram com ela, pulou de emprego em emprego até engravidar de João José, em 1948. Teria mais dois filhos em 1949, nasceu José Carlos e, em 1953, Vera Eunice. Grávida e sem trabalho, foi viver na nascente favela do Canindé, nos arredores do recém construído estádio da Portuguesa. Levantou um barraco de um cômodo e sobreviveu catando e vendendo papel. Em 1958, o destino lhe sorriu, com todos os dentes. Apareceu na favela o jornalista Audálio Dantas, da extinta Folha da Noite. Estava ali para escrever uma reportagem. Olhava uns marmanjos brincando no playground quando apareceu uma mulher esculachando, dizendo que se eles não caíssem fora, ia botar no livro, lembra Dantas. Fui perguntar qual livro. Como era esperta, logo viu uma oportunidade. Carolina de Jesus arrastou o repórter para o seu barraco, onde lhe mostrou uma pilha de cadernos. Entre eles, um diário no qual anotava acontecimentos do dia a dia na favela, iniciado em 15 de julho de 1955. Me chamou a atenção. O texto tinha uma forma de narrar próximo da poesia, conta Dantas. Voltei para redação e publicamos trechos. A edição da Folha da Noite de 9 de maio de 1958 repercutiu em vários outros jornais e revistas do país. Dois anos depois, a editora Francisco Alves publicou o diário do livro *Quarto de Despejo*. A primeira edição saiu com 30 mil exemplares. Segundo a pesquisadora Raffaella Fernandez, da Unicamp, a obra foi reimpressa sete vezes em 1960. No total, vendeu 80 mil exemplares. *Quarto de Despejo* foi traduzido para 14 línguas em 20 países. No lançamento em São Paulo, até o Pelé foi, conta Dantas. Carolina de Jesus virou celebridade e se mudou para um sobrado de três andares no bairro de Santana. Lançou mais três livros *Casa de Alvenaria*, *Pedaços de Fome* e *Provérbios*. Postumamente, em 1982, foi lançado na França, *Diário de Bitita*, que chegou ao Brasil pela Nova Fronteira, 1986. Brigas. Carolina não conseguiu viver em

Santana. Brigou com todos os vizinhos, que a receberam mal, lembra Dantas. Não era uma pessoa comum. Nunca teve alma de pobre favelada, queria brilhar. De Santana, a escritora migrou para um sítio em Parelheiros, onde começou a definhar no mundo literário até sumir. Passada a novidade, Carolina foi rejeitada por todos. Pela direita, por expor a miséria. Pela esquerda, porque não queria saber de luta social, diz José Rufino, autor de *Carolina de Jesus Uma Escritora Improvável*, Garamond. Desse tempo, a filha Vera Eunice de Jesus Lima guarda as piores memórias. Passamos outro tipo de fome, pois conhecemos a fartura. Tinha 13 anos quando minha mãe voltou a catar lixo. Nunca parou de escrever, até a morte, em 1977, em decorrência de crise de asma. Quando conseguia dinheiro, ela voltava para casa feliz, com o pão, e escrevia noite adentro. Dizia que a noite lhe trazia as ideias, diz a filha. Carolina Maria de Jesus em meio aos barracos da favela do Canindé, nas cercanias do recém construído estádio, em 1958.

Texto 18: Flink Sampa reúne mais de 60 atrações

Data: Quinta-feira, 20 de novembro de 2014.

Editoria: Ilustrada

Página: E3

Neste fim de semana, no Memorial da América Latina, acontece a Flink Sampa 2014, festa da literatura afro e cultura negra. São mais de 60 atrações, entre debates literários com autores nacionais e estrangeiros, oficinas de moda e beleza, exibição de filmes e atividades para crianças. Entre os lançamentos, está o polêmico livro póstumo de Carolina Maria de Jesus, *Diário de Bitita*, em que ela fala da infância em Sacramento, Minas Gerais. A primeira edição saiu na França, em 1982, pela Éditions Métailié. Em 1986, a Nova Fronteira publicou a obra no Brasil, numa tradução do francês para o português. O livro foi modificado. Corrigiram a gramática e a ortografia, características da obra de Carolina, diz Raffaella Fernandez, doutora em Teoria e História Literária, pela Unicamp. Mudaram até o título. No original é *Um Brasil de Brasileiros*. O manuscrito foi levado para França por duas jornalistas, a brasileira Clélia Pisa e a francesa Maryvonne Lapouge, entregue pela autora. Carolina cedeu os cadernos por que queria voltar à cena editorial, diz Uelinton Farias Alves, curador da Flink. Vamos relançar a versão traduzida. O original hoje pertence ao Instituto Moreira Salles.

Texto 19: Obra mapeia origens do tráfico de escravos

Data: Quinta-feira, 20 de novembro de 2014.

Editoria: Ilustrada

Fonte: Angela Boldine

Página: E4

Livro Do outro lado retrata nove países africanos que serviam de fonte para trabalhadores forçados no Brasil. Fotógrafo César Fraga e historiador Mauricio Barros buscam caminho de pessoas para o país entre os séculos 16 e 19. Vocês não vão ficar para o Carnaval, ouviu o fotografo César Fraga, em Lagos, capital da populosa Nigéria. Idealizador e autor das fotos do livro Do Outro Lado, ele percorreu, junto com o historiador Mauricio Barros, nove países africanos para mapear a rota do tráfico de escravos para o Brasil entre os séculos 16 e 19. Parecia o Carnaval no Rio, conta ele, com forte sotaque carioca. Mulheres e homens fantasiados, dançando e tocando instrumentos de percussão, passam pelas ruas da cidade. A única diferença é, segundo os brasileiros, a música foliões nigerianos dançam embalados por ritmos eletrônicos. As influências não param por aí. No bairro Brazilian Quartier, em Lagos, de maioria islâmica, uma mesquita tem o curioso nome de Salvador. Barros explica que muitos dos negros que voltaram à cidade vieram da capital baiana, expulsos após a Revolta dos Malês, em 1835. Não retorno. Os autores viajaram para Guiné-Bissau, Cabo Verde, Senegal, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Angola e Moçambique em busca dos lugares de memória, monumentos materiais e imateriais da época do tráfico transatlântico. Encontram correntes, alçapões, celas e também as chamadas portas do nãoretorno, último umbral por onde passavam os escravos antes de serem embarcados à América. Mas a maioria das fotos de Do Outro Lado traz coloridos rituais dos povos visitados, encontrados ao acaso. No Benim, que Fraga afirma ser a Disneylândia dos fotógrafos , toparam, por exemplo, com uma procissão de mulheres que acontece a cada 24 anos para homenagear Dan, a divindade vodu da prosperidade e da riqueza. Na Nigéria, um susto: o motorista contratado pela agência de viagens estava sem documentos do carro e tentou furar um bloqueio policial na estrada. Foi todo mundo em cana no interior do país, conta. Levados ao posto policial, foram liberados sem mais explicações ele diz ter descoberto depois que o guia havia pagado propina aos guardas. Do Outro Lado, no entanto, não foca nas dificuldades da viagem ou na pobreza embora ela acabe aparecendo. Barros lembra a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, para quem uma história com foco apenas na miséria da África apaga as outras características do continente. A gente já vê tanta coisa ruim vinda de lá, não quisemos mostrar miséria, explica o fotógrafo. Devotas de Dan, divindades da riqueza, em procissão que ocorre a cada 24 anos em Abomé, no Benin, na África Ocidental. Consciência Negra. Eventos no feriado. Besouro:

Exibição do longa Besouro, de 2009, sobre Ailton Carmo, capoeirista lendário. Quando às 16h retirada de ingresso às 15 horas, Onde: MIS, Avenida Europa, 158; telefone 11 2117 4777. Mandela Exibição do documentário Mandela Filho da África, Pai de uma Nação. Quando às 19 horas. Onde Caixa Belas Artes, Rua da Consolação 2423. Quanto 10 reais. OBÁ Festa em homenagem a Dandara Zumbi, Mulher de Zumbi dos Palmares. Quando às 23 horas. Onde Confraria Nossa Casa, Rua Belmiro Braga, 202. Quanto 15 reais.

Texto 20: Alcance da questão racial na MPB esbarra em legado discriminatório

Data: Quinta-feira, 20 de novembro de 2014.

Editoria: Ilustrada

Fonte: Paulo Gomes

Página: E4

Para ativistas, tema está restrito a nichos; Ellen Oléria é exceção. Seja como protesto ou como exaltação, o tema racial não está espalhado na produção musical brasileira. Para o historiador Douglas Belchior, ativista do movimento negro, o assunto ainda está concentrado em nichos. O Brasil é um país estruturalmente racista. E no campo da música é a mesma coisa. Assim como Belchior, militantes como a editora da revista Raça Brasil Fernanda Alcântara defendem que a expansão do tema esbarra numa herança cultural discriminatória. Essa música é mais divulgada na periferia porque é onde tem mais negros. E isso se deve ao processo histórico da escravidão, diz ela. A cantora Negra Li, que iniciou a carreira no grupo de rap RZO e depois seguiu solo com discos de pegada black music, afirma que a música negra é subestimada. Fora pagode e samba, o resto, para ganhar dinheiro, é bem difícil. Já Ferréz, escritor do Capão Redondo, diz que o padrão de sucesso propagado na TV é esbranquiçado o que coloca o negro como um assunto à parte. Ele critica os músicos que seguem tendências estrangeiras e pede a valorização das raízes culturais locais. Vira e mexe vem uma música tradicional como a do Calypso e domina tudo, porque é diferente, autêntica, diz ele, em referência ao grupo de tecnobrega do Pará. A menina que tenta dançar como a Beyoncé não vai mudar nada. O negro americano está em outro patamar. Ele é diferente do negro brasileiro. Belchior concorda, lembrando que, nos EUA, os negros conquistaram espaço em diversos setores da sociedade durante o período de lutas por direitos civis, nos anos 1960. Ele defende uma exposição mais equânime da produção cultural. A sociedade é diversa, mas o espaço de poder não. Se não impormos a política de cotas como um direito, não vamos estar nunca nesse espaço. É um fortalecimento para que isso seja normal, e não uma concessão,

afirma. Além do Gueto. Além dos Racionais MCs que ganharam popularidade além do gueto cantando sobre opressão racial e social em letras de contestação, um exemplo recente de artista que trata o assunto e conseguiu sair da música de nicho é a cantora Ellen Oléria, vencedora da primeira edição do reality show The Voice, da Globo. Alcântara exalta a brasiliense como um exemplo da nova geração, que utiliza a base africana para repaginar o protesto pela musicalidade. Apesar dos poucos nomes neste cenário atual, a editora enxerga avanços. O racismo tem sido muito colocado em discussão. As pessoas começam a entender melhor.

Texto 21: Consciência Negra

Data: Sexta-feira, 20 de novembro de 2015.

Editoria: Opinião/Editorias

Autor: Marta Suplicy

Página: A2

Assinei, em dois mil e quatro, o feriado do Dia da Consciência_Negra, proposto pelo então vereadora Claudete Alves. Após muita reflexão, pois a pressão contra era grande mais um feriado em São Paulo, cidade que não gosta de parar, tomei a decisão. Doze anos depois, o mito da democracia racial persists e políticas educacionais desde a infância, fortes e constantes, para mudar a realidade, são praticamente inexistentes. As cotas universitárias são importantes e gerarão transformações, mas sem um plano mais abrangente e focado as mudanças serão mínimas. O racismo no Brasil é estrutural e institucionalizado. Essa foi a conclusão dos peritos da Organização das Nações Unidas que pesquisaram em dois mil e treze a discriminação racial no nosso país. A situação do negro não é segredo para qualquer cidadão que tenha olhos abertos, se informa sobre situações de violência, de assassinatos e jovens, de prisões, de favelas, de universidades e que vá a shoppings. O homem negro ganha bem menos que a mulher e homem brancos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dois mil e dez, o rendimento médio das mulheres brancas corresponde a sessenta e sete por cento do dos homens brancos. Na informalidade, a negra ganha em média cinquenta e sete por cento menos que as demais mulheres. E então. Para virar a mesa, temos de situar que o negro deu enorme contribuição cultural à formação do povo brasileiro e foi fundamental no nosso processo civilizatório. Da introdução, enquanto escravo, do tear à forja. De influência negra são nossa comidas favoritas, nossa música e nossa dança. É importante para o desenvolvimento da autoestima o protagonismo de negros e negras na televisão em papéis não

estereotipados. Como ouvi de Condoleezza Rice, meninos e meninas negras precisam de modelos empoderados. Precisamos de mais projetos que sejam construtivos, como o Afrobetizar, que estimula crianças negras a se apropriarem de sua boniteza e a se integrar. Ainda quando prefeita, adotamos livros paradidáticos infantis, trabalhando a questão racial. Em dois mil e treze, essa iniciativa inspirou a lei dez mil, que torna obrigatório no país e no ensino sobre história e cultura afro brasileira. Essa lei precisa ser aplicada de forma significativa, pois tem condição, se bem conduzida, de ajudar no desenvolvimento da autoestima da juventude negra e diminuição de preconceito. Discussões nas escolas e meios de comunicação sobre os temas de gênero e raça e sua relação com exclusão e violência também acelerariam as mudanças. Mas o melhor instrumento para sair da pobreza e se integrar será sempre o acesso à educação desde a infância, pois esta é a trilha da oportunidade e cidadania.

Texto 22: Preconceito na sala de aula

Data: Sexta-feira, 20 de novembro de 2015.

Editoria: Opinião/Tendências/Debates

Autor: Ricardo Henriques

Página: A3

É preciso olhar o que acontece dentro da sala, porque parte da desigualdade no aprendizado é causada por atitudes discriminatórias. Mais jovens negros estão frequentando o ensino médio, e a distância entre eles e os estudantes brancos, ao menos no que diz respeito ao acesso, diminuiu. Essa constatação, feita a partir dos dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostra que estamos conseguindo reduzir desigualdades nos bancos escolares. Em dois mil e quatorze, mais da metade cinquenta e um por cento de brasileiros de quinze a dezessete anos que se autodeclararam pretos ou pardos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estava cursando o ensino médio. No início do século vinte e um, essa proporção era de apenas vinte e cinco por cento, ou um em cada quatro alunos. Entre jovens brancos da mesma idade, a variação no mesmo período foi de cinquenta e um por cento para sessenta e cinco por cento. O aumento na proporção de negros no ensino médio pode ser atribuído a uma combinação de ações que resultaram na melhoria do fluxo desde os anos iniciais. Políticas públicas externas à escola, caso do Bolsa Família, contribuíram para a queda da evasão e para a manutenção das crianças na escola. O avanço no acesso, contudo, não veio acompanhado da melhoria da

qualidade do ensino. Esse quadro é agudo no ensino médio. No trágico contexto em que todos os grupos tiveram piora no desempenho medido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica, exame nacional do Ministério da Educação, a distância de aprendizado de português e matemática entre negros e brancos se manteve estável. Em mil novecentos e noventa e cinco, a proficiência media em língua portuguesa no terceiro ano do ensino médio dos estudantes brancos era de duzentos e noventa e dois pontos; dos negros, duzentos e setenta e oito. Em dois mil e treze, a média dos alunos brancos caiu para duzentos e sessenta e nove e a dos negros, para duzentos e cinquenta e oito pontos. A média considerada adequada pelo movimento Todos pela Educação é a de trezentos pontos. É fundamental que voltemos aos esforços para a elaboração de políticas educacionais focadas no ambiente escolar, para melhorarmos os resultados e para que a escola não reproduza as desigualdades de origem. É preciso olhar para o que acontece dentro da sala de aula, por que parte da desigualdade de aprendizado é causada por atitudes discriminatórias veladas. A formação docente, por exemplo, não prepara o professor para a realidade das escolas públicas. O currículo das licenciaturas se dedica muito à matriz teórica e filosófica e pouco à prática em sala. Um bom plano de aula enfrenta na origem a maioria das defasagens do alunato de diversos segmentos sociais. Em outra frente, a flexibilidade do currículo do ensino médio deve oferecer opções de trajetórias, que podem ser acadêmicas ou técnicas, a partir de uma base comum. Isso possibilitaria, também, a incorporação dos saberes e cultura dos territórios. É importante que o currículo incorpore temas como sexualidade, discriminação, política e religião em suas múltiplas formas, estimulando a pluralidade de opiniões. Por fim, a gestão escolar é fundamental para esse enfrentamento. Todo o esforço da gestão deve estar voltado para a melhoria da aprendizagem e para a redução das desigualdades do interior da escola e entre escolas. É papel do diretor promover a escuta e o diálogo com os estudantes, professores e comunidade escolar, criando um ambiente de respeito às diferenças. A persistente desigualdade de aprendizagem dos estudantes negros, frente ao atual cenário de práticas discriminatórias e intolerância, demanda políticas públicas educacionais e iniciativas que enfrentem essa realidade. É uma agenda imprescindível para transformarmos uma sociedade marcada por desigualdades históricas em uma nação socialmente justa, igualitária e diversa.

Texto 23: Consciência negra e desenvolvimento

Data: Sexta-feira, 20 de novembro de 2015.

Editoria: Opinião/Tendências/Debates

Autor: Maurício Pestana

Página: A3

Os negros são a maioria no Brasil, mas estão excluídos do desenvolvimento econômico, subutilizados e subvalorizados no mercado. Há mais de quinhentos anos um fato importante aconteceu na história da humanidade o início do tráfico negreiro da África para as Américas. O Brasil, durante mais de trezentos anos, teve toda a sua formação social, econômica e territorial idealizada e produzida a partir desse acontecimento. A Lei Áurea, de mil novecentos e oitenta e oito, pôs fim oficialmente à escravidão no Brasil com um enorme atraso. Fomos o último país independente da América Latina a extinguir essa mácula. Desde então, saímos de uma estrutura predominante latifundiária para um país com enorme desenvolvimento tecnológico e industrial, com alta capacidade de produção de bens materiais, o que nos coloca entre as dez mais pujantes economias do planeta. No entanto, esse desenvolvimento foi incapaz de promover a distribuição igualitária das riquezas. O Brasil registra um dos maiores índices de desigualdade social do mundo, o que acarreta um enorme agravamento da discriminação racial e do preconceito. Os negros somando os autodeclarados pretos e pardos são a maioria do Brasil, mas estão praticamente excluídos do desenvolvimento econômico, são subutilizados e subvalorizados no mercado, mal remunerados e com escasso acesso a empregos qualificados. No maior país negro fora da África, a população negra, durante quase toda história recente do país, não teve acesso aos bancos escolares de nível superior. Dados do final do século passado mostram que apenas dois por cento desses bancos eram ocupados por negros. Somente no início do século vinte e um se leia, há apenas quinze anos, o Brasil começou a tomar medidas que reduziram as distâncias entre negros e brancos na educação, processo esse que gerou muito debate em nossa sociedade. Programas como o Programa Universidade para Todos e as cotas raciais, conquistas do movimento negro, começam a reverter esse quadro. Atualmente, a parcela das vagas ocupadas por negros nas universidades cresceu para vinte por cento. Essas e outras políticas afirmativas adotadas pelos governos progressistas fizeram com que o Brasil se tornasse um pouco menos desigual. Ainda que tardivamente, chegamos a um patamar de evolução educacional que nos permite discutir de que forma iremos avançar, uma vez que temos o maior número de formandos negros da história. Com o intuito de responder uma questão como essa, a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo convocou um expressivo contingente de empresas do setor privado para discutir com o setor público medidas que pudessem contribuir para a maior inserção dos negros no mercado de trabalho, principalmente em funções estratégicas e bem remuneradas. Avaliamos em conjunto políticas e ações possíveis que a

sociedade pode gerar para um desenvolvimento econômico mais equilibrado. As comemorações do Dia da Consciência Negra chamam a atenção dos brasileiros para a necessidade de um novo modelo socioeconômico para o país, diferente daquele injusto e excludente do século passado. Precisamos de um projeto de desenvolvimento econômico que envolva a população negra da cidade de São Paulo e do Brasil. A nação de maior população negra fora do continente africano tem a obrigação de dar exemplo para o mundo. O desenvolvimento só será verdadeiro com a inclusão.

Texto 24: Pela primeira vez, maioria dos jovens negros está no ensino médio

Data: Sexta-feira, 20 de novembro de 2015.

Editoria: Cotidiano

Fonte: Fabio Takahashi

Página: B7

Em dois mil e quatorze, índice de autodeclarados pretos e pardos de quinze a dezessete anos chegou a cinquenta e um por cento, entre brancos, ficou em sessenta e cinco por cento. Notas, porém, pioraram nos dois grupos, redução da repetência contribuiu para avanço, afirma especialista. Pela primeira vez, a maioria dos jovens negros conseguiu chegar ao ensino médio. Mas ainda em proporção menor do que os brancos e os dois grupos enfrentam problemas de aprendizagem. Os dados foram tabulados pelo Instituto Unibanco a partir de bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ministério da Educação. O levantamento considera negros todos os que declararam preta ou parda a cor de sua pele. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domícilos, no ano passado cinquenta e um por cento da população de quinze a dezessete anos nesse grupo estava no ensino médio. Dez anos antes, esse índice era de trinta e quatro por cento. O fator que mais explica esse avanço, segundo o Instituto, é a redução da reprovação e da evasão dos negros no ensino fundamental. Em dois mil e um, cinquenta e três por cento dos jovens entre quinze e dezessete anos ainda estavam na educação fundamental. Agora, são trinta e dois por cento. Aumentou a conscientização sobre os prejuízos que a reprovação causa, diz o superintendente executivo do instituto, Ricardo Henriques. O aluno reprovado tende a ter notas menores na trajetória escolar e mais chances de desistir dos estudos. Para Henriques, mesmo sem políticas específicas para alunos negros, eles foram mais beneficiados porque estavam mais desafinados. Já para o ministro Aloizio Mercadante, Educação, as matrículas de negros no ensino médio aumentaram devido ao Fundo Nacional de Financiamento da Educação, que

abrangeu a etapa em dois mil e seis, e à inclusão do ensino médio em programas de alimentação escolar e transporte. Ao apoiamos o ensino médio, apoiamos quem estava mais excluído. Diretor da Organização Não Governamental Educafro, que defende maior inclusão dos negros, frei Davi Santos diz que as cotas em universidades incentivam a entrada e permanência dos negros no ensino médio. Apesar do avanço, a população negra ainda está em desvantagem na educação. O índice de cinquenta e um por cento dos jovens no ensino médio já havia sido alcançado pelos brancos em dois mil e um, atualmente, sessenta e cinco por cento estão nessa etapa de ensino. População. A população que se classifica como preta ou parda cresce mais do que a branca, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domícilos. Como o levantamento considera a autodeclaração, não é possível identificar com precisão o que é fruto da fecundidade ou de mudança de declaração. Ainda assim, o aumento da presença dos jovens negros no ensino médio é superior ao crescimento da população preta e parda, cinquenta e seis por cento ante treze por cento em dez anos. Notas. Uma constatação negativa que os dados oficiais revelam é que tanto brancos quanto negros estão piores hoje do que em mil novecentos e noventa e cinco em língua portuguesa e matemática no ensino médio. O levantamento do Instituto Unibanco aponta que a média em português caiu de duzentos e noventa e dois para duzentos e sessenta e nove entre os brancos na avaliação nacional, entre os negros, de duzentos e setenta e oito para duzentos e cinquenta e quatro. O dado mais recente é de dois mil e treze. Especialistas apontam que trezentos é a nota mínima considerada ideal. Não estamos entregando o que precisamos no ensino médio, afirma o vice presidente do Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, Rossieli Soares da Silva. Os Estados são os responsáveis por essa etapa. Silva diz que a entidade finaliza proposta para melhoria do ensino médio, que prevê mais autonomia à escola. A ideia é que em parte do currículo o colégio possa, por exemplo, oferecer ao aluno ensino técnico, ligado à economia local, ou ênfase em uma área do ensino. O aluno tem de se identificar com a escola, diz o secretário. As médias não são o que desejamos. Mas, por outro lado, os negros têm lido mais acesso ao ensino superior, com as cotas, Programa Universidade para Todos e Fundo de Financiamento Estudantil, diz Mercadante.

Texto 25: Pobreza tem cor negra no Brasil, afirma Dilma

Data: Sexta-feira, 20 de novembro de 2015.

Editoria: Cotidiano

Página: B7

A presidente Dilma Rousseff reconheceu nesta quinta-feira, dezenove, que o país ainda deve avançar na igualdade de oportunidade entre brancos negros e defendeu a ampliação do atual sistema de cotas nas universidades federais e setor público. Em discurso em comemoração ao Dia da Consciência Negra, a petista afirmou que a pobreza no país teve como cor predominante a negra e que a garantia de direitos iguais para as diferentes etnias será uma diretriz de seu segundo mandato. No evento, promovido no Palácio do Planalto, a presidente entregou títulos de posse e concessão de territórios a comunidades quilombolas em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Pernambuco.

Texto 26: Aqui África traz dramas do exílio, subversão e pop art. Mostra em São Paulo reúne representantes da arte contemporânea do continente

Data: Sexta-feira, 20 de novembro de 2015.

Editoria: Ilustrada

Fonte: Angela Boldrini

Página: C4

Obras com forte teor político já criaram problema para artistas; zimbabweense teve de se exilar na África do Sul. Sobre a piscina do Sesc Belenzinho, em São Paulo, flutua um enorme barco, sobrecarregado carregado de sacolas e rodeado por um mar de garrafa de plástico. É a Estrada para o Exílio, do camaronês Barthélémy Toguo, quarenta e oito, um dos treze africanos que participaram da exposição Aqui África, em cartaz até fevereiro de dois mil e dezesseis. Eu quis mostrar como é difícil essa rota para o exílio, diz Toguo à Folha. Segundo ele, a embarcação tão lotada que pode virar serve para retratar os perigos da trajetória dos migrantes que saem, muitas vezes forçosamente, em busca de um Eldorado. A ideia de colocar ali, sobre o vidro pelo qual se vê a água da piscina e as pessoas que nadam nela, foi da curadora turca Adelina Von Fürstenberg, diretora da Organização Não Governamental ART for the World e responsável por trazer a mostra de Genebra, Suíça, a São Paulo. Fazem parte da exposição artistas de Benin, Costa do Marfim, Angola, Burkina Fasso e Mauritânia, entre outros. Em sua maioria, vêm, não por acaso, de países próximos à face oeste do continente africano, mais perto da América. Eu não podia trazer a África inteira, infelizmente, diz Fürstenberg. Então escolhi países que tenham relação com o Brasil, porque não se pode esquecer que os escravos foram trazidos para lá. As obras também foram escolhidas a dedo. Divididas em dois espaços no Serviço Social do Comércio, a primeira parte da exposição traz uma perspectiva histórica da arte africana, com trabalhos como o do marfinense Frédéric Bruly Bouabré, mil novecentos

e dezenove a dois mil e quatorze. Ele é um dos primeiros representantes do continente a expor a Europa, em mil novecentos e oitenta e nove, na mostra *Les Magiciens de la Terre*, em Paris. São Paulo recebe uma série de pequenos quadros sobre o Brasil feitos com lápis de cera, com homenagens ao arquiteto Oscar Niemeyer, mil novecentos e sete há dois mil e doze e ao Rio. Muro Preto. Na segunda parte, um enorme muro preto se impõe meio ao salão, com pinturas coloridas de pessoas e símbolos como o da Organização das Nações Unidas. Feito de caixas de papelão, é o principal trabalho que o senegalês Oma Ba, trinta e oito, traz ao Brasil. Procuro partir do nada, de alguma coisa barata, e transformar em algo muito caro, diz Ba. É uma maneira de falar um pouco de mim mesmo, de partir de um país complicado, onde eu não tinha oportunidade quando criança, e com o trabalho de construir e chegar onde estou hoje. O Muro é também uma crítica ao Ocidente, que, para ele, coloca muros quase intransponíveis no caminho dos africanos. Sempre decidiram por nós, diz o senegalês. Um continente como a África, com países enormes, deveria ter o direito de participar de decisões, mas não é assim. A política aparece não só nos trabalhos de Sá e Toguo. A crítica social é quase onipresente na mostra. Está na pop art do zimbabuense Kudzanai Chiurai. Sua série de autorretratos de dois mil e nove, *O Parlamento*, o traz caracterizado como ministro o da Defesa carrega fuzil; o de Finanças, um casaco de peles e dentes de ouro. Não à toa, teve problemas com o ditador Rober Mugabe, noventa e um, e se tornou um dos exilados retratados por Toguo, partindo para a África do Sul. Nós somos subversivos. O artista dá medo, porque acordamos a consciência do povo, afirma o camaronês.

Texto 27: Afro imersão

Data: Sexta-feira, 20 de novembro de 2015.

Editoria: Caderno Guia Folha

Fonte: Gabriela Valdanha

Página: M08

Conheça dez espaços na cidade para se aprofundar na cultura afro brasileira, além de shows, exposições e filmes em celebração à data. Entre os séculos dezenove e vinte, a região de Barra Funda era ponto de parada de uma linha ferroviária. Depois do expediente, os trabalhadores responsáveis por carregar e descarregar trens a maioria deles negros se juntavam para batucar. Nascia assim, no Largo da Banana, o samba paulista. O bairro do Bexiga, por sua vez, abrigou um dos maiores cortiços da cidade, o Navio Negreiro, e o quilombo urbano do Saracura. Na Liberdade, famosa por ser reduto da comunidade japonesa na cidade, os escravos eram

açoitados em um pelourinho. As paisagens foram modificadas. E poucos são os sinais de que essas histórias aconteceram nesses lugares. No Dia da Consciência Negra, vinte, o Guia selecionou dez locais onde é possível conhecer e entender melhor o passado. São exemplos o terreiro Ax Ilê Obá, a Casa Mestre Ananias e o Samba da Vela, nos quais a cultura negra e afro brasileira se manifesta por meio da religião, da arte, da dança e da música. Segundo Marcus Virgílio da Silva, arquiteto e urbanista, intervenções do poder público consideradas melhorias urbanas obrigaram a população a se deslocar para outros lugares. O descaso contribuiu para que apagasse memórias não tão valorizadas. O resultado é que não sabemos quais lugares representam a cultura negra. A impressão é que São Paulo sempre foi povoada por europeus, e não é bem assim, completa. Nas próximas páginas você também encontra mais de trinta atrações para comemorar o feriado. Entre elas, há show de Tássia Reis, exposição sobre Zumbi dos Palmares e mostra com filmes afro futuristas, caso de Space Is The Place. Crianças podem participar de oficinas de samba, capoeira e até de escrita criativa esta inspirada na obra de Carolina Maria de Jesus mil novecentos e quatorze e mil novecentos e setenta e sete. Cartas ao Mar. Em exibição ao Museu Afro Brasil, a mostra Cartas ao Mar, do artista mineiro Eustáquio Neves autor da capa desta edição do Guia , mescla fotos de conhecidos e documentos de moradores de Valongo, zona portuário do Rio de Janeiro, porta de entrada para muitos escravos. Como e quando surgiu a ideia do projeto. Eustáquio Neves. Surgiu durante uma pesquisa de campo junto aos moradores e comerciantes da zona portuária do Rio de Janeiro, conhecida como Valongo, enquanto eu estava atendendo um convite do Foto Rio. Usei como metáfora as garrafas com cartas lançadas ao mar na esperança de uma possível resposta. É uma forma de discutir esse lugar de memória, por onde entraram mais de sessenta por cento das mulheres e dos homens trazidos ao Brasil como escravos. Quem são as pessoas da foto. Os retratos, além de mim, são amigos e algumas pessoas que foram personagens de um filme do cineasta pernambucano Marcelo Gomes rodado em Diamantina, Minas Gerais. Como é seu processo de criação. Eu não tenho um método para criar. Trabalho sempre com fotografia analógica mesclada com recursos de outras áreas, como pintura e artes gráficas. Na abertura da exposição, o curador diz que nunca se esquece do que dói. Você acha que a arte pode ajudar a cicatrizar essa ferida. Acredito que a arte pode trazer uma boa reflexão e ajudar a conscientizar a nossa geração e as gerações futuras, para que possam entender e garantir seus direitos. Explore. Academia Paulista de Letras. O jornalista, advogado e abolicionista Luiz Gonzaga Pinto da Gama é o patrono da décima quinta cadeira da Academia. A biblioteca do local acomoda cerca de cinquenta mil livros e revistas. De Gama, há Primeiras Trovas Burlescas, que só é possível ler no espaço. Nascido em Salvador,

Bahia, o autor foi vendido aos dez anos como escravo pelo seu pai para quitar uma dívida e alfabetizado apenas aos dezessete. Ouvinte de aulas de direito, atuou na defesa de escravos. Em mil novecentos e sessenta e quatro, com Ângelo Agostini, fundou o jornal ilustrado Diabo Coxo. Associação Cultural Cachuera. O embrião do projeto surgiu a partir da pesquisa de músicas e danças da tradição oral brasileira. As manifestações afro brasileiras no sudeste do país, como o jongo, receberam maior atenção. Hoje, o acervo abriga arquivos de som, vídeo e fotografias obtidos em ritos e festas, além de biblioteca que fica na Rua Bartira, trezentos e quarenta e sete. A associação sedia atrações teatrais, promove oficinas, cursos esporádicos e tem série fixa de música erudita. Na segunda, vinte e três, o Coletivo Negro apresenta Revolver Um Experimento Cênico. Já no sábado, vinte e oito, há lançamentos do livro O Batuque de Umbigada e Tietê, Piracicaba e Capivari. Ax Ilê Obá. Um portão branco e uma escada dão acesso a um dos maiores terreiros de candomblé da cidade, o primeiro tombado de São Paulo. Em iorubá, o nome do lugar significa A força da Casa do Rei, e é comandada, desde agosto deste ano, por Mãe Paula de Yansã. Às quartas, sempre às vinte horas, ocorrem as gírias, quando os médiuns incorporam as entidades Exú, Caboclo e Preto Velho. Em cinco de dezembro, haverá festa em comemoração às Yabás, orixás mulheres. Biblioteca Paulo Duarte Cultura Afro brasileira. A biblioteca integra o Centro Cultural Jabaquara e tem vista para o Sítio da Ressaca. Imagens de nomes como Ruth Guimarães, Lima Barreto, Carolinade Jesus e Pixinguinha dão as boas vindas aos leitores. As prateleiras do centro exibem itens do acervo temático e alguns livros ficam em destaque, caso de Batuque, Samba e Macumba, de Cecília Meireles, e Cem Anos da Revolta da Chibata, de Álvaro Pereira do Nascimento. Centro Cultural de Candomblé Pai Toninho de Xangô. Quem comanda o centro é o babalorixá Pai Toninho de Xangô. O salão da casa chama a atenção pela quantidade de adereços, como pinturas de orixás e esculturas. Jogos de búzios ocorrem de segunda a quinta. Além disso, há seis festas por ano, quando a casa recebe cerca de mil pessoas. A próxima será em vinte e nove de novembro. Casa Mestre Ananias. Samba e capoeira são a essência da casa que homenageia o capoeirista Mestre Ananias Ferreira. Às terças, é ele quem conduz, aos noventa anos, a roda de capoeira, tocando e cantando. O espaço tem como objetivo a difusão de tradições baianas e da cultura popular brasileira. Promove também oficinas integradas de cerâmica, desenho e gravura, violão, cavaquinho e reciclagem. Neste sábado, vinte e um, e no domingo, vinte e dois, violeiros de samba de roda se encontram no local. Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Foi construída em mil novcentos e vinte e cinco no largo do Rosário atual Praça Antônio Pradopela Irmandade dos Homens Pretos de São Paulo para que a população negra tivesse um templo religioso, já que não podia frequentar outras igrejas. No

século vinte, com a urbanização da cidade, foi demolida e construída no largo do Paissandu, em mil novecentos e seis. Em frente à igreja, a escultura Mãe Preta mostra uma ama de leite negra amamentando um bebê branco. Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. Com detalhes em barroco e rococó, foi erguida em mil oitocentos e dez, na época, em uma colina na entrada da cidade hoje na rua do Carmo. Os sinos recepcionavam autoridades que chegavam de Santos e do Rio de Janeiro. Além disso, era também o destino dos negros antes de irem para forca, que ficava na praça da Liberdade, para uma última oração. É a primeira igreja vinte e quatro horas da cidade. Museu Afro Brasil. Reserve, no mínimo, uma hora para reconhecer o riquíssimo acervo da instituição. São mais de seis mil peças, entre objetos, pinturas e fotografias que permitem voltar no tempo e conhecer mais sobre as duas culturas que dão nome ao local alguns itens são datados do século quinze. Os seis núcleos englobam temas como escravidão, religiosidade e memória. É possível ver vestimenta de países como Cost do Marfim, máquinas de moer cana e até a carcaça de um navio negreiro. Samba da Vela. Acendeu a vela o samba já vai começar ela é quem chama, diz o samba que abre a noite da segunda, vinte e três, na Casa de Cultura de Santo Amaro. Há quize anos, o Samba da Vela reúne músicos e ouvintes em volta da mesa, em cima da qual uma vela é queimada o relógio da apresentação para ouvir, exclusivamente, sambas de compositores da comunidade. Nesta segunda, será lançado um caderno com um repertório que contempla músicas para lembrar o Dia da Consciência Negra, caso de Arte e Melancolia. O samba só termina quando a vela se apaga. Dança e teatro. A viagem dos Eborás. O Makala retrata, com música e dança, como as divindades partiram do reino Orun e iniciaram a vida na terra. A Cruz que Me Carrega. Do Núcleo Pé de Zamba, o espetáculo de dança aborda o catolicismo popular afro mineiro. Diálogos Ancestrais. A apresentação de dança da Trupe Benkady é uma viagem pela ancestralidade. Galanga, Chico Rei. Com direção de João das Neves,o espetáculo musical apresenta a lendária história de Chico, rei no Congo que foi trazido como escravo para o Brasil Terreiro Urbano. Do grupo Treme Terra, representa o xirê festa de saudação aos orixás. Aláfia com Tony Tornado. A banda, cujo nome significa Caminhos Abertos, em iorubá, mescla rap, música de terreiro, Música Popular Brasileira e funk. Ellen Oléria. Entoa canções autorais e clássicos que vão do samba ao maracatu e afoxé. Homenagem ao Jair Rodrigues. Luciana Mello e Jairzinho interpretam canções de seus repertórios e sucesso do pai. Bay Fall Afric. A banda toca instrumentos tradicionais africanos. Regina Ribeiro & Banda. O show une aspectos culturais africanos e da música mundial. Os Opalas. A banda tem influencia do samba, soul, reggae, rap, rock e a proposta de difusão da musica brasileira. Salloma Salomão e Banda Al Andaluz. O espetáculo Notas Tortas da Madrugada revisita o repertório de mais de trezentos canções de

Salomão, compostas desde mil novecentos e setenta e seis. Chico César. O cantor e compositor apresenta show seu novo disco, Estado de Poesia, após oito anos sem lançar músicas. Tássia Reis. Revelação do hip hop, mescla R&B, jazz e Música Popular Brasileira. Ela deu início à carreira solo em dois mil e treze. Shows no centro. No festival, destaque para os shows de Izzy Gordon e Jorge Aragão com Arlindo Cruz e Alcione. Aqui África. Treze artistas africanos mostram seus olhares sobre o continente por meio de uma fotografia, vídeo e instalação, problematizam questões como a xenofobia. Arte, Adorno, Design e Tecnologia no Tempo da Escravidão. Itens de trabalho do campo e da cidade dos séculos dezoito e dezenove mostram a contribuição do negro para a ciência. De os coredes Maximiliano dos Santos O Universo de um Alapini Asipá. Exibe obras do Mestre Didi, artista plástico voltado para a cultura e vida afro brasileira. Um Tributo ao Historiador Joel Rufino dos Santos. Na abertura da mostra, haverá leitura dramática do texto do autor, A Botija de Ouro. Corp Negra. Aquarelas, retratos e poesias de artistas negras da periferia compõem a mostra. O título homenageia Maria Tereza Moreira de Jesus. Zumbi A Guerra do Povo. Fotos de Tiago Santana e ilustrações de Fernando Vilela traçam a história de Zumbi, último líder do Quilombo dos Palmares. Afrofuturismo. Cinema e Música em uma Diáspora Intergaláctica. O afrofuturismo diz respeito à manifestação na qual questões afro americanas ganham elementos de ficção. Entre os longas internacionais da mostra, destaque para Space Is The Place, escrito e protagonizado pelo jazzista Sun Ra. Na lista dos brasileiros está Branco Sai, Preto Fica, que mescla documentário e fantasia. Todos os filmes serão exibidos no Caixa Belas Artes. Rio quarenta Graus. Do Nelson Pereira dos Santos, mostra a realidade de cinco garotos da favela vendendo amendoim no Rio de Janeiro. Iaylode Damas da Sociedade. Por meio da história de quadro mães de Santo de candomblé que moram em São Paulo, se desenha um panorama da tradição afro brasileira na cidade. Brincando de Brasil com a Cas Mestre Ananias. Na oficina Brincar e Descobrir Capoeira, participantes aprendem preceitos básicos da dança. Já a atividade de Brincar de Descobrir o Samba de Roda é, antes de tudo, uma oficina de dança com brincadeiras. Kiriku e a Feiticeira. A animação é inspirada em uma lenda africana. Nela, um garoto enfrenta uma feiticeira Karabá, que secou a fonte de água e roubou o ouro da aldeia. Oficina de Estamparia Africana. Com recortes, dobraduras e colagens, cada participante cria a sua própria estampa. Oficina de Xequerê. Crianças confeccionam instrumento musical vindo da África, que é feito de cabaça. Oficina Escrita Criativa a partir de Carolina Maria de Jesus. Inspirada pelo conjunto da obra de Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de Despejo, crianças irão elaborar textos sozinhas ou em grupos. A atividade está relacionada à mostra Carolina em Nós, em cartaz na lateral do Museu Afro Brasil. Os

Coloridos. A Cia os Crespos apresenta neste fim de semana a história de duas araras, uma vermelha e a outra amarela, em uma disputa para saber quem é a melhor. É quando chega a arara azul, para mostrar a beleza da diversidade. Cortejo do Grupo Ilú Obá de Min. O coletivo de tambores é composto só de mulheres. Encontro de Histórias e Canções Afro Brasileiras e Afro Cubanais. Contos, mitos e poesias são interpretados ao som de berimbau. Mesa de debate. Intolerância Religiosa. Com Pedro Neto, diretor do filme Iyalode Damas da Sociedade e Mãe Paula de Yansã, do Axé Ilê Obá. Oficina de Turbante. A marca Boutique de Krioula ensina a amarração de turbantes e busca valorizar as origens afro.

Texto 28: O diálogo e a questão racial

Data: Domingo, 20 de novembro de 2016;

Editoria: Opinião/Tendências/Debates

Autor: Geraldo Alckmin e Celso Luiz Prudente

Página: A3

Informação e conhecimento são armas poderosas para vencer o preconceito. No Mês da Consciência Negra, todos devemos refletir sobre isso. As semanas do período colonial são a gênese das políticas públicas brasileiras, que nasceram voltadas para o benefício do europeu. A desigualdade social, jurídica e econômica entre brancos e negros, que remonta aquele período, não arrefeceu no Brasil independente. A Constituição de 1824 estabelecia o catolicismo como religião oficial do Estado, e este reconhecia o casamento e o batismo protestante, em ação afirmativa que protegia as famílias imigrantes europeias. Ao mesmo tempo, os cultos afro brasileiros eram perseguidos, com prejuízo para a difícil organização familiar dos negros. No primeiro ano da República, um decreto restringiu a imigração africana e asiática, ao mesmo tempo em que incentivava a chegada de europeus. A Constituição de 1934, primeira a garantir educação para todos os brasileiros, dizia textualmente que cabia à União, aos Estados e aos municípios estimular a educação eugênica. É importante lembrar essas passagens da nossa história neste novembro, Mês da Consciência Negra. Também é importante valorizar as conquistas das populações afrodescendentes e os desafios a serem enfrentados por toda a sociedade. Por muito tempo, o Brasil foi celebrado como o lugar da democracia racial. A desarticulação do mito só aconteceu a partir dos anos mil novecentos e setenta, com a mobilização dos movimentos sociais, entre eles o movimento negro, na esteira da luta ampla contra o autoritarismo. A marginalização, no entanto, não acabou. Uma cresça resistente do darwinismo social leva à segregação, e este promove a violência. É preciso

combater essa realidade. Se, no passado, a educação no Brasil foi terreno de experimentação com ideias racistas, hoje, felizmente, é ferramenta poderosa para enfrentar. No Estado de São Paulo, políticas públicas combatem ativamente a discriminação que atenta contra o direito à vida, à saúde e a inclusão em todas as esferas da sociedade, incluindo econômica. Nas escolas da rede estadual paulista, a luta se faz em todos os ciclos. O currículo oficial no Estado aborda a temática da diversidade étnico racial em disciplinas de ciências exatas, humanas e biológicas. Na Secretaria da Educação, o Núcleo de Inclusão Educacional trata das questões étnico raciais e da educação escolar quilombola na rede estadual. Os docentes de todas as noventa e um diretorias regionais de ensino recebem orientações técnicas e assistem a videoconferências sobre questões raciais, cultura africana e afro descendente, história da população negra, combate ao racismo e valorização e respeito à cultura negra. Nas universidades estaduais paulistanas, o processo seletivo tem pontuação acrescida para afrodescendentes, indígenas e alunos de escolas públicas. Isso também vale nas Escolas Técnicas Estaduais e Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo do Estado, que constituem a melhor rede de ensino técnico do país e a pioneira na adoção desse mecanismo. O Centro Paula Souza, que administra a rede, também tem uma política específica para regiões de maior vulnerabilidade social e já implantou Escolas Técnicas Estaduais em comunidades como Heliópolis e Paraisópolis, na capital, e quilombo André Lopes, no Vale do Ribeira. O combate à discriminação requer o estabelecimento, na sociedade, de um compromisso solitário de tolerância. Para destacar como isso é importante, o jurista Wilson Prudente observou que a Organização das Nações Unidas criou a iniciativa Decênio Afrodescendente. Nós defendemos a construção de diálogo nacional do qual participem todas as minorias, entre elas a comunidade negra, e outros segmentos da sociedade civil organizada. Na era da revolução tecnológica, a informação e o conhecimento são armas poderosas para vencer o preconceito. No Mês da Consciência Negra, todos os brasileiros devem refletir sobre isso.

Texto 29: Sharon_Jones, cantora de soul americana, morre aos sessenta anos

Data: Domingo, 20 de novembro de 2016.

Editoria: Mundo/Ilustrada em cima da hora

Página: A18

Artista lutava contra um câncer no pâncreas, descoberto em dois mil e treze. Morreu na sexta, dezoito, aos sessenta anos, a cantora americana Sharon Jones, uma das vozes mais celebradas

do soul contemporâneo. Ela lutava contra um câncer no pâncreas, diagnosticado em dois mil e treze. Nascida no Estado da Georgia, Sheron Lafaye Jones começou cantando em igrejas. Fazia parte de uma linhagem que inclui nomes como Aretha Franklin, Nina Simone e Etta Jones. O primeiro disco viria já na maturidade, aos quarenta e seis. Antes, trabalhou como agente penitenciária e guarda de banco. Em dois mil e quatorze, veio o celebrado Give People What They Want, indicado ao Grammy de melhor disco de R&B. O álbum foi lançado no meio da luta de Jones contra o câncer. Uma das canções do álbum, Get Up and Get Out, ajudou a cantor durante o tratamento. Sentia que dizia ao câncer. Ei, se levante e vá embora get up and get out, afirmou em entrevista à Folha, em dois mil e quinze, durante sua última passagem pelo país. Lançou, no total, sete álbuns, sempre acompanhada pela banda Dap Kings. Em dois mil e sete, emprestou o grupo para Amy Winehouse gravar Black to Black. Gabe Roth, baixista da banda, também é fundador da gravadora de Jones, a Daptone Records. Ele descobriu a cantora em dois mil, quando a diva do soul fazia backing vocals. A gravadora também trabalha com o cantor Charles Bradley. Antes de começar a gravar, Jones tentou várias vezes assinar contrato com gravadoras, mas ouvia que não tinha o visual necessário. Muito baixa, muito gorda, muito negra, muito velha, disse um produtor. Na conversa com a Folha, a cantora criticou o racismo nos Estados Unidos da América e a morte de jovens negros por policiais. As vidas de jovens e adultos negros são roubadas desde sempre. A polícia te rotula como negro e simplesmente te pega. Agora finalmente estão vendo, fotografando, afirmou.

Texto 30: O fantasma da escravidão

Data: Domingo, 20 de novembro de 2016;

Editoria: Ilustríssima

Autor: Walter Lima Jr.

Página: MA9

Rio das Flores, dois mil e treze. Adaptar uma história desenrolada numa rica casa de campo na Inglaterra do século dezenove. A Volta do Parafuso, e Henry James para o Brasil da metade do século vinte exigiu um exaustivo trabalho de pesquisa. A ideia de filmar Através da Sombra nasceu da minha convivência com a atriz Virginia Cavendish durante nossas incursões teatrais. A questão mais importante era manter o clima fantástico do original. Isso nos levou a procurar fazendas de café no interior de São Paulo, antigos engenhos de cana em Pernambuco e palacetes do tempo do Império na porção fluminense do vale da Paraíba. Ou

seja, empreendemos uma viagem no tempo. Um ano e meio de busca transcorreu até chegarmos, no final de dois mil e treze, ao portão da fazenda Paraízo assim mesmo, com z. A vasta propriedade foi a residência do visconde de Rio Preto, seu construtor. Ali, toquei a sineta ao lado dos portões; algum tempo depois, surgiu um senhor à distância. Veio até nós em passos lentos, num trajeto de quase cinco minutos. Era um homem com cerca de oitenta anos, negro, de fala lenta e olhar doce, submisso em todos os aspectos. Pensei no quanto aquela região tivera uma grande população de escravos, quase setessentos só naquela fazenda. Um mundo com valores culturais e morais que permanece vivo no comportamento das pessoas que o habitam. Desse encontro veio a certeza de que o ambiente social e cultural do filme estava estabelecido. O senhor era simpático, mas de poucas palavras. Me disse que o dono não estava na casa. A cada nova pergunta, respondia com um sei não, sinhô. Quando voltamos em definitivo para a filmagem, em maio de dois mil e quatorze, ele já não estava lá. Havia se mudado para a casa de uma filha em Paraíba do Sul. A casa grande, modelo preciso da arquitetura do Brasil Império, é projeto de um arquiteto italiano, erguido a dois quilômetros da pequena Rio das Flores, quase na fronteira com Minas Gerais e não longe de Vassouras. Seu interior comporta quarenta quartos e quatro salões; os jardins levam assinatura do paisagista francês Glaziou, responsável por algumas das mais belas áreas verdes do Rio. Inaugurado em mil oitocentos e trinta com um festa de arromba, o palacete de matem impecavelmente conservado, como atestam papéis de parede franceses e alemães e painéis pintados por um artista italiano. Se Trata de uma atmosfera única, impossível de ser reproduzida em estúdio. Os atuais moradores são herdeiros da família que comprou a fazenda em fins do século dezenove. Estão ali, portanto, há mais de cem anos e preservam com esmero a mansão. A questão da ambientação é vital para qualquer filme, seja a história que se esta contando ancorada nos dias atuais, seja uma trama de época. Em ambos os casos, um mundo vai sendo revelado por meio de objetos da cenografia, do figurino, da luz e, sobretudo, do trabalho corporal. Como sabemos, antigamente não havia banheiro dentro das casas. Quando preciso, se tinha de acorrer à casinha, uma pequena construção anexa. Com o passar dos anos, a casinha foi incorporada e virou banheiro social. Num casarão como o que nos serviu de cenário em Através da Sombra, se pode imaginar os longos corredores escuros que tínhamos que vencer para, no meio da noite, comparecer à casinha. Ali não havia valentia que resistisse às investidas macabras do imaginário. Toda equipe se pelava de medo de fazer o itinerário. Eu, por exemplo, apelava para um assvio que se estendia por todo o caminho e me anunciava aos habitantes invisíveis. Se queria uma atmosfera misteriosa para contar a minha história, certamente a havia encontrado na Fazenda Paraízo, com z. Os trabalhos de filmagem

nessa locação duraram seis semanas e meia. De meu lado, passei dois meses naquelas paragens, pois havia chegado antes de as câmeras começarem a rodar para explorar melhor a área e conhecer a luz e, sobretudo as sombras da região.

Texto 31: Negros, empresas e igualdade

Data: Segunda-feira, 21 de novembro de 2016;

Editoria: Opinião/Tendências/Debates

Autor: José Vicente

Página: A3

Juntos trabalharemos para transformar a diversidade num valor que irá enaltecer o que o país tem de melhor sua gente. A escravidão, a abolição inconclusa e a permanência do racismo produziram no Brasil uma acintosa divisão social que ainda hoje segregava negros e brancos. Num esforço de superação, a Constituição de mil novecentos e oitenta e oito definiu como objetivos fundamentais a erradicação das desigualdades e dos preconceitos de raça. Estabeleceu o repúdio ao racismo e fez de sua prática um crime inafiançável, imprescritível. A cena social brasileira confronta erros e equívocos do passado com os esforços, as exigências do presente e as necessidades do futuro. Ainda assim, são inequívocos certos indícios de atraso. O ambiente corporativo brasileiro, por exemplo, é um espelho ampliado dessas distorções. Em muitos casos, reproduz e amplia o fosso desse verdadeiro apartheid. Nas empresas aqui instaladas, públicas ou privadas, nacionais ou multinacionais, é nítido o que se conceituou na literatura como racismo institucional isso é, aquele em que nada é formalizado, nada é dito de forma direta, mas o resultado se traduz de maneira inexorável em no black. Em um país em que cinquenta e quatro por cento da população é formada por negros, como explicar sua ausência quase completa dos cargos de presidente ou vice-presidente nas empresas. Quantos são os negros no primeiro, segundo ou terceiro escalão de corporações públicas ou privadas. Se Some a essa situação traumática e chegada das primeiras levas dos quase um milhão de jovens negros provenientes dos programas de cotas e ações afirmativas no ensino superior, que agora baterão nas portas das empresas brasileiras. Se vê aí o tamanho exato do desafio que se colocará diante do governo, da sociedade e das corporações. O que fazer com centenas de milhares de Pelés, Joaquins Barbosa, Daianes dos Santos e Rafaelas Silvas escondidos pelo país. Vamos ignorar para sempre. Essa é a resposta que pretendemos ajudar o Brasil a construir por meio da criação da Iniciativa Empresarial pela Igualdade, que inauguramos nesta segunda, vinte e um, ainda em

comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no domingo, vinte. Nessa proposta, governo, sociedade civil e ambiente corporativo juntarão forças para promover novas mentalidades e atitudes nas empresas, em que ética, cidadania e responsabilidade social possam de fato gerar igualdade de oportunidades e de acesso democrático dos negros aos postos principais das empresas. Juntos trabalharemos para retirar os obstáculos internos, sugerir a cadeia de fornecedores, inspirar a rede de relacionamento e divulgar para toda sociedade os valores dessa ação. Trabalharemos também para conscientizar e promover a recepção e condução desse tema e desse público, transformando a diversidade étnica racial num valor empresarial e social que, além de aumentar a competitividade e o valor agregado do produto, irá enaltecer o que o país tem de melhor a sua gente. Sejam todos bem vindos à Iniciativa Empresarial pela Igualdade.

Texto 32: O assunto é Dia de Consciência Negra: Igualdade como Regra

Data: Segunda-feira, 20 de novembro de 2017.

Editoria: Opinião/Tendências/Debates

Autor: Martys Das Chagas

Página: A3

A igualdade como regra. O desprezo do atual governo por políticas de inclusão volta a colocar a população negra no mesmo patamar do início da década passada. O Dia da Consciência Negra é um momento de denúncia e reivindicação de políticas públicas que o movimento negro brasileiro realiza, em busca da superação do racismo e da promoção da igualdade racial. Neste vinte de novembro, rememoramos e celebramos a luta de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, que por décadas resistiu com seu povo às atrocidades da escravidão e estabeleceu um referencial de luta pela liberdade no Brasil. No próximo ano completaremos cento e trinta anos de uma abolição inacabada, que relegou à base da pirâmide social toda a população aqui escravizada, com efeitos perversos sobre seus descendentes há muitas gerações. Exemplo dessa herança escravagista. De cada cem vítimas de homicídios no Brasil, setenta e um são negras, a grande maioria adolescentes e jovens, segundo o Atlas da Violência dois mil e dezessete, recentemente divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esse indicador escandaloso é a expressão mais cruel de uma sociedade desigual, que impôs aos negros, ao longo do tempo, os piores empregos, os menores salários, o menor acesso à educação, as piores condições de habitação e a maior vulnerabilidade dos diversos tipos de violência, particularmente contra as mulheres e

os jovens. Os dados demonstram também que a estrutura da desigualdade racial no Brasil tem raízes profundas, que resistem até mesmo a políticas clássicas de inclusão como as que foram implantadas nos governos do Partido dos Trabalhadores. O governo do ex-presidente Lula, se recorde, foi o primeiro a tratar com a questão de Estado os temas do preconceito, do racismo, da intolerância religiosa e do reconhecimento aos quilombolas, num país socialmente doente, de dívida histórica para com a população negra. Os pardos e negros, que constituem setenta e cinco por cento da população mais pobre do país, foram os mais beneficiados pelas políticas de geração de emprego e transferência de renda que tiraram mais de trinta e seis milhões de brasileiros da extrema pobreza e levaram quarenta milhões de pessoas à classe C. Entre várias ações inclusivas, a Lei de Cotas permitiu que pretos e pardos sejam hoje a maioria dos alunos das universidades federais. Metade dos alunos do Programa Universidade para Todos é de afrodescendentes. Foi um grande acerto dos governos petistas, portanto, priorizar os mais pobres e socialmente vulneráveis com recorte racial. Ocorre que apenas quatorze anos de tentativa de resgate da dívida histórica são quase nada frente a séculos de escravidão e à indiferença de sucessivos governos quanto à promoção da igualdade racial. Muito foi feito, mas muito há que se fazer. Hoje, o aprofundamento da crise econômica que afeta essencialmente o mais pobre, ou seja, a maioria da população negra e o desprezo do atual governo por políticas de inclusão voltam a colocar a população negra no mesmo patamar do início da década passada. E isso num momento em que a sociedade é abalada por uma série de manifestações regressistas, como a perseguição às religiões de matriz africana, o incentivo ao feminicídio e às Lésbicas Gays Bissexuais Travestis Transexuais Transgêneros fobia. É urgente a tomada de políticas públicas afirmativas, aperfeiçoadas para evitar distorções ou limitações que aprendemos a reconhecer. A busca da igualdade entre brancos e negros deve ser uma tarefa de toda a sociedade, reconhecida e estimulada pelo Estado democrático. Se Impõe, assim, a necessidade de criar condições reais que tornem justas as possibilidades dos indivíduos e que transformem a democracia formal em igualdade de autêntica. As mudanças necessárias não ocorrerão sob um governo impopular e promotor da maior retirada de direitos na história democrática, atingindo diretamente a população mais pobre e negra. Elas virão da continuidade e fortalecimento da luta incansável do movimento negro e dos movimentos sociais por transformações profundas na estrutura da sociedade, em que a igualdade e a justiça sejam a regra, e não a exceção.

Texto 33: Consciência Negra

Data: Segunda, 20 de novembro de 2017.

Editoria: Opinião/Tendências/Debates

Autor: Ruy Martins Altenfelder Silva

Página: A3

A redução do fosso da desigualdade social vai além da discussão sobre cotas ou de ajudas emergências, como o Bolsa Família. A Semana da Consciência Negra é uma conquista dos movimentos populares que não aceitaram comemorar a liberdade em treze de maio, considerada uma data mais ligada à generosidade da princesa Isabel. Por isso, desde os anos setenta, já haviam escolhido, como símbolo de luta, o dia vinte de novembro, elegendo a morte de Zumbi dos Palmares, em mil seiscentos e noventa e cinco, como símbolo da resistência à escravidão. A partir de então, as reivindicações dos movimentos organizados começaram a surtir efeito, a exemplo do que ocorreu décadas antes com a questão feminina, entre outras. As discussões sobre cotas ganharam o Congresso e surgiram normas legais para promover a inclusão de afrodescendentes no mercado de trabalho, nas universidades e até nos anúncios de publicidade, de forma a refletir a composição multirracial da população. É inegável que existe uma dívida social em relação aos negros, que foram arrancados de sua terra natal para trabalhar como escravos nas lavouras do Brasil e de outros países do Novo Mundo, em especial nos séculos dezoito e dezenove. O resgate dela passa pela construção da sociedade justa que, necessariamente, terá como um dos fundamentos o princípio da igualdade de oportunidade para todos os cidadãos, independentemente, de cor, orientação sexual ou credo religioso. Mas, apesar de alguns avanços, o país ainda está distante deste ideal. Não há como negar que grande parte dos afrodescendentes ainda sofre, de forma mais aguda e com maior amplitude, as vergonhosas consequências da desigualdade socioeconômica que continua a punir as camadas mais pobres. Foram elas que subiram os morros cariocas, que habitam as periferias das cidades e que, em muitos casos, não têm condições de chegar à universidade e a bons empregos. Há aqueles que conseguiram, com esforço próprio, vencer a barreira da discriminação racial, velada ou não, ou os grandes ídolos de negros do esporte e da música. Mas o que falta para que um país como o Brasil, fruto secular miscelânea de povos, consiga assegurar oportunidades iguais a todos. Na minha visão, a redução do imenso fosso da desigualdade social vai além da discussão em torno dos sistemas de cotas ou de ajudas emergenciais, como o Bolsa Família. Ela passa, necessariamente, pela adoção de políticas públicas de igualdades social sérias, embasadas em propostas voltadas ao resgate da cidadania. Uma cidadania que nasce do acesso ao trabalho, remunerado de forma a assegurar condições dignas de vida a todos os segmentos da

população. Isso além de, acima de tudo, valorizar a cultura negra e sua importância na construção da identidade nacional.

Texto 34: Mugabe resiste à pressão e não renúncia

Data: Segunda, 20 de novembro de 2017.

Editoria: Mundo

Fonte: Das Agências de Notícias

Página: A11

Líder do Zimbábue diz na TV que país precisa aprender a perdoar. Dirigente afirma que presidirá o próximo congresso de seu partido, que deu até segunda-feira para que renuncie. Cercado por militares, o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, discursou em uma rede de televisão neste domingo, dezenove, e, contrariando as expectativas, não renunciou ao cargo, mas afirmou que presidirá o próximo congresso de seu partido. O congresso do partido governista União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica deve ser realizado nas próximas semanas e eu vou presidir os debates, disse o ditador de noventa e três anos, que está sendo pressionado pelo Exército, pelas ruas e por seu partido para que renuncie. Horas antes, o próprio governista União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica havia destituído Mugabe do cargo de presidente da legenda, substituindo pelo ex-presidente Emerson Manangagwa. O partido deu ainda até meio dia desta segunda feira, vinte, para que Mugabe renunciasse ao cargo de presidente ou enfrentasse então um impeachment. Mangagwa foi anunciado como candidato às eleições presidenciais previstas para dois mil e dezoito. A primeira dama do Zimbábue, Grace Mugabe, que tinha ambições presidenciais, também foi expulsa do governista União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica. No sábado, as ruas da capital Harare foram tomadas por manifestações, apoiadas pelo Exército, pedindo a renúncia daquele que foi herói na luta pela independência e hoje é um ditador e que na última semana perdeu consideravelmente seus apoios. Estou sabendo das últimas movimentações do partido, governista União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica, disse Mugabe no discurso, visto por muitos como titubeante. É compreensível, mas eles não podem se guiar pela amargura e pelo desejo de vingança, que não nos farão melhores. Precisamos aprender a perdoar, a resolver as contradições em espírito de companheirismo, acrescentou. A era da vitimização e das decisões arbitrárias devem ficar para traz, disse Mugabe. A mulher de Mugabe e outros se aproveitaram de uma situação delicada para usurpar o poder e saquear recursos do Estado, disse um das portas vozes do

partido, Obert Mpofu, após a reunião. Os veteranos da guerra da independência do Zimbábue também haviam pedido a renúncia do presidente nesse domingo. A intervenção do Exército é um marco no longo mandato de Mugabe, marcado pela repressão de qualquer tipo de oposição e uma grave crise econômica. Cerca de noventa por cento da população está desempregada. O mais veterano chefe de Estado do mundo está cada vez mais solitário, desde que foi abandonado pelo Exército, pelo partido e pelos veteranos de guerra. Na madrugada da última quarta feira, o Exército interveio em Harare, a capital, em apoio a Mnangagwa, o vice presidente destituído por Mugabe uma semana antes. O Exército colocou o presidente sob pressão domiciliar, apesar de ter autorização para fazer alguns deslocamentos. Mugabe, que deixou o país pouco depois de sua destituição, voltou ao Zimbábue na quinta-feira. Em um bar de Harare, zimbabuanos assistem o discurso do presidente na televisão, Mugabe indica que não deixará o cargo. Processo de impeachment deve começar Líderes políticos do Zimbábue expressam choque com o discurso do presidente Robert Mugabe, noventa e três, na noite de domingo, dezenove. Apesar da retirada do apoio do Exército, dos protestos populares e da destituição pelo seu partido, governista União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica, Mugabe disse que não via um desafio à sua autoridade como chefe de Estado e de governo. Estou desconcertado. Não só eu, o país inteiro. Ele está tentando manipular todo mundo, afirmou o líder da oposição Morgan Tsvangirai. O governista da União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica havia dado ao ditador um prazo até segunda-feira para renunciar, ou enfrentar um processo de impeachment. Chris Mutsvangwa, líder dos veteranos de guerra e que tem liderado uma campanha de dezoito meses para derrubar Mugabe, disse que os planos do impeachment vão dar início na terça-feira, no Parlamento, e que haverá protestos em massa na quarta-feira. Ele também sugeriu que Mugabe não está consciente do que antecedeu seu discurso de vinte minutos. Ou alguém de dentro da União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica não lhe contou o que havia acontecido dentro de seu próprio partido, ou estava cego e surdo para o partido lhe disse, afirmou Mutsvangwa. No sábado, milhares de pessoas foram às ruas da capital, Harare, para celebrar a esperada queda de Mugabe e a chegada de uma no país. Eles carregavam cartazes que diziam Já é suficiente e Mugabe deve ir e falavam de uma segunda liberação do país. As manifestações tiveram apoio do Exército, que destituiu Mugabe. Quem é Quem. Robert Mugabe, noventa e três, mais velho chefe de Estado do mundo, está há trinta e sete anos no poder. Antes da independência, liderou o grupo marxista governista União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica. Grace Mugabe, cinquenta e dois, primeira dama desde mil novecentos e noventa e seis e segunda mulher do ditador, é bem vista pelos mais jovens, mas

impopular pelos seus gastos. Emerson Mnangagwa, setenta e cinco, ex-vice, começava ser visto como sucessor do ditador. Foi destituído por Mugabe no dia oito e deixou o país. Constantino Chiwenga, sessenta e um, chefe das Forças Armadas, pediu o fim do expurgo feito por Mugabe, supostamente influenciado pela mulher.

Texto 35: Vídeo indica agentes omissos diante de ataque a ator negro

Data: Segunda, 20 de novembro de 2017.

Editoria: Cotidiano

Página: B4

Antes da agressão, jovem diz ter pedido ajuda a seguranças do terminal de São Paulo. Funcionários foram afastados até o final das investigações. Polícia ainda procura pistas do grupo de agressores. Imagens captadas pro câmeras de segurança mostram o momento em que o ator Diogo Cintra, vinte e quatro, foge de um homem que corre com um pedaço de madeira na mão e, em seguida, é levado para fora do terminal Dom Pedro, na madrugada de quarta feira, quinze. De acordo com imagens do circuito interno obtidas pela Folha, os seguranças olham passivos às cenas de violência e não tentam impedir as agressões ao jovem. A sequência começa justamente com o ator em fuga de um homem que corre atrás dele com um pedaço de madeira. Em seguida, o ator aparece sendo levado pelo braço do terminal para a rua. O grupo é perseguido por dois cachorros e um rapaz que está em uma bicicleta. Alguns dos agressores usavam capuzes que escondem seus rostos, ma ao menos dois deles, aqueles que seguravam pelos braços, podem ser identificados pelas imagens. Passageiros que esperava pelos ônibus nas plataformas também observam toda a movimentação sem esboçar reação. Algumas mulheres chegam a se afastar do ator, quando ele tenta correr e fugir dos ataques. Em outra parte do vídeo, ele aparece cambaleante após as agressões, com um pé descalço, entrando em um ônibus. As imagens condizem com o depoimento publicado pelo ator no dia seguinte em sua página em uma rede social. Junto a fotos de seu rosto e corpo machucados, o ator publicou relato em que acusa os seguranças de racismo por terem se recusado de ajudar após ele dizer que estava sendo assaltado e perseguido por três homens no centro de São Paulo. Em entrevista à Folha, o ator disse que voltava para casa no Capão Redondo, zona sul, após passar a noite numa festa com colega de elenco da peça em que atua. Ele estava a pé próximo ao termina quando foi abordado por três homens que tentaram assaltar. Ele contou que, apesar de insistir em dizer que não tinha roubado ninguém, os seguranças acreditaram na versão dos agressores e permitiram que ele fosse arrastado para fora do terminal para ser

agredido. Ele acredita que a reação foi causada pelo fato dele ser negro. Na calçada, Diogo lembra que levou golpes na cabeça e pauladas pelo corpo. Ele também foi mordido por três cachorros leia o depoimento dele nesta página. Afastamento. Diante da repercussão do caso, a Secretaria Municipal de Transportes da gestão João Doria, Partido da Social Democracia Brasileira, anunciou neste sábado, dezoito, à tarde, quatro dias após a ocorrência, o afastamento dos funcionários envolvidos no caso. Antes disso, a pasta afirmou apenas que estava colaborando com as investigações. O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo, sindicato patronal do sistema de ônibus de São Paulo e responsável pela gestão do terminal, disse que somente irá se pronunciar após ouvir a versão da empresa responsável por contratar e gerir a equipe de atendimento do terminal. Na noite deste domingo, dezenove, o ator voltou às redes sociais para agradecer o apoio que recebeu. Eu só gostaria de ter pelo menos um terço dessas pessoas, que me apoiaram, no terminal, escreveu. O ator Diogo Cintra, vinte e quatro, foi atacado por um grupo no terminal de ônibus no centro de São Paulo. Imagem de câmera mostra ele sendo arrastado por agressores diante de seguranças. Quando me vi sendo arrastado para fora do terminal, entrei em desespero e comecei a me debater. Tive certeza que eles iam me espancar até desmaiá e, depois, me jogar o rio. Tive medo de morrer. Depoimento. Tive medo de desmaiá e de me jogarem no rio. O ator Diogo Cintra, vinte e quatro, contou à Folha o que ocorreu na semana passada. Era madrugada de quarta-feira, quize, e eu estava voltando para casa, no Capão Redondo periferia na zona sul de São Paulo, depois de mais uma peça em que atuo há cerca de um mês. Como é inspirada em textos de Charles Bukowski, a encenação em um bar karaokê na Rua Augusta para combinar com o estilo boêmio do escritor. É comum o elenco se reunir em volta do balcão depois que a plateia vai embora. Não costumo ficar, mas, como era véspera de feriado, fiquei. Estava a pé quase chegando ao terminal Parque Dom Pedro Segundo, para pegar um dos três ônibus até a minha casa, quando fui abordado por dois homens. Eles perguntaram o que eu tinha para lhes dar e logo percebi que se tratava de um assalto. Como estava perto do terminal, vi que dava para correr em busca de segurança. Foi o que fiz. Ao passar a catraca, pedi ajuda a uma vigilante, disse que estava sendo assaltado, e ela respondeu Só corre. Apareceram mais três homens com paus nas mãos e três cachorros. Eles disseram aos seguranças que eu tinha tentado assaltar. Eu insistia que não havia feito nada, mas não tinha poder de fala diante dos agressores. Eles convenceram os seguranças do terminal que eu devia pagar pelo roubo, apesar de nunca o ter cometido. Os seguranças olharam impassíveis quando os homens me pegaram pelo braço e me levaram para fora, em direção ao rio Tamanduateí, que passa lá do lado. Já era começo da manhã e havia outros passageiros nas plataformas, mas

ninguém me ajudou. O mais curioso é que um dos seguranças também era negro e, mesmo assim, acreditou na versão dos homens, só por causa da minha cor de pele. Quando me vi sendo arrastado para fora do terminal, entrei em desespero e comecei a me debater. Tive certeza que eles iam me espancar até desmaiar e, depois, me jogar no rio. Tive muito medo de morrer. Começaram as agressões. Tomei socos pelo rosto todo e paulada na cabeça. Gritava e implorava para que parassem, mas eles continuavam com as agressões e xingamentos. Ofereci que levassem meu celular, na tentativa de me livrar daquela situação, mas não adiantou. Eles roubaram a minha carteira também. Em um momento, me deixaram correr, mas soltaram os cachorros para cima de mim. Tomei diversas mordidas nas pernas, braços e pés. Os cachorros até arrancaram meu sapato. Não sei dizer quanto tempo tudo isso durou. Uma moça que fazia parte do grupo espantou os cachorros e pediu para pararem de me bater. Finalmente, me deixaram ir. De volta ao terminal, os mesmos seguranças me abordaram e disseram que iam me levar até um posto de saúde. Me recusei a acompanhar e entrei no ônibus que seguiria para o Terminal Pinheiros. Eu já estava dentro do coletivo e os funcionários insistiam para que eu saísse e os seguisse para receber atendimento médico. Estava apavorado e pedi aos outros passageiros que fizessem alguma coisa caso fosse arrancando de lá a forças. Percebi que dois homens assentiram com a cabeça, e o ônibus finalmente partiu da plataforma. Não sei como, mas consegui chegar até o apartamento de um amigo que mora na Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Estava só com um pé calçado e o rosto todo ensanguentado. Ele me levou até um hospital, onde fui medicado e tomei injeção anti-inflamatória por causa das mordidas. Depois, fomos até a delegacia para registrar o boletim de ocorrência. Ainda não consigo andar direito por causa das mordidas que tomei no pé. Aos poucos estou me recuperando dos ferimentos, mas ainda estou assustado. Quero voltar ao palco na próxima terça-feira e seguir com a minha vida. O que mais importa é que eu saí vivo, poderia estar morto agora. Sou ator profissional há quatro anos graças a minha mãe, que trabalha como cuidadora de uma idosa e me ajudou a pagar os quatro anos de curso de teatro. Tive ajuda também de um ex-patrão, quando era estagiário no Hospital do Câncer, que arcou com as mensalidades depois que minha mãe ficou desempregada. Já vivi outras situações de racismo, mas nunca com tanta violência. Quando vou a grandes supermercados, percebo que os seguranças ficam de olho em mim. Um dia, tive que ir a uma livraria no shopping Iguatemi retirar um livro e aconteceu a mesma coisa. Fiquei constrangido e pedi a um amigo branco para me acompanhar quando tive que voltar lá para buscar outro livro. Vou registrar boletim de ocorrência por racismo contra os seguranças do terminal. O negro foi libertado da escravidão, mas não inserido na sociedade. Fomos jogados

para as periferias. Hoje em dia temos mais direitos, o racismo é crime, mas não quero viver só de direitos. Quero poder ir ao supermercado e não receber olhares mal-encarados.

Texto 36: Consciência Negra

Data: Segunda, 20 de novembro de 2017.

Editoria: Ilustrada

Fonte: Fernanda Mena

Página: C4

No feriado que incita reflexões sobre o racismo contra a população negra, veja livros que discutem escravidão e formas de violência contemporâneas. Uma classe de crianças brancas de oito e nove anos foi separada em dois grupos de acordo com a cor de seus olhos e apresentada à assertiva de que as pessoas de azuis eram mais espertas, limpas e civilizadas que as de olhos castanhos. O impacto da diferenciação, reiterada pela professora, foi rápido e evidente em poucas horas. Olhos castanhos havia se tornado um xingamento entre os colegas, e aqueles tratados como inferiores demonstraram dificuldades incomuns nos exercícios em sala de aula. No dia seguinte, a situação foi invertida, e as crianças de olhos azuis, agora diminuídas, tiveram menor desempenho ao repetir tarefas executadas com êxito no dia anterior. O experimento, elaborado pela professora americana Jane Elliott no dia seguinte ao assassinato do ativista negro Martin Luther King, em mil novecentos e sessenta e oito, foi registrado em vídeo hoje disponível na internet, e traz indícios dos efeitos da discriminação sobre a subjetivação dos indivíduos e suas capacidades. É a esta exploração que se dedica a recém_lançada coletânea *O Racismo e o Negro no Brasil Questões para a Psicanálise*, organizada por Noemi Moritz Kon, Maria Lúcia da Silva e Cristiane Abud, a partir de debates do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo. O livro reúne dezesseis artigos sobre a escravidão o Brasil foi o último país a abolir e sua transmutação em outras formas de violência que impactam, fisicamente e simbolicamente, a maioria da população do país. Proporção. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cinquenta e quatro por cento dos brasileiros declararam ser pretos ou pardos, mas essa proporção raramente se repete nas estatísticas do país. Negros são minoria entre os brasileiros mais ricos, dezoito por cento, os diretores de empresas 5 por cento e aqueles que concluem o ensino superior em cursos como o de medicina, eles não chegam a cinco por cento por formandos. Por outro lado, negros têm enorme peso entre os brasileiros mais pobres setenta e cinco por cento, vítimas de homicídio setenta e um por cento, mortos por intervenção policial setenta e seis por cento e na população

carcerária sessenta e sete por cento. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Instituto Superior de Ensino e Pesquisa e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O racismo é um evento de longa duração, que perpassa toda nossa vida. Não nos dá descanso e afeta nossa saúde física e mental ao produzir imagens distorcidas e depreciativas do negro, avalia a psicanalista e ativista negra Maria Lúcia da Silva, coordenadora do Instituto Amma, Psiqué e Negritude. Tchau para o negão. Foi a partir de um protesto dela que o livro tomou forma. Numa aula sobre psicanálise e sexualidade infantil, em que se discutia a relação do bebê com seu produto as fezes, um aluno relatou ser comum dizer para as crianças, à beira do vaso. Dá tchau para seu negão. A fala teria passado despercebida não fosse a indignação de Silva, a única negra da sala. Foi um choque, lembra Moritz Kon, eu ministrava o curso. Como é que eu, psicanalista, judia e irmã de uma estudiosa da escravidão a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, não ouvi aquela fala do mesmo jeito que a Maria Lúcia, se questiona. Percebi que o racismo é um fenômeno que atravessa todos nós, criando um imaginário do negro como uma pessoa pior. Três episódios recentes ilustram essa imagem construída sobre negros no país. O jornalista da Globo William Waack, flagrado ao classificar um buzinaço de coisa de preto, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, que chamou o ex-ministro Joaquim Barbosa de negro de primeira linha e dona Diva Guimarães, professora aposentada que cresceu ouvindo freiras da escola que o negro tinha a pele escura porque era preguiçoso e chegara tarde demais para se banhar no rio, cujas águas já estavam barrentas. História semelhante está em Macunaíma, de Mário de Andrade, tido como obra fundadora do imaginário social brasileiro. Reconhecer o racismo em si, no entanto, é coisa rara: noventa e um por cento dos brasileiros avaliam nossa sociedade como racista, mas apenas três por cento admitem ser preconceituosos, de acordo com pesquisa Datafolha. Segundo Kon, os psicanalistas, em sua maioria brancos, não percebiam este tema como relevante. A baixa presença de negros no divã ajudou a distanciar os profissionais do tema. Uma sessão de terapia pode custar centenas de reais. Negros recebem, em média, metade do rendimento dos brancos: diferença que deve se equiparar apenas em dois mil e oitenta e nove, segundo estimativa da Organização Não Governamental britânica Oxfam. Negação. Ainda assim, aqueles que chegam aos consultórios muitas vezes não encontravam escuta para o sofrimento gerado pelo racismo, diz Kon. Negar que os nossos escravizados se tornaram cidadãos de segunda classe e que essa desigualdade existe até hoje é algo capaz de enlouquecer uma pessoa ou de causar uma apatia terrível. Para o psicanalista Jurandir Freire Costa, o racismo foi subestimado como tema psicanalítico no Brasil. Ele prefaciou o livro *Se Tornar Negro*, mil novecentos e oitenta e três, obra pioneira

nesta abordagem, de Neusa Silva Souza, cujo suicídio deu contornos ainda mais trágicos a este debate. Freire Costa aponta que, parasitado pelo racismo, o negro integraliza compulsoriamente um ideal de brancura inalcançável, que o leva a rejeitar sua identidade, cor e corpo, restringindo suas expectativas e potencialidades. Não há dúvida que isso impacta o país como um todo. A grande novidade, diz ele, é o recente protagonismo e a valorização dos negros de sua imagem e identidade. Negritude. Nos últimos vinte e dois anos, aumentou o número de brasileiros que se declaram pardos, de vinte nove por cento para quarenta e cinco por cento, e pretos, de doze por cento para dezesseis por cento, enquanto houve queda de trinta por cento naqueles que se atribuem a cor branca, de cinquenta por cento para trinta e cinco por cento. A mudança remete ao caso do jogador Neymar que, em dois mil e dez, aos dezoito anos, declarou não sofrer preconceito Até porque não sou preto, né, disse. Quatro anos depois estrelou a campanha Somos Todos Macacos, capitaneada pelo colega Daniel Alves, para quem havia sido atirada uma banana em campo. A experiência do racismo leva ao autoódio. Quem quer ser negro numa sociedade que os desvaloriza, destrata e desumaniza , explica a filósofa e ativista Djamila Ribeiro, que acaba de lançar *O Que é Lugar de Fala*, em que questiona quem tem direito à voz numa sociedade em que as posições de poder, que determinam discursos e saberes, são majoritariamente ocupadas por homens brancos. Sem acesso aos espaços de poder de maneira proporcional, a produção epistemológica dos negros fica invisível, e eles se tornam reféns do pensamento do outro por que nunca são pensados a partir de si mesmos, diz. O maior acesso a universidade e as redes criadas pela internet, no entanto, estão mudando isso, permitindo que a gente faça mais barulho. E durma com um barulho desses. Racismo e o negro no Brasil Questões para a psicanálise. Organizadores Noemi Moritz Kon, Maria Lúcia da Silva e Cristiane Curi Abud. Editora Perspectiva. Quanto vinte e nove reais, trezentos e quatro páginas. *O Que é Lugar de Fala*. Autor Djamila Ribeiro. Editora Letramento. Quanto dezenove reais, noventa e seis páginas. *Se Tornar Negro*. Autor Neuza Santos Souza. Editora Graal. Quanto. fora do catálogo, 88 páginas. Macunaíma. Autor Mário de Andrade. Editora diversas, obra está em domínio público. Quanto 14 reais, 184 páginas. Centro da vida é resistir, diz Emicida, que grava primeiro Digital Vídeo Disco. Show terá participações de Caetano Veloso e Rael. Zumbi e o Quilombo dos Palmares eram um Laboratório Fantasma. Foi um núcleo de pessoas que não concordava com a sociedade que o cercava e que resistiu até o último momento, diz o rapper paulista Emicida, 32, criador do selo que comprara ao quilombo, no intervalo de um ensaio em São Paulo O Laboratório Fantasma engloba gravadora, grife, loja virtual, entre outros braços. Com blusa branca listrada, corrente de ouro até o umbigo, e calça, jaqueta e boné verdes como o ramo de arruda na orelha, o

cantor se prepara para gravar o primeiro Digital Vídeo Disco, 10 Anos de Triunfo, hoje, 20, dia da Consciência Negra. Não quero que as pessoas centrem tudo o que eu faço em um combate. É resistência, é um exercício pleno de humanidade. Se você tirar o racismo da minha vida, a minha música continua existindo. Ao lado de convidados como Caetano Veloso, Vanessa da Matta, Rael e Pitty, o cantor inclui inéditas e marcos da carreira de faixas da sua primeira mixtape, Pra quem já Mordeu um Cachorro por Comida até que Eu Cheguei Longe, 2009, a hits do último disco Língua Franca 2017, como A Chapa é Quente. Foi sangrento fazer o set list. Imagina você colocar todos os filhos na frente de uma mãe e questionar qual deles deve ir pra faculdade. Apesar do avanço do streaming e de outras formas de consumo de música, Emicida diz prezar a gravação de um Compacto Disco ou Digital Vídeo Disco. O interessante é a possibilidade de ocupar 40 minutos à uma hora no tempo das pessoas com determinado conceito, contando uma história. Gravação do Digital Vídeo Disco 10 anos de triunfo. Quando segunda, 20, às 20 horas. Onde Áudio Avenida Francisco Matarazzo. Quanto 120 reais, 18 anos.

Texto 37: Fake ethics. Linchamentos, hoje, são parte da economia de mercado

Data: Segunda, 20 de novembro de 2017.

Editoria: Ilustrada

Autor: Luiz Felipe Pondé

Página: C8

Uma sub área do marketing digital. Não creio na boa fé da maioria que diz indignada com frase infelizes que soam racistas ou atitudes suspeitas de assédio sexual. O que move a maioria esmagadora dos indiganados nas redes sociais e fora delas é o gosto de sangue. Não há nenhum senso de justiça ultrajado aqui, mas, sim, o mero gosto da humilhação das vítimas culpadas. O simples gosto pelo linchamento. Se os movimentos progressistas não tivessem eles mesmo virado um mercado de impacto, gerando milhões de dólares, quase ninguém estaria nem aí pra vítimas de racismo ou sexism. A própria luta da Inglaterra contra a escravidão foi um business em si. Essa constatação em nada retira do combate às misérias humanas o seu justo valor, mas nos ajuda entender, de uma forma mais sociológica, o gosto pelo linchamento de pessoas de grande sucesso e competência como William Waack e Kevin Spacey. O sucesso envenena a alma do rebanho. A inveja morde a turba indignada. O ressentimento é seu café da manhã cotidiano. O ódio, seu afeto primário. A irrelevância, seu estado natural. Sua ética é fake. Fake ethics. Não acho que a histeria ao redor desses dois

casos e outros seja fruto de avanço moral e político da humanidade. Linchar pessoas, que não podem se defender, exerce sobre nós a mesma força de atração que a luz exerce sobre mariposas ou insetos em geral. As redes sociais são apenas o caldo de cultura de bactérias em que a fúria animal humana por sangue se manifesta. Olhemos de mais perto esse exame. Mas, antes um reparo. Se você considera um desses dois casos culpado e, por isso mesmo, merecedor da punição coletiva, cuidado. Nunca deixe se levar por esse gosto de sangue travestido de justiça. Principalmente, se você for uma pessoa de sucesso e pública, um dia você poderá ser a próxima vítima de linchamento. Não existe relativização de valor de linchamentos. Ou são condenados a priori ou são justificáveis de acordo com a vontade do freguês. E você poderá ser a próxima vítima do freguês. Você se lembra que, anos atrás, quando ladrões foram linchados nas ruas do Brasil, muitos criticaram com razão esses linchamentos de rua, e uma jornalista, que aparentemente defendeu os linchadores, foi ela mesma linchada nas redes sociais. Pois bem. É interessante perceber que há uma semelhança ideológica entre o grupo que defendia com razão os ladrões vítimas de linchamento e o grupo que agora adere sem razão ao linchamento de Waack. Por que ladrões não devem ser e não devem ser mesmo linchados na rua, mas um jornalista essencial para o Brasil deve ser linchado nas redes sociais e quem sabe nas ruas, Por que é injusto linchar ladrões, mas é progressista linchar alguém como Waack. Simples, por que todo linchador é canalha. Não há regra, só o gosto do sangue que ele quer beber. A tese segundo a qual jornalistas devem ser santos se alimenta de hipocrisia tanto quanto a tese segundo a qual santos devem ser santinhos. O politicamente correto destruiu qualquer possibilidade de reflexão minimamente honesta sobre virtudes na vida pública contemporânea. Essa discussão está morta. O politicamente correto criou o fake ethinics. A presunção de retidão política implica a prática da mentira pública. A democracia é, essencialmente, idiota em sua pretensão de ser politicamente correta. A reação imediata da Globo é paradigmática todos temem a turba. Pior, ela, a Globo mesma, é um celeiro de intelligentinhos que adoram linchamentos. Linchamentos, hoje, são parte da economia de mercado. Uma sub área do marketing digital. No caso de Kevin Spacey, vemos a já identificada tendência contemporânea em gozar mais com a história relacionada ao tema do assédio sexual do que gozar, de fato, com a penetração sexual física. À medida que os jovens deixam de fazer sexo, mais obcecados ficam com o tema do assédio sexual. Por trás do linchamento público de Kevin Spacey se esconde o crescente ódio ao sexo real. A proibição de manifestar desejo sexual será logo clausula pétrea da Constituição e da Organização das Nações Unidas.

Texto 38: Partido abre processo de destituição de Mugabe

Data: Terça-feira, 21 de novembro de 2017.

Editoria: Mundo

Fonte: Das Agências de Notícias

Página: A12

Ex-aliados tentam acelerar queda do ditador, que se nega a renunciar. Militares do Zimbábue dizem que negociação de transição continua, mas dão sinais dúbios sobre saída do líder. A União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica, partido do regime do Zimbábue, abriu nesta quinta-feira, vinte, o processo de impeachment do ditador Robert Mugabe, noventa e três, enquanto ele negocia com os militares um acordo para renunciar ao cargo. A ação para retirada do homem que comanda o país há trinta e sete anos foi deslanchada por seus correligionários após ele se recusar a deixar o cargo. Mugabe já foi deposto da liderança da sigla que criou. Em um rascunho do pedido de impeachment, o ditador é acusado de ser uma fonte de instabilidade no país, de desrespeitar as leis e de comandar uma administração que provocou uma crise econômica descontrolada nos últimos quinze anos. Os autores também consideram que ele abusou de seu mandato constitucional ao favorecer a mulher, Grace Mugabe, cinquenta e três, no processo de sua sucessão em detrimento de seu vice, Emmerson Mnangagwa, setenta e cinco, deposto pelo mandatário há duas semanas. O expurgo de Mnangagwa, que tem o apoio dos militares, levou ao levante das Forças Armadas da última quarta-feira, quinze. Os comandantes das tropas cercaram a resistência oficial de Mugabe, que está detido desde então. O Congresso já aprovou a resolução pelo julgamento político e levará nesta terça-feira, vinte e uma votação ao plenário. No papel, essa votação detonaria o processo, que passaria ao exame de nove senadores que avaliaria a culpabilidade do ditador. Após o parecer, a deposição do líder seria definida em sessão conjunta do Senado e da Câmara, o que levaria meses. No entanto, analistas dizem que o rito deve ser abreviado. Eles podem acelerar. Isso pode ser feito em questão de um dia, disse John Makamure, diretor executivo do Southern African Partition Support Trust, uma Organização Não Governamental que trabalha com Parlamento em Harare, capital do país. Negociações. O impeachment foi desatado enquanto Mugabe ainda negocia uma saída negociada. De acordo com a rede de televisão americana Cable News Network, os militantes já teriam aceitado os pedidos do veterano ditador, que incluem imunidade para ele e sua família, e o mandatário estaria preparando sua carta de renúncia. Na noite desta segunda, os militantes afirmavam que continuaram as negociações mesmo depois que Mugabe se negou a renunciar. Em nota, os

oficiais disseram que trabalham para encontrar uma decisão definitiva e caminho para a transição. Os líderes das Forças Armadas consideram que o caminho está mais claro depois que o ditador aceitou fazer contato com o vice que depôs e que, depois disso, definiram que Mnangagwa voltará em breve ao Zimbábue. Por outro lado, os militares deram sinais dúbios na noite de domingo ao reafirmarem que o ditador continua como comandante em chefe das Forças Armadas e ao se referirem a nossa muito apreciada ordem constitucional. Embora analistas avaliem como difícil a volta do ditador, dissidentes e diplomatas acreditam que a deposição por meio de um golpe enfraqueceria a autoridade do líder que for nomeado, tanto internamente quanto no exterior. Agora é o momento de os militantes recuarem e deixarem que o Parlamento, e se necessário as ruas, removam disse Chris Mutsangwa, líder da associação de veteranos da guerra que deu fim ao regime racial e levou à ditadura de Mugabe. Não podemos continuar a ter generais como árbitros do destino político do Zimbábue. Não é sua função. Enquanto se mantinha a incerteza, milhares de zimbabuanos pediram a renúncia de Mugabe nesta segunda. Que sirva de lição, diz Nobel sobre situação de autocrata. Wole Soyinka não sabia como marcar a celebração pela possível aproximação do fim da era Robert Mugabe na Presidência do Zimbábue. Uma das vozes a denunciar as violações do regime que durou trinta e sete anos, o escrito nigeriano espera pela notícia há anos. No último sábado, dezoito, em Porto Alegre, ao receber o título de doutor honoris causa concebido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ele disse que havia encontrado ali o palco certo para comemorar. Aos oitenta e dois anos, autor de *O Leão e A Joia*, que se tornou o primeiro africano negro a receber o Nobel de Literatura em mil novecentos e oitenta e seis, exibe barbas e cabelos brancos. Soyinka, que deve participar em dois mil e dezoito da Bienal do Mercosul, na capital gaúcha, conversou com a reportagem sobre a crise política mais recente na África. Justificou também a decisão de deixar os Estados Unidos após a vitória de Donald Trump. Tirano e desgraça foram algumas das definições usadas pelo escritor nigeriano para se referir ao governo Mugabe. Ele se diz contrário à intervenção militar que busca forçar o ditador a renunciar. Os regimes, na visão de Soyinka, devem ser mudados de maneira pacífica. Mas o povo do Zimbábue tentou várias vezes fazer isso, e Mugabe usou métodos militares, por décadas, para matar a oposição, atacar e destruir até mesmo seus antigos aliados, lembra o escritor. No que me diz respeito, alguém assim traiu o propósito coletivo da libertação. Ele merece o que receber agora. Recado à África. O efeito na África da provável saída de Mugabe será, na avaliação do escritor, o de deixar uma lição para os governantes que ainda tentam se agarrar no poder. Incluindo aqueles que mentem para si mesmos, que chegaram ao poder por meios democráticos, mas hoje são piores e mais brutais que muitos

ditadores militares. Como destinatários potenciais da lição, o Nobel citou o presidente do Togo, Faure Gnassingbé, que sucedeu o pai e tem feito um governo brutal. Há outros que ainda fingem ser democratas, mas veremos o que acontece a eles. Soyinka se disse preocupado com a possibilidade de que houvesse uma passagem de bastão entre Mugabe e sua mulher, Grace, cerca de quarenta anos mais nova. Pensei, algo tem que acontecer, pelo o amor de Deus. Saímos da cultura de dinastias, na África, por que isso tem que ser ressuscitado. É obsceno, é pornográfico, isso deve morrer. O escritor diz esperar que os países africanos se inspirem em exemplos positivos de combate à corrupção. Citou a Coreia do Sul e a deposição da presidente Park Geun hye. Politicamente, em todo o mundo, tem de haver entendimento de que certos indivíduos chegaram à custódia do poder. Eles não são donos do poder, nem representam, afirma Soyinka. Trump. Em janeiro, depois de anos vivendo nos Estados Unidos, ele cumpriu a promessa de rasgar seu greencard e deixar o país. O escritor simplesmente se negou a viver em país presidido por Donald Trump. Foi algo pessoal. Eu lido com essa luta, como pessoa negra, desde que era estudante na Inglaterra nos anos mil novecentos e cinquenta. Eu visitava os Estados Unidos da América, acompanhava o movimento pelos direitos civis. Traição é a palavra a que ele recorre para descrever o sentimento despertado pela vitória do republicano. Senti que a diáspora de lá traiu a si mesma e foi traída. A traição não foi pessoal, mas de toda uma comunidade que permitiu que alguém cuja linguagem e políticas eram xenófobas fosse eleito. Na época, o nigeriano lembra que perguntava aos colegas como poderiam tratar aquela vitória como trivial. É assim que demagogos chegam ao topo, com a cumplicidade dos outros. Eu disse que rasgaria meu greencard se ele fosse eleito e assim o fiz. Ainda vou aos Estados Unidos da América, mas como visitante. Não queria fazer parte daquela comunidade. Simples assim.

Texto 39: Na CNN, leilão vende imigrantes negros na Líbia

Data: Segunda-feira, 20 de novembro de 2017.

Editoria: Mundo/Toda Mídia

Autor: Nelson de Sá

Página: A12

Em destaque na CNN desde o final da última semana, a reportagem Pessoas à venda. Onde as vidas são leiloadas por 400 dólares reproduz em vídeo gravado por celular um leilão e imigrantes negros, realizado no mês de agosto, na Líbia. Oitocentos, novecentos, mil, mil, fala o leiloeiro. Os dois jovens não identificados, meninos grandes e fortes para trabalhar em

fazenda, foram vendidos por mil e duzentos dinares, cerca de dois mil e seiscentos reais e mil e trezentos reais cada um. O canal de notícias mobilizou quatro repórteres na Líbia para confirmar a autenticidade do vídeo e encontrar dois dos jovens escravos. Com medo, eles se recusaram a falar. A CNN informou depois que autoridades líbias abriram investigação, mas o país está em guerra civil. A BBC repercutiu ouvindo presidente da União Africana, Alpha Conde, da Guiné, que a organização usará todas as ferramentas à sua disposição para acabar com o comércio desprezível, de uma outra era. Em vídeo, jovem é vendido por cerca de mil e trezentos reais.

Texto 40: Afronta

Data: Segunda-feira, 20 de novembro de 2017.

Editoria: Ilustrada

Página: C2

Canal Futura, às vinte uma horas e quarenta e cinco minutos, no Dia da Consciência Negra, o canal estreia uma série que dá voz a novos expoentes da juventude negra brasileira. Neste primeiro episódio, a trajetória da blogueira Loo Nascimento.

Texto 41: Polícia ainda não identificou agressores de jovem negro

Data: Terça-feira, 21 de novembro de 2017.

Editoria: Cotidiano

Página: B3

Imagens de câmeras de segurança serão analisadas, ator foi atacado no centro de São Paulo por dois homens e cães e afirma ter sofrido racismo. A Polícia Civil ainda tenta identificar os homens que agrediram o ator Diogo Cintra, 24, ao lado do terminal Parque Dom Pedro Segundo, na região central, na madrugada de quarta-feira, 15. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, as investigações estão a cargo da equipe do primeiro Distrito Policial Liberdade, que analisará as imagens captadas pelas câmeras de segurança do terminal para chegar à identidade do envolvidos. A Folha esteve na delegacia nesta segunda-feira, 20, e encontrou apenas a equipe de plantão. Segundo a secretaria, o ator ainda seria ouvido pelo delegado quase uma semana após a agressão. Imagens captadas pelas câmeras de segurança do terminal mostram os momentos em que o ator foge de um homem com um pedaço de madeira na mão e, em seguida, pode ajuda aos seguranças. O ator contou que estava voltando

para casa, que fica no Capão Redondo, após passar a noite me uma festa com colegas de elenco da peça em que atua há alguns meses. A pé, perto do terminal, ele foi abordado por dois homens que tentaram roubar seu celular. Como estava perto das catracas, resolveu correr em busca de ajuda. Uma vez dentro do terminal, foi seguido pelos agressores que o acusaram de tentativa de roubo e insistiram com os seguranças para que a questão fosse resolvida do lado de fora. O jovem foi arrastado para a calçada e agredido com pauladas pelo corpo. Três cachorros que estavam com o grupo também atacaram. Os agressores levaram seu celular e sua carteira. Racismo. Ele acusa os funcionários do terminal de racismo por terem se negado a ajudar e por acreditarem na versão dos agressores de que ele teria tentando assaltar. O caso ganhou repercussão após Cintra divulgar texto sobre o ocorrido em sua página em uma rede social. O depoimento gerou comoção e atingiu mais de 28 mil curtidas na rede social. Na tarde de sábado, 18, a Secretaria Municipal de Transportes da gestão João Doria, Partido da Social Democracia Brasileira afirmou que os funcionários envolvidos no caso foram afastados de suas atividades. Nas imagens, é possível identificar ao menos dois agressores, que arrastaram o ator pelo braço para fora do terminal. Os demais estavam com capuzes que escondiam seus rostos. A secretaria municipal disse que ajuda a polícia nas investigações. O negro foi libertado da escravidão, mas não inserido na sociedade. Fomos jogados para as periferias. Hoje em dia temos mais direitos, o racismo é crime, mas não quero viver só de direitos. Quero poder ir ao supermercado e não receber olhares mal encarados, diz o ator.

Texto 42: O fim do racismo

Data: Terça-feira, 21 de novembro de 2017.

Editoria: Poder

Autor: Joel Pinheiro da Fonseca

Página: A8

Racismo no Brasil é tão real quanto relações de amizade, pare, militesco e amor entre pessoas de todas as cores. Ser preterido a uma vaga de emprego, ter por feios traços faciais e o cabelo crespo, ser visto como menos capaz, ser violentado pela polícia com maior frequência, provocar medo apenas por andar na rua, ouvir xingamentos, enfrentar a reprovação social quando sai de seu lugar. Qualquer um que sofra com o racismo saberá elencar outros exemplos e com mais propriedade do que eu. Por isso, o Dia da Consciência Negra, que afirma o valor da negritude e a matriz africana de nossa população, importa. É uma vitória para o Brasil ver como o cabelo cacheado, antes evitado a todo custo em favor da chapinha

obrigatória, hoje ganha às ruas e a mídia. E também como universidades, shoppings e restaurantes, outrora basicamente brancos, hoje mostram uma diversidade racial maior. Como vimos no caso recente de William Waack, a sociedade não tolera o discurso racista. O crescimento econômico teve papel central nessas mudanças, mas foi acompanhado de uma mudança cultural relevante. No entanto, a luta contra o racismo brasileiro não será vencida apostada na segregação americana. É o que se vê, infelizmente, na insistência em dividir o país em dois grandes grupos: brancos e negros. Isso é um absurdo não apenas por obliterar a matriz indígena da nossa composição como também por se cegar a um dos fatos mais notáveis do Brasil, fato observado desde José Bonifácio que considerava uma de nossas forças até hoje a miscigenação. Por trás da negação de termo como mulato e moreno, que descrevem grande parte do povo brasileiro, está a negação do fato da miscigenação. Ao fingir que ela não existe, dá para fingir que vivemos um apartheid. Não vivemos um apartheid. O racismo no Brasil é tão real quanto as relações de amizade, parentesco e amor entre as pessoas de todas as cores. Graças a elas, não só somos miscigenados como também nossa cultura tem muito mais de africana, do que, por exemplo, a cultura dos Estados Unidos da América. Somos um país no qual as relações pessoais falam mais alto do que o preconceito em que a mistura engole a pretensão de pureza. Ao querer transformar a luta antirracista na guerra de negros contra brancos, se milita contra um dos nossos princípios ativos civilizatórios. Zumbi dos Palmares, cuja morte em 20 de novembro de 1695 é homenageada na Consciência Negra, foi heroico em sua coragem. Foi também um desastre estratégico, que levou o seu quilombo ao massacre e à destruição, negando o caminho conciliatório de seu antecessor Ganga Zumba envenenado por um partidário de Zumbi na liderança da comunidade. Talvez o mais merecedor de homenagem seja o 13 de maio, o Dia da Abolição. Ao contrário do que se pinta, não foi um ato voluntarista de uma princesa bondosa. A princesa Isabel era mesmo a favor da abolição, mas para a decisão chegar até ela foi necessário um enorme movimento que envolveu tanto políticos como a sociedade civil brancos, mestiços e negros, livres e escravos para que essa grande chaga, cujos efeitos da desigualdade e preconceito nos acompanham até hoje, fosse finalmente fechada. Foi um movimento de cooperação nacional. Isso sim deveria ser feriado. O racismo existe no Brasil, e estamos longe de erradicar. A questão é qual o melhor caminho para dar um fim, a paz e a mistura ou a segregação e a guerra.